A FORMAÇÃO CULTURAL DOS JOVENS DO MST

A EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO MÁRIO LAGO, EM RIBEIRÃO PRETO (SP)

FREDERICO DAIA FIRMIANO

A formação cultural dos jovens do MST

FREDERICO DAIA FIRMIANO

A formação cultural dos jovens do MST

A experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP)

CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

F557f

Firmiano, Frederico Daia

A formação cultural dos jovens do MST : a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP) / Frederico Daia Firmiano. - São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.
288p.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7983-043-3

1. Juventude rural - Assentamento Mário Lago (Ribeirão Preto, SP). 2. Juventude rural - Assentamento Mário Lago (Ribeirão Preto, SP) - Atividades políticas. 3. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Ribeirão Preto (SP). 4. Juventude rural - Brasil - Condições sociais. 5. Assentamentos humanos - Ribeirão Preto (SP). 6. Movimentos sociais - Ribeirão Preto (SP). I. Título.

09-6236 CDD: 305.230981612
CDU: 316.346.32-053.6(815.612)

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

Associação Brasileira de Editoras Universitárias

Este livro é dedicado a

Walmes Paulo Firmiano,
Eliana Daia Firmiano e Juninho;

e aos companheiros do MST,
da regional de Ribeirão Preto (SP),
que fazem a história sobre a qual
nos debruçamos, repondo nossas utopias.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao professor doutor Augusto Caccia-Bava, meu amigo Augusto, pela confiança, amizade e sobretudo pela acolhida. Ao professor doutor Silas Nogueira, meu amigo Silão, mestre no ofício e na vida. À professora dra. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira pelas grandes contribuições trazidas a esta pesquisa. À Bruna Amália Rodrigues, Bru, pelo amor e paciência a mim dedicados. Ao professor Eduardo Augusto Vessi, meu amigo-irmão Edu, pelos ombros confortáveis que sempre escoraram este corpo e alma, por vezes entregues ao cansaço. À Aline Pedro, Li, minha amiga e colega de mestrado, por todo apoio, amizade e carinho. À Danielle Tega, Danny, amiga e colega de mestrado, pelo afeto, incentivo e torcida. Ao professor doutor Wanderlei Clarindo da Silva, meu amigo-irmão Wandeco, pelo apoio, incentivo desde as terças-feiras na UNESP, em Araraquara (SP). Aos companheiros do MST, da regional de Ribeirão Preto (SP) e do assentamento Mário Lago, jovens e adultos, pelo valioso e nem sempre retribuído apoio, sem o qual nossa pesquisa, sintetizada neste livro, não seria possível.

Num momento dado, num dia qualquer
dos anos que venham após passarmos
muitos sacrifícios, sim, depois de
termo-nos porventura visto muitas vezes
à beira da destruição [...] depois de
assistirmos ao assassinato, à matança
de muitos de nós e de reconstruirmos
o que for destruído, quase sem repararmos,
teremos criado, junto dos outros povos do
mundo, a sociedade comunista, o nosso ideal.

Ernesto Guevara, *O que deve ser*
um jovem comunista, 1962

Sumário

Introdução

> Aqui você está num lugar que você tem reunião, que você tem um regimento para cumprir, que se roubar, ou acontecer alguma coisa que prejudique o movimento a pessoa é expulsa e aí não tem direito de ficar aqui. E também não é só o direito pela terra, mas o direito que o cidadão tem hoje, tipo, direito de ter um país que ajude mais [...] Na cidade a visão é outra. Quando eu morava na cidade eu não tinha essa visão que eu tenho hoje. Na cidade eu queria ser outra pessoa, ter as coisas que, hoje se você for na cidade você tem vontade de ter, porque, hoje, [...] não se vive na cidade sem dinheiro. Tem que ter dinheiro para comprar as coisas que você necessita. Precisa de arroz, precisa disso, tudo que você tem na cidade, você tem que ter dinheiro. Aqui já é diferente. Você quer comer uma fruta, não precisa roubar, é só arrumar uma semente e plantar, vai crescer.

As palavras acima são de uma jovem que, aos dezessete anos de idade, passou a integrar, junto com seus pais, a luta pela terra no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. São pessoas que carregam valores, sentimentos, direitos sociais constituídos e negados pela metrópole, pela cidade, pelo país em que vivem. Carregam a ruptura, a mudança, a transformação progressivamente sentida em seu cotidiano por meio da luta política, da passagem da candura à rebeldia.

Essa fala expressa elementos de uma consciência jovem sobre as portas fechadas da cidade para sua existência, para sua família, para seus iguais e, por que não dizer, para a classe de trabalhadores e trabalhadoras sem-terra; expressa também, dialeticamente, as portas abertas de um grupo de lutadores pela terra, lutadores por uma vida com o mínimo de constrangimento possível, num território conquistado chamado assentamento rural.

Qualquer assentamento rural? Não. Assentamento Mário Lago, espaço e lugar ocupado e construído no decorrer da luta de famílias de trabalhadores rurais sem-terra que integram as bases de mobilização do MST, no interior do Estado de São Paulo.

Em qualquer cidade? Igualmente não, embora, se voltássemos o olhar para o contexto das cidades brasileiras, quaisquer similitudes não seriam meras coincidências, dadas as "particularidades perversas que se manifestam [...] com a concentração de riquezas, a violência e o extermínio, particularmente de adolescentes e jovens negros nas periferias" pobres dos municípios do Brasil (Nogueira, 2007, p.10). Trata-se da cidade de Ribeirão Preto, importante espaço de realização do agronegócio nacional; história atravessada por um processo de desenvolvimento apoiado pela grande propriedade rural e pela "vocação" para a exportação de *commodities*, singularizada pela questão agrária como mediação fundamental dos processos de expansão da economia, da articulação política e de sua organização social.

> Califórnia Brasileira. Era esse o título de Ribeirão Preto durante os anos de 1990, quando o PIB *per capita* da cidade era igual ao do dito estado estadunidense. Não apenas a renda, mas Ribeirão possuía também "o melhor do campo com o melhor da cidade" [...] Hoje, a alcunha de Califórnia Brasileira está em desuso. Porém, foi substituída por uma outra que possibilita uma análise do que trata das contradições sempre escondidas pela propaganda dos setores dominantes: hoje Ribeirão Preto sustenta o título de "Capital Brasileira do Agronegócio". (MST, 2008, p.1)

Da exploração do café, em meados do século XIX, que emerge como extensão do ciclo cafeeiro que engendrava as relações econômicas, sociais e políticas do Estado de São Paulo naquele momento, passando pelo primeiro período de exploração de cana-de-açúcar, até seu novo ciclo verificado na contemporaneidade, o território rural ribeirão-pretano foi caracterizado como uma estrutura territorial concentracionista e dominada pela monocultura. Na primeira década do novo século, a região onde fica o município emerge como responsável por quase um terço da produção de álcool do Brasil, tornando-se expoente da matriz neoliberal, em âmbito nacional e internacional, de um projeto hegemônico de desenvolvimento territorial denominado *agrobusiness* ou agronegócio. Esse desenvolvimento recobre a exploração do território rural, com o cultivo da monocultura de cana-de-açúcar, os centros urbanos, com a indústria, o comércio e os serviços, articulando e integrando capitais ao mercado financeiro.

No âmbito da reprodução da existência de grupos que têm suas experiências associadas à terra, as transformações seguem em compasso com a grandeza do complexo do agronegócio. Sobretudo a partir da década de 1970, os mais afortunados grupos de famílias de meeiros, parceiros, arrendatários, pequenos produtores, que assim se configuraram com o primeiro ciclo de desenvolvimento da agricultura na região, passaram à condição de trabalhadores rurais assalariados ou volantes, vivendo nas cidades, nas periferias pobres emergentes ou em confinamentos de usinas/agroindústrias da cana-de-açúcar. Outros vieram de estados federativos distintos, em busca da riqueza gerada pela cana-de-açúcar, seguindo amplos movimentos migratórios. Na era da globalização dos mercados, da economia-mundo, muitos, poderíamos dizer a grande maioria, tornaram-se excedentes, sem direitos sociais efetivados e sem garantias de uma vida digna para as novas gerações que formam.

Desemprego, miséria, falta de acesso a bens públicos, convívio com as mais variadas formas de violência são parte do repertório que integra o cotidiano desses grupos que vivem na autodenominada "capital nacional do agronegócio" e sua região.

Exclusão econômica e política? José de Souza Martins dirá que não simplesmente, pois "existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes", mas também "existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva". São as reações que "constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando". Ocorrem no interior da "realidade problemática, 'dentro' da realidade que produziu os problemas que as causam" (1999, p.14).

Assim, a luta contemporânea pela reforma agrária em Ribeirão Preto emergiu como projeto e experiência quando, em fins da década de 1990, o MST chegou a esse território, promovendo uma fecunda mobilização em torno de temas que integram a questão agrária brasileira, arregimentando famílias de trabalhadores que, dominantemente, viviam nos centros urbanos em situação informal no mercado de trabalho ou mesmo em situação de desemprego. Muitos deles migrantes que buscam construir novas relações nas cidades que prosperam, que ostentam parte dos resultados oriundos do desenvolvimento econômico, mas que, no encontro com o ambiente urbano, conheceram o trauma, a degradação material e moral, de todo o grupo familiar.

Em pouco tempo, o movimento formou seu primeiro acampamento que, a partir da resistência de famílias integradas por homens, mulheres, idosos, adultos, crianças, adolescentes e jovens, construiu o assentamento Mário Lago, configurando outra experiência, marcada pela elevação das condições de vida e existência desses grupos sociais, tanto no plano material como no moral.

É com a perspectiva de se distanciar das experiências que trazem das relações constituídas nas cidades, como o convívio com a miséria material, com a fome, com o narcotráfico, com a ausência de trabalho ou o trabalho precarizado, degradante, que esses grupos de famílias lutam pela reforma agrária, lutam pela terra, pelo trabalho e pela vida no espaço rural, constituindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Aquela jovem, cuja manifestação consciente sobre a cidade e o assentamento em que vive foi citada em nossa epígrafe, integrou-se à luta pela terra em Ribeirão Preto junto com sua família. Como seus iguais, é filha de trabalhadores e com eles viveu na cidade, dentro da singularidade deste tempo, da história de seu país, que produziu uma cultura apoiada pelo ostracismo, pelo não reconhecimento público-institucional dos jovens como categoria social, como sujeitos portadores de direitos.

Foi no Movimento Sem Terra que, junto de outros, aquela jovem encontrou acolhida, proteção e respeito. Pois, longe de identificar seus jovens a partir dos possíveis *riscos sociais*, o MST permite que eles se tornem visíveis, seja como objetos de contestação, condenação, críticas, seja como grupos reconhecidos pela coragem e resistência, dando início a uma nova formação dada, em princípio, pela mobilização de suas capacidades para protagonizar processos políticos e culturais para além das referências institucionais, públicas ou privadas. Assim, é na luta política pela posse da terra que eles, os jovens, encontram perspectivas para a superação das amarras impostas ao seu desenvolvimento.

Para o MST, certamente, os jovens ainda são um desafio, a começar pela mobilização de suas capacidades para que entrem na luta pela terra, com outros jovens, com seus pais ou outras referências adultas. Para aqueles que optam pela vida debaixo da lona preta, o movimento volta esforços para a construção de uma nova sociabilidade, esforços para formar e/ou revelar novos militantes, uma nova geração de lutadores pela terra, quadros dirigentes.

Este livro – originalmente uma dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, em 2009 – é um esforço de reflexão sobre um momento pedagógico constituído por experiências concretas de jovens que buscam formas distintas de viver as relações presentes; um momento voltado à transição de formas espontâneas de consciência para a condição de reconhecimento ético-político da necessidade de defesa da integridade da reprodução da existência, que Augusto Caccia-Bava, ainda

em 1995, chamou de processo de formação cultural (Caccia-Bava, 1995).

Os sujeitos de nossa pesquisa são grupos de jovens que formam, junto com adultos, idosos, crianças, homens e mulheres, as bases da mobilização do MST; são aqueles que têm suas experiências associadas ao assentamento onde vivem; integram famílias que lutam por uma experiência distinta daquela que tiveram nos centros urbanos ou rurais de onde chegaram, identificados a partir de suas manifestações grupais.

Nossa pesquisa conferiu relevância ao envolvimento afetivo, ético e político dos jovens com as formas de viver no assentamento Mário Lago, do MST, no município de Ribeirão Preto. Para alguns, trata-se, pois, de produzir outro padrão de sociabilidade, no relacionamento com seus iguais, com seus pais, com seus companheiros de labuta cotidiana que vivem no assentamento Mário Lago. Para outros, trata-se de dar continuidade à luta já iniciada por seus pais ou outras referências adultas, formar-se para a militância para, no futuro, integrar quadros dirigentes do Movimento Sem Terra.

De uma forma ou de outra, esses jovens estão construindo referências coletivas para viver e refletir a luta política, o trabalho, o estudo, as manifestações culturais, os constrangimentos, os sofrimentos, as expectativas para o futuro, para além das mediações dominantes que constituem as relações sociais na contemporaneidade: o mercado de trabalho, a formação profissional, a prevenção público-estatal contra o *risco*, as práticas de violência, os efeitos compensatórios de políticas governamentais.

Em nosso estudo, os jovens ganharam voz, foram reconhecidos como sujeitos capazes de buscar alternativas às situações que consideram inaceitáveis, praticadas por instituições, públicas e privadas, e grupos de interesse; foram reconhecidos pela capacidade de se envolver em projetos coletivos, no esforço de criar outro padrão de relações sociais para seus iguais. Por essa razão, o presente livro privilegia a consciência prática dos jovens, pesquisando referências, valores e sentimentos coletivos que podem ser base para a pro-

jeção de relações sociais mais igualitárias, solidárias, acima do individualismo, do interesse, de práticas de degradação do gênero humano.

No primeiro capítulo procuramos trazer aspectos significativos da questão agrária no Brasil e em Ribeirão Preto, a partir de uma leitura histórico-crítica de seu desenvolvimento econômico, político e social, tendo como perspectiva a configuração dos termos de processos de exclusão e de luta, em torno de projetos políticos distintos, entre as classes dominantes e subalternas. Com isso, identificamos momentos do confronto pela terra no Brasil e na região do município de Ribeirão Preto, segundo suas particularidades; contextualizamos a emergência e consolidação do MST e das novas formas de luta encampadas por esse importante movimento social em todo o território brasileiro, bem como seu desenvolvimento histórico, no contexto das profundas transformações econômicas, políticas e sociais do país e na região em questão, na contemporaneidade.

No segundo capítulo, recuperamos os momentos mais significativos da história do MST em Ribeirão Preto: sua chegada, a conquista de alianças políticas entre as forças de esquerda e os refluxos da luta pela terra. Refletimos o processo de mobilização de famílias para a ocupação da Fazenda da Barra até a construção do assentamento Mário Lago e, consequentemente, as transformações, mudanças e a criação de condições políticas e éticas, no território conquistado, para a inauguração do processo de formação dos novos sujeitos, lutadores pela terra, lutadores pela vida.

No terceiro capítulo, trazemos algumas experiências e concepções de formação cultural e política dos jovens, no assentamento Mário Lago e no MST; as principais atividades culturais e políticas que estiveram e estão associadas desde o início de sua participação na luta pela terra, em Ribeirão Preto; a emergência de jovens militantes para o movimento de luta pela terra; a compreensão das lideranças do MST sobre o sentido da formação das novas gerações e sua tarefa no território em que vivem.

Por fim, no quarto capítulo, conferimos voz aos jovens sem-

-terra e passamos à reflexão crítica da consciência prática desses sujeitos sobre o que vivem no assentamento Mário Lago, junto com suas famílias, com seus iguais, com o MST; as referências coletivas que produzem e reproduzem, os constrangimentos, os valores que orientam sua existência, seu lugar no assentamento Mário Lago e no MST e suas expectativas para o futuro.

Sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa

Num primeiro momento, nossa pesquisa sobre o processo de formação cultural dos jovens do assentamento Mário Lago, do MST, no município de Ribeirão Preto, trouxe, de um ponto de vista histórico-crítico, *movimentos* de grupos sociais que se integram à classe trabalhadora e cuja experiência está entrelaçada à disputa da terra no Brasil, especialmente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Como veremos, isso se deu em decorrência da configuração de processos de exclusão, da organização para a luta e de disputas por diferentes projetos de desenvolvimento político e econômico ocorridas ao longo da história brasileira e, de forma mais estrita, na região e município de Ribeirão Preto. Contexto no qual encontramos o processo de formação cultural experimentado por jovens entre 15 e 25 anos que passaram a integrar a luta pela terra nessa localidade.

A partir dessa etapa passamos ao desenvolvimento de trabalho de campo, no território de existência dos jovens, lugar de sua formação cultural, apoiados, metodologicamente, pelas contribuições trazidas ao trabalho etnográfico pelo sociólogo português Telmo Caria.

Para esse sociólogo, o objeto da atenção acadêmica não é passível de manipulação técnico-instrumental, não sendo nem mesmo imediatamente visível ou evidente à observação sociológica. Da mesma forma que a "objectividade em Ciências Sociais não é um acto de neutralidade da observação". Por essa razão, propõe "conjugar e fazer coexistir a linguagem da experiência, de estar e pensar

no trabalho de campo, com a linguagem da teoria, que permite objectivar e racionalizar o que ocorreu" (2003, p.10).

Em trabalho anterior, Telmo Caria afirmou que

> a objetivação do olhar sociológico passa a depender da intervenção do investigador sobre o grupo social em estudo, pois no desenvolvimento de um discurso sobre a identidade coletiva e sobre os "problemas" cotidianos, o investigador convoca os atores sociais a pensarem para além das urgências do dia-dia e para além daquilo que tinha sido explicitamente pensado até por eles mesmos. (1999, p.25)

Disso decorre que, ao mesmo tempo em que buscamos ampliar nossas expectativas acerca do grupo sobre o qual refletimos, esse grupo passou a ser considerado sujeito da pesquisa, refletindo sobre suas relações conosco. Com isso, delimitamos aí uma "fronteira intercultural", que se materializou numa relação social de conhecimento entre os sujeitos da pesquisa (pesquisador e grupo estudado).

Propomo-nos, então, à realização de um trabalho etnográfico, recorrendo à observação participante do assentamento Mário Lago, "acompanhando o quotidiano da vida de um grupo social particular", estabelecendo uma relação social de pesquisa, de reconhecimento mútuo, ou seja, "como processos interculturais de construção do conhecimento" (Caria, 1999, p.6), para refletir as manifestações conscientes dos jovens, considerando suas especificidades no contexto histórico-social do Brasil contemporâneo.

O antropólogo português Paulo Raposo sintetizou a prática etnográfica como resultado dos processos de observação, descrição e interpretação de outras culturas, efetivado por meio da passagem de uma ilusória condição de distanciamento e de não familiaridade a uma relação intersubjetiva:

> A performance etnográfica está intrinsecamente ligada a um espaço de intersubjectividade e de negociação constante dos limites instáveis e conjunturais entre [...] olhares [...]. As práticas culturais

> tornam-se, portanto, processos em construção, dialógicos, polifônicos, frequentemente multisituados, e nos quais as "culturas" emergem como implicações analíticas, diferentemente das "sociedades", que são essencialmente unidades empíricas. (Raposo, 2003, p.44)

É importante ressaltar que o início da construção de "fronteiras interculturais" ou de reconhecimento mútuo entre pesquisador e grupo estudado remonta ao ano de 2003, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra promoveu a ocupação da Fazenda da Barra, no município de Ribeirão Preto, dando início à construção do assentamento Mário Lago. Naquele momento, na qualidade de estudante universitário do curso de Comunicação Social, integrei um grupo de apoio às famílias sem-terra e ao seu movimento de luta pela terra, coordenado por Silas Nogueira. Com isso, passei a me dedicar ao estudo e à reflexão das manifestações políticas do grupo em questão, reconhecendo seus membros como sujeitos da luta pela terra e sendo reconhecido como interlocutor dos trabalhadores.

Muito embora tenhamos acompanhado o grupo de trabalhadores, formação e consolidação do assentamento Mário Lago desde 2003 – desenvolvendo, inclusive, nosso trabalho de conclusão de curso, na Faculdade de Comunicação Social, sob o título de "Movimentos sociais e cidadania: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Ribeirão Preto (SP)" –, nesta pesquisa, o trabalho etnográfico foi efetivado ao longo de todo o ano de 2008, quando fizemos visitas periódicas ao assentamento Mário Lago, com o objetivo de acompanhar o cotidiano dos jovens e identificar seus grupos constituídos, as estruturas políticas às quais se associam, suas manifestações político-culturais, seu lugar como jovens no território de sua existência e sua consciência, como grupo, da experiência consolidada nesse terreno, nos termos de Paulo Raposo, ou seja, "espaço partilhado de experiências, de discursos [...] de estruturas de acção simultaneamente objecto de negociação e decorrentes de múltiplos fluxos performáticos", em outras palavras, "local onde as acções dos sujeitos e a consciência dessas acções

se vêem reconstruídas pela acção e consciência de um terceiro – o investigador" (2003, p.45). Além disso, estivemos presentes em grande parte das atividades culturais e políticas que envolveram os jovens no período, tanto no interior do assentamento como fora dele, em Ribeirão Preto e outros municípios da região. Recorremos, também, aos arquivos e registros de toda nossa experiência de campo no assentamento Mário Lago.

Identificamos os jovens em torno dos setores ou instâncias que estruturam organizacional e politicamente o assentamento em questão, bem como seus interlocutores, com o intuito de "centrar a atenção sobre as [...] tensões, as facções e os conflitos, sobre os consensos, [...] e o sentido prático das coisas e das situações e sobre [...] os processos de socialização" (Caria, 1999, p.26), na busca pela identificação e reconhecimento do que poderíamos chamar de subjetividade dos jovens, dentro da investigação sobre seu processo de formação cultural. Tomando a referência gramsciana de que a fala se constitui como expressão da consciência dos indivíduos, realizamos entrevistas semiestruturadas com os jovens, compondo um universo de pré-noções, noções e valores que evidenciam aspectos significativos de sua concepção de mundo, consolidada a partir das experiências compartilhadas com seu grupo de referência.

Procuramos trazer a consciência dos jovens em torno de três grandes temas. O primeiro tratou da vida cotidiana no assentamento Mário Lago e buscou identificar os grupos de referência dos quais os jovens estão mais próximos, os aspectos positivos e negativos de viver no assentamento, a diferença entre viver lá e na cidade, o significado da terra, os valores que estruturam sua vida, as atividades culturais e políticas de que participam no Mário Lago, os setores e instâncias de organização política do assentamento e do MST que integram e os grupos dos quais participam, seu lugar no assentamento, por meio da descrição de seu cotidiano e das principais atividades desempenhadas (trabalho, estudo, outras).

O segundo tema concerne à luta pela terra, quando buscamos a consciência juvenil perante esse fenômeno, perante o MST no contexto das lutas sociais e perante seu lugar no assentamento e no mo-

vimento. Indagamos sobre o papel do MST na construção de uma sociedade mais justa e sua responsabilidade, como jovem, na construção dessa sociedade, além de seu papel, como integrante do MST, na luta pela terra no horizonte familiar e no do movimento social; como o MST vê os jovens e se eles têm voz no movimento de luta. Por fim, buscamos assinalar a capacidade juvenil de projetar seu futuro.

Para Gramsci,

> O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, "conhecer-te a ti mesmo" como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer inicialmente essa análise. (1999, p.94)

Apoiando-nos nessa referência, procuramos evitar aquilo que Nestor Garcia Canclini denominou de *culturalismo antropológico*, cuja aproximação restringe o "objeto de estudo", "isolando [suas] supostas propriedades imanentes", evidenciando a "diferença sem explicar a desigualdade que confronta [os grupos distintos], e os vínculos a outros setores"; dissimulando as distâncias entre culturas desiguais com a doutrina do relativismo cultural, pois, nessa vertente dos estudos antropológicos,

> a investigação consiste em "resgatar" o que ele [objeto] faz em seus próprios termos; a tarefa antropológica ou folclorista se reduz a duplicar "fielmente" o discurso do informante [...] Esse empirismo ingênuo desconhece a divergência entre o que pensamos e nossas práticas, entre a autodefinição das classes populares e o que podemos saber sobre a vida delas a partir das leis sociais que estão inseridas. Opera como se conhecer fosse aglomerar segundo seu aparecimento "espontâneo", em vez de construir conceitualmente as relações que lhes dão sentido na lógica social. (1993, p.71)

Assim, antes de ser relevado como base potencial de ação transformadora, a aproximação científica das manifestações conscientes

dos jovens que integram o Movimento Sem Terra partiu da crítica ao "conjunto de noções e conceitos determinados" que fundamentam suas práticas.

No horizonte de nossas referências teóricas e metodológicas, buscamos superar a compreensão da juventude que a associa aos conceitos de população e/ou demanda, como categoria social distinta apenas pela faixa etária e pelo suposto tempo de ociosidade. Para Augusto Caccia-Bava e Maria do Carmo Caccia-Bava, os conceitos de população e demanda fazem com que "os grupos sociais [...] [tornem-se] homogêneos, o que é uma compreensão, a nosso ver, equivocada e muito presente nos processos políticos dominantes e hegemônicos de práticas de gestão pública". Para esses autores, "do ponto de vista de teorias que consideram os grupos sociais como sujeitos da história presente, o conceito de 'população' [e também de demanda] torna-se igualmente inadequado, para tratar de sua experiência concreta". Dessa forma,

> esse[s] conceito[s] deixa[m] de contribuir para qualquer esclarecimento, devendo ser superado[s], dialeticamente, por outros, como grupo familiar, grupos de alunas, grupos de crianças, comunidade escolar, comunidade de moradores, comunidades ativas, entre outros. (Caccia--Bava & Caccia-Bava, 2007, p.30-1).

Por essa razão, buscamos entrevistar os jovens que emergem como interlocutores entre seus iguais, considerando a organização política interna do assentamento Mário Lago. Tendo em vista que, lá, as famílias são organizadas por núcleos, definimos, inicialmente, que seriam entrevistados, pelo menos, um jovem e uma jovem de cada núcleo, com idade entre 15 e 25 anos, de acordo com o número de interlocutores que o núcleo revelasse ao longo da pesquisa. Sabendo que o assentamento possui vinte núcleos de famílias, estimamos a realização de cerca de quarenta entrevistas, se todos os núcleos contassem com jovens.

Em campo, encontramos um total de 53 jovens, residindo em 14, dos vinte núcleos de famílias. Em seis núcleos, apresentaram-se

como interlocutores legítimos apenas um jovem por núcleo; em outros seis núcleos, dois jovens por núcleo emergiram como interlocutores de seus núcleos e, por fim, em dois núcleos, encontramos três jovens representando seus iguais por núcleo. Em seis núcleos não encontramos a presença de jovens entre 15 e 25 anos, sendo que, em dois, os assentados afirmaram residir um jovem em cada núcleo que não foram encontrados, pois estariam passando temporada em suas cidades de origem.

Iniciamos as entrevistas com dois jovens do sexo masculino já destacados pela militância política no MST que residem no Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara. Posteriormente, passamos a percorrer os núcleos de famílias do assentamento Mário Lago à procura de jovens que falassem em nome de seu grupo de iguais.

Ao longo do trabalho, um jovem já destacado pela militância nos acompanhou nas andanças pelo assentamento, apresentando-nos em cada núcleo de famílias e colocando-nos em contato com outros jovens. Os próprios jovens apresentaram-se como nossos interlocutores de seus grupos. Assim, totalizamos 24 entrevistas, das quais doze dos entrevistados são homens e doze mulheres, com idade entre 15 e 25 anos.

1

Os grupos sociais e o espaço rural no Brasil e em Ribeirão Preto: processos de exclusão e experiências de luta pela terra

Ribeirão Preto: indicações sobre sua formação econômica e social no contexto do desenvolvimento do Brasil

O município de Ribeirão Preto, seguindo a tradição paulista de meados do século XIX, é fruto da extensão do ciclo cafeeiro que engendrou as relações econômicas, sociais e políticas do Estado de São Paulo e do Brasil nesse período, integrando, desde logo, a chamada frente pioneira de expansão da cafeicultura. Para Luciana Pinto, com a chegada da ferrovia no município de Campinas, em 1872, "houve uma corrida à região do Oeste paulista, especialmente para as cidade de São Simão, Cravinhos, Sertãozinho e Ribeirão Preto" (2000, p.72). Com isso, a região e o município passam a fazer parte do conjunto do ciclo desenvolvimentista do Estado de São Paulo.

T. Walker e Agnaldo Barbosa afirmam que, nesse período, "fortunas foram feitas praticamente da noite para o dia". O caráter pastoril assumido pela região até sua fundação oficial passava, a partir de então, a dar lugar a um verdadeiro centro dinâmico de atividades agrícolas. "A prosperidade agrícola estimulou o crescimento do comércio e da indústria", tornando Ribeirão Preto a "base de opera-

ções para os vendedores e comerciantes que trabalhavam na região nordeste do Estado" (2000, p.40).

Com a expansão das linhas férreas e a propalada qualidade do solo dessa região, o município em pouco tempo, na virada do século XIX para o século XX, tornou-se uma das referências do desenvolvimento agrário brasileiro. De forma compassada, o espaço urbano acompanhava a produção da riqueza no campo. Sebastião Geraldo ressalta que, já em 1900, a cidade contava com infraestrutura composta de sistemas de água, esgoto, energia elétrica e telefone (2002, p.20).

É importante lembrar que, até 1850, vigorava no país o sistema de sesmarias. Neste, a posse era concedida ao agricultor, que deveria fazer uso produtivo da terra, mas o domínio ou a propriedade eminente da terra ficava reservada ao Estado. Caso não fosse feito uso produtivo da terra, esta caía em comisso, quer dizer, voltava ao domínio do Estado. O ocupante da terra não possuía direito territorial: o Estado poderia conceder o território a qualquer pessoa, em qualquer tempo.[1]

À medida que o regime escravista entrava em colapso, no pós-Independência, o Parlamento brasileiro passou a incorporar à legislação mecanismos para que fosse garantida a permanência da mão de obra nos latifúndios. É criada, então, a Lei de Terras de 1850, como mecanismo impeditivo à livre ocupação que engendrava parte das relações no campo até então. "Pois, com o fim do cativeiro e a permanência de um regime de livre ocupação da terra, os libertos dificilmente se contentariam com a condição de trabalhadores das mesmas fazendas em que haviam sido escravos." Assim, prossegue José de Souza Martins:

1 José de Souza Martins explica: "até pelo menos o século XVIII, era costume que não podiam receber terras em sesmaria os que não fossem brancos, puros de sangue e católicos. O acesso às terras estava interditado aos hereges e aos gentios, aos negros, aos mouros, aos judeus. Os escravos não podiam se tornar sesmeiros, como de resto não podia ser proprietário de coisa alguma. Tudo o que viesse a lhes pertencer, pertencia de direito a seus senhores" (1997, p.63).

> Pela Lei de Terras [a Lei nº 601, de setembro], de 1850, a *posse* e o *domínio* se fundiram num direito só. Com isso, o Estado brasileiro, senhor de domínio de todas as terras, abriu mão desse direito e literalmente fez dele doação aos proprietários particulares. Manteve o domínio apenas em alguns casos: em relação ao subsolo, às terras de marinha e às terras do atual Distrito Federal. (1997, p.63)

Sem a possibilidade de ocupar áreas livres para a reprodução da existência, os grupos de libertos e trabalhadores livres viam-se obrigados a trabalhar em fazendas de terceiros. Criou-se, portanto, um direito de propriedade (a Lei de Terras de 1850) que, ao mesmo tempo, foi obstáculo ao livre acesso à terra pelos grupos pobres e ex-escravos. "Essa restrição ao direito de propriedade criava uma superpopulação relativa artificial ou uma postiça mão de obra sobrante que não teria outro meio de sobrevivência a não ser o de oferecer-se como mão de obra ao grande proprietário" (Martins, 1997, p.50).

Para José de Souza Martins, a "Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder", no momento em que as elites eram, ao mesmo tempo, econômicas, políticas, sociais e intelectuais (ibidem, p.67).

Até por volta de 1880, as relações de trabalho desenvolvidas nas fazendas de café na região da Alta Mogiana fundaram-se no escravismo. Ubaldo Silveira revela que, "apenas dois anos antes da abolição da escravatura, havia no município de Ribeirão Preto 1.379 escravos, numa população de 10.420 habitantes [...] Ao todo, a população escrava alcançava cerca de 13% dos habitantes" (1998, p.33).

Com o fim da livre ocupação e com o obstáculo criado pela Lei de 1850 ao acesso à terra, José de Souza Martins afirma que a mão de obra nacional ainda era insuficiente, tendo em vista a alta produtividade das fazendas de café e a extinção do tráfico negreiro, registrada no mesmo ano. Para resolver tal situação, passou a ser estimulada a arregimentação de camponeses europeus que consti-

tuíam uma *população sobrante* em seus países de origem, expulsa das terras em que viviam pelo avanço das relações capitalistas no espaço rural. Com a instituição do direito de propriedade mediante a compra da terra, esses trabalhadores oriundos da Europa ver-se-iam obrigados a vender sua força de trabalho nas fazendas de café (Martins, 1997, p.65-6).

Em outro trabalho, o autor defende que:

> na crise do trabalho escravo foi engendrada a modalidade de trabalho que o superaria, isto é, o trabalho livre, sendo essa a sua única e inicial adjetivação. É verdade que o trabalhador livre já era conhecido amplamente na sociedade brasileira, sobretudo porque, por diferentes meios, muitos negros já haviam sido libertados por seus senhores; sobretudo, porém, porque o cativeiro indígena já havia sido extinto no século XVII, de que proveio uma extensa população de mestiços, definidos desde logo como bastardos, e que vieram a ser conhecidos como caboclos, caipiras, geralmente agregados a grandes fazendeiros. [...] Na verdade, esse homem livre desagregou-se também quando o mundo do cativeiro se esboroou, porque sua liberdade era essencialmente fundamentada na escravidão do outro. [...] O trabalho livre gerado pela crise do cativeiro diferia qualitativamente do trabalho livre do agregado, pois era definido por uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador. (1986, p.12)

É importante assinalar, como o faz Petrônio Domingues, estudioso que se dedicou amplamente à questão do negro no Estado de São Paulo no período em questão, que a política imigrantista tratou-se, antes, de um projeto de "branqueamento do Brasil":

> Um mito da historiografia é aceitar o discurso da classe dominante agrária paulista do século XIX, segundo o qual havia uma quantidade insuficiente de braços para atender a crescente necessidade de mão de obra no processo de expansão da lavoura cafeeira, sobretudo após o fim do tráfico negreiro e a aprovação das consecutivas leis que acenavam para a abolição. Para suprir essa suposta escassez, haveria a necessidade da entrada dos imigrantes brancos europeus. (2004, p.83)

Prossegue afirmando que até o ano de 1900 entraram no país 2.092.847 imigrantes, número inferior aos "braços inaproveitados pela lavoura" brasileira que, até o final do século XIX, contava com mais de quatro milhões de forros e desclassificados (negros livres e não negros) fora do mercado de trabalho (ibidem, p.86).

Além disso, a importação de imigrantes em massa, constituindo o mercado de trabalho livre no país, foi, para Petrônio Domingues, uma política genuinamente paulista, tendo em vista que os negros foram "aproveitados" em outras regiões, como no Nordeste ou no Estado do Rio de Janeiro, cujas elites não recorreram ao programa de imigração subsidiada como ocorreu no Estado de São Paulo (ibidem, p.65).

Na região e município de Ribeirão Preto, os imigrantes, sobretudo europeus, chegaram após a inauguração da linha férrea, em 1883. Em sua grande maioria, se transformaram em colonos, reconfigurando, com isso, a composição étnica da cidade.

Petrônio Domingues afirma que a política imigrantista oferecia aos camponeses brancos europeus "um dinâmico padrão de incentivos econômicos positivos", pois, "além do imigrante ser aproveitado como assalariado na expansão da lavoura cafeeira, diversos núcleos coloniais foram colocados à sua disposição". Para esse autor, a política de privilégios destinados aos imigrantes em detrimento de negros ex-escravos também criava condições para que, em pouco tempo, esses grupos se tornassem proprietários (ibidem, p.67).

Ubaldo Silveira, porém, não corrobora a consideração de Domingues, visto que, segundo ele, "as condições sob as quais o imigrante era levado à fazenda e contratado o colocavam numa situação desde logo subalterna e espoliativa", pois ele chegava ao Brasil "desprovido quase por completo do que era essencial para a manutenção da família". Assim, prossegue o autor:

> O fazendeiro entregava-lhe uma pequena casa de tijolos, fornecia-lhe os objetos de primeira necessidade e abria-lhe um crédito, geralmente uma conta no armazém da fazenda. Os colonos também rece-

> biam pequenos lotes onde toda a família trabalhava, cultivando milho, feijão, batatas e legumes. (Silveira, 1998, p.41)

O fato foi que, com o êxito da política imigrantista, as classes trabalhadoras nessa região serão formadas, basicamente, por negros ex-escravos e pela ampla predominância de camponeses europeus imigrantes. Assim, a disponibilidade de capital e mão de obra para o início e desenvolvimento da cultura foi essencial para a expansão do modelo agroexportador que norteou o desenvolvimento econômico e social da região e município de Ribeirão Preto nos termos hegemônicos que se processavam no restante do país (cf. Geraldo, 2002, p. 20; Silveira, 1998, p. 24; cf. Pinto, 2000, p. 30).

Com isso, até meados de 1930, o regime de trabalho predominante nessa região foi o colonato – termo que, invariavelmente, é uma alusão ao branco (Domingues, 2004, p.31-2). Particularmente em Ribeirão Preto, os colonos eram responsáveis por cerca de três ou quatro mil pés de café, quantidade que variava de acordo com sua composição familiar. Em geral, o pagamento pelo trabalho era realizado a cada três meses e, no caso das atividades do colono encerrarem-se em vinte dias, o restante do mês podia ser dedicado à produção familiar de alimentos para sua reprodução.

O café predominou como a principal atividade econômica da região de Ribeirão Preto, seguindo, aliás, a tendência do Estado de São Paulo, que durante a primeira metade do século XX, como afirmam Walker e Barbosa (2000), foi o principal produtor de café do Brasil (2000, p.21).

As décadas de 1930 e 1940, no entanto, marcariam o Brasil com o fim da hegemonia agrário-exportadora, inaugurando-se, progressivamente, uma estrutura produtiva de base urbano-industrial que, por sua vez, produziu uma nova correlação de forças sociais voltadas para a expansão do sistema capitalista no país.

Sob a premissa da singularidade histórica, como "modo de ser de uma contradição nacional geral", Francisco de Oliveira configurou os termos do desenvolvimento econômico da sociedade brasileira em seu importante e polêmico texto "A economia brasileira:

crítica à razão dualista", de 1972. Nessa obra, o economista destaca alguns aspectos do desenvolvimento da economia do país.

O primeiro foi a regulamentação das relações entre trabalho e capital. No processo de acumulação capitalista instaurado a partir de 1930, "as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modelo de acumulação". Antes de ser determinado pelo jogo livre das forças de mercado ou pelo embate capital/trabalho, "a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um *denominador comum de todas as categorias*, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a". Além do trabalho, a intervenção estatal operou também "na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal", dentre outros. Esse tipo de intervenção tinha caráter planificador, ou seja, "o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas [pudesse] se reproduzir" (Oliveira, 2003, p.38-40).

Nesse sentido, o papel do Estado fora o de criar bases jurídicas e políticas para o afloramento das novas condições de desenvolvimento, sob a égide do capital produtivo de base urbano-industrial.

Objeto da intensa e produtiva discussão entre Francisco de Oliveira e Celso Furtado nos anos 1970, a função da agricultura *atrasada* no tocante à acumulação de capital no âmbito interno emerge como outro aspecto central do *novo* processo de acumulação capitalista verificado no Brasil. Para Francisco de Oliveira, a agricultura atrasada financiava a agricultura moderna e a industrialização:

> as culturas de subsistência tanto ajudavam a baixar o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades, o que facilitava a acumulação industrial, quanto produziam um excedente não-reinvertível em si mesmo, que se escoava para financiar a acumulação urbana. (Ibidem, p.129)

A necessidade de manter o papel ativo da agricultura residia no fato de que, por um lado, os produtos de exportação deveriam aten-

der às exigências externas de bens de capital e intermediários para a produção; por outro lado, por meio do subsetor de produtos destinados ao mercado interno, deveriam suprir as necessidades da população urbana crescente, não elevando o custo da alimentação e de matérias-primas, possibilitando, com isso, a acumulação urbano-industrial. Esse aparente paradoxo constituído pela perspectiva de que a agricultura atrasada concorria com a agricultura moderna, mecanizada, com técnicas avançadas de produção, sendo a primeira até mais barata e, consequentemente, mais rentável que a segunda, pode ser explicado, do ponto de vista da teoria econômica, pela combinação entre a oferta elástica de mão de obra e a oferta elástica de terras, que reproduzia no país a chamada acumulação primitiva no âmbito da agricultura. Para Oliveira (2003), é precisamente esse modelo que, por um lado, se constituirá como o fator impeditivo do aumento do custo da produção agrícola perante a produção industrial, tendo importância considerável no papel da reprodução da força de trabalho urbana, já que rebaixava o custo real da alimentação; por outro lado, e pelo mesmo fato, possibilitará a formação crescente de um proletariado rural.

O modelo permitia o mascaramento do problema da distribuição da propriedade – cuja concentração havia se agravado com a Lei de Terras de 1850 – e, ao mesmo tempo, não elevava os trabalhadores rurais emergentes ao estatuto de proletariado, tendo em vista a inexistência de legislação do trabalho no campo. Assim,

> do ponto de vista das relações internas à agricultura, o modelo permite a diferenciação produtiva e de produtividade, viabilizada pela manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e, portanto, do nível de vida da massa trabalhadora rural. (Ibidem, p.45).

Conformava-se, então, a conciliação entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola:

> se é verdade que a criação do "novo mercado urbano-industrial" exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão "primitivo", baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho. (Ibidem, p.46)

Para Francisco de Oliveira, a repercussão nos centros urbanos do processo combinatório de padrão primitivo com novas relações de produção foi a formação de amplos contingentes populacionais, o chamado exército de reserva, associado ao excedente alimentício que engendrou o crescimento industrial. Então, do ponto de vista da compreensão do (sub)desenvolvimento do capitalismo brasileiro, tratou-se antes de uma integração dialética – agricultura/indústria – que a constituição de um dualismo.

De modo geral, o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, particularmente de sua economia, identifica-se com a expansão de uma economia capitalista distinta do modelo clássico do desenvolvimento do sistema nos países centrais. Processo este determinado antes por condições internas que externas, apesar da conhecida necessidade de reconstrução das economias dos países ex-inimigos, com a emergência da Segunda Guerra Mundial, além da crise econômica instalada em 1929 e, em consequência, da definição do lugar dos países não industrializados, na divisão internacional do trabalho, como produtores de matérias-primas e agrícolas.

> Assim, inaugura-se um longo período de convivência entre políticas aparentemente contraditórias, que, de um lado, penalizam a produção para a exportação, mas procuram manter a capacidade de importação do sistema – dado que são as produções agropecuárias as únicas que geram divisas – e, de outro, dirigem-se inquestionavelmente no sentido de beneficiar a empresa industrial motora da nova expansão. Seu sentido político mais profundo é o de mudar definitivamente a estrutura do poder, passando as novas classes burguesas empresário-industriais à posição de hegemonia. No entanto, o processo se dá sob condições externas geralmente adversas – mesmo quando os preços de

> exportação estão em alta – e, portanto, um dos seus requisitos estruturais é o de manter as condições de reprodução das atividades agrícolas, não excluindo, portanto, totalmente, as classes proprietárias rurais nem da estrutura do poder nem dos ganhos da expansão do sistema. Como contrapartida, a legislação trabalhista não afetará as relações de produção agrária, preservando um modo de "acumulação primitiva" extremamente adequado para a expansão global. (Ibidem, 2003, p.65)

Disso decorre que se, por um lado, desenvolveram-se as atividades propriamente industriais, por outro, a população rural continuou a crescer (até pelo menos a década de 1970). À progressão do modelo de expansão capitalista brasileira correspondeu, portanto, a reprodução das antigas formas de acumulação.

Nesse contexto, a produção cafeeira irá mover a dinâmica econômica da região de Ribeirão Preto até meados de 1940. Sobre a base das novas condições de acumulação de capital registradas no país, unida às crises do ciclo produtivo regional, a diversificação agrícola foi a saída encontrada pelas classes dominantes para a manutenção da agricultura moderna como uma das bases da economia brasileira. "A partir de meados dos anos trinta [...] desenvolvem-se com maior velocidade as novas culturas como a do algodão, cana-de-açúcar, frutas cítricas, arroz, feijão, amendoim entre outras" (Geraldo, 2002, p.24; cf. Silveira, 1998, p.47). Do mesmo modo que o colapso do café indicava a derrocada da antiga classe de proprietários rurais, fazia emergir uma nova categoria social, integrada por pequenos e médios proprietários de terras que eram ex-colonos, como explica Sebastião Geraldo:

> Eles compravam seus lotes de terra das companhias colonizadoras ou dos próprios fazendeiros, com o dinheiro acumulado, resultante das sobras dos salários, da produção das roças que pegavam *a meia* e da venda de animais que criavam. Às vezes, recebiam as terras dos patrões como pagamento de dívidas, ainda que não tivessem seus direitos reconhecidos legalmente. (2002, p.25)

Desde 1934, com a criação da Companhia Agrícola, Imigração e Colonização (CAIC),[2] começava-se a lotear parte das fazendas de café decadentes e transformá-las em zonas de produção, aumentando a circulação de mercadorias na região. Desse modo, a região e o município de Ribeirão Preto viram-se, no período que compreende os anos de 1935 a 1945, diante de uma grande reestruturação fundiária, que faria emergir uma nova configuração econômica e social. "Nesse contexto, as novas culturas passam a atrair capital e força de trabalho. O colonato [...] aos poucos é substituído por outras formas de relações no campo." A maior parte dos trabalhadores passava a se ajustar às novas condições de produção do campo. Enquanto pequenos proprietários, meeiros e parceiros conviviam lado a lado com o grande latifúndio, outros trabalhadores seguiam para as cidades da região, conformando o chamado exército de reserva necessário para a consolidação das novas bases produtivas da economia brasileira. No espaço urbano, ganhava corpo uma estrutura composta por comerciantes e prestadores de serviços ao lado de uma categoria de trabalhadores, ex-escravos remanescentes das lavouras de café (Geraldo, 2002, p.26).

O crescimento de pequenos e médios agricultores, no entanto, foi interrompido pela ausência de subsídios e quaisquer incentivos do governo, ainda que seu papel tivesse grande importância para a expansão do sistema capitalista no país na primeira metade do século XX. As transformações da agricultura e da estrutura fundiária do município e região de Ribeirão Preto logo foram suplantadas por outra tendência, desencadeada pela dinâmica do que viria a ser o setor sucroalcooleiro. Assim escreveu Sebastião Geraldo:

> A fase de decadência da estrutura econômica voltada para a monocultura cafeeira, com o consequente desmembramento dos latifúndios, pode ser considerada como o momento embrionário de uma emergen-

---

2 A CAIC é resultado do processo de reorganização da Companhia Geral de Imigração e Colonização (CIA), fundada em 1928. Suas novas atribuições estavam em consonância com as necessidades geradas pela decadência do café no Brasil (cf. Geraldo, 2002, p.25).

> te categoria de produtores rurais na região: *os usineiros*. Estes passaram a incorporar, nas décadas posteriores à crise cafeeira, os pequenos lotes às suas propriedades, retomando assim, a concentração da propriedade agrária, quando não, proporcionando condições para que os pequenos proprietários, ilhados pelos canaviais, passassem a produzir cana para as usinas. (Ibidem, p.27-8. Grifo nosso.)

A produção de cana-de-açúcar inseria-se, portanto, no contexto maior das atividades políticas e econômicas do país. Com a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), em 1933, no governo Vargas, promoveu-se o deslocamento do centro produtor nacional de açúcar e álcool para a região Centro-Oeste do país, o que favoreceu diretamente a região e município de Ribeirão Preto.

No tocante às relações políticas brasileiras, a chamada revolução burguesa não exigiu uma ruptura radical entre as condições sob as quais se expandia o desenvolvimento da sociedade brasileira e as novas condições de acumulação e inserção no capitalismo mundial. As classes proprietárias agrárias – dominantes no âmbito do controle das relações externas da economia – viram-se, com a crise internacional de 1929, em condições de perda da hegemonia, forçadas a buscar outras formas de acumulação que substituíssem o acesso ao mercado externo da economia primário-exportadora, o que exigiu a criação de outras relações de produção. A operação para essa adequação, ou tentativa de destituição do poderio das classes agrárias, foi, na perspectiva de Francisco de Oliveira, empreendida no populismo varguista, que estabelecia a junção entre o "arcaico" e o "novo" para constituir fontes internas de acumulação. É nesse contexto que foi criada a legislação trabalhista que iria selar o pacto entre as emergentes classes burguês-industriais e as classes trabalhadoras urbanas (Oliveira, 2003, p.65). Nos termos do autor, tratou-se, assim, de afirmar um certo caráter produtivo que produzia o atraso como a forma política da expansão capitalista no Brasil: "revolução produtiva sem revolução burguesa" (ibidem, p.131).

Nesse processo, outro aspecto marcante e particular do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, especialmente no campo, é

seu caráter rentista, no qual se fundem capitalista e proprietário de terra em uma só pessoa. A aliança entre capital produtivo e propriedade da terra consolidou não somente a concentração fundiária como marca histórica do Brasil, como passou a integrar a própria forma como o capitalismo se desenvolve no país. Para o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, tratou-se de "um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no verso e outra atrasada no reverso" (Oliveira, 2001, p.187), que, antes de uma dualidade, mostra-se como uma relação dialética, uma singularidade histórica.

Como resultado desse processo de revitalização da estrutura agrária brasileira ascendia uma nova classe de produtores rurais em Ribeirão Preto, com as famílias Marchesi, Biagi, Balbo, Simione e Carolo, cuja maioria ainda permanece nas atividades vinculadas à produção de cana-de-açúcar. Segundo o jornal *Diário da Manhã*, de 7 de janeiro de 1979, essas famílias foram "conquistando" a terra e ampliando suas dimensões "comprando sítios, fazendinhas, engenho de aguardente, mourejando, educando filhos, netos e bisnetos [...] com respeito ao ser humano, e sabendo exigir respeito à sua digna atividade empresarial". Nascia, assim, ainda nos dizeres no jornal, "um empresariado atento na agroindústria, homens que debatem em Brasília, onde vão reaver o poder político perdido pelos coronéis em [19]29" (*Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 7/1/1979, apud Geraldo, 2002, p.29).

Reiterada a cada ciclo de desenvolvimento do país, a produção de cana-de-açúcar no município e região de Ribeirão Preto chegaria ao ano de 1962 com índices maiores que a produção de café: a primeira ocupava 10.850 ha., cerca de 34% da área cultivada no município e região, enquanto a segunda ocupava 4.925 ha., o equivalente a pouco mais de 15% da mesma (ibidem, p.30).

O campesinato no Brasil: exploração, lutas e vilipendiamento da classe trabalhadora

Posseiros, parceiros, meeiros, colonos, entre outros, vão se constituir no Brasil como grupos que, ao longo dos idos do século XX, têm sua experiência associada à terra. Vale ressaltar, experiência marcada pela falta de domínio sobre a terra, embora em alguns casos detenham a posse – ainda que sem o respaldo jurídico-legal. Índios e negros, além de mestiços, caboclos e aqueles excluídos do morgadio, imigrantes europeus, agregados das fazendas e um extenso grupo de excluídos, sem quaisquer possibilidades de reproduzir sua existência longe da mediação do senhor da terra.

Assim, constitui-se para José de Souza Martins o "campesinato brasileiro", que emerge na cena política do país como classe insubmissa, a partir de lutas sociais pelo trabalho e/ou pela terra, ainda que fragmentadas, desarticuladas e sem conformação de interesses. Não como fato externo das relações constituídas no Brasil, mas como produto interno da expansão das relações capitalistas no campo. De acordo com o autor:

> No nosso caso, o avanço do capitalismo não dependeu da abertura de um espaço livre à ocupação do capital. O trabalhador já era expropriado. Foi o próprio capital que, com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda a propriedade que não fosse unicamente a da sua própria força de trabalho. Por essa razão, o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. (Martins, 1983, p.17)

Ao contrário de boa parte da literatura sociológica brasileira que trata do conceito e existência do "homem do campo", José de Souza Martins propõe que este seja entendido como "camponês" pela existência da luta como mediação de sua experiência histórica, pois, pelo caráter que assumem as relações capitalistas no campo brasi-

leiro, esse conceito pode expressar a unidade da situação de classe – da mesma maneira que o latifundiário é, antes, uma referência política, definida na radicalização do processo de luta (o oponente, opressor) (ibidem, p.22-3).

Nesse sentido, o camponês no Brasil tem especificidade histórica, o que, em termos teóricos, significa que não pode ser compreendido nem a partir da realidade russa do final do século XIX – tese comumente apresenta por parte da literatura sociológica brasileira[3] –, como resquício de um contexto feudal inexistente, nem arbitrariamente reduzido à condição de assalariado que não fora. Da mesma maneira, os grupos que ocupam os espaços rurais e ali reproduzem sua experiência não podem ser submetidos à classificação positivista das várias formas e relações de trabalho, tampouco a cada modalidade de pagamento pelo trabalho. Desse modo, José de Souza Martins defende o conceito de camponês para tratar daquele sujeito que luta pelo trabalho e pela vida na terra. Também o faz a fim de compreender a emergência da luta dos trabalhadores rurais como parte do movimento geral de expansão das relações do capitalismo aqui estabelecidas (ibidem, p.24).

Esse aspecto fundamental, da centralidade da reprodução da existência a partir do território em que grupos de famílias vivem e experienciam suas relações, que para nós é referência para a compreensão de um dos aspectos da questão agrária brasileira, também foi tratado por Maria Aparecida de Moraes Silva, em sua obra *A luta pela terra: experiência e memória*. Nesse esforço, a socióloga relata o processo de expropriação dos trabalhadores rurais, "camponeses", que ocorre progressivamente pela modernização econô-

3 Ver, por exemplo, Bertero, para quem o camponês e a produção mercantil, necessariamente, se excluem, desconfigurando a suposta questão agrária e a existência do camponês no Brasil. Em suas palavras: "o campo não é mais campo. Juntou-se à cidade. Forma com esta uma nova síntese. A questão agrária já era [...] Envolve o conjunto dos trabalhadores, do campo e da cidade, predominantemente proletarizados ou semiproletarizados" (2006, p.62). Ainda sobre a discussão acerca da existência de um campesinato brasileiro, ver Fabrini (2004) e Porto-Gonçalves (2005).

mica e amparado pela estrutura político-estatal. A autora trabalha a tríade terra/capital/Estado para identificar os movimentos históricos mediante os quais os trabalhadores são expulsos de seus territórios de existência para integrar, ao longo do século XX, os contingentes populacionais dos centros urbanos modernos ou os centros dinâmicos da agricultura (Silva, 2004).

No entanto, resgatando as primeiras experiências de luta camponesa no país, Silas Nogueira apoia-se em Flávio dos Santos Gomes para afirmar que "estão nos quilombos as primeiras formas de luta pela terra, hoje traduzidas em *lutas pela reforma agrária*, quanto as origens do próprio campesinato brasileiro". Segundo seu autor de referência:

> Desde o século XVII – ganhando força nos séculos XVIII e XIX – constituiu-se um campesinato no Brasil. Suas origens são os próprios quilombos [...] as comunidades de fugitivos de índios aldeados (refugiados de aldeamentos religiosos e leigos, que se redefiniam etnicamente); as comunidades camponesas formadas por setores sociais de homens livres pobres "marginalizados" e/ou "desclassificados" (denominamos a população livre pobre fora do controle privado dos mundos coloniais), como os desertores militares; as atividades econômicas de roceiros (gestadas a partir de economias próprias dos escravos, qual seja o tempo e roças destinadas aos escravos por seus próprios senhores para que garantissem seu próprio sustento e a gestação de setores camponeses de lavradores pobres – homens livres – nas áreas não voltadas para a agroexportação e/ou nas franjas das áreas econômicas de fronteiras abertas). (Gomes apud Nogueira, 2005, p.135)

De um ponto de vista histórico, podemos apontar que os "camponeses" emergem como expressão política da forma singular de expansão e consolidação do capitalismo no Brasil. Desde a experiência de colonização, da posse da terra dos povos aqui constituídos e dos negros trazidos à força e vilipendiados – processo radicalizado pela Lei de Terras de 1850 – até o golpe militar de 1964, perpassando os períodos de industrialização do Brasil, nas décadas de 1930 e 1950, os processos políticos pelos quais o país passou criaram condições

para que a propriedade da terra – fonte do poder político de uma importante classe dominante brasileira – não se constituísse como impeditivo para a realização de um projeto de desenvolvimento econômico propriamente capitalista. A Lei de Terras impede a possibilidade histórica de amplos grupos de famílias que têm suas experiências associadas ao espaço rural de se territorializar, ou seja, de ali construir sua existência de forma "livre". Do mesmo modo, a expansão da indústria já na década de 1930 não significou a constituição de um conflito político entre proprietários de terras e capital; estes, ao contrário, se fundiram, conformando as bases da política nacional, ainda que os primeiros tenham deixado o centro do processo. O novo ciclo de industrialização verificado na década de 1950 promoveu a expansão das atividades agrícolas pela introdução de novas culturas, agora com utilização de tecnologias industriais, reafirmando o caráter concentracionista da organização fundiária e a progressiva expulsão de famílias de seu espaço social historicamente construído.

A luta pela terra emerge, fundamentalmente, como um dos aspectos mais significativos da questão agrária brasileira; como a manifestação de resistência de povos, grupos e movimentos organizados aos processos de exclusão, expulsão e expropriação da terra, da vida na terra. No limite, em períodos determinados, serão as lutas sociais que transformarão a reforma agrária em projeto político popular amplo.

Assim, a história brasileira pode também ser lida através da luta dos povos negros, povos indígenas e demais grupos que vivem do campo. Igualmente, através dos posseiros, além de famílias de pequenos produtores, de trabalhadores rurais que, na década de 1950, produziram inúmeros movimentos de luta pela terra, pelo trabalho e pela reforma agrária (e com eles um acirrado debate acadêmico).

Naquele momento, afirma Francisco de Oliveira, a amplificação da política foi maior entre os trabalhadores rurais que entre os trabalhadores da cidade, pois havia a possibilidade da "dessubordinação" da posição de "apêndice da velha classe dominante latifundiária" (1999, p.63). Dentre os inúmeros movimentos de traba-

lhadores, destacam-se as Ligas Camponesas no Nordeste, contando tanto com o apoio dos setores progressistas da Igreja Católica quanto do Partido Comunista Brasileiro, ainda que sua situação fosse ilegal.

Silas Nogueira relata que "surgiram Ligas em vários estados brasileiros principalmente no Nordeste". As Ligas Camponesas defendiam

> camponeses contra a expulsão da terra, contra a elevação do preço dos arrendamentos e fins de práticas de exploração como o "cambão", medida imposta aos colonos que os obrigava a trabalhar um dia de graça para o fazendeiro. Mas a bandeira que caracterizaria as Ligas como inimigas primordiais do latifúndio era a defesa da expropriação de terras sem indenização prévia. (2005, p.164-5)

José de Souza Martins explica que, no final dos anos de 1950,

> Dominava a concepção de que o País estava fraturado – de um lado o País próspero e de outro o País miserável. Mais importante nisso tudo, e aí estava a verdadeira subversão que convulsionaria o País nos anos seguintes, era a tomada de consciência por importantes setores das elites (os bispos e o clero, os intelectuais, numa parcela dos políticos, alguns empresários) de que a questão da miséria era uma questão política. (1999, p.67)

Para Silas Nogueira, as eleições de Juscelino Kubitschek e de João Goulart marcam uma experiência de maior intensidade das liberdades democráticas no âmbito institucional, expressa no crescimento de entidades populares de base urbana, com a organização sindical e estudantil, e com o avanço das Ligas Camponesas. "Trata-se da chamada 'fase desenvolvimentista' marcada por acelerada industrialização e por forte crescimento da urbanização." Nesse contexto, segundo o autor, o Partido Comunista Brasileiro, mesmo na ilegalidade, influencia a maior parte dos sindicatos, urbanos e rurais, tendo inclusive criado a Ultab (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas), que se expandiu em quase todo o Brasil. "As

Ligas Camponesas crescem e, ainda que divergindo dos setores influenciados pelo PCB, avançam com a proposta da reforma agrária, realizando ocupações de terra e intensificando a discussão sobre a prevalência do latifúndio." Ao mesmo tempo, diz Nogueira (2005), os setores progressistas da Igreja Católica criam o Movimento de Educação de Base, que chega sobretudo aos trabalhadores e moradores do espaço rural (2005, p.165).

Destarte, havia grandes expectativas por amplas reformas, sobretudo a reforma agrária, em virtude da atividade política das Ligas Camponesas, da percepção atenta de setores da Igreja Católica acerca da miséria que tomava o espaço rural brasileiro. Ao mesmo tempo, o operariado urbano ganhava força e organização política. Em âmbito internacional, assistiam-se aos êxitos da Revolução Cubana (1959) e à expansão do comunismo como horizonte político amplos. Emerge, pois, a possibilidade de solapar as bases latifundistas que, em grande medida, fundamentavam o poder político do Estado brasileiro.

> As liberdades democráticas [possibilitadas em grande medida pelo governo Jango] permitem um avanço dos movimentos sociais iniciados na década anterior [...] A chamada "ala progressista" da Igreja Católica, com base na Teologia da Libertação, parte para atuação mais ofensiva, contribuindo tanto para a criação de sindicatos, associações como para outros mecanismos de ação comunitária [...] No campo, continua a violência contínua com as expulsões de posseiros e exploração da força de trabalho [...] O movimento popular responde com ocupações e intensificação da luta pela reforma agrária. As Ligas Camponesas crescem em quantidade e importância política no cenário nacional. Nas cidades, as diferentes categorias de trabalhadores empreendem mobilizações, grandes greves e manifestações. Os estudantes fortalecem a UNE enquanto instrumento de participação e transformação política. (Nogueira, 2005, p.168-9).

Além disso, afirma Francisco de Oliveira, as reformas de base dos anos 1950 e 1960 apontavam para o questionamento da distribuição da riqueza, "unificando também categorias diversas de tra-

balhadores urbanos, classes médias antigas e novas, profissionais de novas ocupações, agora autonomizados". Unido a esse fato havia intensa discussão sobre a educação, mais precisamente sobre o papel da escola pública, da produção intelectual, a função dos intelectuais que, "nessa nova relação, tornavam-se 'intelectuais orgânicos' da política, sem que estivessem necessariamente ligados a partidos políticos" (Oliveira, 1999, p.64).

José de Souza Martins relata que os militares viam fortes tensões no campo, suficientes para produzir uma base de desestabilização política no país. "Na falta de uma elite dirigente capaz, as tensões no campo viabilizavam e fortaleciam a ação dos diferentes grupos de esquerda, que não podiam deixar de representar e protagonizar as mudanças sociais e políticas radicais." Visto de um ângulo maior, isso significa que as tensões no campo, junto com as mobilizações dos setores operários nas cidades – num contexto global onde emergiam experiências de revoltas e revoluções, sobretudo na América Latina do pós-Segunda Guerra Mundial –, poderiam levar o Brasil a uma opção político-ideológica desalinhada do chamado "bloco ocidental" que se constituíra, ainda que essas tensões no campo não tivessem (e, de fato, não tinham) força para tanto (Martins, 1999, p.75). Nessa atmosfera, acontece o golpe de Estado de 1964.

Para José de Souza Martins, o golpe se deu "para evitar a chamada revolução agrária [...] Essencialmente, a dinâmica do processo vinha das inquietações rurais", além do medo do comunismo (1997, p.83).

A "anulação do dissenso" vinha, mais uma vez, pela coerção, pela repressão das forças populares, ou, como afirmou Francisco de Oliveira, como o "esforço desesperado de anular a construção política que as classes dominadas haviam realizado no Brasil, pelo menos desde os anos trinta" do século passado. Assim, "tortura, morte, exílio, cassação de direitos, tudo era como uma sinistra repetição da apropriação dos corpos e do seu silenciamento, do seu vilipendiamento" (1999, p.64).

Mas, para acalmar os ânimos que se exaltavam no espaço rural e a ameaça de uma insurgência vinda do campo, fora, também, cria-

do o Estatuto da Terra que, para José de Souza Martins, era "uma legislação suficientemente ambígua para dividir os proprietários de terra e assegurar ao mesmo tempo o apoio do grande capital, inclusive o apoio do grande capital multinacional". O Estatuto da Terra classificava o uso e extensões de propriedade, formulando um conceito operacional de latifúndio a fim de estabelecer distinções entre terras desapropriáveis e terras não desapropriáveis. Nesse sentido, pequenas propriedades sem uso social poderiam ser desapropriadas, enquanto uma flexível noção de empresa rural atribuía função social a muitas propriedades, excluindo-as das desapropriações. Esse sistema, desde logo, indicou a *orientação modernizadora* que viria nos anos 1970, com a expansão do capitalismo no campo brasileiro (Martins, 1999, p.78).

Ao mesmo tempo, a proposta de reforma agrária era contrabalançada com o projeto de ocupação da Amazônia, a partir da criação da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e do Banco da Amazônia, que deveria conceder incentivos fiscais aos empresários que investissem 50% de seu imposto de renda no financiamento de projetos de desenvolvimento na Amazônia. "Os investimentos orientaram-se de preferência para a agropecuária, de modo que um grande número de empresários e de empresas, especialmente do Sudeste, sem tradição no ramo, tornaram-se proprietários de terras", o que animava o mercado imobiliário, convertendo proprietários de terra em proprietários de capital. Portanto, numa relação diametralmente oposta ao modelo clássico, a terra, em geral considerada entrave à expansão capitalista, convertia-se no modo singular da expansão do sistema: "*no modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas por incentivos fiscais*". O empresário comprava a terra e recebia incentivo fiscal, que transformava em capital, para torná-la produtiva. "*O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando, consequentemente, o sistema oligárquico nela apoiado*" (ibidem, p.79-80. Grifos nossos).

Enquanto se transformava a base técnica da agricultura (com o aumento médio da produtividade), gerando divisas por meio das exportações agrícolas, intensificava-se o êxodo rural, pois esse processo reafirmava a concentração da propriedade e os entraves para o acesso à terra, fazendo com que, progressivamente, meeiros, posseiros, pequenos arrendatários, dentre outros, dessem lugar ao trabalhador rural volante, também conhecido como "boia-fria", que vive na cidade e trabalha nos complexos rurais.

No geral, o sistema se apoiou na alta taxa de exploração do trabalho e da condição humana, aliada à modernização tecnológica, que, progressivamente, eliminou várias categorias de trabalhadores do circuito produtivo. O empobrecimento dos grupos de famílias integrantes das classes populares, especialmente no campo, foi visível; promovia-se não apenas a esterilização da força de trabalho, mas também a eliminação de modos de vida distintos.

Silas Nogueira, citando Zander Navarro, afirma que, na década de 1970, em todo o país, quase 16 milhões de pessoas deixaram o campo. Nesse período, houve uma redução de 68% para 44% da população rural. Processo que se seguiu na década de 1980, na qual a população do campo representava 32% da população total (Navarro apud Nogueira, 2005, p.173). A geração de excedentes populacionais nos médios e grandes centros urbanos integra parte do repertório dos resultados mais visíveis da modernização do campo. Outros feitos importantes podem ser vislumbrados na construção das rodovias Transamazônica e Rio-Santos; nas inúmeras usinas hidrelétricas, dentre as quais, Itaipu; e no Pró-Álcool, programa de aceleração do desenvolvimento da produção sucroalcooleira.

Uma luta na região da Alta Mogiana e o MST no Brasil: emerge um novo sujeito político e uma nova forma de luta

O desenvolvimento da cultura canavieira acelerou-se ainda mais a partir de 1975, com o Proálcool. Em âmbito internacional, vivia-se uma crise energética, em função da diminuição da produ-

ção do petróleo. Para tanto, o governo militar brasileiro busca dinamizar a produção do álcool, a fim de que este seja uma alternativa para o momento de crise. O Proálcool foi, então, o programa de aceleração do desenvolvimento da produção sucroalcooleira e, ainda, importante mecanismo do modelo geral de desenvolvimento econômico do país, uma vez que utilizava tecnologias e equipamentos nacionais, aliviando a dependência do açúcar brasileiro das oscilações do mercado internacional; além disso, garantia o abastecimento da frota nacional, reduzindo as despesas de importação de petróleo. O programa tinha como meta produzir 10,7 bilhões de litros de álcool em 1985 e 14 bilhões em 1987 e, assim, "gerar álcool suficiente para misturar à gasolina (na proporção de 20% de álcool e 80% de gasolina)" (Silveira, 1998, p.55; cf. Geraldo, 2002, p.31).

No município e região de Ribeirão Preto, o Proálcool

> acentuou a tendência de concentração de capital pelos grandes proprietários e usineiros [conferindo-lhes força política], influi no aspecto demográfico, promovendo movimentos migratórios para a região, acentuou o estabelecimento de novas formas de relações de trabalho. Influenciou no acesso à propriedade da terra, ao inviabilizar a sobrevivência dos pequenos proprietários e consolidou a monocultura da cana-de-açúcar [...] A região de Ribeirão Preto foi o centro preferencial do programa. Recebeu o maior volume de investimentos e absorveu maior grau de transformação no seu espaço econômico. (Geraldo, 2002, p.31)

Para os pequenos proprietários, isso significou a inviabilidade da produção, já que a intensificação da indústria sucroalcooleira criou a necessidade da utilização de cana-de-açúcar própria, ou seja, produzida pelos próprios usineiros, forçando, então, a "desapropriação" de terras de baixa escala produtiva (pequena produção ou familiar). Em decorrência disso, nos anos de 1970 e 1980, a região de Ribeirão Preto sofreu significativo aumento de sua população urbana.

Com a instalação de usinas e grandes plantações, os municípios menores passaram a abrigar novos trabalhadores e boias-frias, o que foi arrefecido na década de 1990 pela indefinição do programa governamental. A industrialização do município se deu, em boa medida, concomitante à expansão industrial verificada no Brasil; contudo, como afirmam Walker & Barbosa (2000), nunca ultrapassou as atividades do setor terciário, embora, em 1980, a população rural seja apenas de 15% do total (2000, p.176-7).

Segundo Ubaldo Silveira, a safra 1993/1994 de cana-de-açúcar alcançou os maiores índices produtivos até então já vistos na região de Ribeirão Preto: "80% das 29 usinas e 17 destilarias da região terminaram a moagem da cana com um aumento médio de 10% na produção. Nessa safra os usineiros colheram 65 milhões de toneladas de cana" (1998, p.55).

Com a consolidação da agroindústria na região de Ribeirão Preto, em pouco tempo edificaram-se os setores modernos da indústria de bens de produção para a agricultura. Constituiu-se, assim, um verdadeiro complexo agroindustrial, que combinou a indústria e as atividades agrícolas com o processo de urbanização acelerado.

Nesse contexto, "o povo camponês, pobre, [...] mestiço, caipira, era obstáculo a ser removido, ou com a sorte de condenados, transformados em força de trabalho barata para a expansão da agro-indústria". A promoção da morte, ciladas e massacres contra trabalhadores, no entanto, não impediu que a luta e a organização prosseguissem:

> Os muitos pontos de resistência, na cidade e no campo, com o início do esgotamento da ditadura [...] ganham força e capacidade organizativa. O movimento sindical urbano rompe as amarras repressivas, cresce e instala nova fase de lutas político-operárias. Moradores das grandes periferias mostram que, a despeito da violenta repressão, o anseio de participação política e de transformação da realidade nunca deixou de existir entre os excluídos. Com inúmeras dificuldades, fragmentadas ideológica, cultural e politicamente, as manifestações populares ganham as ruas e mostram que nem todos foram atingidos pela

> desesperança e pelo desânimo, impostos pela ditadura do grande capital e das elites. (Nogueira, 2005, p.174-5)

Na região da Alta Mogiana, o ano de 1983 é significativo no que toca à organização dos trabalhadores rurais após a ditadura militar (1964-1984). Nessa região, o corte da cana-de-açúcar era feito pelo sistema chamado "5 ruas", ou seja, "cada trabalhador recebia 5 fileiras de cana para cortar e, em cada espaço previamente estabelecido, ele amontoava a cana cortada". Contudo, as usinas afirmavam que o melhor seria atribuir "7 ruas" para cada trabalhador, pois isso poderia propiciar tanto a economia de combustível utilizado pelas carregadeiras quanto um aumento da capacidade produtiva, em vista da intensificação do ritmo de trabalho dos volantes, ou boias-frias (Geraldo, 2002, p.49).

A organização sindical reivindicaria, no município e região de Ribeirão Preto, melhores condições de salário e trabalho às categorias rurais a partir de ampla movimentação realizada pela Pastoral da Terra nessa região. Assim, um forte movimento adentrou o ano de 1984 e precipitou-se em Guariba (SP) quando, numa importante manifestação, o prédio da Sabesp foi depredado, em virtude das abusivas taxas de água. "Dias depois, ganhava a adesão de cortadores de cana e de apanhadores de laranjas de cidades da região como Araraquara, Sertãozinho e Bebedouro. Em pouco tempo, a greve expandiu-se por todo o estado" (ibidem, p.49-50). O movimento passaria a ser conhecido como o levante de Guariba.

No entanto, veio a reação:

> A violenta repressão, com tiros e forte pancadaria, tinha por objetivo dar exemplo ao país inteiro. A ditadura ainda vigente não poderia deixar a enorme categoria encontrar os caminhos de utilizar a sua força e mostrar as mazelas do emergente setor agro-industrial. O Proálcool, como todas as formas de subsídios que o sucederam, era vendido pelo *marketing* oficial e oficioso como solução para o desemprego, para a desigualdade e até mesmo para os problemas ecológicos gerados pela monocultura. [...] Grande parte dos meios de comunicação da região,

> incluindo jornais, rádios e televisão, usou de dois artifícios bastante comuns na época, ou silenciavam ou batiam com bordões como *arruaça de uma minoria* e *baderna entre trabalhadores*. Entrevistas com usineiros, seus representantes e comandantes policiais inundaram a mídia; imagens da violência somente aquelas cometidas pelos trabalhadores em resposta à repressão policial. (Nogueira, 2005, p.202-3)

O movimento esmoreceu, porém, o sindicalismo rural prosseguiu fortalecido. É importante ressaltar que as lutas sociais no campo em Ribeirão Preto não emergem do episódio contemporâneo oriundo da organização dos trabalhadores volantes. Remontam, pelo menos, ao processo de expansão do ciclo cafeeiro.[4] No entanto, desse episódio em diante, as lutas ganhariam novos conteúdos e outras formas, ainda que persistisse a organização sindical e pontual dos trabalhadores rurais. Essa reformulação do processo de luta se inseria no contexto político, econômico e social do Brasil dos fins da ditadura militar.

No Rio Grande do Sul, também a partir da década de 1970, um conjunto de aspectos econômicos e políticos, associado ao que se convencionou chamar de modernização da agricultura, faria emergir o empobrecimento dos grupos de famílias de pequenos produtores e trabalhadores rurais, concomitantemente à emergência de um setor agrícola com novos padrões de produção, centrados no uso intensivo de tecnologias. Amplos contingentes de trabalhadores rurais viam-se, nesse processo, jogados às margens do circuito econômico das relações sociais, passando a integrar massas excedentes nos centros urbanos. Em razão da concentração de imigrantes europeus entre os trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul e da necessidade concreta e política da permanência na terra – território-base de suas experiências sociais –, emerge uma *nova* luta social no campo brasileiro.

Ao mesmo tempo, no Mato Grosso do Sul, em São Paulo, em

4 Sobre as lutas camponesas na região de Ribeirão Preto, ver: Welch & Geraldo (1992). A obra, no entanto, abarca o período do ciclo cafeeiro em diante. Não encontramos registro de lutas camponesas no período histórico anterior.

Santa Catarina e outros estados do Norte e do Nordeste, setores progressistas da Igreja Católica já desenvolviam, desde os idos de 1950, importante trabalho no *espaço rural*, que desaguaria, em 1975, no surgimento da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Desenvolvendo trabalho de formação política e de conscientização da necessidade da luta pela terra de trabalho com diversos grupos, a CPT passa a atuar para aproximar os movimentos que se encontravam distantes, realizando, em julho de 1982, em Medianeira, no Paraná, um encontro nacional de grupos e organizações de luta pela terra. Desse encontro, outros tantos seriam organizados até que, em 24 de janeiro de 1984, é realizado o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nascia, ali, o MST, com oitenta representantes de treze estados federativos brasileiros[5] que se inseriam nos processos políticos empreendidos no país nos fins da década de 1970 e início da década de 1980. O MST tem, portanto, como o primeiro e mais próximo intelectual orgânico do movimento em constituição, a base religiosa da CPT.[6]

Com a sinalização do fim da ditadura militar instaurada em 1964, constituía-se, no interior das classes trabalhadoras, um movimento nacional pela abertura política do Brasil. Emergem, então, as lutas operárias na Grande São Paulo, nas quais nascem o Partido dos Trabalhadores – PT e a Central Única dos Trabalhadores – CUT, os movimentos estudantis pró-democracia, dentre outras manifestações políticas e culturais em favor da redemocratização do país. Assim, a luta pela reforma agrária, empunhada pelo MST, encontrou acolhida nesse conjunto de lutas sociais dos setores organizados da sociedade brasileira, sustentando, juntamente com outras formas de organização de trabalhadores, um *novo* projeto democrático-popular de desenvolvimento econômico, político e

5 Para análise mais detalhada do surgimento do MST, ver Fernandes & Stédile (2000).

6 Para Silas Nogueira, o vínculo do MST com a Igreja Católica, existente ainda hoje, "é um dos elementos mais perturbadores da discussão que o próprio Movimento faz sobre sua identidade, autonomia e independência". Para o pesquisador, essa autonomia coloca-se em questão ainda na atualidade (2005, p.177).

social. Projeto este que via na luta por reformas uma possibilidade concreta de fazer com que as forças populares participassem ativamente dos processos políticos nacionais. Até, pelo menos, a Constituinte de 1988, a política se reavivara com a emergência de foros de direitos: direitos ao trabalho, à auto-organização, à saúde, à educação, direitos da criança e do adolescente e direito à terra.

Em janeiro de 1985, o MST realiza seu Primeiro Congresso Nacional. Seu lema: "Sem reforma agrária não há democracia. Ocupação é a solução. Terra para quem nela trabalha". A partir de então, o movimento passou a promover ocupações e criar acampamentos em terras devolutas ou improdutivas, estatais ou em desacordo com as legislações que versam sobre a propriedade da terra no Brasil e sobre o meio ambiente, buscando defender um projeto popular de desenvolvimento agrário por intermédio da luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação radical da sociedade – três objetivos gerais aprovados quando do surgimento do movimento.

Em pouco tempo, o movimento se tornou a principal organização de luta pela terra no país, com estrutura organizativa em praticamente todos os estados brasileiros. Tratou-se, desde logo, de um sujeito coletivo cujo alicerce estava na concepção de democracia constituída no interior da sociedade civil, construída entre os grupos e classes subalternas, a partir de sua práxis transformadora das bases latifundistas da estrutura agrária brasileira. Junto com outros instrumentos políticos de organização da classe trabalhadora, CUT e PT, o Movimento Sem Terra cumpria a função de ampliar os espaços da política, da criação e convivência do dissenso, outrora esmaecido pela articulação agrário-industrial e pelas forças coercitivas do Estado.

A cada novo assentamento conquistado, a ocupação de outra fração do território nacional. No entremeio, a busca e formação de novos quadros/militantes, sujeitos da transformação da sociedade. Assim, ao longo da década de 1980, a luta pela terra perpetrada pelo MST foi consolidando um importante instrumento de organização da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, nos termos do

geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, foi se espacializando, graças à territorialização de famílias de trabalhadores e ex-trabalhadores rurais:

> As ocupações massivas [passam a ser] um elemento novo que contribui para o avanço da luta pela terra. [...] Essas lutas foram desenvolvidas por meio dos processos de espacialização e territorialização dos movimentos sociais no campo. Embora alguns pesquisadores denominem essa política de assentamentos rurais como uma política de reforma agrária, a existência da imensa maioria dos assentamentos é resultado da luta pela terra. Assim, pela inexistência da reforma agrária, as ocupações têm sido a principal forma de acesso à terra. (Fernandes, 2001, p.20-1)

Apontamentos sobre o Brasil contemporâneo, o espaço rural e o MST

A década de 1990 é, para Francisco de Oliveira, o período de mudança de paradigma: do iluminismo para o conservadorismo ou reação. Nessa década, segundo ele,

> a sociedade brasileira passa a ser presidida pelo signo da Reação, do Conservadorismo, em sentidos sociológico e político fortes. Não se está tratando aqui da "cor" política dos políticos e dos partidos; no passado, frequentemente, partidos com base rural, como o velho Partido Social-Democrático, não eram conservadores nem reacionários nos sentidos político e sociológico fortes assinalados, embora o fossem do ponto de vista do clássico espectro político. Mas, do ponto de vista do Iluminismo, ele era, também, e sua ação prática o confirmava, um partido "iluminista", progressista. (1998, p.225)

É o governo Collor que marca o início do conservadorismo. Sob o estigma do marajá, que "simbolizava a ira e o ressentimento popular contra as longas filas do INSS", Collor de Mello atacou destrutivamente as instituições públicas do precário Estado de Bem-estar Social brasileiro, processando um verdadeiro "desmantelamento do

aparelho do Estado para as políticas públicas", dando início, aí, a uma nova era, que ganharia maior expressão com Fernando Henrique Cardoso – "organizador" das articulações. Nesse período, o conservadorismo ganha estatuto de projeto de hegemonia:

> porque unifica praticamente todo o espectro político que vai do centro à extrema direita, e no plano dos interesses de classe burgueses unifica os que vão do campo à cidade, passam pela nova complexidade dada por uma divisão social do trabalho, em que a própria agricultura já é inteiramente capitalista, a indústria é 34% do PIB nacional, os serviços já são mais de 50% do PIB e não são mais serviços de garotos lavando carros na rua, e a intermediação financeira (bancos e finanças não bancárias) alcançou a marca, recorde para o mundo capitalista, de uns 13% do PIB nacional; além disso, o que não é desimportante, as antigas fraturas regionais, que no passado deram lugar às revoltas e revoluções, a última das quais foi a própria Revolução de [19]30, foram substituídas por uma burguesia (com todos os seus ramos e frações) unificada nacionalmente (que inclui, é claro, a burguesia internacional aqui presente), que é a mesma da Amazônia ao Rio Grande do Sul, passando pelo Nordeste, num movimento que teve nas empresas estatais um dos epicentros de sua aglutinação regional e nacional. (Ibidem, p.226-7)

Por essa razão, afirma o autor em outra obra, que o Brasil contemporâneo já não pode mais ser considerado subdesenvolvido. Antes, trata-se de uma verdadeira economia industrial, moderna, com complexo setor financeiro, de serviços e comercial. "Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, *dunque* nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte *agrobusiness*", além de amplo setor industrial (2003, p.132-3).

Nesse período, os interesses das classes dominantes passam a ser tomados como "senso comum" para os dominados, com a mitificação da estabilidade monetária, após o sucesso do Plano Real. As classes populares dominadas, que tiveram uma terrível experiência com a inflação, passaram a defender a estabilidade, ou seja, a não reforma – "único meio" pelo qual essas classes poderiam ter suas condições de vida melhoradas. As implicações desse processo fo-

ram, para Francisco de Oliveira, em primeiro lugar uma substituição do princípio da esperança pelo princípio da realidade, no qual a expectativa em torno da resolução dos problemas historicamente constituídos (princípio da esperança) cede lugar para a ideia de que existem limites e o *status quo* deve ser aceito (princípio da realidade). Em segundo lugar, o plano dos direitos é substituído pelo plano do contrato mercantil. Os direitos sociais historicamente constituídos sob a égide do capital produtivo são destruídos nas reformas constitucionais promovidas por FHC: direitos dos funcionários públicos, dos trabalhadores, dos aposentados; reabertura de demarcações indígenas, flexibilização do trabalho, Estado tratado como empresa, etc., etc. (Oliveira, 1998, p.227-30).

Ao mesmo tempo, processam-se profundas transformações no espaço rural, com o objetivo de criar bases para o desenvolvimento agrícola competitivo. Como afirma Mauro Malin, amplos subsídios para a agricultura e fortalecimento do setor, bem como nova postura do Itamaraty nas negociações externas, serão parte dos esforços do governo FHC:

> A mudança tecnológica, dos transportes e das comunicações, que tirou o campo de um aparente isolamento, tornou mais visíveis as articulações entre todos os segmentos da vida econômica. Nas contas do [então] presidente da Associação Brasileira de Agribusiness, Roberto Rodrigues, o agronegócio representa 25% do valor da produção total brasileira e é responsável por 37% dos empregos gerados no país e por 40% das exportações (*O Estado de S. Paulo*, 20/9/2001). (Malin,2002, p.209)

Para Malin, o governo de Fernando Henrique Cardoso "deu vida" à reforma agrária, se comparado às gestões anteriores. O Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, previsto pelo Estatuto da Terra sancionado pelo governo militar de Castelo Branco – e, na época, seu ministro do Planejamento, Roberto Campos –, foi, finalmente, elaborado pelo governo *democrático* de José Sarney, engendrando um amplo movimento, tanto dos setores progressistas quanto dos setores conservadores da política brasileira. Sarney

anunciou uma meta de 1,4 milhão de famílias assentadas, ainda no ano de 1985. Com um investimento de cerca de US$ 263 milhões, entre 1985 e 1989 (2002, p.182).

No entanto, revela-nos Ariovaldo Umbelino de Oliveira, "apenas 8% das terras previstas foram desapropriadas, e 10% das famílias assentadas", ou seja, 140 mil famílias (2001, p.200).

Segundo Malin, no governo Fernando Collor e, posteriormente, no de Itamar Franco (1990-1994), os investimentos foram da ordem de US$ 353,1 milhões, o que, em termos absolutos, significou a desapropriação de 265 imóveis, correspondentes a uma área de 1.459.632 ha, na qual foram assentadas 41.625 famílias (2002, p.186).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira afirma, porém, que nesse período, tal como no governo Sarney, a reforma agrária não se constitui como reforma social de grande envergadura, ao menos enquanto política de Estado (2001, p.200).

Ressalta Malin que o governo FHC criou também um dispositivo constitucional para a arrecadação de terras: áreas nas quais existam trabalho escravo ou plantas psicotrópicas podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária, além da efetivação do reconhecimento da propriedade da terra a grupos remanescentes de quilombos – dispositivo constitucional previsto desde 1988 que, no entanto, passou a vigorar, por meio da distribuição de títulos de posse, somente a partir de 1995. Em 1998 é homologada a lei complementar que cria um fundo especial de R$ 1 bilhão para o Banco da Terra, cujo embrião é a Cédula da Terra – fundo desenvolvido com o apoio do Banco Mundial. O Banco da Terra passava a financiar a aquisição de imóveis rurais e a realização de obras de infraestrutura até o limite de R$ 40 mil por família, com amortização em até vinte anos. Decretos autorizam o Incra a participar de leilões para aquisição de terras para fins de reforma agrária e, assim, mesmo não sendo nenhum entusiasta da reforma agrária, Fernando Henrique Cardoso criara algumas bases para sua realização nos termos dos processos globais da economia de mercado. Apenas em seu primeiro mandato, o governo Fernando Henrique investiu

R$ 1,397 bilhão. Até o ano de 2001, final de seu segundo mandato, já haviam sido assentadas 584.655 famílias, o que corresponde a uma média de 83,5 mil por ano (Malin, 2002, p.183).

Todavia, o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes atenta que as políticas sociais tiveram o capital e o mercado como suas principais referências, o que, para o autor, significou, antes, uma tentativa de destituir de sentido as lutas promovidas pelos movimentos sociais:

> Desde a sua primeira gestão, o governo Fernando Henrique Cardoso [...] [criou] diversas políticas com o objetivo de impedir o avanço da luta pela terra. Para tentar diminuir o crescimento das ocupações de terra, foi criado o Banco da Terra: uma política de compra e venda de terras. Igualmente, por meio de medidas provisórias, iniciou uma série de políticas, como, por exemplo: não realizar vistorias em terras ocupadas, não assentar as famílias que participarem de ocupações, excluir os assentados que apoiarem outros sem-terra na ocupação de terra, tentando, dessa maneira, impedir o processo de territorialização da luta pela terra. (2001, p.22)

De fato, as inúmeras medidas tomadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso buscaram criar obstáculos para a expansão do processo de luta, dentre os quais, a proibição da vistoria de áreas rurais "invadidas",[7] por meio da medida provisória nº 2.183-56/2001 – mecanismo bastante significativo se levado em conta que, somente

---

7 Jucelino Strozake, advogado e integrante do Setor de Direitos Humanos do MST, explica que a Constituição Federal Brasileira, no artigo 184, prevê a desapropriação de terras que não cumprem função social para fins de reforma agrária. A função social, prevista pelo artigo 186, é o aproveitamento racional e adequado dos recursos naturais disponíveis, além da preservação do meio ambiente e da observância das disposições que regulamentam as relações de trabalho e o bem-estar de trabalhadores e proprietários. Da mesma maneira, a invasão de quaisquer propriedades privadas é considerada pelo Código Penal brasileiro como crime de esbulho possessório. Nesses termos, é possível dizer que o território cuja utilização está em desacordo com a lei encontra-se "vazio", portanto, passível de ocupação, desde que esta dê uma utilidade social ao espaço (ver www.mst.org.br).

na década de 1990, o MST trouxe para suas bases mais de 400 mil famílias para ocuparem latifúndios (cf. www.mst.org.br), numa tentativa de recompor o campo político do dissenso, novamente destituído por aquilo que Francisco de Oliveira (1999, p.67-79) chamou de "vida regulamentada pelo mercado", na qual emerge a "falsa consciência da desnecessidade do público" e a "necessidade da privatização da vida", que impõem a necessidade da recomposição do espaço da política, nem sempre recuperado.

Na realidade, explica Roseli Caldart, desde 1987, o MST adentra um momento histórico de ampliação de suas estruturas de organização e de participação coletivas. Emerge no interior do movimento a perspectiva da organização de massas que, em outros termos, significa um movimento com ampla estrutura organizativa. Duas decisões do MST marcam esse novo momento histórico do movimento. "A primeira decisão foi a de que *o MST seria também o movimento ou a organização dos assentados*. Isso aconteceu logo que começou a ser conquistado um número significativo de assentamentos, colocando a questão da *identidade do assentado*" (Caldart, 2004, p.133-4).

Havia o discurso do governo de que, na condição de assentados, os trabalhadores deixavam de ser *sem-terra* e passam a ser *com-terra*. No entanto, a realidade da falta de condições para a reprodução da existência no interior do assentamento impunha a necessidade da continuidade da luta. "A dúvida então não era sobre continuar lutando, mas se afinal a luta era a mesma ou era outra" (ibidem, p.134).

Caldart relata que, nesse momento, aventou-se a possibilidade de criação de outro movimento, o Movimento Pé no Chão, organização específica dos assentados para a luta por direitos sociais constituídos. Por deliberação do Primeiro Encontro Nacional dos Assentados, em 1986, em Cascavel, no Paraná, o movimento não ganhou força, pois havia o entendimento de que, se os movimentos fossem separados, certamente seriam enfraquecidos, correndo o risco de ser destruídos antes mesmo de atingir a maturidade. Além disso, a proposta não condizia com os próprios objetivos e princípios do MST, que apontavam, quando do seu surgimento, para

além da luta pela terra. Esta seria seu pilar principal, porém, a luta não deveria se esgotar aí:

> Mas a importância histórica da decisão tomada pelo MST nessa época está também, e talvez principalmente, nos desdobramentos organizativos que ela provocou. Em uma organização pensada para fazer a luta massiva pela terra ainda não cabiam os desafios próprios da organização da produção e do conjunto da vida social nessas novas *frações de território* conquistadas. Manter o compromisso com os assentados significou passar a incluir um novo tipo de preocupações e de demandas para os sem-terra do MST, abrindo-se para questões que podem assumir outra lógica que não aquela nascida da luta pela terra propriamente dita. (Ibidem, p.135)

Aparecia, assim, uma tensão entre duas formas organizativas distintas, com lógicas distintas: a organização para o avanço da luta pela terra, que inclui a mobilização maciça para os movimentos de ocupação do território e a organização para o avanço da produção nos assentamentos, que envolve formação técnica, organização e planejamento de produção, e outros itens. Essa tensão, afirma Caldart, culminou em um novo perfil organizativo do MST, que se caracteriza pela relação dialética dessas lógicas, ou seja, na relação entre o movimento de massas e a organização social.

> Os sem-terra que cortam cercas, ocupam terras, enfrentam conflitos com o Estado e os latifundiários são também aqueles que se tornam dirigentes de empresas, que negociam em bancos, que fazem parcerias, que contratam técnicos e discutem as diretrizes de sua assessoria, que organizam sua produção em agroindústrias, e que chegam até a regular mercados regionais através da produção agrícola que comandam. (Ibidem, p.137)

A segunda decisão, atrelada à primeira, foi a de que os assentamentos seriam lugar de relações sociais distintas, alternativas, com base em outras formas de organização da produção. Quer dizer, depois que o movimento decide que os assentados também fazem

parte de sua base organizativa, volta-se para o estudo e pesquisa de experiências de produção. Em 1990, emerge o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA, sinalizando que a cooperação agrícola seria o eixo da produção e estruturação das relações sociais no interior no assentamento. No mesmo ano, ocorre o 2º Congresso Nacional do Movimento, de 8 a 10 de maio, sob o lema: "Ocupar, resistir e produzir". "Em maio de 1992 foi fundada a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. – Concrab, tendo os mesmos sem-terra como seus dirigentes" (ibidem, p.139).

O balanço feito pelo MST em 1999 revela parte de suas conquistas e avanços até então:

> No campo econômico, já somos mais de 200 mil famílias assentadas em mais de 7 milhões de hectares, libertos da cerca do latifúndio. Continuamos pobres. Mas agora temos trabalho o ano inteiro, casa, e produzimos alimentos. Construímos nove cooperativas centrais, 81 cooperativas locais, de produção, de serviços e de comercialização, e duas cooperativas de crédito. Temos mais de 45 unidades agroindustriais. Conquistamos linhas de crédito específicas para a reforma agrária, como o Procera [Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária], e financiamentos do BNDES para a agroindústria. Estamos orgulhosos de produzir as primeiras sementes agroecológicas de hortaliças do país. Mas, o mais importante é que, em todas as áreas conquistadas do latifúndio e transformadas em reforma agrária, agora vivem, 20, 30 vezes mais famílias do que antes. Mais famílias com trabalho, mais alimentos sendo produzidos [...]. (MST apud Caldart, 2004, p.139-40)

Em 1995, quando da realização do 3º Congresso Nacional do MST, a bandeira de luta passa a ser: "Reforma agrária uma luta de todos". Alguns autores consideram este o terceiro momento histórico do MST (cf. Caldart, 2004; cf. Militão, 2008). O movimento, a partir de então, passa a se mobilizar em torno das grandes questões nacionais. "A decisão fundamental desse momento foi a de fazer ações que buscassem tornar a opinião pública favorável à luta do

MST, o que significava demonstrar que a reforma agrária não era uma questão de interesse corporativo dos sem-terra" (Caldart, 2004, p.145). Em 1996, o MST lança o "Manifesto dos sem-terra ao povo brasileiro", no qual está exposta a perspectiva de um país melhor, com a democratização da terra. Assim, o movimento passou a integrar o debate sobre alternativas de desenvolvimento para o Brasil.

Em 17 de abril desse ano, porém, ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará. Dezenove trabalhadores rurais sem-terra foram mortos pela Polícia Militar do Estado do Pará quando resistiram ao pedido de despejo da área que ocupavam. Cerca de 1.500 sem-terra estavam acampados na região e decidiram realizar uma marcha em protesto contra a demora da desapropriação da Fazenda Macaxeira. No protesto, a rodovia PA-150, que liga Belém ao sul do estado, foi obstruída. No confronto com a polícia, 19 trabalhadores morreram na hora e outros 67 ficaram feridos.

Kelli Mafort, militante do MST, explica que:

> através do Massacre do Eldorado dos Carajás e da reação da sociedade, especialmente dos setores comprometidos da esquerda [...], a questão da reforma agrária, a questão agrária, [ganhou] extrema presença não só na vida dos sem-terra, mas na vida da sociedade como um todo. Esse período também foi o período que o Movimento Sem-Terra passou a ser mais conhecido na sociedade.[8]

Inicia-se aí uma longa campanha contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. No dia 23 de abril do mesmo ano, o movimento promoveu um ato político e cultural em frente à portaria de uma das mais importantes empresas da Vale do Rio Doce, localizada em Carajás, no município de Paraupebas, no Estado do Pará. A manifestação mobilizou inúmeras personalidades do cenário político e artístico do país, além de trabalhadores e militantes de organizações de trabalhadores. Ao final do ato, deliberou-se que ali

8 Kelli Mafort, em conferência ministrada em 9 de agosto de 2008, no Encontro Terra e Universidade, realizado no Centro de Formação Dom Hélder Câmara, em Ribeirão Preto, no período de 9 e 10 de agosto.

seria montado um acampamento, que deveria se constituir como ato de protesto mesmo após a venda da companhia. Segundo Caldart, "a mobilização promovida pelo MST causou espanto em alguns setores conservadores da opinião pública, tanto de direita como de esquerda". No caso da direita, em virtude do fato de que "sem-terra" não poderia "meter-se nesse assunto". No que concerne à esquerda, o fato chamava a atenção para dois aspectos: primeiro, "o de que os sem-terra não querem apenas terra, mas também o direito de cidadania plena"; o segundo, "o de que outros segmentos da sociedade que poderiam estar à frente dessa luta não estavam, pelo menos não com a força necessária para mobilizar o povo brasileiro contra essa ação" (2004, p.147).

É, então, realizada a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, em 17 de fevereiro de 1997. A marcha partiu de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, chegando a Brasília em 17 de abril do mesmo ano, "exatamente na data que foi transformada em Dia Internacional da Luta Camponesa, homenageando os dezenove trabalhadores sem-terra assassinados em Eldorado dos Carajás, no Pará, em 17 de abril do ano anterior" (ibidem, p.148).

Roseli Caldart relata que foram cerca de 1.300 sem-terra que caminharam mil quilômetros ao encontro de outras cem mil pessoas, "reunidas ali para prestar sua solidariedade ao MST, mas também para compartilhar do protesto contra o governo brasileiro e o seu modelo econômico de exclusão social e de multiplicação das desigualdades" (ibidem, p.148).

Mais uma vez, a sociedade civil reunia forças: movimentos e organizações populares, entidades de classe, intelectuais e artistas brasileiros:

> Foi a partir de 1996, com esse duro Massacre de Eldorado dos Carajás, onde dezenove companheiros e companheiras foram assassinados e assassinadas e a própria repercussão no ano seguinte através da marcha que a gente realizou para Brasília, [...] e a própria mobilização cultural que teve: José Saramago escreveu um livro, as fotos do Sebastião Salgado que foram expostas nas principais capitais do mundo, o

> CD do Chico Buarque,[9] [...] Esse período trouxe uma visibilidade não só para o Movimento Sem-Terra, mas também para a questão agrária bastante essenciais.[10]

Nesse contexto, a educação adentra a agenda das classes populares. Em julho de 1998, é realizada a Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, por meio da articulação do MST com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco e Universidade de Brasília – UnB. O encontrou promoveu um debate nacional sobre a situação da educação do campo, associando o tema a estratégias de desenvolvimento social do país (Caldart, 2004, p.149).

Em 1998, o MST realizou a Marcha pelo Brasil, junto com organizações e movimentos do campo e da cidade:

> Durante o mês de agosto e começo de setembro, diversos grupos de sem-terra, de desempregados, de professores e de religiosos organizaram-se em 72 *colunas* com aproximadamente duzentas pessoas em cada uma, e caminharam rumo à capital dos seus estados, passando pelas cidades e discutindo com o povo do local a sua situação e a do país, e refletindo com as pessoas sobre possíveis alternativas para a superação dos problemas ali identificados [...] A Marcha pelo Brasil culminou com a participação dos caminhantes no chamado *Grito dos Excluídos*, uma manifestação popular promovida pela Igreja [Católica]

---

9 Kelli Mafort está se referindo ao livro *Terra*, de autoria do fotógrafo Sebastião Salgado. Trata-se de uma obra que, por meio de fotografias e legendas, retrata o drama dos despossuídos e migrantes brasileiros, além das experiências dos lutadores pela terra. A obra é prefaciada pelo escritor José Saramago, primeiro escritor em língua portuguesa a receber o Prêmio Nobel de Literatura. O livro também é acompanhado por um CD de Chico Buarque, com quatro músicas dedicadas aos sem-terra e letras relacionadas à luta pela terra no Brasil. Além do livro, Sebastião Salgado também realizou a exposição *Terra*, em 1997, em quarenta países e em mais de cem cidades brasileiras. Ver Salgado (1997).

10 Kelli Mafort, em conferência ministrada em 9 de agosto de 2008, no Encontro Terra e Universidade.

> junto com as organizações e movimentos sociais, e que, nos últimos anos, vem transformando o 7 de Setembro em um dia nacional de protestos contra o governo e suas políticas recolonizadoras da pátria brasileira, realizando-se nas principais cidades do país. (Ibidem, p.150-1)

Em fins da década de 1990, o MST expõe publicamente seu apoio à candidatura de Lula e do PT para a Presidência da República. A palavra de ordem era ampliar os espaços do "fazer" política, ampliar a participação popular na definição das estratégias de desenvolvimento do país – algo que, por sua história, o Partido dos Trabalhadores poderia engendrar. No entanto, a esquerda partidária associada ao chamado *novo sindicalismo*, que vem à cena no final da ditadura militar de 1964 – vale destacar, junto com o MST –, já passava por profundas transformações.

Para Alder Júlio Calado, enquanto a CUT se expandiu no âmbito do controle da máquina governamental, tomando "gosto pela progressiva colaboração de classes", expressa tanto pelos diálogos estabelecidos com o patronato quanto na sua inserção nos espaços governamentais – inclusive com "cadeira", no governo de Fernando Henrique Cardoso, na gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, o Partido dos Trabalhadores, pela via institucional, desde 1982, passou a comemorar a ininterrupta sucessão de conquistas em prefeituras, câmaras municipais, assembleias legislativas estaduais, no Congresso Nacional e no Senado. Esses novos espaços institucionais fizeram com que militantes oriundos das lutas populares no campo e na cidade passassem a abandonar a luta política, uma vez que necessitavam ocupar os espaços governamentais conquistados:

> Daí para frente, a perspectiva de classe foi cedendo lugar a uma luta fratricida, interna ao Partido e à CUT, posto que o que ora contava era o controle da máquina a serviço dos interesses de pequenos grupos, empenhados em garantir seus respectivos postos de mando ou suas táticas eleitorais. Se, antes, mesmo disputando eleições, havia a preocupação, por exemplo, com assegurar critérios programáticos, cri-

> térios de aliança apenas com forças dentro do campo socialista, além de critérios de perfis de candidaturas, doravante vão prevalecer outros critérios, muito semelhantes aos adotados pelos partidos e sindicatos da ordem. (Calado, 2008, p.25)

Ainda assim, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, no ano de 2003, revigorou a esperança de uma nova orientação político-econômica de desenvolvimento para o país, bem como a ampliação da participação das forças populares nos processos políticos.

A reforma agrária, proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária para o período de 2004 a 2007, aparece como parte do ambicioso plano do governo federal em reduzir substantivamente a pobreza e a miséria que envolviam, na época, mais de quarenta milhões de pessoas no Brasil, segundo o mesmo documento. A segurança alimentar era o eixo sobre o qual deveriam se basear as políticas de assentamento de famílias excluídas dos processos produtivos presentes, articulando-se ao campo das políticas sociais que compunham os programas Fome Zero e Bolsa Família que, por seu turno, se inseriam na perspectiva geral de desenvolvimento econômico e social do país centrado num modelo mais inclusivo. O PNRA do governo Lula reconhecia a necessidade da democratização do acesso à terra, além da garantia do crédito e da assistência técnica e de uma política de agroindustrialização, dada no âmbito da formação de cooperativas e associações de produtores e comercialização da produção. A perspectiva que fundamentava tal reconhecimento apresentava como alicerce o desenvolvimento rural sustentável, que tem na diversidade e riqueza ambiental as bases de sua sustentação, o que leva à proposição de assentamento de cerca de 1 milhão de famílias em todo o país (cf. Brasil/MDA, 2004).

No entanto, com a nomeação do então presidente da Associação Brasileira de Agribusiness, Roberto Rodrigues, para o Ministério da Agricultura, e Luis Fernando Furlan, proprietário da Sadia – uma das maiores empresas brasileiras do setor agroindustrial – para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o agrone-

gócio aparecia como um dos pilares de sustentação da economia brasileira. Formou-se, desde o início, essa contradição interna: de um lado, um Plano de Reforma Agrária que visava acabar com a estrutura fundiária concentrada e com a pobreza que assolava mais de quarenta milhões de brasileiros; de outro, um grande investimento político e econômico no agronegócio, que deveria integrar o país na economia-mundo.

Em 2005, afirmou o geógrafo Carlos Porto-Gonçalves:

> Tudo indica que há uma crença no governo Lula na possibilidade de convivência entre o agrobusiness e a reforma agrária. Os dados e fatos [...] não corroboram essa hipótese, bastando observar-se que a violência tem sido maior exatamente nas áreas mais modernas e, ainda, o fato de a intensidade da ação do poder judiciário crescer mais proporcionalmente que as ocupações e o número de conflitos [...]. São, ainda, exageradamente desproporcionais os recursos públicos destinados aos poucos grandes empresários do setor do agrobusiness *vis-à-vis* os destinados aos milhões de pequenos produtores, conforme os dados oficiais do orçamento da União (cerca de R$ 28 bilhões contra aproximadamente U$ 4,5 bilhões em 2004). (2005, p.14).

Do ponto de vista da economia política, o agronegócio é, pois:

> o conjunto de atividades agropecuárias relativas à produção, industrialização, distribuição e comercialização de produtos agropecuários, pautadas por algumas características bastante peculiares, como competitividade, gestão, foco no consumidor, altos índices de produtividade, desenvolvimento permanente da ciência e tecnologia, intensividade em capital (e, em algumas cadeias produtivas, também em trabalho) e inserção nas cadeias produtivas, financeiras e comerciais globais. (Iglecias, 2007, p.76)

Nesses termos, o agronegócio está associado a extensas cadeias produtivas globalizadas, relações comerciais internacionais e também a mercados financeiros mundiais, mobilizando governos para definirem diretrizes de política econômica à indústria, grandes cor-

porações mundiais do setor, dentre outros agentes – enfim, algo dissonante à perspectiva de realização de uma ampla e significativa reforma agrária ou mesmo uma política econômica voltada para o desenvolvimento de grupos sociais, cuja experiência se associa à vida no campo.

A contradição interna das diretrizes políticas do governo do PT é corroborada pelos dados da reforma agrária, demonstrados por Carlos Porto-Gonçalves: no ano de 2003 foram assentadas somente 36.000 famílias e em 2004 apenas 81.200, quando as metas eram, respectivamente, o assentamento de 60.000 e 115.000 famílias (2005, p.14).

Francisco de Oliveira lança a tese da transformação das "capas mais altas do proletariado" em "operadores de fundos de previdência", quando o então Partido dos Trabalhadores ascende ao poder. Em sua análise, a emergência de tais fundos, como o FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, "maior financiador de capital de longo prazo do país", produziu "sujeitos monetários", expressão, aliás, criada pelo filósofo marxista alemão Robert Kurz. Os "trabalhadores que ascendem a essas funções estão preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego". Daí decorre a convergência recente entre PT e PSDB. Em tom que lhe é próprio e que singulariza seu texto ensaístico, Francisco de Oliveira afirma com veemência que se trata do "conhecimento do mapa da mina". Estamos, então, assistindo à emergência de uma "nova classe social",[11] que é formada, por um lado, por economistas, téc-

---

11 Sobre a existência de uma nova classe social, afirma Francisco de Oliveira: "De fato tanto há um novo lugar da nova classe no sistema, sobretudo no sistema financeiro e suas mediações estatais, o que satisfaz um critério de classe de extração marxista, quanto há uma nova "experiência" de classe nos termos de Thompson [...] Em termos gramscianos também a nova classe satisfaz as exigências teóricas: ela se forma exatamente num novo consenso sobre Estado e mercado sustentado pela formação universitária que recebeu, e por último é a luta de classes que faz a classe, vale dizer, seu movimento se dá na apropriação de parcelas importantes do fundo público, e sua especificidade se marca exatamente aqui; não se trata de apropriar os lucros do setor privado, mas de contro-

nicos e intelectuais representantes de banqueiros e integrantes do "núcleo duro" do PSDB, e, de outro lado, trabalhadores, cuja história se construiu na luta sindical, transformados em operadores de fundos públicos. Ambos convergidos pela unidade de objetivos, qual seja, a nova função do Estado: a mediação entre os fundos públicos e a burguesia financeira ascendente (2003, p.146-8).

Para Francisco de Oliveira, a transformação do partido de oposição em partido da ordem provoca, por meio da figura carismática de Lula, dentre outros fenômenos, a paralisia dos movimentos sociais, "o sequestro da sociedade civil organizada" e a anestesia das demandas populares que cresceram sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (ibidem, p.29-30).

No entanto, quando voltamos à luta do Movimento Sem Terra, verificamos que esta não cessou. No ano de 2005, o MST promove a Marcha Nacional pela Reforma Agrária. Partindo de Goiânia rumo à Brasília, em 2 de maio de 2005, o movimento mobilizou cerca de 12 mil trabalhadores dos 23 estados federativos brasileiros que, nos dizeres de Maria Orlanda Pinassi:

> percorreram a pé os 200 quilômetros de distância que separam as duas cidades para representar as mais de 200 mil famílias acampadas e as 350 mil famílias assentadas, representar ainda desempregados, pequenos agricultores, mulheres camponesas, juventude, estudantes, professores, indígenas, movimentos sociais e todos aqueles que clamam por transformações e exigem mudanças para melhorar a vida do povo brasileiro. (2005, p.110)

Em vista da reforma agrária não realizada, nos anos de 2004 e 2005 foram constituídos mais de 120 mil acampamentos, segundo dados do MST (cf. www.mst.org.br).

Apesar disso, consolidou-se o projeto de desenvolvimento no padrão do agronegócio. Em 2005, o superávit da economia brasileira alcançou a casa dos US$ 38,4 bilhões e, em 2006, US$ 49,4

---

lar o lugar onde se forma parte desse lucro, vale dizer, o fundo público" (2003, p.148-9).

bilhões. Atualmente, o país, sob "direção" do governo petista, "é líder mundial na produção e exportação de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Lidera ainda as vendas internacionais de soja, carne bovina, carne de frango, fumo, couro e calçado de couro", devendo alcançar, nos próximos anos, segundo projeções da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), a marca de maior produtor mundial de algodão, biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar e óleos vegetais (Iglesias, 2007, p.83).

Se o governo FHC alterou as estruturas da propriedade, modificando as próprias relações de poder, ainda que temporariamente, no âmbito das relações de poder internas à burguesia, incluindo-se nesta última os grupos multinacionais aportados com as operações de privatização promovidas pelo PSDB, o governo do PT operou em outro sentido: de referência do movimento histórico de reivindicação da política, no pós-1964, o Partido dos Trabalhadores passou à recomposição do sistema político (Oliveira, 2006, p.29), engendrando a exclusão dos setores progressistas e forças populares dos processos políticos dominantes em favor do capital internacional que articula e reconfigura o espaço urbano e rural e as representações de classe: por um lado, industriais e velhas oligarquias, por outro, trabalhadores urbanos e rurais.

Para Francisco de Oliveira, duas foram as matrizes que constituíram o bloco de forças políticas do governo Lula, ambas associadas aos movimentos de globalização. Uma diz respeito à financeirização, que articula e reitera o financiamento externo da acumulação, uma vez que o processo de mundialização do capital eliminou as possibilidades de ampliação e/ou criação das fontes internas – o que ocorre segundo uma divisão de interesses, uma vez que, apesar da emergência das remunerações do sistema bancário, advindas das operações com títulos públicos, essa forma de sobrevalor interno ainda é insuficiente para inserir no processo todas as formas de acumulação internas. A implicação imediata desse movimento é expressa na penalização dos salários, já que, do ponto de vista produtivo, os lucros financeiros são transferência de renda do setor

empresarial-produtivo para o setor financeiro, ou seja, uma das formas de mais-valia, nos termos já definidos por Marx, que promove a retração da produção e da produtividade ou o aumento das taxas de exploração da força de trabalho (ibidem, p.35-6). A outra integra o bloco dominante das forças advindas da "fronteira de mais rápida expansão do capital": as exportações, promovidas, sobremaneira, pelo agronegócio brasileiro. Dominam os bens de tipo *commodities*, ramos muito concentradores, como os do agronegócio da cana-de-açúcar, que se baseia, na maioria das vezes, na exploração de mão de obra desqualificada (ibidem, p.36).

Ribeirão Preto e o contexto de atuação do MST

Ribeirão Preto, nesse contexto, se integraria ao processo de expansão das exportações de *commodities*. Essa complexa estrutura econômica, política e cultural denominada agronegócio, que se estende da exploração do território rural, como o cultivo da monocultura de cana-de-açúcar, aos centros urbanos, da indústria, do comércio e serviços, articulada ao capital financeiro, chegaria ao ano de 2005, apenas no município e região de Ribeirão Preto, com a produção de um PIB da ordem de R$ 10 bilhões, fazendo com que o município figure entre os maiores do Estado de São Paulo e entre os cinquenta maiores do Brasil. Em relação a 2004, pode-se verificar um aumento de 16% da economia, segundo indicou o IBGE. Seguindo a tendência nacional, o setor sucroalcooleiro, junto com o setor de serviços ligado à agricultura moderna, foi responsável por esse salto, que coloca o município entre os 51 que concentram metade da riqueza total do país. Assim, Ribeirão Preto ocupa a 26ª colocação no *ranking* dos municípios mais ricos do país (cf. Brasil/Planejamento/IBGE, 2007).

De acordo com a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo, a Única, esse complexo movimentou, na safra 2006/2007, R$ 35 bilhões, o que significa a moagem de 462.002.444 toneladas de cana-de-açúcar em todo o Brasil, a fim de atender ao mercado externo emergente (Única, s/n).

Altamente dependente da produção da cana-de-açúcar,[12] a reprodução da existência de grupos de famílias que, historicamente, têm suas experiências associadas ao espaço rural, passou a sofrer muitas transformações, a começar pela desocupação desse território. Como já afirmamos em outro trabalho, em 2004, o município de Ribeirão Preto apresentava uma população de 504.923 habitantes, sendo que 2.163 pessoas viviam em áreas rurais. Nesse mesmo ano, a população carcerária do município era de 2.294 pessoas, ou seja, maior que a população rural (Firmiano, 2004, p.80).

Podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que Ribeirão Preto hoje é um município urbanizado, com uma economia centrada no agronegócio e no amplo setor de serviços vinculado ao primeiro, além de indústria diversificada. Desse modo, configura-se uma situação social onde coexistem, de um lado, uma ampla burguesia agrária unida à burguesia comercial que, por sua vez, se vincula ao setor de serviços e ao sistema financeiro, e, de outro, trabalhadores urbanos e rurais que conformam a ampla população urbana vivendo, sobretudo, em periferias pobres do município, tendo-se em vista que os processos de produção centrados no modelo "revolução verde" não integraram os contingentes populacionais ribeirão-pretanos ao circuito reprodutivo das relações econômicas (cf. Firmiano, 2004; Nogueira, 2005).

Segundo documento de análise de conjuntura do MST regional de Ribeirão Preto, como o capital tem a cidade de Ribeirão Preto como dínamo, "a especulação imobiliária [...] é cada vez mais violenta e rica. A Zona Sul, a mais rica da cidade nos últimos anos, está tomada por empreendimentos de alto padrão". Apenas no primeiro semestre de 2008, ressalta o documento, catorze construtoras

---

12 A Pesquisa Agrícola Municipal divulgada pelo IBGE, em julho de 2007, referente a dados de 2006, revelou que a expansão da produção da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto está provocando a diminuição substantiva das culturas de gêneros alimentícios que ainda resistiam até 2005. O município de Guariba, que até 2005 estava no *ranking* dos vinte maiores produtores de feijão no Estado de São Paulo, com uma área de 7.415 hectares de área colhida, desapareceu do *ranking* (cf. www.ibge.gov.br).

passaram a operar em Ribeirão Preto, dentre as quais, Camargo Correa, Trisul, Bild, Fit e MRV, com lançamentos de condomínios de alto padrão com valor de vendas de algo em torno de 1,6 bilhão de reais. A avenida João Fiúza é o ponto mais visado, "símbolo da "Ribeirão que dá certo". Ali, "um apartamento poucas vezes sai por menos de meio milhão de reais e, em alguns não raros casos, ultrapassa a quantia de 1 milhão". Com isso, é mister que a pressão imobiliária produza o aumento do custo de vida na região, provocando, por vezes, o deslocamento de famílias para outras áreas. "Há um claro processo de exclusão por renda. E esse processo, antes restrito à Zona Sul, hoje opera em diferentes áreas da cidade com diferentes dinâmicas e agentes" (MST/RP, 2008, p.2-3).

Ainda segundo o mesmo documento, a economia regional sustenta o voluptuoso crescimento do setor automobilístico do comércio. "Mesmo não contando com nenhuma montadora de carros, o mercado de vendas é aquecido pelos incentivos para o aumento da produção de biocombustíveis, particularmente o etanol, oriundos do governo federal." "Nos últimos doze meses [leia-se, de junho de 2007 a junho de 2008], a cidade ganhou 77,4 carros zero quilômetro por dia, segundo o Denatran." Além disso, "o investimento em novas lojas ultrapassou os 8 milhões de reais, e a cidade conta com lojas especializadas, por exemplo, em veículos BMW, Hyundai, Land Rover e Porsche" (ibidem, p.3).

Sobre o sistema bancário e financeiro, a análise de conjuntura demonstra que:

> Todos os bancos do país e grande parte dos internacionais (embora essa diferenciação seja muito complicada quando tratamos do capital financeiro) possuem ou agências ou escritórios na cidade, quando não os dois. A descentralidade da economia, que possui como carro-chefe o agronegócio [...] garante a blindagem necessária para que o capital financeiro possa operar sem perspectivas de perdas. Essa dinâmica em multissetores possibilita que bancos como o Banco de Ribeirão Preto (BRP), do banqueiro Nelson Rocha Augusto, apresente uma alta de 80% em sua carteira comercial em apenas doze meses [...]. O capital é

> atraído pelo setor do agronegócio e, ao aportar em Ribeirão, se diversifica em diversos sentidos (25% dos ativos do BRP já investem fora da região), como no ramo da educação, seja por financiamentos particulares à pesquisa em universidades públicas [...] seja na aplicação na educação superior privada (majoritária), que congrega mais de 40 mil estudantes na cidade. (Ibidem, p.4)

De acordo com José Graziano da Silva, o que se pode verificar é que as transformações da agricultura brasileira foram, nos últimos anos, de cunho estrutural: os chamados complexos rurais, que correspondiam a grandes latifúndios, com nível de consumo e produção internos, passaram a se configurar como complexos agroindustriais. Por isso afirma que "não podemos mais falar em agricultura de mercado externo, agricultura de mercado interno, porque cada um desses complexos é ao mesmo tempo exportador e importador, ao mesmo tempo, produz para o mercado externo e para o mercado interno" (Silva, 2004, p.138).

As formas de trabalho centradas no não assalariamento foram praticamente eliminadas. Em trabalho anterior, Graziano da Silva já havia apresentado estudo acerca dos tipos de ocupação das pessoas residentes nas áreas rurais e as rendas das famílias agrícolas, pluriativas e não agrícolas residentes em áreas rurais. Esse estudo integrou o projeto temático "Caracterização do novo rural brasileiro, 1981-95", que buscou analisar as principais transformações ocorridas no meio rural em onze estados brasileiros. De modo geral, o *novo rural* foi definido pelo economista e professor da Unicamp da seguinte maneira:

> composto tanto pelo *agribusiness* quanto por novos sujeitos sociais: alguns neo-rurais, que exploram os nichos de mercados das novas atividades agrícolas (criação de *escargot*, plantas e animais exóticos, etc.); moradores de condomínios rurais de alto padrão; loteamentos clandestinos que abrigam muitos empregados domésticos e aposentados, que não conseguem sobreviver na cidade com o salário mínimo que recebem; milhões de agricultores familiares e pluriativos, empregados agrícolas e não agrícolas; e ainda milhões de *sem-sem*, excluídos e de-

> sorganizados, que além de não terem terra, também não têm emprego, não têm casa, não têm saúde, não têm educação e nem mesmo pertencem a uma organização como o MST para poderem expressar suas reivindicações. (Silva, 2001, p.37)

A essa categoria chamada "sem-sem" pertenciam, em 2001, algo em torno de 15 milhões de pessoas, que sobreviviam com uma renda *per capita* de cerca de R$ 35,00 por mês. A parceria, meação ou o colonato deram lugar ao trabalho volante. A força de trabalho permanente viu-se substituída pela temporária ou pelo uso, cada vez maior, de altas tecnologias. Quanto à ocupação dos cerca de 15 milhões de pessoas economicamente ativas que residiam no meio rural brasileiro, Graziano da Silva apontava que 4,6 milhões de trabalhadores (ou quase um terço do total) se ocupam em atividades não agrícolas: serventes de pedreiro, motoristas, caseiros, empregadas domésticas, entre outras. E, mais significativo, indica o economista, na década de 1990, as atividades não agrícolas cresceram a uma taxa de 3,7% ao ano: "mais que o dobro da taxa de crescimento populacional do país". Paralelamente, "o emprego agrícola, em função da mecanização das atividades de colheita dos nossos principais produtos, vem caindo cada vez mais rapidamente, a uma taxa de 1,7% ao ano" (ibidem, p.39). Assim, os trabalhadores rurais que restaram, volantes ou boias-frias, agora residem nos centros urbanos ou em alojamentos próximos às usinas.

Além disso, as dificuldades de trabalho e de reprodução da existência nas regiões Norte e Nordeste do país são, também, aspectos que marcam a "perversa continuidade dos movimentos populacionais [...] para o Sul", como afirmou José Roberto Pereira Novaes, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Segundo o autor, que desenvolveu pesquisa com os boias-frias nos canaviais paulistas, baseado em dados da Única, as modernas agroindústrias paulistas foram responsáveis pela vinda de mais de setenta mil trabalhadores para o corte de cana em São Paulo, somente em 2006 (2007, p.168).

O ganho diário é calculado pela produtividade e esta, como se

sabe, é cada vez maior nos tempos que correm. "Para serem selecionados pela usina, os candidatos terão que cortar no mínimo dez toneladas de cana/dia. Caso contrário, eles serão demitidos" (ibidem, p.171). Somada a necessidade com a exigência da alta produtividade, a fim de tirar algum ganho para a subsistência pessoal (da reprodução da força de trabalho) e para a subsistência da família que, em geral, está distante, as condições de trabalho revelam-se nada menos que degradantes:

> Cortar no mínimo dez toneladas de cana por dia significa um enorme desgaste físico dos trabalhadores. Nesse patamar de produção os riscos de acidentes de trabalho aumentam, pois o corpo extenuado perde a precisão dos golpes do facão na cana, e as pernas e a mão involuntariamente viram alvos. Os movimentos repetitivos e sequenciais realizados pelos trabalhadores favorecem o aparecimento de doenças do trabalho como [...] dores no corpo, tendinites, bursites e problemas de coluna. (Ibidem, 2007, p.172)

Maria Aparecida de Moraes Silva também fez pesquisa a respeito e assim retrata a situação do boia-fria:

> O boia-fria, além de ter sido banido da legislação, não é sequer considerado trabalhador, pois não é permanente, logo, não possui direitos. Boia-fria é uma palavra que engloba significados depreciativos e humilhantes. Arrancam-lhe não somente a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraizam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador [...] Até hoje, todos os anos, assiste-se a partir do mês de maio à chegada de milhares de migrantes que vêm trabalhar nos canaviais [...] São alojados no interior dos canaviais, nos alojamentos das usinas ou nas pensões das cidades-dormitórios. Formam, na verdade, o grande exército de reserva para empresas da região [...] Muitos são camponeses que ainda conseguiram reter parte de suas roças, deixadas aos cuidados das mulheres [...] Outros vivem na condição de sobrantes nas periferias das cidades. (2004, p.34-6).

Com isso, as terras improdutivas, que outrora impulsionaram a atividade de ocupação do território do MST, praticamente já não existem mais no interior paulista. Servem, agora, à realização dos interesses econômicos empunhados pelo agronegócio, dominantemente, da cana-de-açúcar. Atualmente, afirma Kelli Mafort, militante do MST, as terras "são extremamente produtivas, dentro do modelo monocultura". Além disso, as forças políticas dominantes também se revigoraram: "ao derrubar a cerca, fazendo a ocupação de terra, a gente vem também encontrando não mais as famílias de latifundiários, frutos das oligarquias rurais". São, agora, grupos multinacionais dos mais variados ramos da indústria e do comércio e investidores do mercado financeiro: "cada vez mais nas ocupações de terras a gente vai encontrando as empresas transnacionais [...] porque as terras começaram a ser extremamente importantes e valorosas".[13]

Para o MST, as profundas transformações do espaço rural e urbano, da economia e da conjunção das forças políticas indicaram a necessidade de construção de uma organização que seja capaz de, ao mesmo tempo, trazer pequenas conquistas para a classe trabalhadora, pela construção de assentamentos rurais e lutar por um projeto democrático-popular de socialismo no país:

> Dado o processo de lutas contundentes que o movimento foi realizando – não só o movimento, mas também com o apoio e solidariedade de muitas outras organizações[14] – nós então fomos conquistando

---

13 Kelli Mafort, em conferência ministrada no Encontro Terra e Universidade.

14 Dentre as organizações de cooperação destaca-se a Via Campesina, que foi criada em maio de 1993, em Mons, na Bélgica, e, atualmente, é integrada por movimentos e organizações de 56 países de quase todos os continentes do globo: África, América do Norte, América do Sul, Ásia, América Central, Cuba e Caribe, além da Europa. A América do Sul conta com 29 organizações membros do Brasil, Chile, Colômbia, Argentina, Peru, Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela, tendo como coordenador regional o sem-terra MST. Suas principais frentes de luta são: a) o modelo camponês de produção de alimentos; b) a soberania alimentar dos povos; c) a descentralização da produção de alimentos e das cadeias de distribuição. Assim, dentre seus principais temas, encontramos:

> alguns assentamentos. Esses assentamentos colocavam uma questão concreta: como é que você tem um movimento, que é um movimento que tem a clareza de que tem um enfrentamento maior a fazer que é derrotar o capitalismo, destruir o Estado burguês, acabar com a propriedade privada, construir uma nova sociedade, mas é um movimento que tem uma base reivindicatória?![15]

Na região de Ribeirão Preto, sua "base reivindicatória" está, fundamentalmente, presente nos centros urbanos. Pesquisa da Fundação Seade – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, divulgada em 2004, apontava que 26,8% da população de Ribeirão Preto vivia em condições "média", "alta" e "muito alta" de vulnerabilidade, ou seja, quase um terço da população apresentava quase ou nenhum acesso aos bens de consumo e a serviços como educação e saúde (cf. Seade/Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, s/n).

Por essa razão, Silas Nogueira afirmou que "a 'cara' mais visível da desigualdade e das diferentes formas da exclusão está nas favelas". Em setembro de 2003 já se podia constatar um aumento de 11,74% no número de favelas no município de Ribeirão Preto, com relação a 2002. Na ocasião de sua pesquisa existiam cerca de 2.850 "barracos", distribuídos em 30 núcleos de favelas em diferentes bairros (2005, p.207-8). Atualmente, afirma o documento de análise de conjuntura do MST em Ribeirão Preto, já são 33 núcleos de favelas e a cidade está "em primeiro lugar no *ranking* nacional de moradores de rua, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social" (MST, 2008, p.10).

Para José de Souza Martins, o problema é que, no padrão de desenvolvimento verificado na atualidade, além da extensão do tem-

---

a) a reforma agrária; b) a biodiversidade e os recursos genéticos; c) a soberania alimentar e o comércio; d) as questões de gênero; e) os direitos humanos; f) as migrações e g) as produções camponesas sustentáveis (cf. www.viacampesina.org).

15 Kelli Mafort, em conferência no Encontro Terra e Universidade.

po entre a exclusão e a inclusão ter sido alargado, a (re)inclusão hoje é, em geral, degradante:

> A sociedade moderna está criando uma grande massa de população sobrante, que tem pouca chance de ser de fato reincluída nos padrões atuais do desenvolvimento econômico. Em outras palavras, o período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num *modo de vida*, está se tornando mais do que um período transitório. (1997, p.33. Grifos nossos.)

O crescimento generalizado da pobreza, das mais variadas formas de exclusão e de violência, criou um modo de vida que se dá nos interstícios da sociedade civil – que já não é capaz de inserir todos na formalidade do mercado de trabalho, oferecer condições mínimas de educação e saúde ou mesmo moradia decente.

Nesse quadro, ocorre uma espécie de reinserção dos grupos que se dá no plano econômico, ainda que informal, mas não no plano social: "a pessoa consegue ganhar alguma coisa para sobreviver [...] [mas] não se reintegra numa sociabilidade 'normal'" (ibidem, 1997, p.33).

Emergem, assim, o que Martins (1997) chama de sociedades paralelas, apoiadas na esfera econômica por várias formas de trabalho, como no tráfico de drogas, nos semáforos como vendedores ambulantes e pela exploração sexual. Por conseguinte, uma outra humanidade se constitui, uma sub-humanidade, incorporada e fundante do mercado informal e das práticas ilícitas de toda ordem.

Do ponto de vista sociológico, o conceito de exclusão social é, para José de Souza Martins, incorreto, pois comporta um estado fixo ou a ideia de "empurrar para fora da sociedade" determinados grupos sociais. Portanto, a noção de processos de exclusão deve ganhar relevância, uma vez que se associa ao movimento "para dentro", "para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindiquem nem protestem em face de privações, injustiças, carências" (1997, p.17).

Para Martins, estamos em face de uma "inclusão patológica e precária". Essa é a "nova desigualdade", marcada pela profunda degradação do ser humano, que fecha as possibilidades "da construção do gênero humano, do homem livre num reino de justiça e igualdade", recobrindo e anulando "o potencial de transformação das classes sociais e, por isso, tendem para a direção contrária, para o conformismo, para o comportamento anticivilizado" (ibidem, p.22).

Assim, o problema sociológico fundamental não está na exclusão, mas na reinclusão marginal, em relações sociais precárias e "no imaginário da sociedade de consumo e nas fantasias pasteurizadas e inócuas do mercado, qualquer que seja ele, até mesmo o mercado dos valores sagrados da tradição ou da dignidade humana" (ibidem, p.21).

E nesse mundo da produção, do consumo, da sobrevivência material, reino da mercadoria, fugidio aos valores humanísticos e enriquecedores do gênero humano, grupos sociais distintos pela sua classe social e origem étnica e cultural, se encontram e por vezes se confundem, se imitam: o jovem morador dos bairros periféricos pobres ou favelas tem o mesmo acesso aos bens culturais reproduzidos pelos meios de comunicação que um integrante das classes dirigentes. Mas o tem em sua forma precarizada, subvertida, mimese degradada da ordem dominante. Nesses termos, diz Martins, a nova sociedade moderna caracteriza-se pela mentalidade colonizada (ibidem, p.21-3).

Sobre essa profunda deterioração material e moral das condições de existência das classes trabalhadoras e grupos subalternos estruturam-se, em grande medida, suas experiências contemporâneas. Alguns dados trazidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE corroboram tais assertivas. O relatório sintetizado de indicadores sociais do instituto, publicado em 2006, indica que, em 2004, enquanto 30,4% da população ocupada possuía carteira assinada, "a população considerada informal (empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria) somava 40,3% da população ocupada", além de 7% de trabalhadores ocupados não possuírem nenhuma remuneração (IBGE, 2006, p.109).

Além disso, quando nos voltamos para as novas gerações, crianças, adolescentes e jovens, a situação é mais delicada:

> É importante ressaltar que a PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios] revelou a existência no Brasil, em 2004, de um contingente de 5,3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupadas, sendo que a maioria, provavelmente, trabalhava sem nenhuma proteção da lei. Destes, 4,8% eram crianças de 5 a 9 anos e 47,6% entre 10 e 15 anos [...] Somente no Nordeste, as crianças, adolescentes e jovens estavam inseridas majoritariamente na agricultura. (Ibidem, p.209)

Ainda de acordo com o IBGE, o Brasil possui uma proporção de 11,4% de sua população de 15 anos de idade ou mais que declara não saber ler nem escrever. Essa taxa, ainda segundo o documento, se aproxima de índices verificados em países como Jordânia (10,1%), Peru (12,3%) e Bolívia (13,5%) (ibidem, p.76).

No Estado de São Paulo, a vulnerabilidade juvenil é medida pela Fundação Seade, por meio do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ). O IVJ é baseado em três tipos de informações que se associam ao conceito de marginalização: frequência escolar, morte por homicídio e gravidez precoce. Numa escala de 0 a 100, quanto maior o número, pior a situação ou maior o grau de vulnerabilidade da juventude. Em pesquisa realizada em 96 distritos da capital de São Paulo em 2005 e divulgada em maio de 2007, o IVJ indicava um índice de 51 pontos (cf. Seade/IVJ, 2007).

No âmbito das classes subalternas, particularmente daqueles grupos desprovidos de condições de existência material mínima e *seduzidos* o tempo todo por um mundo repleto de mercadorias das mais variadas, concorre para a busca de uma existência mais digna, negada desde as experiências cotidianas até uma perspectiva da constituição e afirmação histórica dos direitos sociais, a grande expansão da violência urbana (cf. Nogueira, 1998), que engloba desde práticas cotidianas de furtos e pequenos roubos até o tráfico de drogas – importantes agentes de arregimentação de crianças, adolescentes e jovens, e fonte de renda familiar, como é sabido.

Marisa Feffermann, pesquisadora do Instituto de Saúde do Estado de São Paulo, afirma:

> O Brasil apresenta o pior índice de concentração de renda entre os países com mais de dez milhões de habitantes. Mesmo sendo a décima economia industrial no mundo, assiste-se ao empobrecimento crescente das classes populares. A desigualdade estende-se de norte a sul do país. A falta de perspectivas é generalizada. Aos jovens restam quase somente a porta da ilegalidade e da violência como saídas. (2006, p.39)

É importante destacar, junto com Marisa Feffermann, que a marginalidade não pode ser entendida "como uma manifestação psicopatológica, uma anomia, mas como manifestação do processo de desestrutura dos modelos sociais, nas suas tentativas, mesmo que não patentes, de encontrar respostas às mudanças nas condições sociais e materiais". No entanto, junto com a degradação social, moral e ética, junto com a ausência de condições mínimas de sobrevivência, a morte física acompanha o desamparo do sujeito no mundo pós-moderno (ibidem, p.33).

Aqui, vale destacar o continuado aumento das mortes de adolescentes e jovens, sobretudo do sexo masculino, por causas externas. Do relatório que traz os indicadores sociais brasileiros consta que:

> A faixa etária de maior vulnerabilidade é a que vai dos 15 aos 30 ou 35 anos de idade. A sobremortalidade masculina, que é o quociente entre as taxas de mortalidade por idade de homens e mulheres, geralmente apresenta seu valor máximo no grupo de 20 a 24 anos de idade. No caso brasileiro, a incidência da mortalidade masculina neste intervalo de idade chega a ser quase 4,1 vezes superior à feminina, em 2004. Nas Unidades da Federação do Amapá, São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro, os homens têm uma probabilidade cinco vezes maior de falecer entre os 20 e 24 anos de idade que as mulheres. [...] Ao examinar o conjunto de taxas de mortalidade por sexo, segundo a natureza do óbito, natural ou por causas externas, no grupo etário de 20 a 24 anos verifica-se que, enquanto no grupo feminino a incidência de mor-

> tes por causas externas manteve-se praticamente inalterada ao longo do período de 1980-2004, com um mínimo de 18 e um máximo de 22 óbitos para cada 100.000 habitantes, no sexo masculino o comportamento das taxas foi ascendentes até 2003, partindo de 121, em 1980, e alcançando 184 óbitos para cada 100.000 jovens de 20 a 24 anos de idade. (IBGE, 2006, p.31-2)

Se os programas de proteção social e garantia de direitos para a juventude inexistem ou subexistem a partir da concepção do risco social, este mesmo conceito respalda outra prática bastante comum no país: o encarceramento de jovens em presídios ou casas de bem-estar. Segundo o documento-base do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, criado pelo Ministério da Justiça em 2007, mais de 68 mil jovens entre 18 e 29 anos ingressam no sistema prisional brasileiro todos os anos (note-se que aí não estão incluídos os jovens entre 15 e 17 anos). Atualmente, o número de jovens presos é de 240 mil, dos quais, 36 mil são analfabetos e cerca de 70% reincidentes (cf. Brasil/MJ/Pronasci, 2007). Em Ribeirão Preto, atualmente, existem três unidades da Fundação Casa (antiga Fundação Estadual do Bem Estar do Menor – Febem), sendo uma provisória, outra para reincidentes e uma terceira para maiores de 16 anos. Juntas, somam cerca de quinhentos jovens. Dos delitos cometidos, cerca de 90% estão associados a práticas de roubo e de tráfico de drogas.

Desse modo, tanto sob o aspecto da vulnerabilidade social a que são expostos, quanto a partir das teorias que consideram as capacidades juvenis em se envolver em práticas culturais íntegras, os jovens têm sido, para nós, vítimas de processos sociais excludentes.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra chega nesse contexto, em 1999, e, com ele, novas possibilidades são abertas. Grupos de famílias de trabalhadores passam a vislumbrar perspectivas de futuro a partir de referências dadas no interior do fenômeno da luta pela terra, dentre elas, a possibilidade de desenvolvimento de seus integrantes, sobretudo crianças, adolescentes e jovens, como um processo distinto das formas hegemônicas de existência

encontradas no interior do Estado de São Paulo, na cidade de Ribeirão Preto, marcadas pela violência, pela miséria, pelo trabalho degradante ou pela falta de trabalho e, extensivamente, por todas as formas de degeneração da pessoa humana.

Se, para as classes subalternizadas, violência e miséria são mediações que atuam no sentido da desfiguração de um processo de formação cultural íntegro para as novas gerações, novas experiências emergem associadas a uma outra história: a história do MST no município e região de Ribeirão Preto, como a manifestação das condições e possibilidades de superação da realidade urbana e rural estruturada a partir do complexo agroindustrial. Ainda que, como afirmou Kelli Mafort,[16] "talvez todos não tenham a clareza de que é necessária uma profunda revolução social, eles [famílias integrantes das bases do Movimento Sem-Terra] querem um pedaço de terra".[17]

Assim, emergem as experiências contemporâneas de luta pela terra e, em seu interior, novos processos de formação de grupos sociais que se estruturam à margem da história das classes dominantes, que resultam na formação de assentamentos rurais, como o Mário Lago, a partir da atuação do MST em Ribeirão Preto, sobre o qual passaremos a refletir no próximo capítulo.

---

16 Kelli Mafort, em conferência no Encontro Terra e Universidade.

17 Corroboram as dificuldades de mobilização de famílias para a luta os programas assistencialistas do governo Lula, como o Bolsa Família. O programa de assistência social do governo federal é dirigido às famílias em situação de extrema pobreza, com renda mensal *per capita* de até R$ 50,00 ou a famílias pobres e extremamente pobres com crianças e jovens entre zero e dezesseis anos incompletos, com renda mensal *per capita* de até R$ 100,00. Apesar de o tema ainda exigir a atenção acadêmica, o MST reconhece o efeito desmobilizador do programa assistencialista. José Batista de Oliveira, da coordenação nacional do MST, afirma: "O principal elemento para a desmobilização de parte das famílias de trabalhadores rurais é a falta de perspectiva para a realização da reforma agrária. Os trabalhadores veem a reforma agrária parada em todo o país e as empresas do agronegócio comprando terras e ampliando suas operações, com apoio do governo. O Bolsa Família tem um papel importante para garantir a sobrevivência dos mais pobres e tem um efeito anestésico". Ver: http://www.fazendomedia.com/2008/diaadia20080708.htm).

2
Da terra de (agro)negócio à terra de trabalho: o MST em Ribeirão Preto e a formação do assentamento Mário Lago

Primeiras experiências do MST no interior paulista: sua chegada e consolidação em Ribeirão Preto

As lutas sociais no campo do interior paulista remetem, pelo menos, ao início do século XX, nas fazendas de café. Foram manifestações por melhores condições de trabalho, contra maus-tratos por parte de feitores de fazendas de café, em virtude das baixas remunerações, pela diminuição da jornada de trabalho, dentre outros (cf. Welch & Geraldo, 1992). Por um longo período, essas lutas refletiram a ausência de coesão orgânica das manifestações de trabalhadores e, de certo modo, os confrontos intrinsecamente presentes na relação trabalho/capital (cf. Geraldo, 2002, p.38). Até a sindicalização da luta dos trabalhadores rurais, já nos anos 1980, as manifestações sociais ocorriam pontualmente. Por vezes, produziam movimentos maiores, como greves gerais em mais de uma fazenda, o que, no entanto, não foi capaz de mobilizar categorias em torno de projetos políticos de maior estatura.

Após as manifestações ocorridas no município de Guariba, que revelou a existência contígua do problema agrário na região de Ri-

beirão Preto na contemporaneidade, a dinâmica da luta social no campo ganhou novas formas e conteúdos, alcançando maior coesão política e ideológica. Esse processo foi marcado pela chegada do MST a essa região.[1]

No final de década de 1990, as lutas dos trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto ganhavam força. Os sindicatos ainda se constituíam como os principais instrumentos de organização da classe trabalhadora e, na época, alguns deles buscavam se articular, reunir forças, com a intenção de aproximar a luta dos trabalhadores da cidade e do campo e, com isso, fortalecer a organização dos trabalhadores.

Paulo Botelho, conhecido no meio sindical como Paulinho Carcaça, relata que boa parte dos quadros pertencentes aos sindicatos nessa época era oriunda do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Com isso, havia a concepção, para alguns, de que a luta sindical, por si só, não tinha capacidade de promover quaisquer rupturas na sociedade capitalista. Ao contrário, perpetuava as relações de exploração presentes na sociedade de classes, pouco contribuindo para sua superação. Por essa razão, diz o militante, havia a compreensão de que "só fazia sentido fazer luta sindical se fosse para ampliar seus horizontes, reconhecer que a luta 'era maior' e apoiar os movimentos da classe trabalhadora, como a luta dos sem-terra" (Botelho, 2008).

Desse modo, foi formado o Núcleo de Apoio à Reforma Agrária, no interior do Sindicato dos Correios, que contava com Paulinho Carcaça em seus quadros dirigentes, como uma frente que reunia outras entidades e organizações de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU, setores progressistas da Igreja Católica, repre-

1 É importante ressaltar que a historiografia feita por nós da chegada do MST a Ribeirão Preto é, em grande medida, marcada por lacunas e ausências, tanto em razão da complexidade do próprio movimento quanto por resultar de relatos orais, coletados por meio de entrevistas. Lacunas que, eventualmente, poderão ser sentidas mais adiante, quando recuperarmos a história de construção do assentamento Mário Lago.

sentados pelo padre Francisco Vannerom, conhecido como padre Chico, entre outros, para dialogar com os movimentos e sindicatos que estavam à frente das lutas travadas no espaço rural da região de Ribeirão Preto.

Neuza Botelho Lima, esposa e companheira de Paulinho Carcaça, relata que os sem-terra que passavam por Ribeirão Preto paravam em sua casa, como na marcha nacional ocorrida em 1997, quando ela e sua família acolheram militantes do movimento. Por essa razão, afirma que "a luta pela terra em Ribeirão Preto promovida pelo MST em fins da década de 1990 passa pela rua Eunice Ramos Faleiros, nº 80" (Lima, 2008).

Mas foi a formação do acampamento do MST em Colina (SP) que fez com que o Sindicato dos Correios, na figura de Paulinho Carcaça e de Neuza Botelho Lima, promovesse a aproximação da luta dos trabalhadores da cidade à luta dos trabalhadores do campo, embora outras experiências fossem gestadas nos municípios de São Simão, Bebedouro, Colômbia, Pradópolis e outros.

Como afirma Neuza Botelho Lima, a aproximação entre o Sindicato dos Correios e o MST na região de Ribeirão Preto se dá por intermédio do Núcleo de Apoio à Reforma Agrária, constituído no sindicato com a atuação de Paulinho Carcaça, dela própria e os então dirigentes do MST no Estado de São Paulo, Jean Gomes e Júlio Contijo, presentes na ocupação de Colina (Lima, 2008). Assim, é dessa aproximação que, num futuro próximo, iria surgir a possibilidade de o MST firmar bases territoriais e políticas na cidade de Ribeirão Preto.

Contudo, o processo de luta em Colina ganhou novos rumos quando da aproximação do Sindicato dos Sapateiros de Franca (SP), que, "sensibilizado com a realidade *miserável* dos desempregados da indústria local, passou a contribuir [...] [com o] movimento crescente de ocupações ocorridas na região" (Geraldo, 2002, p.53).

Sebastião Geraldo relata que a organização sindical resolveu promover uma ocupação de terras na região. Após algumas reuniões e o cadastramento de famílias de trabalhadores rurais que se

encontravam nas cidades como desempregadas das indústrias locais, o Sindicato dos Sapateiros de Franca aproximou-se do acampamento do MST no município de Colina, convidando o movimento a participar das reuniões preparativas para a ocupação. "Foi, portanto, através da colaboração, do apoio político, das discussões sobre a ocupação, da definição do local [...] e da decisão do momento mais indicado, que o MST entrou nessa história" (ibidem, 2002, p.55), trazendo consigo a aliança que se formava com o Sindicato dos Correios, sobretudo por meio das figuras de Paulinho Carcaça e de Neuza Botelho Lima.

A nova ocupação deveria acontecer no município de Restinga (SP) (ao lado da cidade de Franca), em torno do Horto Florestal da Fazenda Boa Sorte. E assim ocorreu. Surgia o acampamento 17 de Abril.

Sebastião Geraldo dedicou-se ao estudo desse processo de luta e revela grande parte da complexidade política do momento anterior à ocupação. Para esse pesquisador, o processo de ocupação, iniciado ainda em 1997, teve como principal sujeito o Sindicato dos Sapateiros do município de Franca, com apoio da CUT. A busca pelo apoio do MST para a ocupação da Fazenda Boa Sorte devia legitimar a luta pela terra na região de Franca. Além disso, o Sindicato dos Sapateiros teria muita dificuldade para "alavancar o movimento de ocupação sem a bandeira do MST e a experiência de seus quadros" (ibidem, 2002, p.57).

O território foi ocupado em 1º de janeiro de 1998 e, desde logo, revelou inúmeros conflitos internos. Em entrevista, Hemes Lopes diz que, "com a formação do acampamento, a presença de duas entidades acabou revelando também propostas diferentes e divergentes" (Lopes, 2004). Além de se tratar de um acampamento fruto da articulação entre o MST e o Sindicato dos Sapateiros de Franca, emergiu naquele lugar o Movimento de Libertação dos Sem Terra – MLST, com outra proposta de assentamento rural e de organização das famílias.

O fato é que o MST havia sido chamado para contribuir no processo de ocupação e organização das famílias naquela região. Con-

tudo, afirmou Geraldo (2002), "as concepções sobre as formas de organização para o plantio, organização para a produção de um modo geral [...] significa[ram] focos de desentendimento e de conflitos constantes" (2002, p.61).

A fim de assumir a direção do processo que ali transcorria e contribuir para a organização do novo acampamento, a direção do MST no Estado de São Paulo enviou dois militantes para Restinga: Kelli Mafort e Edvar Lavratti. No entanto, seus esforços tiveram pouco êxito, fazendo com que a direção do MST, progressivamente, se afastasse daquela luta. Ao mesmo tempo, o acampamento de Colina se desfez e emergiu o assentamento 17 de Abril,[2] em homenagem ao massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás, no Pará. O assentamento consolidou-se mesmo com os entraves e divergências políticas entre MST e MLST e "hoje tem 147 famílias, das quais, sessenta famílias organizadas pelo Movimento Sem-Terra [MST]". O assentamento 17 de Abril, atualmente, é organizado pelo MST, por lideranças do MLST, além de outras organizações. É constituído como uma agrovila, com ampla produção de alimentos e gestão política compartilhada e repleta de conflitos entre os movimentos de luta pela terra (Lopes, 2004).

Mas, com esse processo de luta, afirma Hemes Lopes, por volta de 1998, o MST percebeu que o lócus da luta pela terra era em outra região. Os processos de luta que se travaram até então haviam consolidado alianças, como aquela com o Sindicato dos Correios, que apoiara tanto o acampamento em Colina quanto a luta ocorrida em Restinga, e, com isso, revelado novos sujeitos, outros lutadores pela terra, como Neuza Botelho Lima, do Sindicato dos Correios. Assim, afirma o militante,

> a gente foi ver que não era ali que era o ponto de discussão da luta pela reforma agrária. Aí entendemos que a luta, realmente, ela se dá aqui

2 Acerca do processo de constituição e consolidação do assentamento 17 de Abril, ver mais detalhadamente o importante trabalho realizado por Geraldo (2002).

> em Ribeirão Preto, aí nós nos transferimos de Restinga, de Franca pra cá [Ribeirão Preto]. (Lopes, 2004)

Em uma entrevista com o autor, Neuza Lima narra a chegada do MST a Ribeirão Preto:

> Veio para Ribeirão Preto uma turma para organizar a Frente de Massa. Aí veio o Fabinho, de Itapeva, o Hemes, de Canudos, e o Fabião, que era do Pontal do Paranapanema. Tudo menino novo. Nesse meio-tempo, a Kelli já tinha vindo junto com o Lavratti, porque a Boa Sorte estava em conflito, e fizeram uma conversa com o pessoal da coordenação do MST lá na Boa Sorte, e aí a Kelli e o Lavratti foram morar em Franca, para ajudar a organizar a regional de Franca. Não se falava em regional de Ribeirão Preto, ainda. Aí eles foram morar em Franca e começaram o trabalho de base lá. Nesse momento, a Wanderléia e o Ismael ajudaram no trabalho de base, porque eles já faziam esse trabalho lá e eu continuei dentro do assentamento [...] E aí eles foram para Franca [Kelli e Lavratti] e nesse meio-tempo pensaram em fazer uma olimpíada, porque o movimento sempre fez isso. Seria uma olimpíada estadual e feita em Franca. Foi lá no Ginásio de Franca. [...] Com apoio do Sindicato dos Sapateiros, eles conseguiram pegar apoio em Franca e tudo. Tinha uma boa relação. Mesmo com todos os conflitos dentro da Boa Sorte, o pessoal gostava do MST. Todo mundo sabia de todas as contradições, mas gostavam da ocupação da Boa Sorte. Aí esse pessoal foi pra lá, organizou a olimpíada. E, nesse meio-tempo, o pessoal já tinha vindo para Ribeirão Preto. (Lima, 2008)

Em 1999, portanto, o MST chega em Ribeirão Preto. Num primeiro momento, Helenito Hemes Lopes, Fábio Henrique da Silva Costa, Josué Lopes de Oliveira, Paulo Albuquerque da Costa e Seu Antonio. Com a exceção de Hemes Lopes e Seu Antônio, eram todos jovens com idade entre 17 e 25 anos; alguns casados e com filhos e com a tarefa de construir o MST nesse município. Seria o impulso de uma direção jovem que consolidaria a experiência do movimento no município e na região.

Desde logo, a chegada e consolidação do MST em Ribeirão Pre-

to contou com a acolhida do Sindicato dos Correios do município, através de Paulinho Carcaça, seu dirigente, como afirma sua esposa, Neuza Lima, que, naquele momento, tornava-se militante do MST:

> Aí o Fabião veio e ficou interno aqui em Ribeirão Preto, para organizar a frente de massa, ficou morando no Sindicato dos Correios. O Lavratti e a Kelli ficaram em Franca [...] Aí veio o Fabião, um menino lá do Pontal do Paranapanema, um outro menino que hoje é assentado lá no Mário Lago, que era de Sorocaba, que é o Toninho, o Josué, o Fabinho e o Hemes ficaram ali no Sindicato [Sindicato dos Correios]. E o Paulinho [Carcaça], que era um dos únicos dirigentes que "bancava" essa história, que sempre dava apoio para o movimento. Tudo que precisava, como colchão e tal. Aí eu também "desci" para Ribeirão Preto, como eu era daqui, para ajudar a organizar também os apoios. Foi aí que eu trouxe, por exemplo, o Silas [Silas Nogueira], que era quadro do Partido [PCB] e aproximei do movimento. Nisso, a Kelli foi para São Paulo e o Lavratti veio e ficou morando no Sindicato dos Correios também, articulando a Frente de Massa. Depois de um tempo, a Kelli também veio e morou no Sindicato dos Correios. (Lima, 2008)

Formou-se a frente de massa em Ribeirão Preto e iniciaram-se os chamados trabalhos de base a fim de promover uma ocupação. Dessa vez, no município de Matão, próximo a Ribeirão Preto, a partir da mobilização de famílias nas cidades circunvizinhas, como Araraquara e Rincão. Ao mesmo tempo, contando com o Núcleo de Apoio à Reforma Agrária, do Sindicato dos Correios de Ribeirão Preto, outros apoios foram conquistados: entidades, sindicatos, partidos políticos, algumas importantes forças políticas que foram decisivas na consolidação do movimento no município. Como relata Neuza Lima,

> foi nesse processo que o MST conheceu, através do padre Chico, o doutor Brasil Salomão e o doutor Said Halah e, nesse meio-tempo em que estávamos fazendo trabalho de base para a ocupação de Matão, o

> doutor Said Halah deu a estrutura para o movimento na avenida Saudade, para o movimento montar a secretaria. (Lima, 2008)

Uma vez conquistados apoios e alianças no município de Ribeirão Preto, e considerando os refluxos das lutas anteriores, a ideia inicial de criação da regional do movimento em Franca deu lugar à possibilidade de firmar bases territoriais e políticas em Ribeirão Preto. Com o prédio cedido pelo doutor Said Halah, na avenida Saudade, no centro da cidade de Ribeirão Preto, o movimento local criou sua secretaria e, nos dizeres de Neuza Lima, "o pessoal que estava no Sindicato dos Correios passou a morar lá na secretaria. Aí acabamos de montar a frente de massa e fomos fazer o trabalho de base aqui em Ribeirão Preto, em Cravinhos, enfim, nas cidades da região" (Lima, 2008).

Já com a Secretaria Regional do MST instalada e formada a base de mobilização, em 20 de dezembro de 1999, o movimento ocupou uma área do município de Matão (SP) e ali formou o acampamento Dom Hélder Câmara. Neuza Botelho Lima afirma tratar-se essa de uma das maiores ocupações feita pelo MST na região de Ribeirão Preto, congregando cerca de 1.200 famílias, da região de Franca, de Ribeirão Preto e Matão (Lima, 2008).

Contudo, a mobilização sofreu uma grande derrota política. Nogueira avaliou essa experiência e apontou alguns aspectos importantes que dela se podem extrair. Dentre eles, a insuficiência do trabalho de base – aspecto significativo da preparação ideológica dos trabalhadores para o enfrentamento político (2005, p.221).

Para os militantes do MST, houve um "erro estratégico". Para que não houvesse o desgaste do primeiro despejo, o MST optou pelo deslocamento das famílias para o município de Barretos, onde havia a promessa de desapropriação de uma grande área. Contudo, nesse deslocamento, cerca de seiscentas famílias voltaram para as periferias de Matão, ou dos municípios vizinhos, de onde tinham vindo. O que, juntamente com os vários despejos ocorridos em Barretos, desmobilizou o grupo que lá se constituiu.

Como afirma Hemes Lopes:

> a luta pela reforma agrária, muitas vezes as pessoas entendem que é uma coisa rápida, num é, é uma luta, um jogo em que as forças de opressão, elas se organizam muito rápido e na maioria das vezes, com a repressão... Nesse caso, além disso, erramos na tática, tínhamos a esperança de que o governo estadual desapropriasse uma área, mas houve reação. (Lopes, 2004)

Mesmo perante a derrota política, o MST permaneceu em Ribeirão Preto em busca de apoios e com o objetivo de ampliar horizontes de atuação política. Concomitante à manutenção, com muitas dificuldades, do acampamento Dom Hélder Câmara, agora em Barretos, o movimento buscou também o apoio da CPT[3] – seu aliado político desde a constituição do movimento, em fins da década de 1970, como já foi salientado aqui (cf. Nogueira, 2005, p.212-3).

Consolidados os apoios, já em 2000, o MST local organizou nova ocupação, em 17 de abril, da Fazenda Santa Clara, no município de Serra Azul, entre os municípios de Ribeirão Preto e Serrana. As famílias vieram em parte do acampamento de Barretos, em parte dos municípios de Ribeirão Preto, Araraquara, Cajuru, Serrana e São Simão (Lopes, 2004).

Neuza Botelho Lima, que nessa época já fazia parte da coordenação regional do MST, em Ribeirão Preto, relata que foi uma das primeiras pessoas a conversar com os acampados de Barretos, a fim de trazê-los para a nova ocupação, agora em Serra Azul:

> Eu conversei com o pessoal e vi quem queria voltar e quem queria vir para cá [Ribeirão Preto]. Uns queriam ficar por lá. Outros queriam vir para cá. Aí, muito daquelas famílias que estavam em Barretos, quando nós organizamos a ocupação que hoje é assentamento Sepé Tiaraju, vieram para cá. E o acampamento de lá acabou. (Lima, 2008)

3 A CPT está organizada em Ribeirão Preto desde 1979 por iniciativa do padre Bragheto. A esse respeito, conferir Silveira (1998).

Desse primeiro grande trabalho de base realizado pelo movimento em Ribeirão Preto nasce o acampamento Sepé Tiaraju, em homenagem a "um dos caciques que guerreou até a morte contra aqueles que queriam escravizar ou expulsar o povo Guarani no Sul do país durante a dominação portuguesa" (Nogueira, 2005, p.214), que se constituiu como um assentamento formado por oitenta famílias, dominantemente de ex-boias-frias, a partir de um projeto de desenvolvimento sustentável (PDS), que já produz alimentos num amplo sistema de produção coletiva e solidária.

Os militantes do movimento permaneciam no imóvel cedido pelo advogado Said Halah, que, ao mesmo tempo, funcionava como secretaria do MST em Ribeirão Preto. "Nisso continuou o processo do Sepé Tiaraju e acabou Matão e acabou Barretos. Nesse meio-tempo, houve uma conversa com o padre Chico, onde surgiu a ideia do Centro de Formação" (Lima, 2008).

A base territorial do MST é na fronteira entre o urbano e o rural: o Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara e a consolidação das alianças

O apoio da diocese de Ribeirão Preto consolidaria a organização do MST no município e na região, tanto no que toca à criação de bases territoriais quanto no que diz respeito ao fortalecimento político do movimento. Em novembro de 2002, foi firmada uma parceria com a arquidiocese de Ribeirão Preto, através da qual foi cedido um sítio nos limites urbanos do município para que o MST concentrasse suas atividades: o Sítio do Pau D'Alho que havia sido desativado em fins dos anos 1980, e que fora internato e centro socioassistencial de educação da Igreja Católica.

Kelli Mafort, da coordenação regional do MST, explica que o convênio celebrado com a arquidiocese de Ribeirão Preto foi consequência da articulação política do movimento com as pastorais sociais. Ressalta, ainda, que se tratou de um ato de muita coragem

do então arcebispo, dom Arnaldo Ribeiro, que celebrou o convênio (Mafort, 2008).

"Pela parceria com a diocese ribeirão-pretana, o movimento se comprometeria a cuidar de toda a estrutura do local e dotá-lo de condições para o uso das duas entidades. Poderia também plantar, fazer hortas e manter criações." Além disso, deveria constituir ali um projeto de atividades sociopedagógicas para o município, não se limitando aos integrantes do MST. "Plantar, manter criações e educar não são problemas para o MST. A parceria foi firmada e permanece ainda hoje." O Sítio do Pau D'Alho transformou-se, então, no Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara, em homenagem ao bispo de Olinda e Recife, "que muito bateu-se contra a ditadura e contra a fome" (Nogueira, 2005, p.213).

Criava-se, então, o centro das atividades políticas do MST na região de Ribeirão Preto, bem como a coordenação regional de todas as suas atividades, associados a um projeto político de formação de quadros para a luta pela terra.

> A estrutura do Centro de Formação favorece em tudo ao trabalho sócio-educativo do MST: salas de aula, galpões, anfiteatros, salões para palestras mais campo de futebol e quadras de vôlei e basquete e um enorme pátio [...]. (Nogueira, 2005, p.214)

Após uma grande reestruturação promovida pelo MST, o Centro de Formação Sócio-Agrícola inaugurou um espaço onde passaram a ser ministrados cursos em praticamente todas as áreas do conhecimento. Militantes do movimento e especialistas, acadêmicos e intelectuais convidados passaram a dialogar de forma mais contundente. São cursos técnicos vinculados a formas de produção coletivas e sustentáveis, nos quais são acentuadas a importância da agricultura orgânica e a preocupação com a preservação ecológica; teatro, música e dança em oficinas específicas; alfabetização de jovens e adultos, enfim, "uma estrutura ainda pequena frente aos aparatos de formação tradicionais do poder local, mas um espaço e uma condição muito importantes para um movimento social

com ampla proposta de transformação como o MST" (ibidem, 2005, p.214).

Outrossim, o Centro de Formação passou a congregar, também, a secretaria regional do movimento. Com isso, sua militância transferiu-se para lá. No antigo prédio onde funcionava a Secretaria, criou-se, em maio de 2003, a loja Sabor do Campo, com "produtos da reforma agrária" produzidos em diversas regiões do país. A loja passou a ser uma referência da reforma agrária na cidade, divulgando alguns de seus resultados.

O Centro de Formação passava a cumprir funções significativas no processo de luta, como aproximar campo e cidade e construir referências para as novas gerações e a integrar categorias sociais e profissionais distintas. Edvar Lavratti, em entrevista a Silas Nogueira,[4] afirma que a proposta do movimento foi a de se tornar referência política, cultural e ideológica para as novas gerações no município de Ribeirão Preto para enfrentar o aumento substantivo das práticas ilícitas no cotidiano dos jovens, sobretudo pobres residentes de bairros periféricos.

> Tem um ditado que diz que a cabeça pensa onde os pés pisam, então, se a referência do jovem nosso, na periferia hoje, e a única referência que ele vê como contestador da realidade que ele vive, como pessoa que tem um certo domínio, uma certa liderança é aquele que anda armado, é aquele que faz o tráfico lá no bairro, enfim, essa passa a ser a grande referência pra vida daquele ser humano. E os pés dele estão pisando naquela dura realidade, dificilmente podemos pensar que ele vai raciocinar com outra cabeça se os pés estão fincados naquele contexto. (Lavratti, 2004)

A sociedade brasileira, para o militante, vivia uma crise de referências pessoais e coletivas, decorrente de uma profunda dissolução dos valores que já orientaram utopias. No âmbito da cultura e da

4 Entrevista de Edvar Lavratti concedida a Silas Nogueira, em junho de 2004. O autor participou do encontro.

política havia, pois, a necessidade da reconstrução de valores associados à luta:

> A gente há um tempo atrás tinha grandes referências de grandes lutadores que influenciaram toda uma geração das pessoas; um exemplo típico é o próprio Che Guevara, que hoje virou marca de empresa de roupa que toda a classe média alta usa – e que não tem nada a ver com os ideais e com toda luta empregada por ele e por tantos outros que morreram pela causa de construir uma América Latina livre das garras do Império. Então existe uma grande crise. Um tempo atrás tinha outras organizações que foram referências, foram grandes referências para o nosso povo, povo mais pobre. O sindicato era referência, o partido quando surgiu era referência e a Igreja como uma referência forte nas pessoas. Agora me digam: qual a referência que existe hoje? [...] Então, da mesma forma como a juventude está sem referência para o crescimento, para o amadurecimento humano, o Brasil, de um modo geral, também está. (Lavratti, 2004)

O MST, por meio de suas atividades e do Centro de Formação Dom Hélder Câmara, também conhecido como Sítio do Pau D'Alho, deveria se tornar referência necessária ao desenvolvimento das experiências sociais de luta pela reforma agrária.

> o jovem hoje que tem como referência o tráfico ou a violência que ele gera hoje na cidade, ele só vai sair dessa situação de vida se for colocada alguma coisa melhor pra ele, que atraia ele pra outra possibilidade dentro da sua curta vida. [...] Nós temos convicção hoje que se perde vidas que vão fazer muita falta pro projeto que nós queremos construir [...] Ninguém vai morrer de fome calado. Então nós acreditamos muito que talvez a reforma agrária pode ser um passo pra isso... (Lavratti, 2004)

Firmar bases territoriais nos limites geográficos entre a cidade e o campo foi outro aspecto fundamental da luta do MST nessa região, pois, para o movimento, é a partir dos centros urbanos que a luta pela reforma agrária pode ganhar força. Nesses termos, o Cen-

tro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara poderia integrar – por meio de suas atividades políticas, culturais e formativas – os grupos sociais dedicados ou a se dedicarem à luta pela reforma agrária na região de Ribeirão Preto.

> Eu acho que o campo é muito importante, é onde se travam muitas lutas interessantes [...] mas existe muita luta para ser travada na cidade, porque, afinal de contas, nós vamos precisar da cidade também para essa nova sociedade que nós sonhamos. [...] Vamos botar na balança: quem tem mais poder de pressão, porque o que manda é o poder de pressão, o poder político é muito importante, mas se não houver pressão popular nada acontece, é o MST a duzentos quilômetros de uma grande cidade, com duzentas famílias fazendo barulho, passando fome, porque não tem jeito, a situação é difícil nos nossos acampamentos e tal, ou um bairro de uma cidade como Ribeirão Preto organizado, exigindo transformações?! Onde é que existe o peso de pressão maior?! A luta pode se dar no campo, mas qualquer conquista se dá na cidade [...] Então, eu acredito que, na cidade, o potencial de organização ele é bem maior que o campo, bem maior que o campo, porque é ali na cidade que se dão as maiores contradições, é onde tem gente desempregada, é onde tem jovem desempregado [...] Nós queremos que o povo entre para o MST, mas gostaríamos muito que o povo se organizasse na cidade. (Lavratti, 2004)

Do ponto de vista político, a chegada do MST a Ribeirão Preto significou a introdução de um debate contemporâneo sobre a reforma agrária e temas adjacentes entre estudantes, professores, ecologistas, militantes e ativistas políticos da esquerda, bem como integrantes de instituições como o Ministério Público Estadual. Assim, o processo de mobilização de famílias nas periferias de Ribeirão Preto e nos municípios vizinhos passava a ganhar apoio entre os setores já organizados da sociedade. Consolidando o assentamento Sepé Tiaraju, dever-se-ia prosseguir a mobilização de grupos de famílias de trabalhadores.

Terra de (agro)negócio gera nova mobilização: MST ocupa campo e cidade

Com o Centro de Formação constituído, contando com o apoio de setores importantes da sociedade civil e um assentamento denominado Sepé Tiaraju em construção, os trabalhos de mobilização deveriam continuar. O processo de mobilização contava, agora, com apoio e uma forte aliança de setores organizados da sociedade civil, mas sem recursos comunicacionais, como emissoras de TV e rádios. Assim, o movimento se amparava em "seus próprios recursos, as suas próprias 'armas comunicantes', o 'boca a boca', a 'rádio-peão', o contato pessoal e reuniões em bairros, quando isso era possível", lembra Nogueira (2005, p.220).

Um fato que favoreceu o processo de mobilização foi uma ação do então governo Fernando Henrique Cardoso. Naquele momento, o governo federal estava cadastrando, por meio das agências dos Correios, famílias interessadas em se integrar ao projeto de reforma agrária promovido pelo Estado. A medida, pensada para esvaziar as lutas sociais, foi, na verdade, base para a atuação do MST local. Aproximando-se dos cadastrados, o MST iniciava com esses grupos de famílias os chamados trabalhos de base. "As visitas aos bairros da vasta periferia de Ribeirão Preto foram pautadas também pelo número de cadastrados 'pelo Correio', existentes em cada bairro" (Nogueira, 2005, p.220; cf. Fernandes, 2001, p.22).

As mobilizações foram realizadas tanto com visitas de militantes do MST às residências de pessoas que integravam as classes trabalhadoras, quanto com reuniões marcadas em praças públicas, salões de igrejas, dentre outros "espaços" voltados para reunir famílias e debater o tema "reforma agrária". O trabalho era realizado por homens e mulheres integrantes do movimento, em geral acompanhados de aliados da luta pela terra, como estudantes, professores, sindicalistas e ambientalistas.

Nessas reuniões e visitas, os militantes falavam sobre o movimento, os problemas agrários brasileiros, as histórias de lutadores e da conquista de direitos; em geral, um professor, ecologista ou es-

tudante que os acompanhavam falava sobre os problemas concentrados no município de Ribeirão Preto, como pudemos presenciar em algumas ocasiões. Todos são chamados a contar sua história: os pais reclamam da falta de trabalho ou da expulsão da terra; as mães falam das dificuldades de sobreviver, de cuidar dos filhos – muitos deles, jovens que convivem diariamente com violências diversas, como a evasão escolar, a ausência de condições dignas de saúde e, por vezes, o envolvimento com o tráfico de drogas e com atividades ilícitas em geral. Mas também podem falar sobre os sonhos de mudança.

O trabalho de base vai se configurando como o espaço da preparação político-ideológica, da formação das pessoas que poderão integrar a próxima ocupação, o próximo ato político.

Fernandes (1999) compreendeu esse fenômeno como uma das dimensões do espaço comunicativo que se constitui no processo geral no qual se dá o dimensionamento da socialização política. Para esse autor, o espaço comunicativo é a primeira dimensão do espaço de socialização política, construído no processo de organização social. "É uma atividade da organização social que se realiza como experiência e conhecimento das formas de organização social, como a comunidade, o sindicato, a escola, a moradia, como lugar social." O trabalho de base é, então, "o espaço do conhecer e do aprender. É também o lugar estratégico de formação" (1999, p.228). Trata-se do primeiro momento da formação de novos sujeitos, mediada, agora, pelos valores da luta social e das possibilidades de transformação abertas pela atuação política do movimento social.

Em outra reflexão, afirmamos que os trabalhos de base são:

> espaços de produção e reprodução de sentidos sociais, elementos capazes de proporcionar um maior entendimento do processo de luta e, ainda, demonstrar que esse processo se articula também no campo das ideias, não se restringindo às transformações das bases materiais. (Firmiano, 2004, p.53-4)

Silas Nogueira ressalta, ainda, que o trabalho de base significa "um enfrentamento político-cultural em condições desiguais e penosas", pois o movimento não dispõe dos meios de comunicação de massa:

> As especificidades de cada contexto podem alterar substancialmente as estratégias. São práticas que exigem o estabelecimento de relações e de contatos intensos, tanto no seu início quanto nos seus desenvolvimentos. Para esse contato com a população ou com aqueles que já integraram o movimento, os militantes e dirigentes precisam criar e usar, de forma eficiente, todos os recursos da cultura e da comunicação. No contexto de predomínio do controle dos meios de comunicação pelo capital e pela iniciativa privada, invariavelmente contrários ao crescimento e desenvolvimento de um movimento contra-hegemônico, a criatividade e o sacrifício impõem-se como vitais. (2005, p.182)

Além disso, trata-se de grupos sociais que vivem na cidade, na sociedade de consumo e mercado, que olha com estranheza a nova visão de mundo trazida pelo Movimento Sem Terra. "Para os jovens, a terra, o campo, a lavoura, como valores e configurações simbólicas, estão relacionados ao atraso, *caipirismo*, valores que devem ser esquecidos e superados pelos valores urbanos, *modernos*, e de consumo." Entre os jovens, as noções de coletivo, militância e participação política, em geral, têm pouco ou quase nenhum sentido. Para esse enfrentamento, prossegue Silas Nogueira, o movimento conta apenas "com o corpo a corpo, com a comunicação interpessoal, de 'rua em rua', de 'porta em porta', 'de casa em casa', quando há ruas, portas e casas" (ibidem, p.185).

A referência metódica trazida por Lucelina Rosseti Rosa e Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira ajuda-nos a compreender a mobilização desses grupos, sustentada pelos trabalhos de base, para a luta do MST. Recorrendo às categorias campo e cidade, "sem perder de vista as relações sociais que são estabelecidas pelos grupos sociais", as autoras se afastam de um viés economicista, "que percebe as populações enquanto homogêneas" (2006, p.193-4). Nos estudos sobre o rural e o urbano no Brasil, propõem uma metodo-

logia que indica um *continuum*[5] entre campo e cidade. Assim, consideram que:

> campo e cidade só podem ser concebidos – na contemporaneidade – em suas relações. Relações estas que podem ser avaliadas a partir de diferentes eixos: legal, espacial, paisagístico, demográfico, sociocultural, econômico, histórico, entre tantos outros que informam sobre as proximidades e os distanciamentos entre rural e urbano. E nesse contexto, acreditamos que o conceito de *continuum* possa ser repensado não para reforçar a dicotomia urbano-moderno *versus* rural-atrasado, mas para salientar a perspectiva de que tanto o campo, quanto a cidade – e tanto a população rural, quanto a população urbana – são partes de uma mesma sociedade. (Ibidem, p.196)

Nesses termos, podemos afirmar que, embora os trabalhos de base sejam dificultosos em razão das novas condições de existência daqueles grupos que podem integrar as bases de mobilização do MST, existem relações que ainda perduram no espaço urbano que identificam determinados grupos, integrantes das classes trabalhadoras, às lutas sociais pela terra. Relações que preservam a memória dos que viveram num passado não tão distante.

O depoimento de Hemes Lopes, que integrava a frente de massa naquele momento, apoia nossa afirmação:

---

5 Lucelina Rosseti e Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira ressalvam que o conceito de *continuum* foi criado inicialmente, em meados de 1930, pelo antropólogo norte-americano Robert Redfield para referir-se à existência de "variações e continuidades entre os aspectos culturais das populações urbanas e não-urbanas". No entanto, prosseguem, o modelo tendeu a considerar "o aumento da heterogeneidade e complexificação dos grupos sociais, [indicando que] este *continuum* caminharia para o urbano. Assim, a urbanização enfraqueceria os laços estabelecidos pelos grupos rurais, difundindo traços próprios da vida urbana como o aumento da individualidade e a fragmentação das comunidades". Com isso, a utilização do conceito deve, para as autoras, "caracterizar situações em que, tanto formas de vida e de trabalho rurais quanto urbanas estariam integradas", pois assumem as críticas já dirigidas ao modelo teórico do autor em questão, que afirmam que ele polariza as categorias urbano e rural, desconsiderando as relações e a história de cada grupo social (Rosa & Ferreira, 2006, p.194).

> Os trabalhadores [...], além daqueles que trabalharam na agricultura, vieram pra cidade para trabalhar com coisas completamente diferentes daquilo que eles estavam acostumados na área rural, então eles acabaram aprendendo também outras formas de trabalho. Aqui na região [de Ribeirão Preto] se caracterizou mais no seguinte, logo no início da década de 1960, mais ou menos, quando se intensificou muito a monocultura de cana aqui, ainda tinha trabalho no corte de cana, como na década de 1970 em diante começou a mecanização, então, esses trabalhos começaram a mudar. Aí, já era só o cara que ia operar as máquinas e tal, então, como ficou muito mecanizado, as pessoas começaram a perder seus empregos, mas, mesmo assim, eram boias-frias, boias-frias desempregados. E a gente começava a observar muito isso, o vínculo com a terra, quando a gente ia na periferia, [...] no Jardim Progresso, no Sem-Teto, naquela região ali do Ribeirão Verde, Jardim Salgado Filho, a maioria das pessoas tem uma pequena horta no fundo da casa, pra não perder aquele vínculo que eles têm com a terra. Então, continua o mesmo sonho de querer ter um pedaço de terra, de sonhar o que era há sessenta anos, há quarenta anos, os pais deles que tinham bastante fartura de alimentação nas suas casas. (Lopes, 2004)

Ao mesmo tempo em que ocorria o processo de construção do reconhecimento entre sujeitos, ampliação de bases de luta, trabalho de base, outro importante aliado emerge em apoio à luta dos sem-terra: a Associação Ecológica Pau Brasil, entidade ambientalista de Ribeirão Preto. Com essa aproximação, ocorreu a troca de muitos conhecimentos acerca da questão ecológica local, o problema das queimadas, os riscos e os danos causados pela monocultura, o desmatamento, o uso abusivo dos agrotóxicos. Questões, aliás, muito anteriores à chegada do MST na região.

Nesse momento, descobriu-se que no município existiam grandes áreas de recarga do aquífero Guarani, num espaço de fronteira entre o perímetro urbano e a área rural de Ribeirão Preto. O aquífero é um reservatório subterrâneo que se estende por quatro países da América Latina: Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. As áreas de recarga são os lugares onde o aquífero se encontra mais próximo da superfície da terra e a composição do solo permite que

as águas das chuvas o alcancem mais rapidamente e em maior quantidade.

Essas áreas de recarga do aquífero Guarani estavam em uma fazenda, chamada Fazenda da Barra, pertencente à Fundação Sinhá Junqueira que, posteriormente, a negociou com o empresário Roberto Guidoni. Na época, estimou-se uma área de cerca de 1.780 hectares, na fronteira entre os espaços urbano e rural, que até então fora dedicada à monocultura da cana-de-açúcar, e, naquele momento, "se encontrava à disposição de duas empreiteiras incorporadoras que já haviam traçado o destino daquelas terras: pela sua proximidade com o perímetro urbano, seria destinada à construção de um condomínio de luxo" (Nogueira, 2005, p.226).

O representante do Ministério Público à frente da Promotoria de Meio Ambiente e Conflitos Fundiários, Marcelo Pedroso Goulart, relata que, quando assumiu a curadoria, em 1994, já havia um processo em andamento, no qual os proprietários da Fazenda da Barra foram condenados por práticas de desmatamentos de reserva legal no imóvel rural. Assim, pelo menos desde aquele ano, a área em questão passou a ser alvo de inúmeras investigações e inquéritos por danos ambientais, como desmatamentos e queimadas. No ano de 2000, afirma o promotor de justiça, foi feita uma diligência no local, na qual se identificou um grande passivo ambiental. Além disso, diz Marcelo Goulart: "eu mesmo verifiquei na área que existia suspeita de que aquelas terras eram improdutivas. Havia indícios de que aquela terra não estava sendo explorada de forma adequada". Com base nisso, prossegue ele, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra foi acionado pelo Ministério Público para instaurar um processo de desapropriação para fins de reforma agrária.

> Foi instaurado, então, o processo administrativo – e isso era governo Fernando Henrique Cardoso – e a coisa ia muito devagar, muito devagar, mas concluíram o inquérito em São Paulo e mandaram para Brasília. Em Brasília, disseram que o processo apresentava alguns defeitos que precisavam ser sanados e devolveram para São Paulo, quan-

do houve, então, a mudança de governo. E com a mudança de governo, a atual superintendente colocou como prioridade da superintendência a Fazenda da Barra, corrigiu os erros e mandou isso para Brasília de novo. (Goulart, 2008)

Nesse meio-tempo, houve a ocupação da área.

A ocupação da Fazenda da Barra: alguns caminhos e descaminhos do assentamento Mário Lago

Alumiô, alumio
Assentamento Mário Lago, alumiô
Alumiô, alumio
Assentamento Mário Lago, alumiô

Na esperança de plantar
Com alegria esta terra ocupar
Perseverança pode ajudar
Na conquista do poder popular

Meio ambiente vamos cuidar
Com coletivo nós iremos trabalhar
Na nossa terra vamos plantar
Dignidade e justiça conquistar

Os camponeses vamos juntar
E a vitória nós iremos alcançar
Estamos marchando pra valorizar
A cultura brasileira popular

Cooperação é o povão
Marchando junto por seu pedaço de chão
Plantando o sonho de igualdade
E a união do campo e da cidade

[...]

Coletivo Assentamento Mário Lago.
"Alumio". Mimeo

Em 2 de agosto de 2003 cerca de cem famílias, mais tarde reforçadas por outras trezentas, ocuparam uma área vizinha à Fazenda

da Barra, o Sítio Braghetto, a fim de pressionar o governo federal a realizar a desapropriação do imóvel, uma vez que o processo já estava em andamento. A fazenda não foi ocupada para que o processo judicial de desapropriação não fosse interrompido.

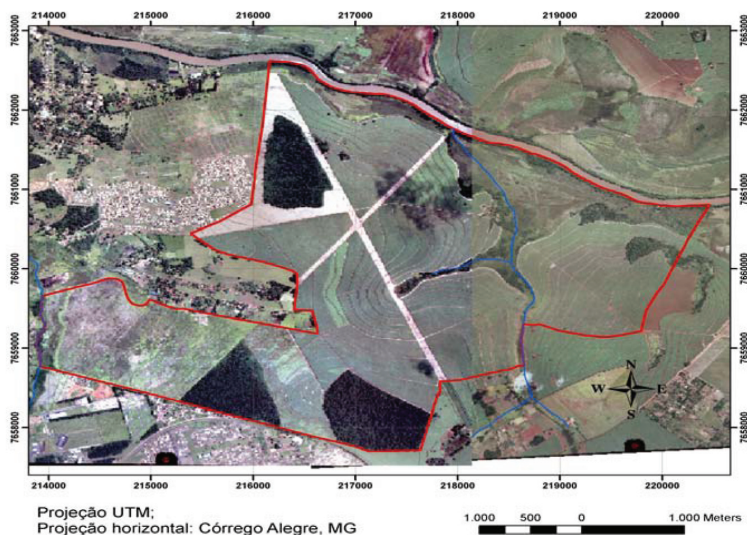
Formava-se no Sítio Braghetto o acampamento Mário Lago, em homenagem ao ator e compositor militante do PCB, defensor da luta pela terra, que havia falecido em 2002. O Mar, o Rio e o Lago, Mário Lago seria, também, o símbolo daquelas terras onde se situava o aquífero, como afirmou Edvar Lavratti, da coordenação regional e estadual do MST em Ribeirão Preto, em nota divulgada aos grupos de apoio do movimento, em 2003 (cf. Firmiano, 2004, p.90-1).

O momento da ocupação foi descrito por Silas Nogueira:

> A ocupação foi feita durante a noite, madrugada adentro, mas as pessoas continuavam a chegar. [...] O trecho de estrada de terra, que liga o Sítio Braghetto a uma rotatória da rodovia Anhanguera, continuava movimentado, carros, peruas, carroças, bicicletas, gente a pé com as trouxas e as malas, como uma procissão, uma corredeira meio desordenada, mas com rumo certo. Dentro do sítio, a principal tarefa era a construção dos barracos, bambus, arames, paus e o plástico ou o que tivesse para cobrir, tábua, folha de zinco, lona velha de caminhão. [...] Da cidade vieram grupos de apoio, alguns estudantes e outros simpatizantes do movimento. Assentados e mesmo acampados de outros lugares próximos juntaram-se aos militantes locais e a parentes para a construção dos barracos e para dotar o acampamento de alguma estrutura. [...] Quem terminava sua parte já se oferecia para ajudar o companheiro ou a companheira ao lado. Dividia-se o material que sobrava entre os que menos tinham madeira, plástico e até colchão; juntavam-se aos grupos de apoio para o trabalho coletivo. (2005, p.229-30)

Assim foi se formando o acampamento, marcado por grande euforia e, ao mesmo tempo, pela solidariedade nascente entre os *novos* lutadores pela terra e eternos lutadores pela vida. Ao longo de todo o dia, as famílias que ali chegavam, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, logo se envolviam com alguma atividade.

Aos poucos, o acampamento foi ganhando forma. Os núcleos e setores se estruturam gradativamente.

Nascia uma "vila rural" do MST, no interior da então Fazenda da Barra, na fronteira entre os espaços rural e urbano, com o bairro de periferia Ribeirão Verde, a cerca de 10 km do centro da cidade de Ribeirão Preto, fazendo divisa com a rodovia Anhanguera, na altura do km 361 e com o rio Pardo, como mostra o mapa 1.

Mapa 1 – Foto: Acervo MST, regional de Ribeirão Preto.

O MST, em seus acampamentos e, posteriormente, assentamentos, apresenta uma estrutura político-organizacional bastante similar. Já nos primeiros dias de ocupação, os "barracos de lona preta" são organizados por núcleos. Em cada núcleo são construídos cerca de quinze ou vinte barracos, dependendo das condições geográficas do território conquistado, da quantidade de famílias que participaram da ocupação, além das particularidades do processo político experienciado. Cada núcleo deve eleger, então, um coordenador: alguém da base de acampados que represente todos

os novos militantes pertencentes ao núcleo de "barracos". Esse coordenador é eleito, mediante eleições diretas, por todos os moradores do núcleo. Ele será o representante do núcleo nas reuniões com a coordenação geral do acampamento.

Trata-se de um "choque político", pois o sujeito, na maioria dos casos, veio de relações – marcadas pela experiência cotidiana privada, seja nos centros urbanos ou no espaço rural – em que estava nas condições de trabalhador assalariado ou trabalhador volante. Nessas relações, o horizonte não vai além da garantia da sobrevivência material e espiritual individual ou do grupo familiar no mundo de mercadorias oferecido pela sociedade de classes. Gláucia Tavares Miranda, hoje integrante da coordenação regional do MST em Ribeirão Preto, relata sua experiência quando da constituição do acampamento Mário Lago e sua participação na qualidade de coordenadora de núcleo:

> Eles vieram com essa história de criar os núcleos, de tirar os coordenadores, que era outra coisa que eu nem sabia que existia. Eu me perguntava: "o que é isso, esse *diabo* de coordenar núcleo?". Aí, quando foram fazer a reunião nos núcleos, fizeram uma votação lá e me tiraram de coordenadora de núcleo. Aí foi outra pancada: "Por quê? O que é isso? O que significa realmente essa palavra coordenar?". A gente diz, assim, um termo de se organizar, né?! Porque a gente fala, na cidade, a gente é organizado através dos bairros, mas não tem aquela visão ampla, que dentro disso você pode dar uma proposta para o seu bairro de melhorias, pode dar uma proposta de melhoria da cidade. A cidade não proporciona isso em momento nenhum. Pelo contrário, ela esconde isso. Então, você acaba, na realidade, na forma de se organizar, sendo uma pessoa *matuta*, porque não tem como se organizar na cidade. [...] E aí eu fui para a coordenação do núcleo e a partir daí comecei a aprender muitas coisas. Engraçado que foi uma experiência muito boa para mim naquele momento, porque eu, a minha intenção, quando eu vim acampar, era pegar um pedacinho de terra ali, fazer uma casinha e pronto, tocar minha vida. E essa experiência de ser uma coordenadora de núcleo, ela me fez refletir muito [...] As dificuldades que apareciam, pelas dificuldades, eu comecei a sentir necessidade de estudar mais sobre o

> movimento, entender realmente por que tinha que ter aquela organização, por que tinha que ser daquela forma e tudo mais. (Miranda, 2008)

Desse modo, o MST começa a formar novos militantes, sujeitos comprometidos com a vida comunal, com a construção de uma nova vida, pautada pela participação coletiva e pelas discussões democráticas em torno de questões políticas essenciais para a sobrevivência da comunidade. Os coordenadores de núcleo são um ponto de junção entre a coordenação geral do acampamento, os dirigentes do movimento de luta e as famílias que compõem o acampamento. Coordenadores ou coordenadoras atuam, portanto, como o elo entre as demandas mais simples e corriqueiras do acampamento e as questões políticas mais importantes que envolvem a comunidade.

A coordenação geral está sempre a cargo de algum integrante do MST, cuja função é organizar politicamente o acampamento. Ela é, também, a instância deliberativa: é onde se encontram os coordenadores dos núcleos para debater os problemas e questões gerais internos e externos do acampamento. A partir daí, vão sendo organizados setores que funcionam como *instituições* no acampamento: setor de saúde e higiene, de segurança, de esporte, cultura e lazer; de finanças; de educação; de produção e a secretaria. Assim foi estruturado o acampamento Mário Lago, que, à medida que as condições exigiam, criava um setor ou instância organizativa, como a Escola Chico Mendes, em homenagem ao seringueiro e ecologista assassinado em Xapuri, no Pará.

A escola foi construída e inaugurada ainda no primeiro mês de acampamento, quando este estava formado no Sítio Braghetto e é, sem dúvida, um dos fatos mais significativos do processo – sempre uma das primeiras medidas tomadas pelo MST, ainda que a experiência não perdure, como ocorreu com essa, em virtude dos refluxos da luta, transferências do acampamento em razão de ordens de despejo, dentre outros motivos.

A estrutura político-organizacional do acampamento, e também do assentamento, conta ainda com uma instância máxima de deliberação: a assembleia geral. É no âmbito dela que são definidas as

questões que têm dimensão política externa ao acampamento ou mesmo aquelas pertencentes ao acampamento em geral. Uma desocupação da área, por exemplo, a transferência do acampamento para outro lugar, são deliberações feitas no âmbito da assembleia geral.

A Figura 1 mostra graficamente, a estrutura político-organizacional do acampamento Mário Lago.

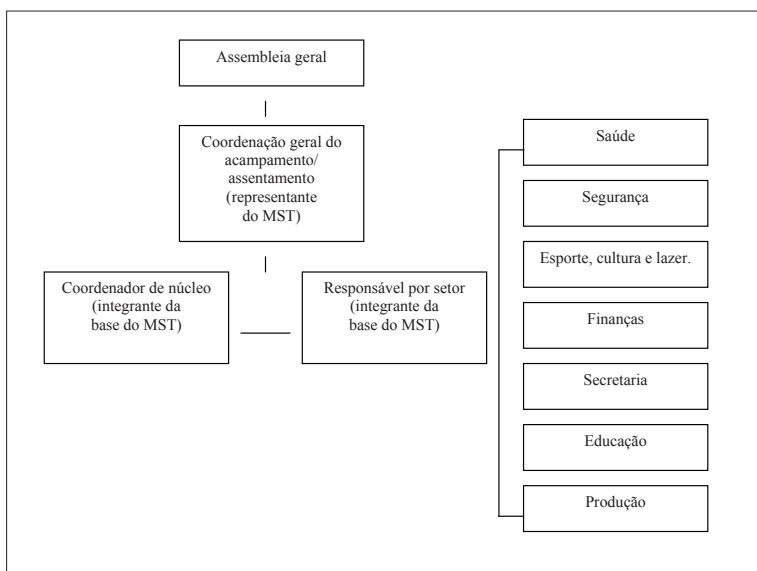



Figura 1.

No dia 13 de setembro de 2003, o movimento realiza uma marcha: cerca de quatrocentas pessoas, entre acampados, simpatizantes e amigos do MST partiram das proximidades da Fazenda da Barra e chegaram às proximidades da catedral, no centro da cidade. O objetivo era chamar a atenção da população para a necessidade e urgência da reforma agrária naquele município, começando pela Fazenda da Barra, que não cumpria sua função social.

Feita mais uma denúncia, dessa vez sob a forma de marcha, em novembro daquele ano o movimento parte para nova ofensiva. A

estratégia política foi transferir parte do acampamento para a entrada da Fazenda da Barra, numa estrada vicinal e, outra parte, para o Parque Maurílio Biaggi, localizado ao lado da Câmara Municipal dos Vereadores de Ribeirão Preto, a fim de pressionar o governo local, bem como as autoridades estaduais e federais, para a agilização da desapropriação da fazenda. Cerca de quinhentas famílias, dentre as quais de acampados de Serra Azul e do Sepé Tiaraju participaram da ocupação (Firmiano, 2004, p.92-3).

Em 20 de novembro, o MST publicou um manifesto, expondo suas decisões:

> – conclamar a população de Ribeirão Preto a cobrar de nosso ex-prefeito e atual ministro Antônio Palocci uma posição do governo Lula sobre a reforma agrária, e uma atuação séria nos problemas gerados pelo agronegócio em nossa região;
>
> – resistir a qualquer ação que venha por parte do Estado oprimir o nosso povo, pois nossa luta é legítima.

Dentre as reivindicações, estavam:

> 1. Que o governador Geraldo Alckmin assine a autorização de venda da Fazenda Santa Clara que está com processo paralisado em sua mesa;
>
> 2. Que o governo federal faça uma intervenção através do Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Agrário na questão da Fazenda da Barra, um dos maiores latifúndios da região considerado improdutivo por laudo técnico do Incra e localizado em uma das principais áreas de recarga do aquífero Guarani; que não seja permitida a implantação de projetos imobiliários como é de interesse de empresários paulistanos;
>
> 3. Que o governo federal juntamente com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto encontrem uma área alternativa para a instalação do acampamento Mário Lago dentro da Fazenda da Barra;
>
> 4. Que o ministro Antônio Palocci na condição de cidadão de Ribeirão Preto agende uma audiência com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, e Agência Nacional de

Águas juntamente com as entidades do Fórum Municipal de Reforma Agrária para tratar sobre o futuro da Fazenda da Barra;

5. Que o compromisso histórico do Partido dos Trabalhadores com a reforma agrária se traduza em ações práticas a partir do Plano Nacional de Reforma Agrária.[6]

Segundo relata Gláucia Tavares, na ocasião,

> Ficou gente no Braghetto, gente na Câmara e gente na porteira da Barra. Dividimos para segurar os acampamentos. E aí, nisso, nós tínhamos uma demanda, porque o dono do Braghetto estava pedindo a desocupação. Ele entrou na justiça, mas não chegou a vir a reintegração de posse para a gente. Nós fizemos uma conversa, porque a gente não queria naquele momento um reintegração de posse, porque a gente estava lutando por uma coisa maior que era a Fazenda da Barra. A gente não queria o Braghetto e o dono, de certo modo, entendeu. Aí a gente foi para a Câmara até mesmo para que eles achassem um lugar para que a gente pudesse ficar, para depois a gente poder ocupar mesmo a [Fazenda da] Barra. (Miranda, 2008)

Após dez dias de ocupação do Parque Maurílio Biaggi, a prefeitura cedeu um terreno público, próximo à Fazenda da Barra, no bairro Parque dos Flamboyants, para onde se deslocaram cerca de 420 famílias, entre as quais, famílias que estavam no Parque Maurílio Biaggi e outras que haviam ocupado a frente da Fazenda da Barra. O acampamento permaneceu ali por cerca de quatro meses, quando nova ofensiva contra a Fazenda da Barra foi realizada, como explica Gláucia Tavares:

> A gente ficou no Flamboyants mais ou menos uns quatro meses. E isso já era 2004. No dia primeiro de janeiro de 2004, a gente ocupou a Fazenda da Barra. O pessoal continuou no Flamboyants. A gente foi fazer uma ocupação mesmo. Saímos em comboio e aí fizemos uma

6 Manifesto do MST publicado em 20 de novembro de 2003. Disponível em http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/11/268453.shtml. Acesso em 13/11/2008.

> ocupação, onde que é o [núcleo] Rosa Luxemburgo hoje. Aí só ocupamos aquele espaço. Ficamos ali uns oito dias, aí alguém falou que ia ter a reintegração de posse, então, seguramos até o último momento e voltamos para o Flamboyants. Não esperamos vir tropa de choque, nem nada. Teve a reintegração, mas não esperamos, não resistimos. Aí ficamos lá mais um tempo. (Miranda, 2008)

O acampamento produziu grande efervescência no Jardim dos Flamboyants. Num primeiro momento, os moradores não entendiam muito bem o que estava acontecendo. Alguns se aproximavam ou, por vezes, se assustavam. A polícia fazia rondas durante todo o dia e mesmo à noite no local, para "garantir a ordem". Para as famílias acampadas, a situação era desconfortável. Logo no início do acampamento Mário Lago instalado no Flamboyants, a direção do MST, já acostumada a situações como aquela, resolveu fazer uma reunião com os moradores do bairro, por intermédio da associação do próprio bairro. Logo foi conseguido um espaço e, então, o movimento, acompanhado de aliados e membros representantes do governo municipal, se reuniu com os moradores.

Durante a reunião, travou-se ampla discussão acerca de temas da reforma agrária brasileira, a atuação do movimento na região de Ribeirão Preto e a luta que envolvia a disputa da Fazenda da Barra, bem como a situação da fazenda até aquele momento.

O encontro foi registrado em vídeo pelo professor e pesquisador Silas Nogueira, junto com alguns estudantes. Após longa explanação de integrantes da direção regional do movimento, abriu-se a palavra para os moradores do bairro. Alguns, desconfiados, queixavam-se da possível desvalorização de suas casas ou terrenos. Outros, agradeciam a presença do movimento e aventavam até a hipótese de que a violência no bairro tinha diminuído, em virtude da presença do MST na região.

O fato era que aquelas famílias não estavam acostumadas com a presença de um movimento social, com discussões democráticas sobre problemas gerais que acometiam suas vidas. Com o acampamento Mário Lago no local, criou-se ali um "fórum popular" de

discussão política, inclusive sobre a própria organização dos moradores do bairro.

Para as famílias acampadas, esse também era um lugar de formação no interior da cidade. Esses grupos viviam acampados, mas estavam no espaço urbano. Viviam sob o regimento interno do MST, aprovado pelas famílias logo nos primeiros dias de acampamento, ainda no Sítio Braghetto, mas próximas, novamente, de todos os aspectos que marcavam sua vida nas cidades e das quais queriam se distanciar. Essa contradição aparecia também no fato de que a Fazenda da Barra estava localizada muito perto da cidade, na fronteira entre os espaços rural e urbano. No entanto, no que toca às experiências sociais, essas fronteiras não eram muito bem definidas, o que, muitas vezes, atuava em sentido diametralmente oposto aos princípios do movimento para o estabelecimento de novas relações sociais, centradas na solidariedade, na cooperação e na luta contra o individualismo. Alguns conflitos internos foram registrados, em virtude do descumprimento do regimento interno do acampamento Mário Lago ou mesmo das premissas de organização política do MST. Dentre eles, o que viria a ser, mais adiante, um *racha* no interior do acampamento e a formação de um novo movimento de luta pela terra, como veremos mais adiante.

Permanecendo ali por alguns meses, as famílias mobilizadas pelo MST decidiram, novamente, ocupar a Fazenda da Barra: o acampamento Mário Lago "instalou-se numa via vicinal, portanto pública, que passa por toda a área [da Fazenda da Barra] [...] fazendo com que os grupos de interesse movessem uma ação de reintegração de posse" (Firmiano, 2004, p.94). A ação foi concedida pela Justiça.

Segundo Gláucia Tavares,

> Vieram mais ou menos uns setecentos militares para tirar a gente daqui e foi muito engraçado. A gente sabia que ia ter uma reintegração de posse. Eu ainda fazia parte da coordenação [de núcleo]. Nisso fizemos uma reunião à noite. Era mais ou menos umas dez horas da noite quando me chamaram para fazer essa reunião com os coordenadores de núcleo. Eu falei: "Pronto! Alguma bomba, por que em uma hora

> dessas fazer reunião?!". Aí fizemos a reunião aqui [na Fazenda da Barra] num barracão, e aí os dirigentes avisaram a gente que por volta de umas seis horas da manhã ia ter uma reintegração de posse. E aí a gente se organizou e falou que era bom avisar pelo menos as pessoas que tinham problema de coração, para não ser pego de surpresa, para não sofrer alguma coisa. [...] Aí nós avisamos alguns companheiros à noite e cinco horas da manhã ficou para cada coordenador fazer a reunião com o seu núcleo para que não assustasse tanto os companheiros. E aí quando foi seis horas da manhã já estava todo mundo junto. E era mais fácil, porque nessa ocupação, a gente resolveu ficar praticamente no meio da fazenda. Aí eles chegaram. (Miranda, 2008)

A polícia chegou bem cedo, logo às seis da manhã com cerca de oito viaturas. Logo depois, chegou um helicóptero. O medo das famílias se mesclava ao sentimento de luta. Tratava-se de um momento de radicalização do processo de conquista da Fazenda da Barra, no qual as famílias deviam optar entre o enfrentamento ao aparato repressivo do Estado e a desistência de seus sonhos. Sonhos, visto que, até então, nem todos tinham consciência dos processos em marcha, consciência que emerge no enfrentamento.

> Começamos a ver as luzes lá. Primeiro de tudo chegaram as viaturas. Oito viaturas de cada lado. Cercaram a gente. Depois veio o helicóptero, que dava muito rasante no acampamento. Nessa época, os companheiros perderam muitos animais, porque o helicóptero ficava dando rasante, então, os bichos corriam, fugiam para dentro da cana. Muitos tiveram dor de barriga, porque nunca tinham visto uma coisa daquela: "Poxa, agora eles [polícia] entram aqui e batem na gente!". Medo mesmo. Medo porque viam isso na televisão e em outros lugares. Dali a pouco chegou a tropa de choque. No que chegou a tropa de choque, que veio de São Paulo, chegaram as televisões também para filmar e tal. (Miranda, 2008)

Os dirigentes do movimento tinham experiência e sabiam que, sem apoio, poderia acontecer de tudo no local. Tudo mesmo. A história já mostrou que, no momento da radicalização do confronto, do enfrentamento direto entre forças políticas opostas, não há dis-

tinção entre o aceitável e o não aceitável definido internacionalmente em documentos que garantem os direitos humanos. Por essa razão, tratou logo de convocar aliados, simpatizantes da luta pela terra e apoios políticos constituídos. Também chamou a imprensa local. O autor esteve no então acampamento Mário Lago, junto com Silas Nogueira, a fim de acompanhar o processo que consumiu todo o dia e parte significativa da noite.

As famílias resistiam, enquanto o promotor do Meio Ambiente e Conflitos Fundiários, Marcelo Pedroso Goulart, sustentava no processo da ação possessória que aquelas terras não cumpriam a função social e que, portanto, a ação de reintegração de posse deveria ser julgada improcedente. No entanto, ela foi cumprida:

> Nós conseguimos segurar ali na portaria por muito tempo, com muitos gritos de ordem, companheiros tentando negociar e tal. Na hora não tinha para onde a gente ir. Eles queriam fazer a gente sair, mas não queria saber para onde a gente iria. Foi quando teve um advogado, doutor Fernando, dono do *sitinho*, que emprestou aquele lugar para a gente poder ficar. (Miranda, 2008)

No início de maio de 2004, as famílias deslocaram-se para uma área que ficou conhecida como "sitinho", na mesma região da Fazenda da Barra, cedida por um aliado[7] do movimento. Permaneceram ali até 21 de outubro de 2004, quando houve nova ocupação da fazenda, instalando-se, dessa vez definitivamente, o acampamento Mário Lago, com cerca de quatrocentas famílias.

Em dezembro daquele mesmo ano, o presidente da República assinou o decreto destinando a área para fins de reforma agrária.

Marcelo Pedroso Goulart, promotor do Meio Ambiente e Conflitos Fundiários em Ribeirão Preto, que acompanhou todo o processo de luta e interveio nos processos judiciais, afirma que:

---

7 Assim denomina o MST aqueles grupos ou pessoas que apóiam a luta social pela reforma agrária, oferecendo recursos materiais e tempo para o fortalecimento das ações do movimento. Na ocasião, eram chamados de *amigos do movimento*.

> No início ele [o juiz] deu liminar de desocupação, depois ele voltou atrás porque julgou improcedente, com base no parecer do Ministério Público, reconhecendo que aquelas terras não cumpriam função social e que, portanto, o titular do domínio não tinha proteção jurídica, o que de certa forma legitimava a ocupação. (Goulart, 2008)

A luta, porém, ainda estava em seu início.

Da cidade para o campo: a formação permanente de sujeitos, novos conflitos e a consolidação do assentamento Mário Lago

A ocupação do território é, em primeiro lugar, "uma forma de intervenção dos trabalhadores no processo político e econômico de expropriação" (Fernandes, 2006, p.2). Numa perspectiva histórico-crítica, Fernandes e Stédile (2000) apontam que, como mecanismo de mobilização de grupos sociais, esse importante instrumento "deu vida à luta pela terra" e ao MST; tornou-se "uma esfera de intensa significação política e cultural", capaz de trazer à tona todas as contradições do desenvolvimento desigual do capitalismo mundial (2000, p.113; 2001).[8]

O MST, com a ocupação de territórios, consegue, ao mesmo tempo, criticar o capitalismo e as políticas neoliberais, denunciar a questão agrária brasileira e as condições de vida dos trabalhadores e modificá-las, criando novos valores ou uma nova consciência. A pesquisadora Maria do Socorro Militão defende em sua tese de doutoramento que, "com efeito, a estratégia da ocupação iniciou a construção de uma nova cultura, de um novo bloco histórico, o socialista" (2008, p.177).

---

8 As ocupações de terra ocorrem em áreas legalmente irregulares, tanto do ponto de vista do princípio constitucional da função social da terra quanto por práticas ilícitas de apropriação e uso do território. Ocorrem também, afirma Maria Cecília M. Turatti, casos de ocupação em áreas do Estado, "onde o solo e até algumas benfeitorias estão absolutamente abandonadas" (2005, p.52-3).

O processo de ocupação de terras se inicia nos trabalhos de mobilização realizados pelo movimento, em geral em bairros periféricos pobres dos centros urbanos. Esses grupos de famílias passam a participar de reuniões, encontros e debates que refletem temas alusivos à questão agrária brasileira e também à reforma agrária no Brasil, à situação dos trabalhadores rurais assalariados, às condições dos desempregados nos centros urbanos, dentre outros temas. As reuniões preparatórias para a futura ocupação de determinada área rural podem ocorrer num período de seis meses, um ano, ou, em alguns casos, até mais tempo, o que remete à compreensão de que a ocupação da terra não decorre de um ato impulsivo ou figura como alternativa inscrita no repertório das possibilidades de sobrevivência desses grupos,[9] mas, sim, como processo de mobilização das capacidades de superação da existência cotidiana nos centros urbanos e rurais.

Segundo Carlos Nelson Coutinho, de um ponto de vista ontológico, é

> correto dizer que *toda* forma de práxis, inclusive a que não se relaciona diretamente com a formação da consciência e da ação política das classes, implica a potencialidade do "momento catártico", isto é, a potencialidade de uma passagem da esfera da manipulação imediata – da recepção passiva do mundo – para a esfera da totalidade (da modificação do real); ou, o que é um outro aspecto do mesmo processo, a passagem da consciência "egoístico-passional" (particularista) para a consciência universal (para a consciência de nossa participação no gênero humano). (1988, p.53)

---

9 Lygia Sigaud, ao analisar o processo de ocupação de terras, descarta a noção de formação política para a luta ou, mais especificamente, da formação de uma consciência política dada na perspectiva da superação das relações presentes. Para essa autora, a ocupação "passa a fazer parte do repertório das *possibilidades* de 'melhorar de vida'. Trata-se de uma alternativa nova, mas ainda assim *uma alternativa como qualquer outra* [...] De um ponto de vista sociológico, o que importa é que essa crença passou a figurar no horizonte de possibilidades" (2005, p.266. Grifos nossos).

A compreensão, a partir da mobilização de grupos e confabulação de movimentos de luta, das formas de construção de processos ou alternativas de satisfação do que, dominantemente, convencionou-se denominar de necessidades, para nós deve ser vista, portanto, como experiência transformadora consciente ou, pelo menos, como base potencial de transformações mais profundas na consciência das classes subalternas. Em outros termos, significa luta por hegemonia, antes de construção de um novo bloco histórico.

Bernardo M. Fernandes empreende algumas reflexões sobre o processo de constituição dos grupos, nos territórios de sua existência, a partir de categorias geográfico-sociais, a fim de compreender a dinâmica daquilo que tem chamado de *espacialização* da luta pela terra no Brasil. Para ele, o espaço social em que se travam as experiências dos grupos se constitui, necessariamente, associado ao processo de formação do sujeito, de sua consciência histórica. Desse modo, a reflexão acerca da organização dos grupos, em especial do MST, perpassa as noções de espaço social, lugar social e território (1999, p.20).

"Para a compreensão desse fato é fundamental considerar essa nova realidade, materializada pelas experiências construídas no cotidiano da vida desses sujeitos." É o desenvolvimento do processo de construção e transformação da realidade social, que é produzida pela materialização da existência dos grupos em movimento, que Bernardo Mançano Fernandes compreende por espaço social, no qual "estão reunidas todas as coisas e relações para sua produção/transformação". Compreendemos, junto com esse pesquisador, que é no espaço social que os grupos sociais se reproduzem, no âmbito das relações econômicas, políticas, sociais e culturais (1999, p.21-2).

Prossegue o autor:

> O espaço social concretiza-se geograficamente como lugar social nos processos de construção da luta. O lugar social revela-se como conquista das condições essenciais para o próprio movimento em transformação. O lugar social é fundamental para a própria reprodu-

> ção do espaço social que o produz, pois é onde se desenvolvem as experiências que permitem conquistar o espaço social e transformá-lo. (Ibidem, p.23)

Para o MST, o assentamento é território da produção da existência; a terra é equivalente ao trabalho e é a partir dela que se estrutura o que poderíamos chamar de socialização da vida econômica, política e cultural. Para Fernandes, esta é a condição fundamental do desenvolvimento das experiências no território onde os grupos reproduzem as condições de sua existência. A permanência na terra constitui, assim, o lugar por excelência da construção de experiências comuns, como um projeto político de vida, um projeto de sobrevivência da identidade do sujeito histórico (1999, p.238). Desse modo, espaço social, lugar social, território e esses grupos sociais (ou sujeitos da história presente da qual participam) são os elementos necessários para a compreensão do fenômeno do desenvolvimento social, político, econômico e cultural, iniciado no processo de ocupação de terras.

O acampamento, que é a extensão mais imediata e aparente do que chamamos aqui de resistência, corresponde à experiência de permanência na terra (embora em muitos casos temporária), e constituirá o lugar por excelência da construção da vida partilhada. Além de instrumento da luta, devemos tratá-lo como um projeto político de vida.

Maria Cecília Turatti realizou amplo trabalho de campo em acampamentos do MST no Estado de São Paulo a fim de compreender aspectos das relações de poder, formas de sociabilidade e constituição da identidade entre famílias acampadas. O resultado de seu trabalho indica que o acampamento é o espaço por excelência da tensão permanente, da relação conflituosa que configura a vida "sob a lona preta":[10]

---

10 "Lona preta" é uma denominação comum entre os acampados para designar suas moradias que, em geral, são construídas com ripas de madeira e cobertas com plástico preto.

> Por carregar essa condição de transitoriedade, lançado na indefinição, o acampamento apresenta características muito peculiares de estabelecimento e existência. A flexibilidade de ocupação de espaços territoriais, a convivência de pessoas que não compartilham nenhum vínculo pregresso de memória, tradição ou sociabilidade, o ócio, apenas rompido pelas tarefas cumpridas na organização do acampamento ou na realização de tarefas domésticas, são algumas das situações inscritas na realidade de um acampamento. (2005, p.19-20)

Abarcando as relações de poder expressas na cotidianidade, Turatti analisa as relações interpessoais e o processo de emergência da solidariedade entre as pessoas acampadas apontando que não há aquilo que Marcel Mauss, em "Ensaio sobre a dádiva", concebeu como "dádiva permutada onde se fundem pessoas e coisas", nem relações de amizade e lealdade; ao contrário, em seu estudo nos acampamentos paulistas do MST, a autora afirma-os como o espaço dos "contratos individuais", próprios das sociedades modernas urbanas. Se no início do acampamento a escassez material promove algum sentimento de solidariedade, com o agravamento dessa situação, esse sentimento não só tende a desaparecer como dá lugar a práticas ilícitas, como pequenos furtos, atos violentos e uma constante tensão expressa, dentre outros, por sentimentos como a inveja. Assim, afirma a autora, palmilhando a trilha de Maria Sylvia de Carvalho Franco:

> Na verdade, as mesmas condições objetivas que levam a uma complementaridade nas relações de vizinhança – isto é, uma cultura fundada em mínimos vitais, conduz também necessariamente a uma expansão das áreas de atrito e a um agravamento das pendências daí resultantes. A pobreza das técnicas de exploração da Natureza, os limites estreitos das possibilidades de aproveitamento do trabalho e a consequente escassez dos recursos de sobrevivência, não podem deixar de conduzir a uma sobreposição das áreas de interesse. (Franco apud Turatti, 2005, p.96).

Como já afirmamos em outro trabalho, o acampamento é espaço do conflito interpessoal; por vezes, de brigas entre as pessoas, pois, afinal, estas vêm do contexto de profunda degeneração moral, expropriação material e das relações de violência na periferia dos centros urbanos. Contudo, a busca do distanciamento dessas relações por sua integração às bases de luta pela terra, junto com o MST e com inúmeras famílias em situação similar, também agrega o horizonte das relações circunscritas no cotidiano (Firmiano, 2004, p.98-100).

Sebastião Geraldo também se dedicou à análise e compreensão das relações no espaço do acampamento e do assentamento. Para ele, o acampamento é, antes, uma manifestação política marcada pelo sentido da superação das condições de desigualdade, além da necessidade, dada por esse aspecto, da ressignificação de alguns valores sociais advindos da estrutura da vida na cidade.

> A vida no acampamento é uma experiência carregada de significação de mudança. É um momento de sacrifício muitas vezes ainda maior que as condições precárias vividas pelos desempregados nos centros urbanos. É o enfrentamento da vida no barraco de lona; a convivência com animais peçonhentos como carrapatos, pulgas, baratas, cobras, a falta d'água, de lugar para tomar banho, da possibilidade de cuidar dignamente das crianças [...] Essas preocupações ainda dividem lugar com o medo da violência policial, com o temor da desocupação inesperada e a possível perda dos objetos pessoais, dos animais e da roça. (Geraldo, 2002, p.5)

É do sonho da mudança que emerge a necessidade prática da solidariedade, do comunitarismo e, sobretudo, da consciência de que somente por meio da luta poder-se-á garantir a segurança e integridade da família. Na fala das mães, a preocupação com os filhos ganha centralidade, como expressa uma acampada, em depoimento registrado em 2005:

> Eu aprendi uma coisa; antes de vir para o movimento, eu vivia na cidade, eu vivi sempre em lugar muito perigoso [...] Eu morei no Pe-

> dregal, em Brasília, em frente de duas "bocadas". Todo dia de manhã cedo, eu acordava cinco horas para ir trabalhar, eu tinha que pular um morto no ponto de ônibus. [...] A maioria dos mortos eram jovens. Quantas vezes eu chegava do serviço, ali pelas cinco e meia, seis horas da tarde e tinha que correr com um "cabra" que estava ali passando mal, tendo uma *overdose*. Também era um jovem. Um deles morreu praticamente nos meus braços. [...] Quando os donos dessas "bocadas" iam brincar de uma tal de "roleta russa", que era matar um ou outro ali, eu ligava o som, eu punha a máquina [de roupas] para bater, sabe?! Fazia barulho dentro de casa para que meus filhos não ouvissem o que estava acontecendo lá fora. Então, na realidade, era uma prisão imensa. Eu tinha medo quando eu saía cedo para trabalhar e deixava meus filhos em casa. Eu tinha medo, quando, às vezes, eu estava fazendo qualquer serviço lá e aparecia na televisão que no Pedregal tinha sido morto um menino. Eu tinha medo de ser um dos meus. E hoje, eu sei que aqui no acampamento eles estão seguros.[11]

Do mesmo modo, outra assentada, na época acampada, fala sobre as condições de existência na cidade e no acampamento, além das possibilidades de vislumbrar um futuro para as novas gerações:

> Nasci no campo e a minha vida é no campo. É minha paixão, é minha vida: planta, criação, árvore, plantação. Isso foi a maior parte da minha vida. Cheguei aqui, em Ribeirão, casei e fiquei uns tempos na luta. Trabalhei em corte de cana em Ribeirão, tenho carteira, trabalhei em duas usinas cortando cana, depois de doméstica, contra a vontade. Aí, chegou o ponto de surgir essa oportunidade da gente vir para essa luta. Larguei lá na cidade [...] Sabe a cidade grande hoje como está, né?! Só tem violência e coisa ruim. [...] O movimento eu conheci [...] há uns três anos. Aí, surgiu no bairro que o movimento iria fazer acampamento, no MST, aí a gente resolveu e a gente está acampado. Só através do Movimento do Sem-Terra que eu conheci, porque é uma forma de luta junta, porque eu sozinha, uma pessoa sozinha, fica difí-

11 Entrevista de acampada do assentamento Mário Lago, concedida a Silas Nogueira, em setembro de 2005.

> cil de conseguir qualquer coisa. Como a maioria faz a força, através do movimento que eu achei a esperança que nós vamos vencer e conquistar um pedacinho de terra para a gente poder ser feliz, plantar, colher, ter o que comer, uma vida melhor pros nossos filhos.[12]

Violência, fome, miséria, trabalho degradante é o repertório do qual as mães querem afastar seus filhos:

> Lá na cidade, nós morávamos no Jardim Aeroporto. Como era? O inferno, né? Violência. Cidade grande hoje é violência. Num tem nada a ver comigo. Eu sou uma pessoa de muita paz, muito amor no coração e que gosto de coisas boas e é isso que eu busco. Bom, aqui [no acampamento] é bom, é isso que eu gosto, apesar de estar debaixo de uma lona, muito calor, água quente, aqui nós não temos nada, não temos televisão, não temos rádio... Mas eu estou feliz, muito mais feliz aqui nessa barraca quente, tomando água quente, do que na cidade, tomando água gelada e vendo televisão, porque o movimento é uma coisa muito séria, o regimento interno tem que ser muito certo, tudo certinho, eu sou coordenadora do núcleo, tudo muito bom, companheirismo...[13]

Silas Nogueira afirma que o acampamento é o espaço por excelência do surgimento das condições para que o indivíduo se torne um ser que atua, um sujeito que organiza, participa, mesmo carregando inúmeras perdas em sua trajetória (2005, p.235) e, por vezes, tendo em suas relações interpessoais mediações marcadamente dominantes, hegemônicas – fonte geradora da maior parte dos conflitos cotidianos –, que devem ser quebradas pelo MST, a partir de sua estrutura político-organizacional e político-ideológica.

Desde logo, as famílias acampadas deliberam um regimento interno do acampamento, cujas premissas são elaboradas pela coordenação do MST, a fim de constituir parâmetros para a construção da existência coletiva no âmbito da vida cotidiana. Assim, são defi-

---

12 Entrevista de acampada do Mário Lago, concedida a Silas Nogueira, em agosto de 2004.

13 Entrevista de acampada do Mario Lago concedida a Silas Nogueira, em setembro de 2004.

nidos os termos da convivência social, ou, em outras palavras, da socialização. Democracia e responsabilidade são palavras-chave no regimento interno do acampamento, sintetizando, assim, a orientação política do MST no espaço da resistência. Junto com elas, faz parte do repertório do regimento a intolerância a qualquer forma de agressão, de natureza física ou verbal, a proibição do consumo de bebidas alcoólicas, furtos, roubos ou quaisquer delitos previstos pelo Código Penal – que são motivos de expulsão do acampamento –, além da convivência pacífica e cooperativa das famílias.[14]

Outra assentada, ainda em 2004, nos falou a respeito do regimento interno e da construção da sociabilidade na esfera da vida cotidiana no acampamento:

> Tem o regimento interno. Nas assembleias, no começo [do acampamento] já é explicado tudo. Nós temos as reuniões de coordenação três vezes por semana, discutindo o que não deve ser feito aqui: bebida [alcoólica], agressão de forma nenhuma, de natureza nenhuma [...]. Assim, tem que ser tudo certinho. Respeitando os outros. [...] Então, aqui é dessa maneira, tudo feito, tudo com educação, ninguém é melhor do que ninguém, nem mais do que ninguém, então sempre assim, tendo reuniões. Se um não tem o que comer, o outro reparte com o que não tem e assim nós somos felizes, apesar de todo sofrimento [...] Se tem alguém que num procura viver certinho aqui, do jeito do regimento interno, já não pode ficar aqui, no meio da gente, nós não aceitamos. Então, tem que fazer tudo certinho, companheirismo.[15]

Desse modo, toda e qualquer prática adversa às normas do acampamento é levada para as reuniões de núcleo, podendo significar penalidades diversas, dentre elas a expulsão do acampamento. Em casos extremos, a exemplo de fatos que podem interferir inclu-

---

14 No caso do acampamento Mário Lago, durante a arregimentação de famílias para integrar as bases da mobilização, o MST solicitou atestado de antecedentes criminais – decisão aprovada durante assembleia geral realizada logo nas primeiras semanas do acampamento.

15 Entrevista de acampada do Mário Lago, concedida ao autor em setembro de 2004.

sive no processo de luta e afetar todo o grupo, constitui-se a assembleia geral.

De forma geral, o MST compreende que a construção e a consolidação de uma unidade político-ideológica deve ocorrer no cotidiano das relações sociais. Premissa da qual decorrem as várias atividades desenvolvidas que se orientam para a constituição do que o movimento denomina de identidade sem-terra, de relações solidárias, de valores de luta e compromissos, entre outros aspectos. É com esse objetivo que são realizadas as *festas populares*, como o Natal, a Páscoa, a Festa Junina, a comemoração do Ano-Novo, o Carnaval; os encontros de sem-terrinha, das crianças, as atividades formativas, os cursos de educação de jovens e adultos e as práticas de formação cultural de crianças e jovens, junto ao movimento e a suas famílias, e, também, a mística integram, igualmente, o trabalho para a afirmação identitária e cultural.

Maria Cecília Turatti considera a mística do MST "uma matriz discursiva encarregada de conscientizar a base [...] de seu papel histórico na transformação da sociedade". Entende a autora que se trata de uma construção ideológica que leva em consideração "o que o movimento quer transmitir, para quem e com qual objetivo". Assim, a autora propõe que compreendamos a mística como discursos ideológicos construídos em cada situação particular. "Entende-se, então, a possibilidade de construir a mística do MST tanto por meio de uma missa católica [...] quanto pela exaltação da figura de Che Guevara" (2005, p.105).

Fernandes e Stédile (2000) já afirmaram o caráter unificador que a mística pode assumir. Para eles, trata-se de uma prática social que, junto com os princípios organizativos do MST, dão sustentação ideológica e política ao movimento:

> A mística[16] é uma prática que o movimento desenvolve. De certa forma, é seu alimento ideológico, de esperança, de solidariedade. A

16 Rigorosamente, em sentido etimológico, mística significa "estudo das coisas espirituais ou divinas", "sentimento arraigado de devotamento a uma ideia", "essência doutrinária" (cf. Cunha, 1986, p.525).

> mística para o MST é um ritual. Ela tem caráter histórico, de esperança, de celebração permanente [...] A mística só tem sentido se faz parte de tua vida. Não podemos ter momentos exclusivos para ela... (Fernandes & Stédile, 2000, p.130)

Soma-se a isso o conjunto de símbolos que são, de alguma forma, a expressão política e ideológica do movimento como sua bandeira, seus hinos, as chamadas palavras de ordem, as ferramentas de trabalho ostentadas nas manifestações, no cotidiano da vida, entre outros. É no aprendizado cotidiano que devem ser inseridos, para o MST, os elementos capazes de promover rupturas no âmbito da experiência da vida desses novos sujeitos sociais, quais sejam, os jovens (ibidem, p.132).

Afinal, como afirmou E. P. Thompson:

> Os valores não são "pensados", nem "chamados"; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc., necessárias e apreendidas (e "apreendidas" no sentimento) no "*habitus*" de viver; e apreendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda a produção cessaria. (1981, p.194)

Um fato que ganhou destaque foi a emergência de outra mobilização de famílias de sem-terra no interior da Fazenda da Barra, durante o processo de lutas promovido pelo MST. Alguns desentendimentos ocorridos no acampamento Mário Lago, ainda quando estava no bairro dos Flamboyants, persistiram até o momento da ocupação definitiva da fazenda. Como dissemos antes, tratava-se de desrespeitos ao regimento interno, tentativas de deslegitimação da coordenação geral do acampamento, bem como de questionamentos do modo de condução do MST diante dessas questões. Com o agravamento da situação, já na Fazenda da Barra, as famílias do acampamento Mário Lago deliberaram pela expulsão de um de seus companheiros de luta.

No entanto, na qualidade de acampado e militante da luta pela terra, este não aceitou a deliberação do grupo, formando no interior da fazenda um novo acampamento, inicialmente junto com outras seis famílias que, mais tarde seriam reforçadas por outras cinquenta, e sob a bandeira do Movimento de Libertação dos Sem Terra – MLST. Como movimento social de luta pela terra, o MLST emerge a partir de práticas de ocupação de territórios e de construção de acampamentos, em geral em áreas próximas àquelas onde o MST esteja atuando.

Configurou-se, a partir daí, um conflito entre as forças populares que merece destaque. Concorrendo com projetos populares de assentamento de famílias em terras devolutas ou que não cumprem sua função social, os movimentos têm travado grandes disputas, como ocorre, desde 2003, na Fazenda da Barra ou como ocorreu na formação do assentamento 17 de Abril, no município de Restinga, como já apontamos. As diferenças políticas e ideológicas impossibilitam a aproximação dos movimentos, criando no interior da luta pela reforma agrária um confronto entre forças políticas populares.

Esse fato marcaria a experiência ali gestada com a disputa de diferentes projetos de reforma agrária, de formação e participação política de famílias que são as bases dos dois movimentos. Com o "desgaste" do acampamento, o agravamento do conflito interno, o MST passou de 432 para 158 famílias, tendo de, mais uma vez, "abrir"[17] o acampamento, ou seja, fazer novos trabalhos de base para a massificação da luta pela terra.

Da experiência do MLST resultou o acampamento Santo Dias e, neste, outro conflito foi registrado, já em 2006, quando 35 famílias constituíram acampamento na Fazenda da Barra, autodenominado Índio Galdino, em homenagem ao índio Galdino Jesus dos Santos, do povo Pataxó-Hã-Hã-Hãe do Estado da Bahia, que foi queimado e morto em Brasília em 21 de abril de 1997, quando dormia em um ponto de ônibus. O integrante do povo indígena morto

17 Terminologia corrente entre acampados e militantes do MST, que se refere aos momentos em que novas famílias são arregimentadas para a luta pela terra.

em 1997 havia chegado à capital junto com oito lideranças indígenas com o objetivo de buscar apoio político para recuperar seu território, então invadido por fazendeiros. A terra tradicional dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, também chamada por seus povos de Terra Indígena Caramuru-Catarina Paraguaçu, possui 53.400 hectares. Na mesma ocasião, uma marcha do MST havia chegado a Brasília e, junto com as lideranças indígenas, dentre elas Galdino, foi recebida pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a fim de reivindicar celeridade na reforma agrária, na demarcação e cumprimento das leis que versam sobre as terras indígenas. Os autores do crime foram cinco jovens da classe média brasiliense, sendo um deles menor de idade que não sofreu nenhum tipo de punição prevista para sua faixa etária. Os jovens estão em liberdade condicional desde 2004.

Em 11 de março de 2006, o MST promoveu nova ocupação. Dessa vez, da Fazenda Santa Maria, na altura do km 47 da rodovia Abraão Assed, que liga os municípios de Ribeirão Preto e Serrana. A ocupação integrava, ainda, a Jornada Nacional de Lutas do MST, cujo objetivo era protestar contra a política agrária praticada pelo governo petista de Lula. A área, de cerca de 1.200 hectares, pertencente a Carlos Biaggi, um dos proprietários da Usina Nova União, e arrendada para a produção de cana-de-açúcar para Paulo Maximiano Junqueira Neto, estava penhorada ao Banco do Brasil em virtude de dívidas que somavam, na época, mais de R$ 20 milhões. Apesar disso, em 17 de março do mesmo ano, cerca de 240 policiais militares da tropa de choque e da cavalaria cumpriram uma ordem de despejo concedida pela Justiça, após o pedido de reintegração de posse solicitado pelo proprietário da fazenda. Desmobilizadas, as famílias retornaram a seus territórios de origem e a fazenda acabou denunciada e em processo de investigação pelo Ministério Público e pelo Incra.

Mas as denúncias e mobilizações não acabaram aí e nova ocupação foi promovida na Fazenda São João, chamada pelo MST de "Barra II", por se localizar ao lado da Fazenda da Barra e pertencer aos mesmos proprietários desta. Mais uma vez, a estratégia era "dar

mais força popular" ao confronto constituído na capital nacional do agronegócio. Em 24 de julho de 2007, cerca de 150 famílias do MST ocuparam a área de 90 hectares a fim torná-la objeto da reforma agrária. Contudo, o acampamento ali permaneceu por uma semana, quando foi expedida a reintegração de posse, apoiada por grande contingente da política militar.[18] Dessa experiência emergiu o acampamento Antonio Gramsci, em homenagem ao teórico marxista italiano preso pelo fascismo de seu país. O acampamento Antonio Gramsci permaneceu como um movimento de denúncia das irregularidades existentes na área em questão e à espera de vistoria do Incra para nova ofensiva.

Em agosto de 2006, veio, enfim, uma grande vitória política do movimento: a Justiça Federal de Ribeirão Preto, por meio do juiz Nelson Porfírio, autorizou o Incra a construir o assentamento rural na antiga Fazenda da Barra. O valor da desapropriação foi fixado pelo Incra em R$ 23 milhões.[19]

Em ato de comemoração, em 13 de setembro, outra marcha foi realizada, saindo do "pré-assentamento" Mário Lago e chegando à catedral metropolitana de Ribeirão Preto. A mobilização teve o intuito de agradecer a ajuda recebida da arquidiocese e de parte expressiva da população, grupos e movimentos de apoio da cidade.

Essa conquista dava maior impulso à luta, mas, a partir de então, deslocava-se para o enfrentamento com o Estado, na luta pela constituição legal e imediata do assentamento Mário Lago – o que ocorreria somente em junho de 2007, quando o território passaria a ser juridicamente reconhecido como área destinada para reforma agrária. Para o MST, era o território das famílias de lutadores pela terra.

---

18 Sirlei Moreira relata que a ação da polícia militar envolveu o fechamento da estrada principal que dava acesso à cidade, impedindo a chegada de apoio de amigos do MST, bem como órgãos de imprensa. Entrevista concedida ao autor em 5 de maio de 2008.

19 O valor foi contestado pelo então proprietário, Roberto Guidoni, que exigia R$ 110 milhões. No entanto, ele havia adquirido a área da Fundação Sinhá Junqueira por R$ 10 milhões. Até o momento de conclusão deste livro, essa questão ainda se encontrava em disputa na Justiça.

De forma geral, é importante ressaltar, como o faz Marcelo Pedroso Goulart, que participou ativamente do processo de luta dos sem-terra, que a "questão da [Fazenda da] Barra [...] começou com o Ministério Público". No entanto, prossegue o promotor de Justiça:

> nós não teríamos conseguido a desapropriação da Fazenda da Barra se não tivesse ocorrido uma conjunção de fatores em determinado momento que foi: a ação do Ministério Público, apurando a questão do imóvel, requisitando a abertura do processo administrativo e atuando nos processos judiciais; não teria ocorrido a desapropriação da Fazenda da Barra se não tivesse um Incra disposto a bancar essa desapropriação; não teria ocorrido a desapropriação da Fazenda da Barra se o movimento social, o MST, não tivesse realizado a ocupação, o trabalho todo; não teria ocorrido a desapropriação se não tivesse tido uma articulação da [Secretaria da] Cidadania em apoio ao movimento sem-terra, quando da ocupação e na luta pela desapropriação da Fazenda da Barra; não teria ocorrido se a Justiça não tivesse julgado como julgou seja a ação possessória, seja a ação de emissão de posse. Então, se você tirar um desses fatores, a [Fazenda da] Barra não sairia. Então, não dependeu só do Ministério Público, mas sem o Ministério Público não sairia; não dependeu só do MST, mas sem o MST não sairia; não dependeu só das decisões judiciais; não dependeu só do Incra. Então foi assim: uma conjunção de fatores importantes que num determinado momento histórico possibilitou essas terras [...]. (Goulart, 2008)

Em 2007, a Justiça garantiu a emissão da posse às famílias. Atualmente, a Fazenda da Barra acolhe "três assentamentos", 464 famílias. O Mário Lago, organizado por 264 famílias do MST; o Santo Dias, com 160 famílias, do MLST; e o Índio Galdino, movimento autônomo, que possui 40 famílias.

O projeto de assentamento: a construção permanente do Mário Lago

O acampamento, nesse período, se transforma em "pré-assentamento". Esse é, portanto, um momento de grandes dificuldades materiais e políticas, pois não há incentivo do governo para a produção e nem mesmo assistência social às famílias, dada a condição de "pré-assentamento".

Sirlei Moreira nos explica que o termo "pré-assentamento" é empregado pelo Incra a fim de configurar uma área em processo de transformação em assentamento rural. Para o MST trata-se, antes, de subterfúgio do Estado para retardar a implementação de seu projeto de assentamento, uma vez que nesse período nenhuma benfeitoria é realizada pelo governo e, além disso, toda assistência social – como as cestas básicas destinadas às famílias ao longo do acampamento – é diminuída. Por isso, o militante do movimento considera que o grupo ainda se encontra em fase de acampamento, apesar de vencida a primeira luta: a destinação da área para fins de reforma agrária. Nesse sentido, pode-se falar em assentamento à medida que o Estado destina recursos para a infraestrutura, para a produção, dentre outros (Moreira, 2008).

Tendo seus núcleos e funções políticas estruturadas, começam a emergir as "casas"; as famílias que até então permaneceram na luta dificilmente a deixam e começam a plantar o que necessitam para sua reprodução, de acordo com os pequenos recursos econômicos de que dispõem, em geral oriundos dos "biscates" feitos por seus integrantes na cidade: na maioria das vezes, os homens, dentre eles os jovens, se empregam temporariamente nas atividades da construção civil como serventes de pedreiros, mestres de obras ou mesmo no corte da cana-de-açúcar, como trabalhadores volantes, produzindo um círculo de relações com a cidade difícil de ser rompido, ainda mais pela proximidade do espaço urbano.

Em 3 de julho de 2007, o Ministério Público local, na representação da Promotoria de Meio Ambiente e Conflitos Fundiários, assinou um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

Preliminar com o Incra, com o intuito de garantir a implementação de um projeto de assentamento rural com bases em princípios ecológicos, sociais, políticos e econômicos, consolidados pela legislação brasileira.

Desse modo, o Incra comprometeu-se com o Ministério Público a organizar territorialmente o assentamento de modo a garantir "a) grandes áreas de produção coletiva, de forma cooperativa, compostas por Sistemas Agroflorestais (SAFs), Sistemas Silvopastoris e outros Sistemas Agroecológicos"; além de "b) pequenas áreas de produção familiar, em módulos situados nas Agrovilas" e, "c) áreas de uso comum dos assentados para atividades sociais, culturais e de lazer" (MP/SP, 2007, p.3).

Integram o documento a inclusão no contrato de concessão da área para as famílias a proibição de empréstimo, cessão ou transferência do uso, pelo assentado, sem prévia anuência do Incra, sob pena de criminalização do mesmo. Deve, ainda, constar no contrato de concessão a vedação do arrendamento em qualquer hipótese. No que toca à preservação ambiental, o documento compromete a instituição responsável pela implementação do projeto de assentamento a destinar 35% do total da área para preservação ambiental, a fim de garantir a recarga do aquífero Guarani, e, em virtude do grande passivo ambiental, a instituição e os assentados ficam comprometidos com a recomposição arbórea das áreas de preservação permanente (ibidem, p.3-4).

Sobre o manejo das culturas agrícolas e das atividades pecuárias desenvolvidas no assentamento, o Incra também se comprometeu a somente autorizar técnicas ambientalmente adequadas, priorizando "a diversificação produtiva como forma de garantir a segurança alimentar das famílias assentadas e dos demais destinatários da produção" e, ainda, "a observação das normas técnicas e legais de conservação do solo", além de garantir a infraestrutura e obras de saneamento do assentamento (ibidem, p.5).

Atualmente, o assentamento Mário Lago é um *projeto* formado por 264 famílias de trabalhadores, entre eles, crianças e jovens que se organizam politicamente em torno de vinte núcleos. São eles:

Antonio Conselheiro, Celso Furtado, Che Guevara, Zumbi dos Palmares, Frei Tito, Camilo Torres, Patativa do Assaré, Padre Jansen, Salete Strozack, Paulo Freire, Caio Prado Jr., Margarida Alves, Oziel Alves, Rosa Luxemburgo, Dom Hélder Câmara, Dandata, Roseli Nunes, Josué de Castro, Terra Sem Males e Manuel Gomes. Todos esses nomes são referências das lutas sociais das classes populares, grupos organizados, povos constituídos ou intelectuais que, de forma direta ou indireta, contribuíram com as lutas das classes trabalhadoras.

Nesse assentamento, destaca-se o incentivo à prática cooperativa em diversas áreas (incluindo a produção), privilegiando o coletivo sobre o particular e uma nova forma de organização da posse dos assentados; o não arrendamento de terra, parceria ou venda; o reflorestamento e defesa ambiental; a destinação de 35% da área para reserva legal, pois a área é região de recarga e afloramento do aquífero Guarani; o incentivo às práticas de produção agroecológica, programas de fomento, disseminação, multiplicação e massificação da agroecologia, além de programas de agrobiodiversidade, programa florestal, manejo sustentável da água e irrigação e rejeição do uso de agrotóxicos.

A produção do assentamento ainda é embrionária, em razão de sua história recente. E, tendo em vista as experiências desse movimento ao longo de seus 25 anos de existência, deverá ser consolidada a longo prazo. Enquanto o processo de implementação do assentamento não caminha no âmbito do Incra, cada família assentada é responsável por um lote de 30 por 300 metros, e nessa área planta, fundamentalmente, milho, feijão, arroz, mandioca, entre outros alimentos para sua subsistência, bem como pequenas criações.

Importante para o MST é que nas áreas de produção coletiva sejam projetadas formas gradativas de organização da produção: num primeiro momento, como mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações e, finalmente, cooperativas, que deem condições para organizações agroindustriais próximas ao local de produção agrícola. Já existem algumas experiências coleti-

vas no assentamento, ainda que sem grande expressão, como é o caso da plantação de hortaliças, nas quais se reúnem grupos de cinco ou seis famílias, em dois núcleos, além de outros quatro pontos de fabricação de farinha, em que estão reunidas outras cinco ou seis famílias. Desde os idos do mês de fevereiro de 2008, o MST local conseguiu com a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab 52 beneficiárias de farinha, para número igual de famílias. Com isso, todo o excedente é escoado, já que a compra da produção é garantida pelo órgão do governo, gerando recursos periódicos para as famílias. Agora, o MST luta para que todas as famílias sejam beneficiadas e, nos dizeres de Sirlei Moreira, "não saiam do assentamento e busquem alternativa na cidade, [...] além de fazer com que a produção aqui seja mais atraente do que, talvez, trabalhar de servente de pedreiro e ganhar trinta reais por dia ao invés de estar plantando nos seus lotes" (Moreira, 2008).

Pelo documento assinado em 3 de julho de 2007, o Pré-TAC, o Incra comprometeu-se a, no prazo de 180 dias, contando da data da assinatura do termo de compromisso de ajustamento de conduta preliminar, firmar ajustamento de conduta definitivo com o Ministério Público Estadual, "objetivando o detalhamento dos compromissos ora assumidos e a inclusão de novos, se for o caso, bem como a fixação dos respectivos prazos de cumprimento" (MP/SP, 2007, p.4-5). No entanto, o primeiro encontro entre Incra, Ministério Público e os assentados do Mário Lago, após a assinatura desse documento, ocorreu apenas em 4 de setembro de 2008.

No encontro, realizado nos termos de audiência pública no Ministério Público, o Incra apresentou novos dados acerca da área total do imóvel e da área destinada para o assentamento Mário Lago, a partir dos quais se iniciam as discussões sobre o projeto de assentamento a ser implementado. O imóvel possui 1.541,34 ha, em vez dos 1.780 ha apresentados anteriormente. Destes, 832,33 ha deverão, segundo a proposta do Incra, ser destinados ao assentamento Mário Lago, incluindo áreas para produção familiar e coletiva, área com mata averbada, área com mata não averbada, área averbada sem mata, área de preservação permanente, dentre outras.

Com isso, as áreas para produção familiar e coletiva deverão ser pequenas, o que suscita preocupações quanto à viabilização econômica e social do assentamento.

Do ponto de vista do Incra e do Ministério Público, as bases de implementação do projeto de assentamento devem estar centradas na concepção de desenvolvimento sustentável. O assentamento é discutido, então, como um projeto de desenvolvimento sustentável (PDS), uma normativa do Incra, que prevê a criação de assentamentos especiais tendo por princípio o desenvolvimento social aliado à defesa ambiental. Segundo Marcelo Goulart, promotor do Meio Ambiente e Conflitos Fundiários, a proposta é buscar um padrão de produção agrícola que seja alternativo ao latifúndio e à monocultura. Dessa maneira, o termo de ajustamento de conduta (TAC) visa à mudança do padrão de produção agrícola para garantir um modelo sustentável dos pontos de vista ambiental e social (Goulart, 2008).

Para o MST, o assentamento deve se constituir como uma "comuna da terra" que, segundo o Caderno de Cooperação Agrícola, nº 15, *Novas formas de assentamentos de reforma agrária: a experiência da comuna da terra*, publicado em 2004 pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – Concrab, "consiste em organizar núcleos de economia camponesa próximos aos grandes centros urbanos com um primeiro objetivo de massificar a reforma agrária"; em outros termos, "possibilitar o acesso à terra para essa população que no passado veio do campo para as grandes cidades, que percorreram um longo caminho no processo de migração [...] e acabaram nas grandes cidades" (Concrab, 2004, p.16).

Outro ponto fundamental da concepção de "comuna da terra" é que, como são experiências muito próximas dos centros urbanos,

> é possível assentar muito mais famílias em módulos que variam entre dois a cinco hectares de terra, garantindo a subsistência, produzindo renda familiar, através do planejamento da produção e da exploração racional dos recursos naturais. Em virtude da proximidade do mercado consumidor, pequenas agroindústrias podem realizar o beneficia-

> mento da produção, para sua comercialização direta. Esse modelo permite, ainda, o desenvolvimento de atividades não agrícolas, implementadas no interior do assentamento, como pequenas fábricas de móveis, marcenarias, cerâmicas, dentre outros. (Ibidem, p.17)

Dessa forma,

> Além de potencializar a dinâmica rural, essa proposta também ajudará, de forma direta, a solucionar os problemas urbanos. Problemas como a violência, a falta de trabalho e renda, a falta de espaços para organizar a moradia e a falta de espaço para as atividades sociais e culturais, se resolverão se parte da população tiver outras opções de trabalho, dignidade de vida e opções de lazer. Proporcionar a possibilidade concreta de um construir novos laços de sociabilidade, formar uma comunidade de economia camponesa, um território que as pessoas possam morar, trabalhar, ter alimentação garantida com possibilidade de renda, com espaços garantidos para atividades sociais e culturais e, ainda, mais contato com a terra e a natureza, certamente é o sonho de muitas pessoas [...] Portanto, a comuna da terra tem a sua centralidade num público diferenciado do campesinato tradicional. Ela procura entender a dinâmica urbano-rural e incluir a população excluída das cidades. (Ibidem, p.17)

A concepção de "comuna da terra" consiste em criar comunidades formadas por núcleos que "possuam atividades de geração de renda ligadas ao campo, mas não necessariamente rurais". Segundo sua proposta, o corte da área deve levar em consideração a necessidade de aproximação das famílias, mantendo, ao mesmo tempo, sua privacidade. A agroecologia deve ser a matriz tecnológica. E, aspecto fundamental, é que, pela concepção do movimento, a forma jurídica pode ser concessão de uso real em nome da família, associação, empresa social, ou seja, em nome do grupo e não do indivíduo (ibidem, p.32). Espaços educativos ou de convivência também devem ser incluídos no projeto de assentamento e deve haver a previsão de construção de uma escola – uma das principais frentes de luta do Movimento Sem Terra.

A experiência da comuna da terra tem sido desenvolvida em outras regiões do país, como em Franco da Rocha, na Grande São Paulo, com o assentamento Dom Tomás Balduíno; no vale do Paraíba, em São José dos Campos, com o assentamento Nova Esperança I, e também na região de Ribeirão Preto, com o assentamento Sepé Tiaraju, entre os municípios de Serra Azul e Serrana. Assim, o movimento avança em suas concepções, reconhecendo as transformações do espaço rural e do espaço urbano brasileiro na contemporaneidade, passando a considerar as singularidades que envolvem seus contextos de atuação, como no caso de Ribeirão Preto e do assentamento Mário Lago, localizado na fronteira entre os espaços urbano e rural, passando a considerar, ainda, a experiência dos grupos sociais que integram sua base de mobilização.

Como afirma Sirlei Moreira:

> o sistema não vai deixar a gente em paz. Tem a questão do arrendamento, a questão do plantio de cana, a implementação de outras coisas que vão querer implementar aqui dentro [no Mário Lago], porque agora as pessoas estão assentadas, então, querem parceria com os assentados, parceria onde os assentados acabam voltando a ser empregados de grandes empresas, grandes companhias. Então, tudo isso, é uma luta que a gente tem que fazer. Portanto, por tudo isso, talvez a luta daqui pra frente seja ainda maior. A partir de agora surgem projetos de ouro, surge a "galinha de ouro", as plantações milagrosas. Então tem várias tentações que o sistema vai oferecer para abocanhar, de certa forma, a matéria-prima, sugar alguma coisa dessa comunidade. Se a gente não continuar a luta, isso aqui volta a ser um latifúndio. (Moreira, 2008)

As discussões no âmbito do Ministério Público prosseguem. O campo do confronto está aberto. Trata-se de luta por hegemonia, nos termos já definidos por Gramsci. A disputa, agora, é travada em torno da concepção de assentamento.

É nesse território que as novas gerações experimentam relações distintas das que viveram na cidade; no limite, é no assentamento que se estabelece um novo padrão ético e moral de desenvolvimen-

to de sua pessoalidade e do gênero humano. Portanto, é a partir da luta, junto com suas famílias, que as novas gerações, especialmente os jovens, restabelecem horizontes para a elevação de suas condições de existência, criando condições para a superação dos constrangimentos impostos a seu desenvolvimento íntegro.

No capítulo seguinte passamos a expor algumas experiências de formação de jovens no assentamento Mário Lago, além das premissas e concepções que orientam os esforços do MST na formação desses sujeitos.

3
Experiências e concepções de formação cultural de jovens no assentamento Mário Lago

Formação e educação das novas gerações para o MST: experiências e concepções que se abrem

A formação e a educação das novas gerações de sem-terra estão presentes, como experiências, nas atividades do MST, desde seu primeiro acampamento – nas fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta (RS), em 1979. Nesse momento, a preocupação do MST era a escolarização de crianças, que, integrando-se na luta pela terra, afastavam-se do processo educacional formal. Além disso, o movimento compreendia que o processo pedagógico deveria ser distinto para as crianças sem-terra, tendo em vista que esses sujeitos integravam um processo de luta e, portanto, não poderia haver separação entre o que acontecia no acampamento e o que era trabalhado em sala de aula (MST, 2005, p.18).

Em seu primeiro congresso nacional, ocorrido em janeiro de 1985 e que funda o movimento, o MST se concentrava em inserir a questão da terra no Brasil na agenda política do Estado, a partir do lema "Sem reforma agrária não há democracia. Ocupação é a solução. Terra para quem nela trabalha".

Como aponta Militão (2007), nesse congresso, o MST decidira que ocuparia latifúndios improdutivos como forma de pressão po-

lítica para agilizar a reforma agrária, consolidando a organização do movimento e unificando as lutas camponesas travadas no país. A conquista da terra seria, então, a preocupação central do MST até pelo menos 1989, porque, segundo essa autora,

> os sem-terra acreditavam que a posse da terra resolveria o problema da questão agrária, porém, à medida que essas foram sendo conquistadas, os assentados se depararam com o problema da produção, desencadeado especialmente pela falta de recursos financeiros e de políticas de financiamento. (2007, p.172)

Ocupado o território, viria à cena o problema da produção: como organizá-la para a consolidação do assentamento rural conquistado. Assim, de seu surgimento até 1989-90, ao lado da escolarização das crianças, o movimento se dedicara à formação para a produção agrícola, com cursos sobre economia política e cooperação agrícola, a fim de orientar a constituição de associações e cooperativas que organizavam o trabalho dos sem-terra. Esse período registra, ainda, o surgimento da Comissão Nacional dos Assentados, que funcionou até 1989, discutindo a organização da produção e seus aspectos técnicos e econômicos. Foi uma profunda transformação na concepção de propriedade para o MST, que decidiu, desde então, que o título da terra deveria ser coletivo e desenvolveu a concepção e consolidação da agrovila como forma de organização política do assentamento, dentre outras (cf. Militão, 2007, p.173). É em 1988 que surgem o Setor de Educação e os primeiros esboços do que viria a ser a educação e a formação de novos sujeitos para o MST.

Inicialmente, a questão fundamental foi a de aprofundar e aperfeiçoar aquelas experiências educativas improvisadas nos acampamentos que, mais por circunstância do que por princípio, permitiam a naturalidade do ato de aprender, o entrelaçamento com a vida cotidiana dos pais, professores e crianças (MST, 2005, p.18).

Decidiu-se que a escola deveria ser desenvolvida pelo conjunto dos acampados e/ou assentados. Além disso, tendo o trabalho como

referência central de sua luta, a educação deveria vincular-se às propostas de cooperação no trabalho. Para o MST, suas experiências passavam a trazer para a sociedade brasileira uma inovação pedagógica, cuja raiz estava no "momento educativo fundamental da formação do MST, ou seja, no processo pelo qual os trabalhadores rurais despossuídos [...] passaram a construir uma identidade [...] de Sem Terra", que conforma a luta coletiva por um outro projeto social, de raiz popular (ibidem, p.27).

Maria do Socorro Militão afirma que "o MST foi desenvolvendo uma educação voltada para os valores humanistas e socialistas num processo permanente de formação e transformação humana", tendo por objetivo central "formar o homem integral, o qual seria concebido numa relação ensino/trabalho direcionada para a produção nos assentamentos" (2007, p.181).

A partir do 2º Congresso Nacional do MST, realizado de 8 a 10 de maio, em 1990, em Brasília, muitas transformações ocorrerão no Movimento Sem Terra, a começar por seu lema, que passaria a ser "Ocupar, resistir e produzir". Além da intensificação das ocupações de terra e da profunda reorganização das formas de produção, Maria do Socorro Militão aponta o afastamento da Igreja Católica e das organizações sindicais e o movimento dos sem-terra, o que teria obrigado o MST a "voltar-se para dentro, estabelecendo novos objetivos, dentre os quais, a ampla formação de quadros políticos, a criação de lideranças e o fortalecimento da aliança entre os camponeses e operários".[1]

1 Além disso, a década de 1990 será aquela na qual o MST volta-se para o investimento em tecnologias alternativas, para a preservação dos recursos naturais e alimentos sem agrotóxicos, com a predominância do sistema cooperativista. Desse modo, em 1992, o Setor dos Assentados se organiza como Setor de Produção, passando a constituir o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Em 15 de maio do mesmo ano, forma-se a Cooperativa da Reforma Agrária do Brasil Ltda. (Concrab), em Curitiba. Em 1993 é organizado o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), "que ofereceria um curso básico sobre legislação, com disciplinas específicas sobre administração de cooperativa e ressaltando os valores e objetivos do MST", dentre outras medidas técnicas e políticas no interior dos assentamentos, com o objetivo de ampliar a produti-

> Em termos políticos, o movimento entendeu que apenas a conquista da terra não resolveria o problema agrário brasileiro, por causa disso a luta pela reforma agrária deveria englobar questões mais complexas, de cunho econômico, político e social. No âmbito da produção, empreendeu medidas efetivas para transformar a vida do homem do campo, reafirmando sua oposição ao capitalismo e às políticas neoliberais. Além disso, reafirmava sua pretensão de transformar a luta econômica em luta política e ideológica [...] e *formar e capacitar quadros políticos e técnicos para o MST e para o conjunto dos trabalhadores, contribuir para a construção do homem novo, politizado*. (Ibidem, p.189. Grifos nossos.)

Para Militão, é nesse contexto que o MST entende que é necessário formar quadros políticos próprios para empreender o que Antonio Gramsci chamou de "reforma intelectual e moral" na sociedade brasileira, a partir da "guerra de posições", "que se inicia com a crítica ao capitalismo e com o enfrentamento ao modo de viver capitalista e consequentemente luta pela transformação da vida material dos sem terra" (ibidem, p.189).

Não por acaso, no documento aprovado no 6º Encontro Nacional do MST, realizado em Piracicaba (SP), em fevereiro de 1991, a educação ganhou lugar de destaque, sendo definidas como linhas políticas prioritárias: as escolas de ensino fundamental dos assentamentos deveriam se transformar em instrumentos de formação de militantes do MST e de outros movimentos sociais com projetos afins; a educação teria o papel de proporcionar às crianças conhecimentos e experiências de transformação social a partir do acampamento ou do assentamento onde vivem; a prática de educação nas escolas do MST deveria ter como princípios e valores educativos fundamentais o trabalho e a organização coletiva (MST, 2005, p.29).

Em julho de 1991 foi elaborado outro documento, intitulado "O que queremos com as escolas dos assentamentos", em que são

---

vidade e provar a necessidade de promover a reforma agrária no Brasil (Militão, 2007, p.183-8; citação, p.185).

reafirmados tanto a metodologia quanto os conteúdos da educação escolar do MST. Novamente, preparar as futuras gerações para a militância e liderança políticas é objetivo fundamental do movimento. Junto com este, as escolas devem ensinar a ler e a escrever a realidade, ensinar pela prática, preparar o educando para o trabalho manual e intelectual, ensinar a realidade local e geral. Para tanto, definiram-se alguns princípios: que a escola é um lugar de estudo e de trabalho, onde se aprende a organizar; que todos os acampados e/ou assentados devem participar ativamente da escola, constituindo coletivos para indicar suas diretrizes gerais e específicas; que todos os seus conteúdos devem se associar à vida, partir e retornar à prática social dos indivíduos (ibidem, p.31-7).

Desse documento resulta outro, editado em agosto de 1992, "Como deve ser uma escola de assentamento", que traz referências teórico-práticas para os assentamentos organizados pelo MST ocuparem seus espaços escolares em consonância com as diretrizes gerais do movimento: a escola de assentamento deve preparar as crianças para o trabalho no meio rural; deve capacitar para a cooperação no trabalho e na vida social, para refletir e qualificar experiências de trabalho produtivo das crianças no assentamento; e, também, ajudar no desenvolvimento cultural dos assentados, inspirada na cultura popular camponesa, resgatando-a. Além disso, deveria levar os sujeitos em formação ao conhecimento científico a partir da experiência prática. Num último ponto, podemos vislumbrar os conteúdos político-ideológicos presentes na concepção de formação do MST, já no início da década de 1990, oriundos da significativa influência dos setores progressistas da Igreja Católica no movimento. São eles: a disciplina pessoal vinculada à organização coletiva, a perseverança no esforço, o amor ao trabalho e ao estudo – espírito de sacrifício –, crítica séria e fraternal, a organização pessoal, a honestidade e a capacidade de encontrar a felicidade no meio da luta (ibidem, p.39-48).

Dessas concepções gerais, emergem outros documentos dirigidos aos assentamentos, nos quais são apontados, em maior ou menor grau, elementos gerais e específicos para a construção da

escola do MST. Dentre eles, destacam-se: "Como fazer a escola que queremos", de 1992; "A importância da prática na aprendizagem das crianças", de 1993; "Escola, trabalho e cooperação", publicado em maio de 1994 e "Como fazer a escola que queremos: o planejamento", de janeiro de 1995. Todos reafirmam a necessidade da construção da prática pedagógica a partir da realidade concreta dos assentamentos e do contexto geral da questão agrária brasileira; expressam a concepção geral do MST de que a educação deve vincular-se à luta pela terra, integrando a seu repertório, de um lado, a centralidade do trabalho cooperativo no âmbito dos assentamentos, e, de outro, o trabalho como princípio educativo. Esses documentos indicam, ainda, a necessidade da permanente conservação e renovação da chamada cultura camponesa nas expressões cotidianas e dos grupos de famílias que integram as bases da luta pela terra, além da vinculação direta dos conteúdos presentes nas disciplinas escolares aos problemas cotidianos. E, aspecto fundamental, enfatiza a formação de crianças.

Em 1995, o MST realiza seu 3º Congresso Nacional, em Brasília, de 24 a 27 de julho. Em virtude das transformações que vinham ocorrendo com a expansão do chamado agronegócio e, com este, o aprofundamento da situação de miséria vivida por trabalhadores no campo e na cidade, aliada ao descenso da atuação política dos movimentos sociais populares no Brasil, seu lema foi "Reforma agrária: uma luta de todos".

A partir de então, os objetivos do MST deveriam se concentrar na elevação da reforma agrária em bandeira de luta de todas as forças da sociedade brasileira, para a sensibilização popular da questão agrária no país e a condição de existência do trabalhador rural brasileiro. Além disso, o movimento haveria de ampliar os canais de diálogo com o governo federal. Permanece presente a perspectiva de formação política que, nesse momento, deveria ser feita "em massa". Contudo, ao mesmo tempo, a formação técnica e moral das novas gerações, condizente com valores como cooperação, solidariedade, respeito ao ser humano, se constituirá na grande preocupação do movimento (cf. www.mst.org.br).

A base político-ideológica da formação das novas gerações será expressa no Caderno de Educação nº 8, publicado em julho de 1996, sob o título *Princípios da educação no MST*, cujo texto final é de Roseli Salete Caldart. É nesse documento que são elaborados os princípios filosóficos que expressam a visão de mundo e as concepções do MST acerca do ser humano e do processo educativo e os princípios pedagógicos correspondentes.

Em geral, e também no caso do MST, ocorre a identificação imediata entre educação e escola, o que permite dizer que, atualmente, falar da educação no MST inclui, pelo menos: escolas de ensino fundamental dos assentamentos; escolas (legais ou não) dos acampamentos; alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos dos acampamentos e assentamentos; educação infantil (0 a 6 anos) nas famílias, nas creches, nas pré-escolas; escolarização da militância em cursos supletivos ou em cursos alternativos de ensino fundamental, médio e ensino superior; cursos de formação de professores, de monitores, de educadores infantis, de outros formadores (MST, 2005, p.161).

Nesse período, o eixo da educação e formação ainda está voltado para a escola. Assim, até então, falar em educação/formação para o MST implica, basicamente, debater o processo de escolarização. Ainda que essa concepção de educação e formação associada à escola tenha se ampliado, como veremos adiante, os princípios filosóficos e pedagógicos contidos nesse documento permanecem, ainda hoje, válidos para as novas gerações do MST.

Seu primeiro princípio filosófico é a educação para a transformação social: é no horizonte da vinculação direta com os processos sociais, com os quais esses sujeitos se envolvem que podemos vislumbrar alguns aspectos da educação do movimento: a *educação de classe*, que seleciona e organiza determinados conteúdos, que cria métodos na perspectiva de atender aos objetivos da luta pela terra; a *educação massiva*, ou seja, para todos, indiscriminadamente; a *educação organicamente vinculada ao MST*, a suas lutas, seus objetivos; a *educação aberta para o mundo*, que significa que a educação deve atender aos objetivos do MST, mas também ir além, para am-

pliar os horizontes filosóficos e culturais do indivíduo e do grupo; a *educação para a ação*, ou a preparação de sujeitos capazes de intervir e transformar a sociedade presente e a *educação aberta para o novo*, para entender e construir novas reações sociais que emergem dos processos políticos, econômicos e sociais mais amplos (ibidem, p.161-2).

Seu segundo princípio filosófico é direcionado à educação para o trabalho e à cooperação. "Para o MST [...] uma educação voltada para a realidade do meio rural é aquela que ajuda a solucionar os problemas [...] no dia a dia dos assentamentos e dos acampamentos, que forma os trabalhadores(as) para o trabalho no meio rural". A formação para a cooperação é, portanto, elemento estratégico para a educação que procura construir novas relações sociais de produção (ibidem, p.163). Entenda-se a utilização do termo realidade como cotidiano rural.

A educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana constitui o terceiro princípio filosófico do movimento. E esta é definida a partir do conceito marxiano de omnilateralidade, que diz respeito ao desenvolvimento integral do indivíduo, de todas as suas dimensões e potencialidades. "Estamos defendendo então que a educação no MST assuma este caráter de omnilateralidade, trabalhando em cada uma de suas práticas, as várias dimensões da pessoa humana e de um modo unitário ou associativo". Assim, a educação deve dedicar-se à formação político-ideológica, técnico-profissional, organizativa, de caráter, à formação cultural e estética – em sentido estrito –, e à formação afetiva e religiosa (ibidem, p.163-4).

Outro princípio filosófico do MST é constituído a partir dos valores humanísticos e socialistas que orientam suas práticas políticas. Para o movimento, esses valores são aqueles que colocam o sujeito no centro do processo de transformação da sociedade e da pessoa humana. O MST propõe enfatizar em suas práticas educativas a indignação perante as injustiças, a solidariedade nas relações interpessoais, o respeito às diferenças culturais e étnicas, de gênero; a sensibilidade ecológica, além da disciplina no trabalho e a força da

militância política; o cultivo do amor pelas causas do povo e do afeto pelas pessoas, o espírito de sacrifício diante das tarefas necessárias à causa do bem-estar coletivo e outras práticas que poderíamos chamar de bases para a construção de um socialismo cristão. Por fim, integra seus princípios filosóficos a ideia de educação como processo permanente de formação e transformação da pessoa humana (ibidem, p.164).

A partir de 1997, as transformações ocorridas no MST, sua ampliação como movimento de luta, bem como a reorganização política interna, impuseram a necessidade de se reavaliar as divisões sistemáticas entre as concepções e práticas de formação e educação. Um aspecto importante que marca a compreensão do MST acerca das práticas voltadas à educação e formação diz respeito à redefinição dos espaços onde se produz o ato formativo e educativo. Roseli Caldart explica que

> há, pois, [a partir de então] uma tendência de ajuste nas concepções: *formação* no MST não é mais apenas formação política e ideológica de militantes sem-terra jovens e adultos; *educação* não é mais apenas escolarização das crianças acampadas e assentadas; a formação também pode acontecer na escola; a educação não acontece apenas na escola; formação e educação são tarefas históricas, de longo prazo, tendo em comum um horizonte de gerações e não apenas de pessoas com necessidade de preparo imediato. (2004, p.280)

O próprio processo de luta passa a ser concebido como espaço de formação dos sem-terra. A esse respeito, Kelli Marfort diz:

> Nós acreditamos que todo processo de luta é um processo formativo [...] Nós procuramos diferenciar: existem espaços de formação sistematizada que nós valorizamos, achamos importante, até por conta do quanto a classe trabalhadora foi alijada desse processo, de ter oportunidades de agarrar o conhecimento [...] mas também existe a produção de um conhecimento gestado na luta, na ótica de quem está vivendo as contradições do capitalismo "na ponta" [...] A formação sistematizada é importante; no entanto, todo o processo de luta é fun-

damental para a questão da formação, sobretudo do ponto de vista dos movimentos da consciência. (Mafort, 2008)

Dessa forma, também para o MST, a luta política é considerada como o movimento de formação da consciência do sujeito que dela participa:

> No movimento, o próprio trabalho anterior à ocupação de terras, que é o trabalho de base para convidar as pessoas para a ocupação, está envolvendo um processo de formação muito grande. Quando a gente faz a ocupação e as famílias participam de todo esse processo, elas tampouco têm todos os elementos da luta política, do enfrentamento contra o agronegócio. Elas estão motivadas, eles estão lá porque querem a terra. No processo, elas vão descobrindo uma série de elementos [...] A melhor maneira de você entender como funciona a sociedade é naqueles dias da ocupação [porque é quando] [...] a classe se organiza, faz a ocupação e enfrenta todo aquele modelo, [sente] como o Estado reage, o poder do proprietário, que entra com a reintegração de posse, a polícia, o poder judiciário, como é que as elites locais se movimentam, [...] a opinião do padre, do médico, do advogado, do estudante. Então, nesse processo, [...] a consciência daquela comunidade está fervendo, está aberta, talvez, para o que ela nunca pensou em trinta, quarenta anos da sua vida. Às vezes, em um dia ela consegue compreender uma série de elementos. (Mafort, 2008)

É na relação dialética entre a experiência da luta social e a reflexão metódica, posteriormente dada na "sala de aula", que se constitui o processo de formação das novas gerações para o MST. Nessa perspectiva, a formação de crianças, adolescentes e jovens deve ser um movimento contínuo:

> se depois do processo de luta, do enfrentamento, da ocupação, se essa comunidade cai num processo de acomodação, [...] se aquela comunidade não é capaz de desenvolver algo que a consciência não esteja em constante movimento, então, nós acreditamos que aí o processo de formação se perde. Porque, de fato, a pessoa pode até lembrar com boas recordações o processo de ocupação, no entanto, a pessoa fica com a

> cabeça em outras coisas [...] Então, o que a gente tem procurado fazer é, e para nós mesmos, ir ampliando essa concepção de formação. Nós temos, ainda, uma tendência muito forte a nos agarrar na sala de aula. Isso é fundamental, mas como dar valor a isso, mas também abrir para todo o universo que a luta política nos proporciona e, ao mesmo tempo, refletindo sobre isso nos processos que você vai travando na luta?! (Mafort, 2008)

Antonio Gramsci já havia tratado o problema da formação das novas gerações, crianças, adolescentes e jovens integrantes das classes subalternas e afirmou que a vida e a luta são as experiências primeiras de sua formação. Paolo Nosella, interpretando Gramsci, afirmou que o processo de formação obtido por meio da luta vem antes da escola, do ponto de vista das classes subalternas. Nesses termos,

> Para a classe operária, a escola de classe (que pode ser o próprio partido além da escola de partido) completa e esclarece as experiências concretas da vida vivida, oferece uma orientação, acostuma a generalizar, a raciocinar melhor e mais rapidamente. Para a burguesia é diferente: o jovem burguês, antes que tenha praticamente vivido e lutado, é pela escola saturado do espírito de sua classe, é moldado, forjado de forma que se esteie na vida social e nas suas experiências já formado e pronto para a luta, com uma concepção preconstituída, já inserido nos quadros dominadores que sabem ser dominadores. (Gramsci apud Nosella, 1992, p.63)

Analisando a produção intelectual de Gramsci, Nosella diz que, nos mais diversos períodos de sua vida política, dos artigos de ocasião publicados pelos jornais da esquerda política da Itália do início do século XX aos *Cadernos do cárcere* – considerada a produção de sua fase madura –, o pensador italiano via o partido político como a instância que "funde e amalgama os elementos positivos de educação extraídos da prática produtiva para forjar o perfil da estrutura político-administrativa do novo Estado Socialista" (Nosella, 1992, p.35).

De acordo com Silas Nogueira,

> esses valores atribuídos por Gramsci ao partido político estão "organicamente" ligados ao seu momento histórico, ao contexto em que desenvolveu sua teoria e sua luta que têm, entre os seus aspectos mais significativos, a luta pela construção de um partido revolucionário. E nesse contexto, da Itália do início do século XX, o partido político apresentava-se como o mais significativo instrumento da sociedade civil para a organização e luta das classes e grupos sociais subalternos, particularmente a classe operária. O capitalismo não havia ainda atingido a complexidade dos dias atuais, tanto no que se refere ao Estado, enquanto "sociedade política", quanto ao que se refere à sociedade civil e todo o seu amplo mapa de práticas e instituições político-culturais. Na contemporaneidade, diferentes contextos históricos, como a América Latina, e diferentes formas do "fazer político", como os movimentos sociais, exigem a continuidade e a ampliação da reflexão. (2005, p.38)

E essa "continuidade reflexiva" a que se propõe o pesquisador deve reconhecer nas práticas dos movimentos sociais, das organizações de cultura, dos grupos organizados em torno de manifestações políticas, o caráter formativo de novos sujeitos políticos no bojo do confronto de interesses – no sentido marxiano – que ocorre na sociedade civil. Para ele, trata-se do reconhecimento dos movimentos sociais contemporâneos segundo sua "condição de agentes políticos e [...] sua função formadora de 'intelectuais orgânicos' comprometidos com as transformações" (ibidem, 2005, p.38-9) que tem continuidade nas escolas e centros de formação do MST.[2]

2 A tarefa da formação de intelectuais orgânicos atribuída ao MST deve ser considerada à medida que o movimento, progressivamente, se afasta da Comissão Pastoral da Terra (seu primeiro intelectual orgânico) e, posteriormente, do PT, que, ao longo de sua história, transpôs suas lutas ao campo político-institucional.

Primeiras experiências de formação: a emergência dos jovens no acampamento Mário Lago e para o MST

Desde os primeiros dias de acampamento Mário Lago, ainda no Sítio Braghetto, emergem as preocupações com a educação/formação das novas gerações no interior do MST, como já frisamos. Sua preocupação com o desenvolvimento intelectual da criança se reflete, em Ribeirão Preto, nas experiências da ciranda infantil, primeira atividade formativa voltada para as novas gerações no interior do acampamento.

A ciranda infantil é o espaço do desenvolvimento de ações educativas e culturais com crianças de até treze anos. Gladys de Oliveira, integrante do setor de cultura e da coordenação regional do MST/RP, em entrevista ao autor, explica que a ciranda infantil nasce dentro do movimento para garantir a militância das mulheres. "A mulher começa a militar e começa a ter uma outra demanda dentro do MST [...] pois onde ficariam as crianças para ter as mulheres participando [...] já que a gente não tem a escola, no período de acampamento?!" Trata-se, então, de um lugar de educação que não é a escola, que não é a creche e que permite a itinerância. "A ciranda pode acontecer em qualquer lugar. E tem o nome 'ciranda' em referência à cultura popular, como a 'roda', o 'encontro'" (Oliveira, 2008).

Gláucia Tavares Miranda, integrante da coordenação regional do MST/RP e do setor de educação, relata que o movimento preocupou-se com a educação das novas gerações desde logo, tanto na busca de inclusão de crianças e adolescentes no sistema formal/oficial de ensino da rede pública de educação, quanto pela criação de instrumentos no interior do acampamento que permitissem a formação/educação dos novos sujeitos. "Vários coordenadores [de núcleo] se articularam para ir atrás do ônibus escolar, da matrícula desses jovens e crianças" (Miranda, 2008). Com a construção da Escola Chico Mendes, começou também a alfabetização de jovens e adultos.

No entanto, a instabilidade da luta, da vida cotidiana sob as novas condições, também se refletiu nas práticas de formação/educação voltadas para crianças, adolescentes, jovens e adultos. No espaço da ciranda infantil, integravam-se crianças, adolescentes e jovens. Nos dizeres de Gláucia Tavares: "era tudo misturado. E mesmo no EJA, também tudo misturado. Não havia a necessidade de ter um setor para jovens, distinguir a formação das crianças e mesmo dos adultos com os jovens". Desse modo, prossegue a militante, "quando ia ter uma brincadeira, alguma coisa com a ciranda infantil, lá estavam os jovens misturados" (Miranda, 2008).

Na verdade, o movimento não tinha consciência dessa distinção.

Para Gladys de Oliveira, "a ciranda era um negócio assim: as crianças iam, brincavam e tal e aí tinha um lanche e voltavam para os seus barracos. Ou seja, não havia muitas questões, planejamento de atividades, conteúdos a serem trabalhados". Em grande medida porque eram experiências embrionárias no interior daquele grupo, para aqueles novos militantes, "educadores e educadoras" das novas gerações (Oliveira, 2008).

Enquanto o acampamento permaneceu no Sítio Braghetto, as experiências intencionalmente dirigidas para a formação/educação das novas gerações concentraram-se nas crianças, por vezes envolvendo adolescentes e jovens. Com a transferência do acampamento Mário Lago para o Parque dos Flamboyants, a situação não se alterou muito. No final de 2003, a ciranda infantil foi formada novamente, porém, a participação de adolescentes e jovens passou a ser mais intensa. Nos dizeres de Gláucia Tavares:

> no Flamboyants foi onde que se deu a necessidade de separar os jovens, porque lá no Flamboyants a gente realmente formou a ciranda infantil. Quando a gente formou a ciranda infantil, muitos jovens começaram a frequentar. Aí o que a gente colocou: "então vamos colocá-los como coordenadores da ciranda infantil, para contribuir nessa atividade junto com a gente". E aí foi uma experiência muito gostosa [...] Os adolescentes de 10, 11 anos para cima, até os 14 anos, eles participavam da ciranda junto com a gente, onde a gente dava muita for-

> mação sobre o movimento: ensinava as músicas do movimento, os grito de ordem, o sentido da cor da bandeira. Então, foi uma experiência muito gostosa. (Miranda, 2008)

Pouco antes da ocupação, em 16 de março de 2003, o MST havia realizado o I Encontro de Violeiros do Brasil no Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara, em Ribeirão Preto, juntamente com a Festa do Milho Verde, pois vinha acumulando algumas discussões sobre a cultura e as possibilidades de estabelecer interlocução com a sociedade, por meio das manifestações artístico-culturais. O MST sabia que atos políticos em massa e outras manifestações do gênero não faziam parte do repertório cotidiano da cidade e, por isso, a população urbana poderia receber suas ações com estranheza, por vezes com hostilidade e mesmo repúdio, dada a ação contundente das forças políticas locais, através, sobretudo, dos meios de comunicação de massa, rádios, jornais, emissoras de TV locais. O evento buscou resgatar a arte e a cultura popular, valorizando a música de raiz caipira. Durante o encontro, ocorreram exposições de instrumentos musicais dos violeiros, acompanhando a evolução da confecção da viola caipira. Participaram do encontro artistas importantes como Inesita Barroso, Pereira da Viola, Joacir Ornelas, Paulo Freire, Vinícius Alves, Levi Ramiro, Pena Branca, Mazinho Quevedo, Zé Mulato, Cassiano e também a Orquestra de Viola de Campinas, entre outros. Além disso, o evento contou com a participação de grupos de folias de reis, cururu e catira, oriundos de Ribeirão Preto e do Estado de Minas Gerais. Tratava-se de defender a cultura popular, já que é esta uma das trincheiras da luta do MST, pois, além de "capital nacional do agronegócio", com grandes propriedades monocultoras de cana-de-açúcar, a cidade também acolhe o gênero conhecido como *country*, em referência aos grandes rodeios norte-americanos e ao modo de vida do "*cowboy* pasteurizado pelo cinema americano".

Felinto Procópio dos Santos, conhecido como Mineirinho, integrante do coletivo nacional de cultura e da Coordenação Nacional do MST, explica:

> Quando a gente tem lá no encontro duplas que têm mais de cinquenta anos de estrada, como Zico e Zeca, entre muitos outros, a gente tem as melhores possibilidades: violas e violeiros, violas e duplas, violeiros de orquestra, violeiros solo e as violas turbinadas. Para combater a indústria cultural, o subproduto da indústria cultural tem de ter o que propor. A proposta do encontro de violeiros é ter o que mostrar. [...] Ali não se paga cachê para os artistas porque ali é uma socialização de sua produção artística. A música não tem a dimensão de mercadoria. Ali nós organizamos o espaço, a alimentação, a hospedagem, as condições para tocarem e se sentirem bem. Dentro do próprio movimento, hoje, tem muita gente tocando viola, porque é um instrumento singelo, camponês por excelência. Foi feito para camponês tocar. Assim vamos fazendo resistência à indústria cultural. (F. P. Santos, 2007)

Em 14 de março de 2004, o MST realiza o II Encontro Nacional de Violeiros e a Festa do Milho Verde, também como forma de mobilização das novas gerações que ali chegavam, pois a experiência anterior havia demonstrado que a confraternização cultural poderia ser o lugar por excelência da participação juvenil no MST. Dessa vez, o encontro foi realizado com mais fôlego. Cerca de oitenta violeiros estiveram presentes e quase 10 mil pessoas passaram pela festa, apesar da forte chuva que caiu no dia. Durante o encontro, os violeiros fundaram a Associação Nacional dos Violeiros do Brasil – ANVB,[3] consolidando uma organização de artistas

3 A ANVB, criada em 14 de março de 2004, durante o II Encontro Nacional de Violeiros, tem sede em Belo Horizonte. Sua finalidade é "defender, preservar, fomentar e promover a cultura popular brasileira e os interesses dos violeiros e dos profissionais relacionados ao universo da viola, assim entendidas: viola caipira, viola sertaneja, viola brasileira, viola de dez cordas, viola nordestina, viola de arame, priorizando: a) a defesa de bens e direitos sócio-culturais, coletivos e difusos, relativos ao patrimônio cultural; b) o desenvolvimento de pesquisas, estudos e programas sobre a cultura popular brasileira relacionada ao universo da viola; c) a elaboração de projetos de proteção das manifestações de raiz e do patrimônio material e imaterial; d) a preservação e estímulo ao 'fazer artesanal' na confecção de violas; e) a criação de cursos e oficinas de formação em artes e culturas; f) o intercâmbio e parcerias com entidades congêneres e representati-

da cultura popular e fortalecendo as atividades do MST nessa trincheira de luta.

O encontro conseguiu mobilizar acampados e assentados de toda a região. Homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, todos envolvidos com as atividades culturais do Centro de Formação, por ocasião do Encontro de Violeiros. Alguns envolvidos com a feitura dos pratos típicos, iguarias do milho verde. Outros dedicados à exposição e venda dos "produtos da reforma agrária", que vinham da loja do MST local: CDs, livros, camisetas, bonés, artesanato, remédios tradicionais, ervas, dentre outros produtos do movimento. O Sítio do Pau D'Alho esteve repleto de bandeiras do MST; faixas exaltando a cultura popular e a urgência da reforma agrária também como resgate dessas manifestações "perdidas".

Mas as atividades de mobilização e formação das novas gerações ainda eram descontínuas. Uma vez transferido para o *sitinho* – área cedida por um aliado do movimento, quando mais uma tentativa de ocupação da Barra foi frustrada –, essas atividades no acampamento Mário Lago voltariam a acontecer na forma de organização de um grupo de jovens para a formação cultural por meio do teatro. Nessa ocasião, Gláucia Tavares Miranda e um companheiro, Ronaldo Raimundo da Silva, passaram a ser responsáveis pela organização dos jovens que se integravam ao acampamento. Surgia, ali, a primeira experiência de formação de um grupo de jovens no então acampamento Mário Lago:

> Foi quando a gente viu mesmo que precisava montar um setor que discutisse a juventude, que discutisse a necessidade do jovem se reunir dentro do acampamento Mário Lago. No sitinho, a gente formalizou esse grupo que já vinha participando das atividades da ciranda infantil desde lá o Flamboyants. E na época a gente não chamava grupo de jo-

---

vas, no desenvolvimento de suas atividades; g) a prestar assistência aos seus associados, no desenvolvimento de suas atividades; h) a criação e manutenção de um bando de dados, documentação e memória da cultura da viola". Ver: www.anvb.org.br.

> vens. A gente chamava grupo de teatro [...] Eles até foram se apresentar na UNESP, em Franca. (Miranda, 2008)

Outras atividades, como o esporte, foram desenvolvidas como práticas de formação de jovens. Gláucia Tavares explica que, na época, os militantes responsáveis pela organização e formação de jovens fizeram um campo de futebol para entretê-los. Então, passaram a definir horários para a realização da atividade esportiva. Em suas palavras: "Nós dizíamos para os jovens: 'então, de tal horário a tal horário, vocês podem jogar bola, de tal horário a tal horário, vocês sentam para fazer a discussão da peça [de teatro], tal horário tem a discussão dos jovens'. Aí começamos a delegar isso" (Miranda, 2008).

Porém, desde logo, perceberam que as concepções que orientavam os trabalhos não condiziam com as propostas pedagógicas e educacionais do MST:

> Na realidade, a gente viu que isso era uma forma totalmente diferente do que a gente queria. Isso tudo estava acontecendo lá no sitinho. Porque a gente começou a ver, eu mais o Ronaldo, e nós conversávamos muito sobre isso, que aquela forma, o que a gente estava conseguindo fazer era manipular a vontade dos jovens. Não simplesmente deixar os jovens sonhar, deixar os jovens pensar o que eles queriam, porque a gente que pensava as brincadeiras, então era totalmente estranho o que vinha se dando. Mas mesmo assim os jovens ainda iam. (Miranda, 2008)

Os militantes responsáveis pela organização e formação da juventude não eram, pois, pedagogos ou quadros consolidados no movimento. Ao contrário, tornavam-se educadores no processo de luta pelo território conhecido como Fazenda da Barra. Gláucia Tavares, na época com trinta anos de idade, foi trabalhadora rural em Minas Gerais, em condições assemelhadas ao trabalho escravo. Na infância, viveu na periferia de Brasília. Igualmente, Ronaldo Raimundo da Silva, com 31 anos, nascido em Quinta do Sol, no Paraná, era filho de trabalhadores rurais e com oito anos de idade já

carpia soja, tendo cursado até o último ano do ensino fundamental. Ambos deixaram essas condições de vida e existência para se integrar à luta pela terra na cidade de Ribeirão Preto. Foi também através da tarefa de formar as novas gerações – na época, cerca de 190 crianças, adolescentes e jovens – que iniciaram a sua própria formação no Movimento Sem Terra.

A luta não é um movimento linear. Para manter a coesão política e a mobilização permanente das famílias, a estrutura político-organizacional da comunidade deve favorecer a participação coletiva. E, para isso, os processos e instrumentos de comunicação são fundamentais.

No acampamento Mário Lago, o MST contou com a "rádio Poste", um "mecanismo de comunicação coletiva que, na realidade, não é exatamente 'uma rádio' pois não usa as ondas magnéticas para sua transmissão". Tratava-se de alguns equipamentos de reprodução de discos e fitas, um amplificador, uma mesa de controle de som e alto-falantes que cumpriam a função de tocar música, dar informes, convocar militantes e base para encontros, reuniões, enfim, um mecanismo de organização da vida em comunidade (Nogueira, 2005, p.248-9).

Ronaldo Raimundo da Silva, que integrava o setor de cultura do MST/RP em 2005, afirma que a ideia da "rádio Poste" emerge no movimento a partir das experiências de rádio comunitárias presentes nas favelas. "A partir daí surgiu no movimento, com essa preocupação que o MST tem com a identidade cultural dos trabalhadores, essa ideia de trabalhar nos acampamentos com a rádio Poste" (R. R. da Silva, 2005).

As primeiras experiências remetem ao acampamento Mário Lago, instalado ainda no Sítio Braghetto, quando, em reunião entre dirigentes e aliados do MST, emerge a ideia de agilizar o processo de comunicação e, ao mesmo tempo, criar um mecanismo de mobilização permanente dos grupos que se integravam à nova comunidade. Dentre os aliados, Silas Nogueira, professor e pesquisador, articulou um grupo que, em poucas horas, reuniu recursos técnicos e financeiros e equipamentos para a instalação da "rádio". Ali mesmo,

entre acampados, surgem jovens com alguma compreensão de como operar a "rádio comunitária". Sua experiência vinha da cidade, dos bairros de periferia pobre em que viviam. Numa ação coletiva, em poucas horas a "rádio" estava no ar e, com ela, muitos jovens do acampamento. Logo, porém, vieram as transferências do acampamento. É no "sitinho" que a experiência da rádio se estabelece.

As próprias condições de organização do acampamento favoreciam o funcionamento da rádio Poste. As dimensões territoriais do local eram pequenas e, com isso, os núcleos de famílias se encontravam muito próximos uns dos outros. Segundo Ronaldo Raimundo, "aí você coloca os alto-falantes nos quatro cantos do acampamento, dá para todo mundo ouvir. Aí instala os equipamentos e tal, ou com bateria, ou com gerador, aí dá para funcionar a rádio dentro do acampamento para todo mundo ouvir" (R. R. da Silva, 2005). Enquanto o acampamento esteve ali, a rádio Poste funcionou diariamente.

Pelo seu caráter, a programação era produzida no Centro de Formação Dom Hélder Câmara e levada ao acampamento – o que não impedia, porém, que ocorressem intervenções ao longo do dia para, entre outras coisas, dar informes da luta que se travava ou reunir a base rapidamente para encontros ou assembleias.

Como relata Silas Nogueira:

> Sua programação incluía a chamada "música de raiz", que fala da terra, da vida no campo – moda de viola, guarânias, cururus, toadas – gravadas, por exemplo, por Tonico e Tinoco, Tião Carreiro e Pardinho, Pena Branca e Xavantinho e também os "chamados clássicos da música popular brasileira", entre eles, Chico Buarque de Holanda. O que mais tocava, no entanto, eram os hinos e músicas do próprio MST, gravados pelo movimento e divulgados em discos compactos (CDs) pelo Brasil afora. (Nogueira, 2005, p.249-50)

O autor ressalta que a rádio Poste provocou ainda a ampliação do debate da comunicação e da cultura, no acampamento e no MST em geral.

O movimento já vinha realizando discussões sobre o tema e atividades importantes, como o Encontro de Violeiros; no entanto, em 2004, passa a promover reuniões com seus aliados a fim de intensificar as ações. Nessas reuniões, a pauta trazia como eixos os temas dos sentidos da militância, da formação do sujeito, a realidade político-econômica da região de Ribeirão Preto, bem como questões como política e ideologia e comunicação e cultura. Nogueira lembra, ainda, que a primeira reunião geral foi denominada "coletivão", de que saíram os "coletivos", divididos a partir dos temas apresentados na pauta. Reunidos separadamente, os coletivos se reencontrariam nas discussões do "coletivão" para apresentação de análises e conclusões (ibidem, p.251).

Naquele período, acompanhávamos todo o processo de luta e, na qualidade de estudantes do curso de Comunicação Social, passamos a integrar o coletivo de comunicação e cultura. Em seu primeiro encontro, Silas Nogueira, que participou ativamente desse processo, ficou com a tarefa de apresentar um texto discutindo o conceito de cultura e as relações entre comunicação, política, cultura e os meios de comunicação. Ronaldo Raimundo da Silva relata que as preocupações do movimento se voltavam para a cultura popular brasileira. Como aparece em sua fala, tratava-se, porém, de uma discussão ainda embrionária no movimento local, apesar da experiência já acumulada pelo MST em âmbito nacional:

> O movimento se preocupa muito com a questão cultural do povo. Então, o povo brasileiro tem uma cultura muito interessante [...] Como foi colonizado aqui por Portugal, então vem gente de todo lugar, a cultura do Brasil é muito rica e o movimento trabalha essa questão de manter a cultura tradicional mesmo das pessoas, a cultura popular, que vem desde o avô, o bisavô e aí o movimento tenta trazer isso com as pessoas, com o povo, então dar essa formação da identidade cultural das pessoas. O movimento tem essa preocupação na área do teatro, da música, da educação, no geral. [...] O movimento vem fazendo esse trabalho na questão da cultura, de resgatar a identidade das pessoas, que se perdeu com o tempo, com as culturas neoliberais, das culturas

> norte-americanas que estão "norte-americanizando" tudo aqui no Brasil, padronizando tudo, a cultura em geral. (R. R. da Silva, 2005)

A partir do texto-base de Silas Nogueira, o coletivo de comunicação e cultura, integrado por professores e pesquisadores, estudantes universitários e militantes do MST da regional de Ribeirão Preto, passou a construir a concepção de que o campo da cultura não poderia, arbitrariamente, ser separado do campo da política, buscando-se, com base no pensamento de Antonio Gramsci, o entendimento das relações inseparáveis entre cultura e política. Nessas discussões reaparece o tema da juventude. Silas Nogueira relata em sua tese de doutoramento que, nos encontros do coletivo de comunicação e cultura, afirmava a necessidade de "tolerância com os jovens do acampamento que tiveram formação político-cultural diferente, muitos deles marcados pela lógica do consumo e pelos produtos culturais da mídia". Essa postura nos encontros promovidos pelo MST, prossegue o autor, era feita para "questionar possíveis formas de censura ou de pura e simples doutrinação, comum em algumas organizações políticas de esquerda" (ibidem, p.251-2). Com isso, muitos jovens deveriam ser integrados de forma ativa aos quadros do movimento, pois o campo da cultura tinha grande capacidade de mobilizar suas energias, como a experiência concreta estava demonstrando. O fecundo debate percorreu o ano de 2004 e adentrou 2005.

Da experiência da rádio Poste, que ocupou grande parte das pautas de discussão, alguns jovens passaram a participar com mais frequência das atividades de organização da vida cultural e política da comunidade que se formava. Naquele momento, com esses recursos artesanais, os jovens se mobilizavam em torno da rádio Poste e demais atividades culturais. Seu significado, na ocasião, foi dado por Ronaldo Raimundo:

> A rádio significa que a gente é capaz de democratizar a comunicação. Significa, ainda, que a pessoa pode falar, expressar a ideia dela, pra que todo mundo ouça; chegar e falar [...] Não é uma coisa que fica

> lá na cidade e que a pessoa tem que ligar lá e tal. Não! Você vai lá dentro da rádio Poste e fala. [...] Com a rádio, a gente consegue também reunir os jovens para que eles gravem programa ali mesmo no acampamento. Então, é uma experiência muito interessante. (R. R. da Silva, 2005)

A luta do movimento pela conquista da Fazenda da Barra segue no ano de 2005 com uma grande efervescência cultural. É realizada no Centro de Formação a terceira edição do Encontro Nacional dos Violeiros, dessa vez com dois dias de festa e amplo envolvimento dos jovens. Nasce a banda Acam – referência ao acampamento Mário Lago. Formava-se um grupo de jovens com atividades semanais ligadas, dominantemente, ao universo da comunicação e da cultura. Os jovens integravam os coletivos de cultura, de comunicação. Alguns se envolviam com as atividades da rádio Poste, outros com a banda Acam e com o teatro. Alguns deles estavam presentes em todas elas. O movimento organizou no Centro de Formação Dom Hélder Câmara minicursos e oficinas de rádio. Também nesse período, o MST conquistou o "Cinema na Terra", financiado pela Petrobrás, através da Lei de Incentivo à Cultura. Com isso, a regional de Ribeirão Preto, através do Centro de Formação Dom Hélder Câmara, passou a contar com equipamentos para reprodução de filmes, levando-os para o então acampamento Mário Lago, sob a responsabilidade dos setores de comunicação e cultura, que congregavam as experiências juvenis no âmbito da organização do movimento. Além disso, os jovens tratavam de organizar noites culturais e "animar" as atividades políticas do MST, como encontros, assembleias, reuniões e manifestações.

Com isso, emergem muitos projetos, segundo relata Gláucia Tavares:

> Um dos projetos que eles queriam era uma horta, onde pudessem vender para arrecadar recurso. Na época ainda não tinha a Conab, mas já se falava na Conab e de esse grupo ter essa horta de verduras para que eles pudessem vender para a Conab e arrecadar recursos para

> jovens e implementarem alguma coisa. Outro projeto era de fazer uma estamparia, ter uma máquina para fazer estampa. Na época eles sonhavam muito em fazer estampa do Che Guevara, da Rosa Luxemburgo, do Zumbi, e de outros companheiros que já tinham tombado na luta, para vender também e arrecadar recurso. Até mesmo o grupo de teatro, onde tinha uma peça também, mas que não chegou apresentar fora daqui, a não ser quando tinha atividade no Pau D'Alho. Outro projeto deles era fazer noite de convivência dentro do acampamento, onde essas noites de convivência seriam para contar causos, ouvir os mais velhos contar causos, fazer uma fogueira, assar uma mandioca, assar uma batata nessa fogueira e levar a banda Acam para se apresentar. Outro era o "Cinema da Terra", ter um espaço para o cinema da terra. Só que para nós aqui era mais difícil, por causa do gerador. Temos hoje um gerador na regional, só que o gerador, na realidade, quebrou várias vezes e está bem desgastado. Mas mesmo assim fizemos bastante "cinema da terra" aqui. Íamos nos núcleos e fazíamos o "cinema da terra" e quem tocava eram os jovens. Muitos fizeram o curso de comunicação para contribuir. (Miranda, 2008)

Com a transferência do acampamento Mário Lago do "sitinho" para a Fazenda da Barra, agora em definitivo, a efervescência cultural que movia a atividade com os jovens sem-terra foi, aos poucos, acabando. A comunidade se dividiu na disputa política pelo território, e então foi criado o acampamento Santo Dias, do MLST. Além disso, muitas famílias foram embora. Com isso, poucos jovens ficaram. As atividades de organização e formação desses jovens passaram a ser inconstantes. A rádio Poste, que havia mobilizado as capacidades juvenis, teve suas atividades reservadas ao Centro de Formação Dom Hélder Câmara, pois as condições geográficas e político-organizacionais do acampamento Mário Lago instalado na Fazenda da Barra não permitiam sua utilização cotidiana. Igualmente, as atividades ligadas ao teatro, cinema e a música cessaram, a não ser como eventos esporádicos. As discussões sobre a comunicação e a cultura foram dando lugar aos debates políticos, em virtude da conjuntura da luta.

Em grande parte de 2005 e de 2006, a organização e formação de

jovens sofreu grande refluxo. Atos, mobilizações políticas, como a ocupação da Fazenda Santa Maria, em março de 2006, envolveram alguns jovens. Igualmente, algumas atividades culturais, entre as quais destacou-se o IV Encontro Nacional de Violeiros, ocorrido em 7 e 8 de outubro de 2006.

No dia 2 daquele mês, o MST realizou o lançamento do evento, com grande ato político-cultural, em frente ao Teatro Pedro II, símbolo da cultura erudita e das forças políticas locais, com a presença dos violeiros Vitor Batista e Pereira da Viola. E ao longo da semana que precedeu o evento, promoveu oficinas preparatórias para a construção de violas, tambores, oficina de expressão corporal para a preparação dos participantes da mística de abertura, em sua maioria jovens, e reavivou "brincadeiras tradicionais". Outros jovens, já integrantes do setor de comunicação, responsabilizaram-se pelo registro e documentação do evento, organizando, ainda, uma oficina de comunicação. A ornamentação da festa ficou por conta dos participantes da oficina de bonecos, também jovens em sua maioria, que construiu um modelo de são Francisco de Assis, homenageado pelo evento. Nesse ano, o encontro contou com a contribuição de companheiros do MST vindos de todas as regionais do Estado de São Paulo. O evento contou com mais de cem violeiros, violeiras, duplas, orquestras e grupos de folias de reis. Cerca de 15 mil pessoas prestigiaram a festa.

Passada a festa, a efervescência política e cultural que a envolveu também se foi. Entre os jovens, alguns já se destacavam pela grande atuação tanto nas frentes de luta do MST como no setor de cultura, de comunicação, de produção, entre outros. Porém, a grande maioria retorna à vida no assentamento sem estabelecer relações mais estreitas com a organização da luta por meio de setores ou coletivos, reservando-se para eventuais "chamados" do MST.

Nesse momento, a formação de novos intelectuais para a luta pela terra ganhava densidade teórica no MST, passando a ser concebida de forma sistemática.

Os jovens como intelectuais do MST

Em janeiro de 2005, com o intuito de constituir-se em um espaço da formação política e ideológica do MST, foi inaugurada a Escola Nacional Florestan Fernandes, no Município de Guararema (SP), integrando movimentos e/ou organizações políticas populares da América Latina e do Caribe. Com isso, consolidou-se a ideia-força de que a formação política deve ser seu eixo fundamental. E esta foi definida como:

> um processo amplo e abrangente, que se realiza integralmente, seja através de cursos, reuniões ordinárias, ações coletivas, etc. [e que] [...] abrange diferentes momentos e estratégias [que] se constrói no cotidiano das lutas empreendidas pela organização. Esse processo deve ser programado e desenvolvido para atender os diferentes níveis: base, militantes e dirigentes-quadros da organização. (Pizetta, 2007, p.242)

À formação política, tal como concebida pelo MST, correspondem os conteúdos teóricos que contribuam de forma direta para a transformação das relações sociais presentes; que permitam uma maior aproximação entre os quadros dirigentes e as bases; que preparem os sujeitos da luta pela terra para a função de dirigentes da sociedade brasileira a partir da criação de bases de uma nova cultura, constituída pela capacidade criativa e imaginativa; por fim, "*esses processos devem contribuir para a formação de revolucionários*, sujeitos com elevado nível de conhecimentos especializados e de cultura humanística" (ibidem, p.246. Grifos nossos). Com isso, o MST se impõe a tarefa de formar *intelectuais* da fração da classe trabalhadora que representa.

O conceito de intelectual orgânico foi trazido ao debate acadêmico nos idos de 1920, por Antonio Gramsci, conforme já assinalamos. Para o pensador italiano, todo grupo social "essencial" cria para si um conjunto de intelectuais que lhe dá consistência política, homogeneidade de sua função econômica e social. São grupos que conferem coesão ideológica à ordem dominante, ou, então, orien-

tam a atividade política das classes que lutam por hegemonia. Desse ponto de vista, a função do intelectual é dar conteúdo e forma ao exercício da hegemonia por uma determinada classe; é "organizar a cultura" por meio de inúmeras atividades que vão desde a produção científica, filosófica, até a divulgação, "administração" da cultura.

Se a luta por hegemonia conta com a emergência de intelectuais orgânicos, bem como da assimilação das camadas de intelectuais de tipo tradicional, cabe ao partido político e, por extensão, aos movimentos sociais em luta, formar sua categoria de intelectuais no campo político e filosófico:

> o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como "econômico", até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. Aliás, pode-se dizer que, no seu âmbito, o partido político desempenha sua função muito mais completa e organicamente do que, num âmbito mais vasto, o Estado desempenha a sua: um intelectual que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo, o que, através de participação na vida estatal, ocorre apenas mediocremente ou mesmo nunca. (Gramsci, 2004, p.24)

Para Gramsci, os "quadros" do partido são todos intelectuais, em maior ou menor grau, na medida em que exercem função diretiva e organizativa na luta política. No partido político, o camponês, o trabalhador assalariado, o desempregado, dentre outros,

"deixam" de sê-lo para se tornarem forças políticas, "de caráter nacional e internacional". Dessa maneira, o pensador italiano vê no partido político um caráter formativo intrínseco, por possibilitar a superação daquilo que denomina de "movimento econômico da vida" para se tornar sujeito de inúmeras questões e processos (ibidem, p.25).

Os objetivos da Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, se destacam pela necessidade de: a) impulsionar o desenvolvimento da consciência política e organizativa dos militantes e dirigentes; b) organizar e promover atividades de formação com caráter de estudo, reflexão, análises e debates sobre temas conjunturais e estratégicos em parcerias com instituições de ensino superior ou outras entidades e movimentos de diversas partes do mundo;[4] c) formar quadros políticos para o conjunto da classe trabalhadora, independente do setor ou área de atuação dos militantes;[5] d) utilizar-se do conhecimento científico para fortalecer e obter maior clareza sobre os princípios políticos, organizativos, zelando pela unidade política e ideológica do movimento; e) contribuir na busca de soluções para os desafios que a organização enfrenta; f) desenvolver análises sobre a realidade, tanto local como geral, tendo como meta a qualificação do(s) instrumento(s) (organização e lutas), procurando a

4 Segundo Kelli Mafort, atualmente, são cerca de cinco mil sem-terra em cursos de ensino médio, graduação, especialização e mestrado. Algo que foi possibilitado por convênios que o MST estabeleceu com universidades brasileiras estaduais e federais, além de convênios com países como Cuba, Venezuela e Bolívia. São cursos de Agronomia, Direito, Medicina, Artes, Pedagogia, além de cursos de licenciatura nas diversas áreas do saber e outros que, de alguma maneira, se vinculam aos objetivos gerais do MST no que tange à organização política, às formas de produção nos assentamentos e à sociabilidade que se pretende imprimir nos assentamentos.

5 Por muito tempo imperou no MST a ideia de que o estudante em formação deveria, necessariamente, "retornar" ao movimento com os novos conhecimentos adquiridos. Hoje, essa concepção foi ampliada. Para o MST, o conhecimento adquirido deve, necessariamente, "retornar" à luta social, ainda que esta seja travada por outros grupos ou forças políticas presentes no contexto latino-americano. Disso decorre, também, o critério para a escolha, na base, daqueles que ingressarão nos programas de formação/educação do MST.

transformação das realidades em que os dirigentes atuam; g) fazer o registro e memória das lutas pela reforma agrária, das lutas dos povos do mundo, em especial da América Latina, assim como das análises e proposições políticas dos diferentes movimentos e redes em que atuam no continente; h) desenvolver seminários de troca de experiências, estudos e definições comuns, entre os diferentes movimentos e centros de educação popular que atuam no continente latino-americano, analisando as diferentes teorias pedagógicas, as concepções de formação que enriquecem as particularidades de cada uma, na busca de uma formação integral dos quadros que estão envolvidos nos processos de educação popular e formação política (cf. Pizetta, 2007, p.248-9).

Assim, a Escola Nacional Florestan Fernandes, para nós, tem a função das escolas de cultura em Gramsci. Função que, para Maria do Socorro Militão, se identifica com o setor de formação do MST, qual seja: "formar lideranças, intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, construir a consciência de classe e a base da hegemonia dos subalternos". É possível afirmar com a autora que, para o MST, o "intelectual orgânico nasce na ocupação de terra e tem sua formação continuada no acampamento, assentamento, escola do MST, e nas escolas de formação política" e centros de formação regionais (Militão, 2007, p.180).

A juventude – ao lado das mulheres – deve ganhar posição destacada. A formação deve buscar "comprometê-la", a partir da criação de "linguagens adaptadas [metodologias criativas e participativas] [...], mas sempre com o enfoque no sentido da responsabilidade", permitindo o desenvolvimento político da consciência, além do envolvimento nos processos organizativos do MST. Para tanto, o MST concebeu ser importante "resgatar o papel histórico que a juventude desempenhou em muitos processos revolucionários, como forma de estimulá-la para a luta, para a organização do povo, buscando subverter a ordem burguesa estabelecida" (Pizetta, 2007, p.242-3).

Em outra passagem, Gramsci afirma que o partido ou o movimento foram "os intelectuais políticos qualificados, dirigentes, or-

ganizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política" (Gramsci, 1977, p.1552). E prossegue, dizendo que "as primeiras células intelectuais de novo tipo nascem com as primeiras células econômicas" (ibidem, p.1524).

Com isso, do ponto de vista do método gramsciano, os jovens intelectuais do MST emergem no movimento de ocupação do território, na formação do acampamento e do assentamento, até o movimento político amplo da organização de luta, por meio de atividades sistemáticas, permanentes, orgânicas dadas em cada uma dessas etapas. Funções que lhes são atribuídas em cada frente de luta de que participam (setor de comunicação, cultura, produção, entre outros). Assim, os jovens intelectuais do MST são os que têm presente, em seu cotidiano, funções dirigentes que marcam a atividade específica "profissional" no contexto do assentamento ou do movimento social.

Algumas experiências recentes de formação das novas gerações no assentamento Mário Lago e no Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara

Com bases teóricas sólidas para a formação de novos intelectuais para a luta pela terra e com jovens destacando-se no interior do assentamento Mário Lago, em função da dedicação às lutas do movimento junto a alguns setores de organização política interna, as discussões acerca da cultura como estratégia política, campo de resistência aos valores hegemônicos, ganharam novo fôlego no final de 2006 e, sobretudo, início de 2007, na regional do MST, em Ribeirão Preto. O acampamento Mário Lago sofreu expressiva diminuição no número de famílias, que se refletiu na quantidade de jovens ali presentes. Nesse período, o setor de cultura da regional do MST passou por algumas reformulações, tanto no que diz respeito às concepções que o orientavam como no que toca à própria militância integrada a essa frente de luta.

Segundo Gladys de Oliveira, que se integra ao setor de cultura e à luta do MST nesse momento:

> Em 2006, no finalzinho das atividades, no setor de cultura, a gente discutiu que iria trabalhar a folia no Mário Lago. Porque eu falei assim: "Vamos fazer um Auto de Natal com as crianças". Aí eu vim para cá [Ribeirão Preto] no Natal. Passei Natal aqui, foi muito legal. [...] "Auto de Natal?!" "Pois é." Os meninos começaram a falar [...]: "Pois é, na minha época tinha folia de Reis." "Tem folião aqui no Mário Lago? Então por que a gente não faz folia de Reis?!" "Ah, então vamos fazer." [...] Então, a cultura popular permite isso [...] acessar a história das pessoas. Então, eles começaram a se identificar com a proposta. [...] Aí os foliões, então, a gente reuniu para fazer a folia. [...] Ensaio e tal. Começamos a fazer um trabalho com as crianças, de montar o Auto de Natal, mas não era assim, a gente fazia as roupas para as crianças. As crianças faziam suas próprias roupas com o simples que tinha lá: papel crepom, TNT [...] Fizemos as pastorinhas, os bichinhos, as meninas todas vestiram, eles mesmos fizeram a roupinha, os reis, eles mesmos fizeram as coroinhas, com toda criatividade. Então, foi lindo. (Oliveira, 2008)

Essa experiência despertou a necessidade do trabalho intersetorial, no que toca à totalidade das ações e relações engendradas no assentamento ou fora dele. O setor de cultura, então, com Gladys de Oliveira à frente, passou a participar de todas as manifestações e atos políticos do movimento, para promover intervenções artístico-culturais como "outra forma de dialogar com a sociedade" e, ao mesmo tempo, fomentar a participação de todos os grupos presentes no assentamento, especialmente os jovens que ali viviam:

> A ideia era, por exemplo, tinha uma marcha, como é que, então, eu podia dar o elemento da cultura na marcha?! Eu lembro que tinha essa história, assim: como é que em uma missa a gente dá o elemento da cultura?! E comecei a pensar em toda ação, como é que a gente dava a cara da cultura.[...] Mas, assim, eu lembro que a gente começou a pensar a cultura nas ações, toda ação ter música, por exemplo, sabe?! In-

> centivar muito isso e o movimento também já tem muito isso. [...] Eu me lembro que eu comecei a fazer um acompanhamento do setor de cultura e ir a reuniões. Então, eu comecei a ouvir o que as pessoas tinham ali. Depois nós começamos a ouvir todos os setores: fomos no setor de produção, no setor de saúde e descobrir qual era a demanda para a gente juntar uma demanda em tudo [...] Foram conclusões a que nós fomos chegando coletivamente: [...] as ações dos setores têm que se dar juntas, de forma que uma ação fortaleça a outra, então, ações intersetoriais. Isso também para a questão da participação é fundamental. (Oliveira, 2008)

Tratava-se, para Gladys de Oliveira, do estabelecimento do diálogo com as novas gerações, a partir da cultura popular, buscando a participação, o envolvimento e a garantia da organicidade no interior do assentamento. Naquele momento, foram criados espaços educativos no interior do assentamento em construção, nos quais deveriam acontecer as atividades educativas e culturais. A cada quatro núcleos de famílias, um espaço educativo ou, como se chamava na época, um centro de convivência. Nasce o "parquinho", para o desenvolvimento da formação cultural com as crianças, com brinquedos "que os mais velhos brincavam em sua infância", como balanços feitos com tábuas e cordas. Nos encontros, integrantes do setor de educação, assentados do Mário Lago, contavam suas histórias e brincadeiras. Assim, a experiência gestada nesses encontros deveria ser o ponto de junção entre a história dos pais e aquela que se construía no tempo presente. Descobriu-se também que havia "foliões" entre os assentados, então, o movimento passou a reorganizar noites culturais, pelas quais passava a folia de reis.

Até meados de 2007, algumas ações foram desenvolvidas pelos setores de educação e cultura, dentre eles, um projeto chamado Leitura de Barraco, lançado em 12 de maio daquele ano, cuja ideia nasceu das discussões entre o MST e uma professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – FFCLRP, Lucília Maria Sousa Romão. No início do projeto, foi entregue uma caixa de livros para

cada núcleo que, de tempos em tempos, deveria ser "trocada" com os núcleos vizinhos, a fim de que todos tivessem acesso ao acervo do assentamento. São livros de história, literatura, obras sobre o MST e produzidas pelo próprio movimento; obras de pensadores clássicos e contemporâneos da filosofia, sociologia, entre outras áreas. Com isso, o projeto visava estimular a leitura entre os assentados, criando o que, num futuro próximo, deverá ser uma biblioteca no assentamento Mário Lago. Ao mesmo tempo, as ações do programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA passaram a ser desenvolvidas nos espaços educativos. O Leitura de Barraco também passou a oferecer suporte ao programa de EJA.

A ciranda infantil também foi retomada e, dessa vez, contando com o apoio da Universidade de São Paulo, representada pelo Centro de Investigação sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil, da FFCLRP, coordenado pela professora doutora Ana Paula Soares-Silva.

Certamente, esse é um dos coletivos com maior destaque, presença e força no interior do assentamento Mário Lago. Gladys de Oliveira explica que essa é uma das primeiras atividades desenvolvidas quando da constituição de um acampamento do MST, em decorrência da concepção de que, desde logo, as crianças devem ser formadas pelo movimento. No acampamento, membros de famílias que acabam de se integrar à luta pela terra envolvem-se com a atividade. Em geral, são as mulheres, mães de crianças. Por vezes, adolescentes e jovens. Com o tempo, emerge a necessidade de maior compreensão da atividade, formação para tanto. No Mário Lago não foi diferente.

A militante rememora que o coletivo responsável pela ciranda infantil passou a expor a necessidade de "um melhor entendimento da atividade para o desenvolvimento do trabalho com as crianças". Afinal, prossegue Gladys de Oliveira, "as crianças são danadas [...] e vão colocando questões". Naquele momento, um grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo, estudantes e professores, começou a se aproximar do movimento, a fim de conhecer suas atividades de formação, pois já desenvolvia importante trabalho na

cidade de Ribeirão Preto, na formação de educadores para creches, objetivando a garantia da qualidade da educação infantil, sobretudo, para as classes subalternas.

O grupo também sabia da longa experiência do movimento em formar as novas gerações, em seus quase 25 anos de história. Seu projeto, curiosamente, também se chamava Ciranda Infantil, em referência à cultura popular. Após algumas conversas, reuniões e trocas de experiência, o grupo assumiu a tarefa, junto com o coletivo formado no assentamento Mário Lago, de desenvolver a ciranda infantil no território de existência das famílias. Com isso, as atividades têm ocorrido regularmente a cada quinze dias, passando-se, inclusive, a discutir a garantia da educação infantil formal dentro do assentamento, considerando a proposta de educação do MST.

A tarefa – que ainda persiste – era árdua: construir um assentamento rural na autodenominada capital nacional do agronegócio e, ao mesmo tempo, mobilizar a comunidade para a luta, formá-la com base nos princípios filosóficos e políticos do MST. Todas as atividades, portanto, tinham e têm esse caráter: mobilizar a comunidade, especialmente, adolescentes e jovens:

> Tudo a gente pensava, não só o setor de educação, mas no setor de educação despertando dentro da comunidade as necessidades que ela também tinha, entendeu?! Dialogando nas reuniões de núcleo com isso. Então, levantar no núcleo quem tem o perfil, qual é o perfil daquela pessoa que ia para a ciranda. Então, trabalhar quem queria mesmo estar na formação da ciranda. Detectar na comunidade quem tem esse perfil, quem quer, quem gosta. Trabalhar com o elemento do prazer, do gostar de fazer. Não é porque tem que cumprir uma tarefa. "Não, você não está cumprindo uma tarefa, você está fazendo o que você gosta." E aí, consequentemente, você cumpre uma tarefa bem cumprida, se envolve afetivamente com a tarefa. Então, começamos a trabalhar com o elemento humano, né? (Oliveira, 2008)

Nesse contexto, formou-se, novamente, um grupo de jovens.

Com periodicidade variável, os encontros da juventude foram realizados nas tardes de sábado. Eles se constituíam como espaços

de discussão, com temas trazidos pelos próprios jovens, a partir de suas experiências em mobilizações promovidas pelo MST, da participação em encontros acadêmicos, em cursos no Centro de Formação Dom Hélder Câmara ou nas questões políticas locais nas quais o movimento se inseria. Além disso, os encontros também eram espaços de auto-organização da juventude em torno de temas vinculados ao MST e outros trazidos pela conjuntura política local. Assim, o grupo também designava responsabilidades a seus integrantes perante determinados eventos, ações ou diretrizes planejadas pelo MST, com o intuito de trazer os jovens "para dentro" do movimento.

Nas reuniões do grupo, todos se sentavam em círculo em torno da bandeira do MST. Os encontros eram abertos com canções compostas pelos militantes jovens do MST, que despontaram no processo de conquista da Fazenda da Barra. As músicas tratavam de temas da questão agrária brasileira contemporânea. Palavras de ordem exaltando a condição de lutadores sem-terra também marcavam o início das discussões. Sua estrutura política contava com a mediação das lideranças do setor de esporte, cultura e lazer. Nas ocasiões em que pudemos participar, essa função foi exercida por Gladys Cristina de Oliveira e Gláucia Tavares Miranda, responsáveis, junto com outros jovens, pela organização desse coletivo/ instância. Em cada encontro, elegia-se um jovem coordenador da reunião do grupo e outro para a função de relator da pauta que seria discutida.

Em geral, a participação dos jovens foi baixa, cerca de quinze a vinte sujeitos entre aqueles que já integravam as instâncias do movimento e outros cujo envolvimento e compromissos políticos eram menos expressivos, limitando-se à vida cotidiana no assentamento. Entre estes, incluíam-se crianças, adolescentes, jovens e, por vezes, outros adultos.

O grupo permaneceu reunido por cerca de três meses, tendo desenvolvido atividades culturais nas ações do MST, como no Encontro de Violeiros, festa junina no Mário Lago, e até mesmo um Encontro de Juventude no assentamento 17 de Abril, em Restinga,

que reuniu jovens do assentamento Mário Lago e Sepé Tiaraju para o desenvolvimento da "pauta da juventude", como preparação ao V Congresso Nacional do MST, realizado em junho de 2007, em Brasília.

Terminado o Congresso Nacional do MST, o grupo não voltou a se reunir e a participação dos jovens nos processos políticos que envolveram o movimento e o assentamento naquele ano ficou reservada aos poucos que já se dedicavam à militância. Para os demais, só quando o movimento fazia a "convocação".

Mas a experiência do grupo de jovens formado no início de 2007 revelou que os poucos que participaram dos encontros queriam formação política, motivada por uma dinâmica de "muitas atividades", propostas por eles mesmos:

> Conversando com os jovens, a gente percebeu que eles queriam formação política, mas eles não queriam uma formação política "enquadrada", mas uma formação política "diferente" [...] maior participação e a oferta com mais diversidade. (Oliveira, 2008)

A partir daí, o movimento percebeu que reunir jovens em grupos de discussão ou diálogo sem seu envolvimento concreto em atividades políticas ou culturais promovidas pela organização não era o caminho:

> Reunir jovem não. Não é isso. Não adianta ter grupo de jovem. O que a gente tem é que ter atividade para que eles participem. A gente começou a inverter a lógica. Criar um grupo para ter atividade não. Tem que ter atividade para o grupo participar. Para não ter a desculpa: "Ah, não tem nada para fazer". Então a gente começou: "Opa, jovens! Aqui é o setor de cultura. Aqui, reunião. Quem, quem?!" Começamos, então, a incentivar os meninos a participar. [...] Eu me lembro da gente falando isso: "tem atividade, vamos chamar os meninos, os jovens para participar. Quem dos jovens está na ciranda?! Não. Vamos chamar os jovens para participar. Quem gosta, vamos detectar". Começamos a inverter a lógica: ter atividades para eles participarem e não criar um grupo para ter atividade. [...] Nós não temos que desenvolver

> atividades específicas para os jovens. Nós temos que pegar os jovens e incentivá-los a participar das atividades que a gente está desenvolvendo. Por que é que tem que ter especificidade?! (Oliveira, 2008)

Para além de atividades políticas e culturais pontuais que envolveram os jovens naquele ano, a mobilização de suas capacidades se deu, mais uma vez, com um grande evento da cultura popular, promovido pelo MST. Em 2007, o encontro de violeiros foi suspenso, pois deveria ser organizado, no Centro de Formação, o 1º Seminário Nacional de Viola Caipira. Porém, por deliberação da Associação Nacional dos Violeiros do Brasil e do MST, esse evento foi transferido para Belo Horizonte. Com isso, a regional do MST de Ribeirão Preto resolveu organizar outro evento. De 19 a 25 de novembro, ocorreu o encontro com Saci, sob o título: "Saci, o guardião das matas e do saber popular".

Inserindo-se na mesma lógica de confronto das concepções hegemônicas, o evento deveria contrapor-se à "moda do Halloween", festa irlandesa muito difundida nos Estados Unidos, comemorada em 31 de outubro, que também foi incorporada no Brasil. Assim, falar do Saci seria uma forma de zelar pela essência da cultura brasileira, seus mitos, sua memória histórica, sua produção literária (Monteiro Lobato) e tudo o que remete à identidade nacional, à identidade de seus povos.

A particularidade do Saci permitia, ainda, a referência crítica ao agronegócio, na qualidade de zelador das matas, dos recursos naturais, da biodiversidade. Assim, resgatar o Saci seria uma forma de recuperar matrizes da formação cultural brasileira, associada à defesa da vida, da natureza e dos povos e, também, fomentar a participação de jovens no MST, promovendo sua formação cultural e política:

> O Encontro dos Violeiros teve quatro anos. Só no ano de 2007 que não teve, mas teve o Encontro com o Saci. Tem quatro anos direto que tem oficinas de formação cultural. Isso não mobiliza?! É lógico que mobiliza: participa de discussão, participa de oficina, que não é

> só ali, na oficina a gente discute, constrói junto. [...] As atividades culturais são o elo dessa participação. É formação política com atividades culturais. Isso, eu acho, que essa regional se encontrou nesse sentido na busca pela participação dos jovens. Não tenho dúvida disso. (Oliveira, 2008)

A festa contou com oficina de brincantes, para resgatar as brincadeiras infantis dos povos cuja experiência está associada ao espaço rural; mestres de vários lugares do país contribuíram ensinando as novas gerações a construir, por exemplo, carrinhos e barquinhos. Houve, ainda, a oficina de bordado, na qual os participantes tinham que contar sua história, sua luta dentro do movimento, impressa no bordado. Artistas plásticos pintaram a história do MST em um grande painel. Ainda foram realizadas oficinas de palhaços, de dança, de confecção de bonecos e, com material reciclado, um Saci de três metros de altura – que ainda está no Centro de Formação.

A partir dessas experiências que se consolidam no movimento, emergiu a proposta de construção de um grupo chamado Agitação e Propaganda, que deveria atuar, sobretudo, fora do assentamento, fazendo intervenções político-culturais nas cidades por meio de manifestações artísticas. Para tanto, os jovens propuseram a criação de um grupo de teatro. Para efetivar as propostas, o Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara contatou o grupo de teatro Filhos da Mãe... Terra,[6] constituído em 2003 por um grupo de jovens do assentamento Carlos Lamarca, no município de Sarapuí, localizado na região de Sorocaba (SP).

Em fins de maio de 2008, teve início no Centro de Formação a oficina de teatro, voltada para as novas gerações. Em virtude da grande mobilização, as oficinas passaram a ser realizadas mensal ou bimestralmente pelo grupo Filhos da Mãe... Terra, no Centro de Formação Dom Hélder Câmara, tendo continuidade nos assenta-

---

6 O grupo de teatro Filhos da Mãe...Terra, ao lado de outros 34 grupos de teatro existentes no MST, se insere na Brigada Nacional de Teatro Patativa do Assaré.

mentos, por meio de reuniões quinzenais de grupos de jovens para estudo, discussão, leitura de peças, dentre outras atividades.

Assim, "se a lógica deveria ser invertida", ou seja, ter atividades para o grupo participar e não o contrário, os jovens deveriam intervir na sociedade civil, através da manifestação político-cultural, junto com os demais companheiros em ocupações, marchas, atos públicos, enfim, nas ações de enfrentamento direto com as forças políticas dominantes ou hegemônicas:

> Espera aí: os jovens querem formação?! Vamos então levar os jovens para atividade política: "Ó, vocês não querem?! Então vamos". Começou isso. Nas lutas eles começaram a participar, participar com música. Começamos a ter muito isso, por exemplo, a presença do jovem na ocupação, com música, nas atividades [...] Eles queriam muito participar das ocupações. Eu acho que a ocupação tem um papel assim [...] é o desafio, porque é colocada a questão do desafio, do embate, e ir contra algo que eu não concordo. Mas também é o lugar que eles [jovens] se sentiam em potencial participando. Quando se faz uma animação, quando está ali na luta, eu não sei, assim, a gente sente uma sensação de que a gente está fazendo algo. (Oliveira, 2008)

Ainda em maio de 2008, ocorre a primeira atuação do grupo. Na noite do dia 21 para o dia 22, o MST local promoveu nova ocupação no município de Serra Azul, região de Ribeirão Preto. Nasce o acampamento Alexandra Kollontai, em homenagem à dirigente feminista da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia. A mobilização contou com cerca de quarenta famílias, oriundas do "pré-assentamento" Mário Lago, assentamento Sepé Tiaraju e acapamento Antonio Gramsci, além de outras vindas das cidades da região. As terras ocupadas eram conhecidas como Fazenda Bocaina – uma área de duzentos hectares, visivelmente abandonada pelos seus proprietários. Nesse assentamento, o grupo Agitação e Propaganda teve papel destacado, assumindo, junto com lideranças consolidadas do MST, todo o processo de ocupação e formação do acampamento. Os jovens assumiram responsabilidades no que

concerne à organização e cadastramento de novas famílias que chegavam; desprenderam energias na organização de espaços culturais para atividades com as crianças; na construção das "instituições" do acampamento, como cozinha comunitária, farmácia e secretaria; além da orientação das famílias que chegavam sobre as normas de conduta, sobre os princípios orientadores da vida em comunidade no MST, sobre as relações entre o acampado e a natureza, dentre outros temas.

Como explica Gladys de Oliveira, podemos ver na ocupação:

> muitos deles participando, tocando, cantando, pegando tarefas, porque eles queriam. Às vezes não. Às vezes eles eram chamados: segurança e tal. Porque também tem isso, porque tem que cumprir realmente. Mas eles se sentiam, eles gostavam disso. E a gente começou, por exemplo, a exibir filmes. Quem ia lá e organizava?! Então também, isso: essa participação, não só "aí estou aqui". Não! A participação exibindo filme, cantando e se quisesse falava uma poesia. Então, abriu para essa participação [...] (Oliveira, 2008)

Com isso, outros jovens começam a se envolver politicamente com o movimento de luta que integram. Em seu interior, alguns já são destacados pela militância; a grande maioria, porém, participa quando convocada pelo MST para alguma atividade. No âmbito da organização política interna do assentamento, os jovens são mantidos à margem.

Curso Integrado Médio Técnico em Agroecologia

Intensificando os esforços de formação dos jovens, em agosto de 2007 tem início, no Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara, o Curso Integrado Médio Técnico em Agroecologia, na perspectiva do MST de criação de outro projeto de desenvolvimento para o espaço rural, a partir de um horizonte de sustentabilidade, apoiado pela matriz tecnológica da agroecologia.

A proposta de curso integrado de ensino médio e ensino técnico

para as novas gerações dos assentamentos rurais do movimento, tinha como objetivo, assim, a criação de novos princípios organizadores da atividade rural, por meio da formação técnica, da escolarização, da formação humanística geral e da formação política.

José Batista de Oliveira, da direção nacional do MST, explica que a agroecologia, para o movimento, é uma filosofia de relação entre homem e natureza, cujo epicentro está em "produzir de forma que não agrida o meio ambiente e a natureza [...] [potencializando] a biodiversidade". Nesse horizonte, prossegue:

> O que nos interessa é a lógica onde a vida esteja acima do lucro. A produção da vida das famílias assentadas e das comunidades dos assentamentos não deve ser com base na exploração do trabalho, monocultura e muito menos na produção de alimentos envenenados para as pessoas que vão consumir. Pensar em agroecologia é pensar cada vez mais em diminuir a dependência de compras de insumos, venenos e semente. (*Jornal Sem Terra*, n.282, maio/2008, p.5)

A proposta surgiu no Encontro Sudeste do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera,[7] no ano de 2004, em Vitória (ES), a partir da articulação do MST com parte da coordenação do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS.

Na época, desenvolvia-se a experiência do Curso Técnico de Gestão em Assentamentos Rurais, oferecido pela parceria entre o Centro Paula Souza, o Pronera, a Universidade Estadual de Campinas, através da Faculdade de Engenharia Agrícola – Feagri e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – Concrab. Formou-se uma equipe de trabalho em janeiro de 2005, a

7 O Pronera foi criado em 16 de abril de 1998 e emerge da luta dos trabalhadores rurais pela criação de uma política no âmbito do governo federal – executado pelo Incra e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em associação com diferentes esferas do governo, movimentos sociais e organizações sociais e sindicais – de escolarização e capacitação permanente de famílias assentadas, nos níveis de educação básica, ensino médio, ensino superior e especialização.

fim de discutir a ampliação da educação profissional e média nos assentamentos de reforma agrária. Em maio de 2005, firmando-se um compromisso dessa equipe de trabalho, com um planejamento de atividades, foi assinado um termo de cooperação técnica entre os parceiros, com o intuito de elaborar a proposta do Curso Integrado Médio Técnico em Agroecologia. Atualmente, o projeto envolve o governo federal, por intermédio do Incra, o MST, a Unicamp, representada por algumas de suas faculdades, e o Centro Paula Souza.

O objetivo geral do curso é promover a formação e qualificação de jovens pela capacitação técnica e escolarização integrada de nível médio. Para tanto, pretende trabalhar os conteúdos voltados para as singularidades dos assentamentos e comunidades de pequenos agricultores no Estado de São Paulo.

O Curso Integrado Médio Técnico de Agroecologia tem duração de três anos. Iniciado em agosto de 2007, formará a primeira turma em agosto de 2010, com alternância entre os estudos realizados no "tempo-escola" e "tempo-comunidade", que integralizam uma carga de 3.200 horas. São três turmas, com sessenta jovens cada: no Instituto de Capacitação e Pesquisa em Agroecologia Laudenor de Souza, em Itaberá, na região do Ponto do Paranapanema, e no Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara, em Ribeirão Preto.

Em sua proposta pedagógica e metodológica, encontramos a "sólida formação teórica" e o "compromisso profissional com a realidade" como pressupostos metodológicos, cujo epicentro está na pedagogia da alternância. Trata-se de uma pedagogia encontrada em experiências de escolas do campo que "buscam integrar a escola com as famílias e a comunidade". Assim, o curso é organizado pelo princípio da alternância de períodos de atividades: o tempo-escola, no qual estudantes e professores desenvolvem as disciplinas em sala de aula, e o tempo-comunidade, em que os estudantes desenvolvem atividades nas comunidades onde vivem:

> Com este fim, as disciplinas propostas para o curso, deverão considerar esta distribuição e propor metodologias que permitam cumprir com esta premissa da imbricação entre a experiência do aluno, a formação no curso e a interação com a comunidade. (MST, 2008b, p.8)

O tempo-escola é organizado segundo atividades desenvolvidas em sala de aula, integrando a escolarização (disciplinas que constam do currículo do ensino médio formal) e temas de caráter econômico, social, político-ideológico-organizativo, filosófico e técnico. Integram ainda o tempo-escola, o "tempo leitura", dedicado à leitura e estudos dirigidos individuais que, posteriormente, deve ser socializado; o "tempo trabalho", destinado para o desenvolvimento de habilidades técnicas, bem como atendimento às demandas da escola ou centro de formação no qual se realiza o curso; "tempo oficina e seminário", voltado para o debate, à reflexão, palestras e outras atividades; "tempo reflexão e escrita", no qual os estudantes se dedicam ao registro e reflexão de suas experiências no curso; "tempo cultura e lazer", para planejamento coletivo e realização de atividades culturais e esportivas; "tempo núcleo de base", destinado para a auto-organização dos estudantes e do processo organizativo da escola ou centro de formação, através de discussões e encaminhamentos gerais dos estudantes; "tempo notícia", momento de informação e reflexão acerca das notícias veiculadas pelos meios de comunicação; "tempo estudo independente", no qual o estudante desenvolve atividades ligadas à auto-organização pessoal e aos estudos individuais; por fim, "tempo de pesquisa e investigação em agroecologia", que tem por finalidade contribuir para que os estudantes possam desenvolver habilidades e exercícios de pesquisa científica (ibidem, p.10-2).

Além das disciplinas que fazem parte da grade curricular do ensino médio formal, Língua Portuguesa e Literatura, Matemática, Língua Estrangeira, Educação Física, Física, Química, Biologia, História e Geografia, o curso conta com disciplinas técnicas, associadas à formação específica: Fundamentos de Agroecologia, Ecologia Agrícola e Introdução às Agriculturas de Base Ecológica, Me-

todologia de Pesquisa e Elaboração de Projeto I, Desenho Técnico e Topografia, Agroindústria Familiar Rural, Solos e os Agroecossistemas, Agrobiodiversidade, Os Animais nos Agroecossistemas, Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Projeto II, Nutrição Mineral de Plantas, Práticas e Sistemas Agroecológicos de Produção Vegetal, Sistemas Agroecológicos de Produção Animal, Construções Rurais, Mecanização na Pequena Propriedade e Manejo Ecológico de Insetos-Praga, Doenças e Plantas Espontâneas, entre outras disciplinas de formação humanística geral, como Introdução à Economia, Artes, Educação e Ciência no Campo, Ação Social Coletiva, Legislação, Economia e Sociologia Política, Administração e Planejamento, Políticas Públicas, Planejamentos e Desenvolvimento Rural e Produção Regional.

Já o tempo-comunidade é organizado de modo que os estudantes realizem atividades de convivência e intercâmbio com o grupo social, além de investigação, observação, organização e produção, como práticas de formação para o desenvolvimento de projetos futuros nos assentamentos em que vivem ou naqueles que necessitarem de seus conhecimentos. Essas atividades são acompanhadas e avaliadas pela coordenação política e pedagógica e/ou pelos coordenadores de atividades específicas do curso (ibidem, p.12).

Como nas demais experiências e práticas de formação/educação do MST, o método pedagógico volta à construção coletiva do conhecimento, combinando as dimensões da formação humana, da consciência crítica e dos objetivos técnicos e específicos do curso e, ainda, para a realidade do estudante (educando), seu contexto imediato, e para questões relativas ao espaço rural. O trabalho emerge como princípio educativo, que concilia a teoria e a prática, mas tem fundamento filosófico na identificação do sujeito e a classe social a que pertence.

O curso médio técnico integrado à Agroecologia é organizado de forma coletiva; assim, possui: a) coletivo político-pedagógico, formado pelos membros do coletivo de educação do curso, técnicos e membros do MST, cuja finalidade é garantir as linhas políticas e pedagógicas e acompanhar permanentemente os estudantes/edu-

candos; b) coletivo da coordenação geral do curso, formado pela coordenação político-pedagógica e coordenação dos núcleos de base; c) coletivo dos núcleos de base, composto por cerca de dez educandos que realizam as atividades planejadas. "São os grupos de educandos que assumem as unidades de investigação que contemplam as atividades práticas e/ou econômicas da escola, em vista ao desenvolvimento de ações concretas" (ibidem, p.12-3).

Certamente, com sua *escola*, o MST procura conferir organicidade entre o assentamento e a prática educativa, garantindo ao mesmo tempo a formação humanística e profissional de alguns jovens, como uma de suas estratégias para mantê-los no assentamento. E o faz do ponto de vista metodológico e não somente técnico ou com fim imediato. Mais amplamente, almeja, ainda, que – amalgamada às relações de produção e formas de organização política dadas no assentamento como seu princípio pedagógico – sua escola forme o embrião da sociedade socialista que propõe. É válido lembrar que o MST não tem capacidade de se *universalizar*, tanto pelo fato de representar uma determinada fração da classe trabalhadora como por não integrar ao seu processo de formação todos os jovens – são apenas 12 jovens do assentamento Mário Lago que fazem parte do curso de agroecologia; os outros 48, que integralizam 60 estudantes do curso, são oriundos dos assentamentos Sepé Tiaraju, 17 de Abril e de outras regionais/localidades onde o movimento está organizado no Estado de São Paulo. Assim, o processo de formação dos jovens assume caráter marcadamente distinto e descontínuo.

A tarefa dos jovens do assentamento Mário Lago, para o MST

Conforme já apontou o sociólogo chileno Oscar Dávila Leon, o momento determinado entre a passagem da infância e a chamada idade adulta tem se constituído como campo de estudo, delimitação e conceituação da adolescência e da juventude. De forma geral, para esse autor, tanto a juventude como a adolescência devem ser

compreendidas, genericamente, como uma "construção sociohistórica, cultural e relacional nas sociedades contemporâneas" (2005, p.10; León, Soto & Soto, 2006, p.43).

Ambas as categorias, contudo, não são, para nós, idênticas, apesar de apresentarem fronteiras pouco definidas, como no MST/Ribeirão Preto, que, nos termos de Augusto Caccia-Bava, estaria aderindo a um "ponto de vista público estatal, [no qual] esses dois personagens, adolescentes e jovens, são definidos [...] de maneira homogênea, comum, indistinta" (2004, p.44-5).

Disso decorre que, se quisermos superar o ponto de vista estatal, prossegue o sociólogo brasileiro, devemos nos voltar para o reconhecimento "da categoria social dos jovens, sob o ponto de vista subjetivo, vale dizer, cultural e político" (ibidem, p.44-5).

A juventude, genericamente, "foi concebida como uma construção social, histórica, cultural e relacional, para designar com isso a dinamicidade e permanente evolução/involução do mesmo conceito". Desse modo, enquanto categoria analítica, a juventude deve, necessariamente, ser vista sob a luz da história, da cultura, das manifestações grupais (Leon, 2005, p.12; cf. Leon, Soto & Soto, 2006, p.48; cf. Caccia-Bava, 2004, 2006, 2007).

Kelli Mafort, da coordenação regional do MST em Ribeirão Preto, diz que por muito tempo o MST concebeu a juventude como "um projeto", "um vir-a-ser", que poderia, no futuro, se converter em força política para o movimento, dando continuidade a sua luta por reforma agrária, quiçá, por amplas transformações na sociedade brasileira. Dentre os debates circunstanciais dados nas instâncias de educação do movimento, compreendeu-se que aos jovens sem-terra deveriam ser dirigidas atividades próprias de formação. Nos idos de 1990, definiu-se, então, que o jovem sem-terra era aquele indivíduo com até 25 anos de idade. Tendo em vista, contudo, que grande parte dos integrantes do movimento "se sentiam jovens", perceberam-se os limites da concepção (Mafort, 2008).

A militante afirma que, na última década, o MST tem verificado a presença dos jovens nos seus espaços e substantivo aumento

de sua participação nas instâncias consultivas e deliberativas, em nível regional, estadual e nacional do movimento:

> Quando eu entrei no movimento, há dez anos, [...] eram todas pessoas mais adultas, idosas [...] Eram negociadores, quer dizer, intermediários entre a luta pela terra, as famílias assentadas, acampadas e as instituições de governo, como Itesp, Incra [...] *O movimento, hoje, que possui um coletivo de oitenta militantes, é dirigido, prioritariamente, por jovens. E digo isso sem errar, sem errar!* [...] Você faz aqui o encontro estadual da militância do MST, participam cerca de quatrocentas, quinhentas pessoas do MST, a participação da juventude é enorme. (Mafort, 2008. Grifos nossos.)

No entanto, a juventude para ela não tem fronteiras muito definidas perante os adolescentes e os adultos. "Hoje [destaca Kelli Mafort] é difícil nos espaços do movimento que isso [a concepção de juventude] se defina com mais rigidez, [como] o jovem até 25 anos. Já não se trabalha mais isso. Mas também não é a história do espírito da juventude." Com isso, jovem no MST é considerado dentro de um limite etário que vai dos 12 aos 40 anos, conforme as experiências locais do MST, pois a juventude para ela "também está [...] nas próprias condições, no como é que a pessoa se percebe, percebe sua condição". Então, prossegue, "se há uma pessoa de trinta anos que se percebe como jovem, se manifesta como tal, não há nenhuma restrição" (Mafort, 2008)

Gláucia Tavares Miranda, integrante do setor de educação e da coordenação regional do MST/RP, afirma: "eu falo que jovem, se você tem o espírito de juventude, pode ser um velhinho, mas se ele tem o espírito de juventude, ele é jovem" (Miranda, 2008)

Sirlei Moreira, coordenador geral do assentamento Mário Lago, diz que a juventude para o MST é aquele grupo que deve "ser inserido" nas instâncias de discussão e deliberação política do movimento, garantindo a continuidade de suas estruturas. Portanto, a formação cultural e política voltada para esses grupos em fase de desenvolvimento intelectual, moral, político e cultural assume cen-

tralidade. Para ele, o jovem sem-terra deve ser considerado categoria distinta das demais presentes na sociedade e no movimento, a partir de sua condição de estudante (Moreira, 2008).

Com isso, vê-se que, entre as lideranças do MST, em Ribeirão Preto, não há concepção consolidada ou compreensão consensual de quem é jovem. Porém, as experiências concretas identificadas ao longo de sua história demonstram que se trata de grupos em formação política e cultural.

Cabe indagar: formação para quê?

Para esses militantes, as manifestações juvenis grupais devem estar associadas "a todos os espaços do movimento",[8] o que consideramos, mais uma vez, genérico por excelência.

Atualmente, no assentamento Mário Lago, vivem 264 famílias. Para o IBGE, que concebe a juventude como a *população* entre 15 a 25 anos, o Brasil têm cerca de 20% de sua população total de jovens. Se, analogamente, em escala, tomássemos o parâmetro do IBGE para estimar a população jovem do assentamento Mário Lago, chegaríamos a um número de pouco mais de duzentos jovens, considerando que a família tem, em média, quatro integrantes. Porém, isso não condiz com a realidade do assentamento. Em levantamento realizado por nós no setor de educação do MST/RP, em outubro de 2008, identificamos a presença de 53 jovens no assentamento Mário Lago, com idade entre 15 e 25 anos.

Se do ponto de vista do MST, enquanto organização política nacional e internacional (dada sua projeção através da Via Campesina), os jovens devem ser considerados *intelectuais* em formação, ou seja, aqueles que devem organizar a cultura da transformação na sociedade brasileira, para o MST local, seus jovens também são grupos com potencialidade para integrar as frentes de luta do movimento na região de Ribeirão Preto, mas antes devem contribuir para a construção de uma nova sociabilidade:

---

8 A mesma resposta aparece nas entrevistas de Kelli Mafort, Sirlei Moreira, Gláucia Tavares Miranda e Gladys Cristina de Oliveira.

> Às vezes, na nossa fala, a gente prioriza muito mais os elementos políticos do enfrentamento, mas uma tarefa que está muito presente aqui na regional [do MST de Ribeirão Preto], no [assentamento] Mário Lago, com muita força [...] é de criar espaços onde a gente possa desenvolver uma sociabilidade diferente, [...] quer dizer, de como você vai criando uma comunidade. Então, essa marca é forte. Quando a gente diz assim: "O que é que contrapõe o agronegócio?!". [...] Contrapor o agronegócio é fazer o enfrentamento, a luta política, as ocupações e tal. Mas contrapor o agronegócio é também viver em comunidade, é criar uma vida no campo [...] Em fazer a opção de fazer parte de uma comunidade, mesmo que você não seja o mais aguerrido, o "número 1" das ocupações, mas só de você viver naquela comunidade já significa um passo muito importante no enfrentamento [...] (Mafort, 2008)

Assim, é preciso que os jovens se integrem à comunidade, no assentamento, junto de suas famílias ou de outros grupos com quem escolham viver. Para o movimento, trata-se da participação dos jovens na construção de assentamentos rurais que sejam uma referência econômica, política e cultural distinta do agronegócio, a partir da

> luta contra o arrendamento da terra para a usina, [a] luta pela defesa ambiental, [a] luta contra a contaminação do aquífero Guarani [...] [enfim,] todas as bandeiras que contrapõem os interesses das elites locais [...] (Mafort, 2008)

Os avanços e limites de suas concepções e práticas voltadas à formação de jovens emergem mais claramente quando nos voltamos aos próprios sujeitos. Por essa razão, no próximo e último capítulo, trazemos ao debate a consciência dos jovens sobre o processo de formação cultural e política que experimentam no assentamento Mário Lago, junto a seus iguais, junto do MST.

4
A consciência dos jovens sobre a experiência construída no assentamento Mário Lago e no MST

A vida cotidiana no assentamento Mário Lago: constrangimentos, alegrias, sentimentos, valores e referências coletivas

Márcia Regina de Oliveira Andrade, em estudo realizado na Unicamp intitulado *A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do MST*, abordou o processo formativo com o intuito de apreender os meandros de sua construção e as maneiras diferenciadas de sua configuração. No referido trabalho, a autora procurou refletir as categorias fundamentais do psiquismo humano, da consciência, da identidade e atividade, baseada em dois procedimentos metodológicos: relatos orais e formação *artificial* de grupos, a fim de apreender a dinâmica entre a consciência individual e a coletiva. As reflexões de Andrade situam-se entre os estudos que buscam compreender a relação entre indivíduo e meio social. Nesse horizonte, a consciência é um fenômeno psicossocial que emerge da relação do indivíduo com o mundo social, como construção de *representações sociais* formadas na interação entre indivíduos. Trata-se de uma vertente dos estudos oriunda da psicologia, denominada *interacionismo* (cf. Andrade, 1998, p.4-9).

Para a autora, os assentamentos do MST proporcionam espaços privilegiados para a ocorrência das práticas coletivas, por meio da criação de instrumentos de organização da comunidade, como reuniões políticas, mutirões para realização de determinadas atividades e assembleias. Nesses espaços, os jovens formam suas consciências políticas, o que, no entanto, não reflete um movimento linear, como já advertimos. Assim, para a autora, emergem três tipos de consciência: uma "consciência fragmentada", marcada por percepções configuradas a partir do universo social, reduzida à rotina da vida e à produção de representações apoiadas pela condição espontânea e "natural" do modo de ser e de agir como agricultor, a partir da qual se afirma que os jovens são desprovidos da capacidade de compreender e refletir as contradições que os envolvem. Uma "consciência transformadora", que diz respeito aos jovens que conseguem visualizar a luta de classes e, com isso, expressar sentimentos de indignação e compreender a necessidade de mudanças na ordem social. Por último, uma "consciência possível", que se refere aos jovens com "estado psíquico suspenso", que necessitam de apoio externo, do outro, para que a consciência política se desenvolva. Com base nessa classificação, conclui a autora:

> A heterogeneidade encontrada entre os jovens nos mostra que a condição de pertencer ao MST, ou mesmo ser um assentado, não garante o desenvolvimento de uma consciência política, uma vez que os processos de conscientização estão diretamente imbricados não só a determinantes objetivos, mas também aos determinantes subjetivos. (Andrade, 1998, p.243)

Nosso horizonte teórico não trata de classificar, segundo critérios positivistas, níveis distintos de consciência política ou mesmo sua suposta inexistência. Antes, procuramos demonstrar que a consciência emerge como um movimento descontínuo, não linear, dado pelo confronto daquilo que os jovens experimentaram em suas vidas até aquele momento, segundo o lugar que ocupam na divisão social do trabalho, o lugar que ocupam como categoria social, o lugar que ocupam no MST, pois, apoiados em Gramsci, con-

sideramos que, no campo das experiências concretas, no embate com os projetos políticos dominantes, o sujeito toma consciência de si e do mundo e, dialeticamente, elabora concepções, valores, sentimentos que o orientam na prática social.

Voltamo-nos às manifestações conscientes de 24 jovens, identificando referências coletivas construídas na vida com a família, com outros jovens, com a comunidade, com o MST. Noutros termos, como tratam aquilo que vivem e como reelaboram simbolicamente as estruturas materiais, produzindo, reproduzindo, transformando e criando valores, práticas sociais distintas daquelas empreendidas nas cidades ou nos lugares de onde vieram e, assim, projetam seu futuro como expressão e síntese da experiência do grupo.

Partimos das falas dos jovens que, refletidas criticamente, possibilitaram que trouxéssemos os principais temas e concepções que expressam a consciência do grupo de jovens formado no interior do assentamento Mário Lago. Os depoimentos dos jovens estão expostos, formalmente, com recuo de margem à esquerda, sem referências pessoais, a fim de preservar suas identidades – primeiro, por este ter sido um compromisso assumido por nós com cada um deles; segundo, já que, em alguns casos, são jovens menores de idade.

Os jovens que participaram de nossa pesquisa, na maioria dos casos, são nascidos e criados no interior do Estado de São Paulo. Outros, são oriundos de Minas Gerais:

> Eu vim de Franca (SP).

> Sou natural de Franca, nascida em Franca.

> Eu morava aqui em Ribeirão Preto, no [bairro] Salgado Filho, mas nasci em Sertãozinho (SP).

> Eu nasci e vivi aqui em Ribeirão Preto, no [bairro] Jardim Progresso.

> Eu sou aqui de Ribeirão Preto mesmo, do [bairro] Salgado Filho I.

> Eu sou de Ribeirão Preto mesmo.

Eu vim aqui de Ribeirão Preto mesmo. Vim do bairro Simioni.

Sou de Ribeirão. Nascido e criado em Ribeirão Preto, na periferia.

Eu sou de Serrana (SP). Nascido e criado lá.

Eu sou da cidade de Serrana.

Eu sou nascido e criado na cidade de Cravinhos (SP), aqui pertinho de Ribeirão Preto.

Eu nasci em Paracatu, em Minas Gerais.

Eu nasci em São Paulo, só que quando eu tinha um ano a gente se mudou para Minas Gerais; aí eu morei em várias cidades de Minas Gerais, nas redondezas de Belo Horizonte.

Eu nasci e cresci em Minas Gerais, no norte do estado.

Eu sou de Serra Azul, aqui perto de Serrana.

Nasci em Serra Azul, mas cresci na cidade de Serrana.

Eu sou da cidade de Batatais (SP). Fui criado lá e vim para Ribeirão Preto por causa do assentamento.

Eu sou de Batatais.

Eu sou de Campinas.

Eu vim de Pitangueiras (SP) para Ribeirão Preto. Nasci lá e depois vim para cá.

Eu nasci em Botucatu (SP). Eu nasci em Botucatu, morei lá oito anos. Aí eu vim para Araraquara com a minha irmã. Depois morei em Américo Brasiliense (SP) e vim pra Ribeirão Preto.

Eu nasci em Montalvânia, perto de Montes Claros, em Minas Gerais. Depois vim para Ribeirão Preto, com a minha família.

Eu morava em Minas, no vale do Jequitinhonha, quase divisa com a Bahia.

> Eu sou de Mogi das Cruzes (SP). Eu nasci lá, depois eu morei uns dois anos no Paraná, vim para Ribeirão Preto, fiquei mais um ano, aí fui para São Paulo, voltei para o Paraná e vim para cá [Ribeirão Preto] de novo. Fui de cidade em cidade, tipo cigano. Aí meu pai ficou sabendo do acampamento, aí eu vim para cá. Já faz uns quatro anos que a gente está aqui.

São filhos de trabalhadores. Os pais de muitos deles têm origens no campo, no espaço rural. Todos os jovens, porém, foram criados na cidade, no espaço urbano, em periferias pobres, mesmo aqueles que nasceram no espaço rural:

> Meu pai morou na roça e minha mãe também. A minha mãe, ela de vez em quando fazia faxina, o meu pai fazia bico também, não tinha emprego certo, servente de pedreiro, depois foi cortar cana. Minha mãe também cortou cana.

> Meu pai era pedreiro e minha mãe do lar mesmo. Eles moravam numa fazenda, trabalhando lá, mas aí foram mandados embora e foram pra cidade.

> Eu nasci e cresci na cidade, apesar do meu pai e da minha mãe serem de fazenda.

> Meu pai trabalhava numa fazenda [...] Depois teve que ir embora e foi trabalhar de vigia, em uma usina e minha mãe só cuidava da casa, na cidade.

> Meu pai era pedreiro e minha mãe do lar mesmo. Antes disso, ele [pai] colheu café desde criança.

> Minha mãe sempre ficou cuidando da casa, da gente, e meu pai trabalhava [...] Meu pai foi de fazenda, meus tios, tudo, mas eu não. Eu sou da cidade mesmo.

> Eu nasci na cidade e fui criado no bairro. Meu pai sempre fez bico: uma hora ia cortar cana, depois ia trabalhar de ajudante de pintor, depois trabalhou também numa usina. Era assim.

Eu já morei em um monte de cidade no Estado de São Paulo, no Paraná. Cigano, sabe?! Sempre procurando coisa melhor para a gente.

Eu nasci na fazenda, mas logo fui morar na cidade, porque meu pai foi mandado embora e aí a gente foi para a cidade.

Meu pai era tratorista de uma fazenda. Mas aí acabou e ele teve que procurar na cidade, mas ficou desempregado, fazendo uns "bicos", só.

Meu pai trabalhava de empregado numa fazenda. Ele conta que quando era criança ele morava no sítio, com meu avô e minha avó, mas depois eles perderam o sítio e foram trabalhar numa fazenda. Aí, bem depois, ele foi pra cidade, casou com minha mãe. Eu nasci na cidade.

Meu pai, depois que foi morar na cidade, trabalhava de funileiro e depois ele passou a trabalhar de motorista.

Os dois [pai e mãe] eram do campo, mas foram morar na cidade, porque a coisa ficou difícil. Meu pai já fez de tudo. Já cortou cana, já trabalhou de servente de pedreiro, tudo.

Minha mãe só ficava em casa, meu pai era servente de pedreiro.

Meu pai era servente de pedreiro, depois trabalhou de ajudante numa fábrica. Era isso. [...] Na cidade, eu morava na cidade. Cresci na cidade, né?!

A gente morava no campo, quando eu era bem pequenininha. Eu nem lembro, para falar a verdade. Depois nós mudamos para a cidade.

Minha mãe era trabalhadora rural. Trabalhava de empregada numa fazenda. Depois saiu e foi trabalhar de empregada doméstica, na cidade.

Pedreiro. Meu pai, a vida inteira foi pedreiro. Antes de eu nascer, ele trabalhava em uma fábrica de costura. Aí, depois que eu nasci, fomos para São Paulo, passamos dificuldade, aí ele começou a trabalhar como pedreiro.

> Eu morava na cidade mesmo. Cresci na cidade. Meu pai ainda está lá, trabalha na Prefeitura...

> Quando a gente veio pra cá, a gente estava na cidade que eu nasci.

> Eu vim de fazenda, mas cresci na cidade. Morei em favela também.

> A gente morava na cidade. Todo mundo. Meu pai e minha mãe cortaram cana, porque eles são de fazenda, né?! E não sabe trabalhar de outra coisa.

> Minha mãe era empregada doméstica e o companheiro dela fazia bico. Tudo na cidade. Eu fui criada na cidade, na periferia.

Na quase totalidade dos casos, os jovens que integraram nossa pesquisa foram trazidos pelos pais ou vieram com eles dias, semanas, meses, em alguns casos um ano ou dois depois do movimento de ocupação. Em todos os casos, quando chegaram, a primeira ocupação, ainda no Sítio Braghetto, já havia acontecido.

A dinâmica da chegada dos membros das famílias ao acampamento do MST não é idêntica, embora apresente regularidades. Os jovens acompanham o(s) integrante(s) da família com quem estabelecem maior vínculo afetivo. Dominantemente, embora não exclusivamente, é com as mães que estabelecem esses vínculos mais estreitos:

> A gente veio depois de um ano depois da ocupação. Meu pai veio primeiro, montou o barraquinho e depois eu vim com a minha mãe.

> Acho que um ano depois que [minha avó] estava aqui, um ano e pouco, ela chamava minhas tias, minha mãe para vir morar aqui com ela, para conhecer. Aí, minha mãe veio uma vez para conhecer e voltou e buscou a gente para vir morar aqui.

> Meu pai veio para a ocupação, mas não trouxe a gente nesse dia. A gente veio uma semana depois, minha mãe, minha irmãzinha e eu.

Minha vinda para o movimento foi junto com um tio meu. Ele já fazia parte do movimento, desde a ocupação do [bairro] Flamboyants. Eu fui lá visitar ele, já na Fazenda da Barra, junto com o meu avô e outro tio meu, aí acabei... fui lá, conheci a vida dele como era e fiquei.

A gente começou morar aqui depois de dois anos. Faz três anos que a gente mora aqui definitivamente, morar mesmo. E daí, meu pai chamou minha mãe, mas minha mãe, no começo, não achou uma boa ideia e nem eu e meus irmãos. Aí meu pai falou: "Então, vocês ficam. Vocês vão ficar aqui que eu vou para lá". Aí meu pai veio e depois minha mãe decidiu vir morar aqui, porque meu pai chamou a gente. Aí nós viemos, todo mundo.

Eu vim com meus pais. Quer dizer, eles vieram primeiro, aí depois eu me interessei, aí eu vim. Vim para morar com eles, pensando: "Ah, vou tentar construir alguma coisa para mim", já pensando no meu futuro mesmo.

Eu cheguei em 2005. Vim com a minha mãe e minhas irmãs.

A gente veio junto para montar o barraco, mas só meu pai ficou aqui. A gente voltou para a cidade com a minha mãe e vinha no final de semana só. Depois que veio todo mundo para morar mesmo.

Primeiro veio meu pai e minha mãe montar o barraco. Aí minha mãe morava com a gente na cidade e vinha de vez em quando ficar aqui [no assentamento] com o meu pai. Aí ela gostou, resolveu vir de uma vez e trouxe nós, eu e meus dois irmãos pequenos.

Em alguns casos, o grupo familiar veio de outras lutas do MST, ocorridas em outros territórios. Lutas que sofreram refluxo e, por isso, levaram o grupo, que optou pela vida em movimento, para territórios onde o MST buscava se consolidar, como foram as experiências relatadas por dois jovens, cujo processo de luta os levou, junto com suas famílias, para o município de Ribeirão Preto:

Eu morava com a minha família. Meu pai, minha mãe e nove irmãos. Aí meu pai foi para Batatais, gostou do MST e levou nós. Aí nós

> fomos para Batatais, ficamos um ano lá, aí quando teve reintegração de posse, nós viemos para cá.

> A gente estava num acampamento do MST e tivemos que sair por causa de um despejo. Aí falaram pra gente daqui de Ribeirão Preto, então, meu pai e minha mãe resolveram vir para cá.

Uma experiência inusitada foi a de um jovem. Ele integrou o acampamento Mário Lago após o processo de ocupação com seu pai, o qual dias depois, optou por voltar para sua cidade, onde possuía vínculo empregatício sólido como servidor público municipal, deixando a luta por um lote na Fazenda da Barra sob a responsabilidade de seu filho:

> Eu vim com o meu pai para [o acampamento], mas aí ele ficou sabendo que não podia pegar terra, porque ele era funcionário público [...] Ele preferiu voltar pra cidade, continuar trabalhando e morando lá, aí eu fiquei aqui [no assentamento] sozinho e estou aqui até hoje. Ele vem aqui me ajudar e tudo, mas eu moro sozinho. Sozinho mas que não é bem, assim, sozinho, né?! Porque todo mundo aqui é uma família.

Esse jovem optou pela vida na comunidade, permanecendo no movimento que, naquele momento, lutava pelas terras da Fazenda da Barra, sem quaisquer referências adultas presentes em seu cotidiano além do amparo do pai que estava na cidade e contando com a proteção e auxílio de outras famílias que constituíam o coletivo do Mário Lago. Desde logo, esse jovem assumiu as responsabilidades de construir sua vida lutando por um pedaço de terra.

Mas a *opção* de mudar-se para o acampamento nem sempre lhes é dada. Muitos jovens ainda são menores de idade e devem, necessariamente, seguir os pais na caminhada da luta pela terra. Por vezes não querem, preferem ficar na cidade antes mesmo de conhecer o acampamento, mas, como ainda estão sob a responsabilidade legal dos pais, devem seguir a família, como expressam outros quatro jovens:

> Meu pai veio e montou o barraco. Aí ele chegou em casa e falou: “Arruma tudo e vamos embora”. Eu, na hora, até briguei que não queria vir, mas não teve jeito, eu vim com a minha família.
>
> Minha mãe e meu pai queriam vir, mas eu não queria não. Eu gostava da cidade, porque tinha meus amigos lá, né?! Mas aí eu tive que vir pra cá [para o assentamento].
>
> Não teve jeito. Minha mãe falou: “Ou vem ou vem”. Eu vim com ela, né?! Porque deixar minha mãe também seria ruim.
>
> Minha mãe falava que a gente vinha pra cá, mas eu não queria, não. Eu nunca tinha vindo, mas não queria. Achava estranho. Mas o dia que ela resolveu, eu vim, né?! É minha mãe, né?!

Os jovens tinham vínculos com a cidade, grupos de referência construídos ao longo de suas experiências, no bairro, na escola ou outros lugares que marcaram sua existência como jovens. Assim, a ida para o acampamento tem sempre um momento de estranheza, pois são grandes as transformações que ocorrem em suas vidas – aspecto, aliás, que leva muitos a desistir da vida no acampamento e voltar para suas cidades de origem ou mesmo para outras cidades, com ou sem seus pais, mães, irmãs, irmãos ou o grupo com que viveu até aquele momento. Por isso, para além da responsabilidade formal dos adultos diante das novas gerações, é preponderante o vínculo afetivo estabelecido com seu grupo familiar ou com o qual vive, para a vinda ao acampamento e, posteriormente, para sua consolidação.

Uma vez consolidada a chegada e permanência dos jovens no acampamento, a atividade política é outro momento que pode afastar, progressivamente, os jovens do grupo com o qual passou a participar da luta pela terra, pois aqueles que, ao longo desse processo, vão se destacando pela participação em atividades propriamente políticas, passam a ser reconhecidos pela organização do movimento como potenciais militantes e vão viver a luta política,

seus caminhos e descaminhos, de uma forma distinta dos demais, deixando, inclusive, de viver o cotidiano do assentamento Mário Lago:

> Eu, particularmente, não paro no assentamento. Para mim é meio corrido, porque na mesma hora que eu estou aqui conversando contigo eu posso estar em outro lugar, em outro estado, fazendo um curso, participando de alguma luta, em algum encontro do movimento. A gente acaba se afastando um pouco do assentamento para participar de outras lutas.

> Hoje eu faço parte do setor de comunicação do movimento e como eu estou estudando, eu fico pouco no assentamento, porque ou eu estou estudando, fazendo o curso [...] ou eu estou participando dos encontros do movimento ou de lutas em outras regiões. Mesmo quando eu estou aqui em Ribeirão Preto, normalmente eu também estou com alguma atividade fora do assentamento.

Esses jovens têm famílias no assentamento: pais, mães, irmãos, irmãs, tios, tias, primos, primas, entre outros. Como os demais, integraram a luta junto com os pais ou com outras referências adultas. Trilharam, igualmente, caminhos e descaminhos da disputa pela Fazenda da Barra. Mas o processo de luta os destacou, revelou-os para o movimento, que passou a considerá-los intelectuais a serem formados. Assim, aos poucos, foram se afastando da vida em comunidade para formarem-se como quadros dirigentes do MST.

Atualmente, convivem pouco com seus familiares. Passam a maior parte do tempo fora do assentamento, junto do movimento. O retorno ao assentamento é sempre em circunstâncias geradas pela luta, como atos políticos, mobilizações, assembleias, discussões com a comunidade, ou, então, para reencontrar a família, rever os amigos, quando não estão em alguma tarefa pelo MST. Esses jovens integram processos de luta em todo o país, discutem questões políticas com instâncias em várias frentes de organização política interna do Movimento Sem Terra (produção, formação, cultura, comunicação...), integram lutas em solidariedade a outros

movimentos sociais nacionais e internacionais, no Brasil e no exterior, ou, então, integram o coletivo de militantes-dirigentes da regional de Ribeirão Preto do MST, que vive no Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara. Na regional do MST de Ribeirão Preto, aliás, três jovens cursam graduação, oportunidade proporcionada por convênios estabelecidos entre o Pronera, o movimento e universidades federais e estaduais. Dentre eles, um jovem do assentamento Mário Lago faz curso de Artes na Universidade Federal do Piauí.

A grande maioria dos jovens vive no assentamento Mário Lago: alguns trabalham ajudando os pais, em casa ou na roça, estudam, participam de atividades políticas ou culturais no assentamento e até fora dele, quando convocados; outros passam grande parte do dia na cidade, na escola ou no trabalho e têm tempo livre no assentamento...

Homens, mulheres, intelectuais em formação ou não, a experiência da vida debaixo da lona preta é ou foi comum a todos. Para a maioria, a experiência é circunscrita ao momento em que passa a integrar as bases do MST, na luta pela Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto. Por isso, a reflexão daquilo que experimentaram e experimentam cotidianamente, no território de sua existência, encontra bases comuns.

Aqueles jovens que se dedicam à militância e hoje integram os quadros políticos do movimento de luta já viveram no acampamento Mário Lago, ao lado de seu grupo familiar ou de referência e não perderam a memória. Refletem, por isso, a experiência da vida cotidiana e manifestam, junto com os demais jovens, a falta de estrutura, as "coisas boas" do assentamento, como dizem, as dificuldades da vida debaixo da lona preta, as alegrias, os constrangimentos, a diferença entre viver no assentamento e na cidade, bem como onde preferem construir sua vida.

Os jovens atribuem à falta de estrutura (ou infraestrutura) no assentamento as principais dificuldades e constrangimentos que experimentam cotidianamente no processo de construção do assentamento rural em que vivem/viveram. A falta de água, de ener-

gia elétrica e moradia precária tornam a vida cotidiana, por vezes, *sofrida*:

> O difícil aqui é a falta de água, a falta de luz e casa da gente, que é ruim, né?!
>
> Água é difícil. Vem de 15 em 15 dias, então, é difícil. A casa é muito difícil. Viver em barraquinho é muito complicado. Em dia de chuva você fica com medo de cair tudo, então, é muito complicado.
>
> Água e luz. Isso é que é bem difícil. Do resto é bom, mas água e luz é difícil.
>
> Nós temos dificuldade com água. Luz também não tem. Para você lavar uma roupa é complicado. Tem muitas pessoas que vêm para o sem-terra e já desistem porque chegam, vem para cá e acham que vão ter água, vão ter luz, tudo certinho. E não é.
>
> Olha, num é fácil não. É difícil, a casa de lona, vinha o vento e rasgava, tinha que segurar a lona debaixo de chuva. É difícil. Tinha que ter força, senão, não ficava aqui não.
>
> Morar em barraquinho não é fácil não. E quando chove?! Quando chove tem que segurar para não voar tudo.
>
> Água aqui é duro, viu?! Dá um trabalhão. A prefeitura entrega, mas nem sempre é suficiente. Aí tem que buscar na mina lá embaixo. É uma tristeza.
>
> É uma vida difícil. Tem muita dificuldade: às vezes falta água; a lona, às vezes, esquenta um pouco. Não tem energia elétrica. Em época de chuva, se você quer sair para algum lugar, às vezes fica meio ruim, por causa da estrada, barro, essas coisas.
>
> Dificuldade a gente tem sim. Aqui tem um monte de coisa boa, um monte, mas água, luz, essas coisas não tem, né?! Nós temos um problema sério de água aqui.

Certamente, a ausência de infraestrutura provoca constrangimentos, decorrentes dos limites objetivos da experiência dos jovens na comunidade do assentamento Mário Lago. O assentamento depende dos serviços de fornecimento de água oferecidos pelo governo municipal e estes nem sempre são suficientes, o que faz com que os assentados tenham que buscar água em uma mina encontrada na área. Com isso, a água é escassa para tudo: para o preparo de alimentos, para o banho, para a irrigação daquilo que conseguem plantar em seu lote, para a higienização do lar... As casas são barracos, construções artesanais feitas a partir da improvisação de madeiras e plásticos pretos ou lonas. O piso é a própria terra, chão batido. No inverno, quase não se consegue conter o frio. Em períodos de chuvas e ventos, as estruturas sempre são abaladas, deixando os assentamentos em estado de alerta permanente. Energia elétrica não há. Algumas famílias contam com pequenos geradores de energia movidos a combustível, mas, ainda assim, é bastante precário, já que nem sempre se tem dinheiro para comprar o combustível. A reclamação feita pelos jovens pela falta de energia elétrica está associada, em primeiro lugar, à privação dos meios de comunicação, como afirmam alguns:

> A gente sente bastante falta de algumas coisas aqui. Por exemplo: o que eu sinto mais falta é a energia [elétrica], ter um [aparelho de] som, uma televisão, uma água gelada, sabe?! Essas coisas. [...] Lá em casa tem um gerador, então, quando a gente quer assistir uma novela, assistir um jogo, tem que ficar comprando gasolina e se não tiver dinheiro para comprar não assiste. Então, é uma coisa muito ruim.

> O ruim aqui é a falta de energia [elétrica], porque não dá para ligar a TV, o [aparelho de] som.

> Eu sinto muita falta da luz, por causa da televisão. A televisão faz falta. Eu gosto muito de ver filme.

> Eu gosto de assistir jogo [de futebol], mas aqui não dá. Isso é ruim, né?!

> Lá em casa, o que a gente mais sente falta é da energia elétrica. Água também é difícil, tem que ir buscar na mina ou esperar o caminhão da prefeitura, mas a luz é difícil, porque a gente gosta da novela e não pode acompanhar.

> Olha, eu vou te falar que a coisa ruim aqui é a falta de luz, viu?! A gente quer assistir uma televisão, fica difícil. Quando está de folga, quer ver uma novela, também é difícil.

A televisão "faz falta". E diante dessa carência sentida por eles encontram-se algumas limitações do MST para com os jovens.

Além da reclamação em virtude da ausência de infraestrutura, que torna a vida debaixo da lona preta difícil, os jovens têm seu tempo livre fluido, correndo de forma espontânea, uma vez que não há política cultural voltada para esse grupo, mas apenas atividades intermitentes, descontínuas.

Alguns deles rememoram momentos de sua história em que a atenção de suas lideranças era maior para com as novas gerações, objetivando promover sua integração e formação cultural. Para alguns jovens, o MST deveria voltar mais esforços para o que consideram atividades "próprias de juventude":

> No começo, a gente tinha vários projetos: tinha projeto de uma horta, tinha projeto de campo de futebol, tinha vários projetos. Mas só depois não teve aquele apoio para a juventude, assim, aquele apoio dos acampados [...] Aí os jovens começaram a dispersar, sair para um lado e para o outro, aí acabou e hoje não tem nada ou só tem de vez em quando.

> Tem a ciranda infantil que eu vou de vez em quando. Tem as festas que a gente participa. Mas não tem nada, assim, "direto" para os jovens que moram aqui fazer, tipo, uma quadra, um divertimento mesmo, aquilo que os jovens gostam, como um futebol. Teve a rádio aqui antigamente, era uma delícia, porque a gente se envolvia muito com a rádio, mas agora não tem mais.

> Eu lembro que teve uma época que tinha cinema pra gente "direto". Agora é só muito de vez em quando. É ruim, né?! A gente tem que

> inventar coisas para fazer, tipo, um campo de futebol não tem. Bola para a gente jogar é sempre difícil também.
>
> Uma coisa ruim aqui também é que não tem muita atividade para a gente. A gente fica meio perdido, solto mesmo, sabe?! Aí acaba ficando cada um para o seu lado. Uns vão inventar de jogar bola, outros vão fazer outra coisa, enfim.
>
> Hoje, assim, as coisas que mais tem, tipo atividades, assim, eles pensam mais nas crianças. Por exemplo: há pouco tempo teve uma atividade de ir no bosque e vários jovens foram no bosque e era para as crianças. Até discutiram isso na reunião, mas o bosque era para as crianças, mas e os jovens?! Então, a gente vai sendo esquecido, eu acho que é assim, no meu modo de pensar é isso. Porque aí, está bem, leva as crianças para o bosque, aí algumas atividades a gente não pode ir. O que é que fica pra gente?

A ausência de incentivos públicos para o assentamento é, sem dúvida, uma força que atua no sentido contrário aos esforços de mobilização dos jovens do assentamento Mário Lago, como afirma Kelli Mafort:

> falta muita coisa no assentamento: não tem quadra, não tem escola, não tem incentivo para a produção [...] Tem muitas questões materiais, objetivas que estão ligadas à sobrevivência que interferem muito [...] Isso faz com que a juventude passe a participar pouco não só das reuniões, das atividades, das lutas, como dos próprios lotes de suas famílias. (Mafort, 2008)

Sirlei Moreira, em entrevista ao autor, aponta as dificuldades objetivas do MST em mobilizar capacidades juvenis para a vida em comunidade, em razão da ausência de estrutura nos assentamentos, oriunda do descaso público para com esses grupos de famílias que integram as bases da luta promovida pelo MST. Referindo-se ao assentamento Mário Lago, o militante afirma que a ausência de recursos materiais para desenvolver atividades vol-

tadas para jovens, como oficinas, cursos, atividades culturais, de esporte e de lazer, dificulta o trabalho de "conscientização do jovem do MST".

Sobre a ocupação do tempo livre dos jovens, Augusto Caccia-Bava faz importantes considerações, ao criticar severamente a concepção neoconservadora que afirma, em primeiro lugar, que o tempo livre ou de ócio dos jovens é homogêneo e, em segundo lugar, que pressupõe que sua ocupação profissionalizante esteja sempre vinculada a processos formativos. Para o autor, "o ócio dos jovens integrantes de famílias cujo orçamento é precário e que vivem nos bairros chamados periféricos tem conteúdos distintos e formas distintas do ócio dos jovens de bairros de famílias das chamadas classes médias". Assim, se, para os primeiros, a rua é referência de espaço de convivência e até mesmo de formação cultural, para os segundos, são *shopping centers*, cinemas, clubes, bares. Os jovens moradores de periferias pobres das cidades "ocupam terrenos que se transformam em campos de futebol, quadras para prática de dança, para empinar pipa, rodar pião, [...] integram-se a grupos de *hip-hop* e dançam, cantam, desenham" (Caccia-Bava, 2006, p.69-70). No assentamento, os jovens criam linhas imaginárias ou demarcam, nos vastos espaços, campos de futebol com galhos de árvores; brincam de esconde-esconde, sobem e descem de árvores, banham-se nos rios e nascentes, cantam e dançam ao som de suas vozes, pulam corda, namoram... É comum encontrarmos manifestações musicais associadas ao *hip-hop*; jovens que jogam capoeira; outros que dançam e cantam, dentre inúmeras formas de manifestação artístico-cultural.

Trata-se de um conjunto de experiências, trazidas e criadas pelos jovens, que poderiam ser consideradas como momentos de formação cultural e ética, constituindo-se em bases para a intervenção permanente e contínua das instâncias de organização do assentamento, por meio da implementação de políticas culturais para os jovens, a fim de atender a suas expectativas no que diz respeito a "atividades próprias de juventude".

Para tanto, é preciso, como afirmou Augusto Caccia-Bava, su-

perar a dimensão institucional, funcional, sistêmica e mercantil contida no conceito de lazer – trazido pelo MST na própria denominação do setor responsável pela difusão de práticas culturais junto aos jovens, "esporte, cultura e lazer". Para esse autor,

> Cultura [...] jamais pode ser "ofertada" ou "localizada em espaços", como não há como baratear custos de manifestações culturais. Agora, para difundir a cultura brasileira regional, sem dúvida há necessidade de investimentos em grupos constituídos e projetos que objetivem a potencialidade das experiências desses grupos, que ao consumidor pode se apresentar como prática de lazer. Mas só ao consumidor, não aos grupos que desenvolvem suas práticas culturais. (2006, p.75)

Os jovens, em suas falas, porém, não encerram o assentamento Mário Lago em dificuldades, constrangimentos ou ausências. Ao contrário, indicam capacidades em reconhecer referências concretas, no âmbito de sua própria experiência, no território em que vivem, no MST, de construção de relações sociais num padrão ético acima do que experimentaram na cidade. Assim, em seus depoimentos, emerge também um repertório que podemos chamar de envolvimento afetivo, ligado à proteção da existência e desenvolvimento dos jovens na comunidade do assentamento Mário Lago.

Para eles, a vida é difícil, no entanto, tem "coisas boas", como expressam as falas que trazemos a seguir:

> Eu gosto daqui por causa da luta que o MST faz. Eu acho uma luta muito bonita. Aqui também é gostoso, entendeu?! Eu gosto de terra, eu gosto de mato, é isso.

> Aqui [no assentamento] a gente pode viver da terra. Na cidade você pode viver da terra? Tem terra pra você viver? Tem nada. Não tem nem casa pra gente morar.

> Aqui é um silêncio só. Não tem barulho de tiro. Isso é bom, muito bom.

> Ah, aqui [no assentamento] é demais, cara. Aqui é um lugar, assim, onde que você pode opinar na comunidade, pode dar sua opinião

> mesmo, falar o que você sente, o que você acha, se você está concordando com aquilo; pode falar suas propostas, é bem diferente.
>
> O bom é que não tem barulho, não é perigoso como lá fora na cidade. Porque aqui é sempre tudo calmo. Não tem perigo.
>
> Aqui tem a união das pessoas, tem um lugar que você sabe que você vai plantar, que você vai colher, que você vai comer dali, vai sobreviver dali, entendeu?! Você mora numa organização familiar, de família, de tudo. E você tem uma segurança aqui que você vai plantar, que você vai colher, que você vai viver daqui, da terra.
>
> A gente é feliz, porque aqui você planta, você vende. As relações que se tem aqui, nossa! Isso na cidade a gente não tem.
>
> Aqui é tranquilo, né?! Eu mesmo gosto de preservar muito a minha vida, porque lá na cidade você só pega amizade com bandido... na rua não tem jeito. Se não é bandido, está fumando maconha, então é difícil. Daí que eu vivo muito essas coisas também, mas depois que eu peguei uma certa idade, de uns vinte anos para cima, aí já vi que tinha outras coisas na vida pra fazer que eram muito melhores, né?! O clima da roça também é diferente. Eu gosto de morar aqui.
>
> Pode comer uma fruta, uma verdura sem agrotóxico. Pode conviver com a terra. Pode comer uma galinha do "terreiro" sem ter tanto hormônio na galinha.

Os jovens dizem, para usar sua expressão, "o que é bom" no assentamento, o que o distingue das experiências que tiveram até então: é a luta do MST, são os instrumentos de participação política criados para organizar a vida em comunidade, com os quais nunca tinham tido contato algum; a tranquilidade e a falta de perigo que não experimentaram na cidade; a união das pessoas, que torna o assentamento uma organização familiar acolhedora, protetora; a felicidade por poder reproduzir a existência material.

Quando indagamos qual a diferença entre viver na cidade e viver no assentamento, os jovens reafirmam as ausências do assentamento, como a falta de água e de energia elétrica e a moradia

precária, porém, expressam valores e sentimentos que Maria de Fátima da Fonseca consideraria "opostos e desprezados pela sociedade produtivista e consumista" (2006, p.112).

No assentamento, a noção de segurança emerge como uma das primeiras referências dos jovens, ganhando sentido perante a situação de violência generalizada nas cidades brasileiras. Noção, aliás, já tratada por Sérgio Adorno, como distante dos horizontes das classes sociais no Brasil, que passam a experimentar, cotidianamente, o sentimento de medo, insegurança e desproteção. Segundo Adorno,

> a despeito das conquistas democráticas, a sociedade brasileira vem explodindo em múltiplas formas de violência, muitas das quais consubstanciadas em graves violações dos direitos humanos, comprometendo a vida de segmentos muito significativos dessa sociedade. (2000, p.98)

Para alguns jovens sem-terra de nossa pesquisa, o assentamento Mário Lago representa a superação do medo, da insegurança e da desproteção, inaugurando relações que consideram "livres":

> É aquele negócio: nós temos liberdade. Aqui [no assentamento] não tem cerca para separar um vizinho do outro. Nós damos um grito no vizinho e ele já está ali. Nós fazemos um "carrerinho" pelo meio do lote e já estamos na casa do vizinho. Não precisa nem passar pelo meio da estrada. Agora lá [na cidade], você ainda tem que colocar um cadeado e ficar prisioneiro, limitado entre um muro e outro. A única liberdade que você tem é do portão da sua casa para dentro, porque se você sair na rua você não tem a liberdade de verdade, entende?! Agora, aqui não.

> Na cidade a gente é livre, solto demais, mas não é uma liberdade igual à que a gente tem aqui, porque aqui a gente tem norma pra seguir, mas aqui [no assentamento] que a gente é livre de verdade mesmo.

> A diferença entre viver no acampamento e viver na cidade é que na cidade eu não tenho uma liberdade dessas não. Na cidade, se você sair de casa fora de hora, é arriscado tomar um "pau" na rua, tomar uma

bala. Aqui não. Apesar de que nós estamos do lado da cidade e pode ocorrer do mesmo jeito também, mas você sabe que está seguro aqui, você sabe que tem pessoas 24 horas olhando por você aqui. Não é um que vai chegar aqui de outra cidade ou de outro, sei lá, e te meter uma bala na cabeça.

Aqui você é livre, tem seu sossego, sua paz, você pode andar sem ter medo de nada.

Para além da defesa da integridade física, da segurança e da liberdade, esses depoimentos trazem, como expressam outros jovens, uma dimensão afetiva, quando o sentido de proteção, de tranquilidade e, mais ainda, quando o estabelecimento de outro padrão moral de relações sociais é posto em relevo:

A cidade hoje, em qualquer lugar da cidade, você corre perigo, você não sabe o que vai acontecer. Aqui não. Você pode andar tranquilo para lá, para cá. E também tem o ar que é bem diferente. Para dormir também é "dez", não tem aquela barulheira. Aqui você pega, deita e acabou.

Na cidade a gente não sabe o que vai acontecer hoje. Por exemplo, se eu estivesse na cidade, eu podia estar envolvida com droga, com prostituição, com um monte de coisa que tem na cidade e que ninguém faz nada para acabar. Aqui não. Aqui tem norma pra tudo: não pode usar droga, não pode ter briga, não pode essas coisas, então, é melhor.

Não tem droga, não tem traficante, não tem aquela correria da cidade, aquela barulheira. É tranquilo. Outra: você pode criar um animal, uma galinha, um porco, um cavalo, igual você mesmo viu ali. E lá na cidade você vai criar o que dentro da sua casa?! Um cachorro e olhe lá. E para cuidar da sua casa quando você sai. Aqui não, você pode criar uns dez cachorros, porco, galinha, cavalo, gato.

No primeiro dia aqui você já conhece todo mundo. Na cidade, uns conversam, outros nem olham na sua cara, outros só querem briga. Aqui dentro não. Todo mundo "zua", mas pediu para parar, "os moleques" param, é tudo no respeito. Na cidade não.

Para Maria de Fátima da Fonseca, "interpretar o medo dos jovens como habitantes da cidade é perceber a hostilidade da cidade". Assim, "quando o jovem revela as situações das quais sente medo [ou insegurança], isso pode significar que ele não está conseguindo ter afetividade com as diferentes pessoas que também residem na cidade". Em tom conclusivo, afirma a pesquisadora, "o medo compreendido desse jeito, como sua reação à negação de um direito, aponta para a dificuldade de obtenção de realização pessoal – satisfação da convivência amigável e cuidadosa entre as pessoas" (2006, p.140).

Sobre o tema da segurança urbana, Augusto Caccia-Bava vem desenvolvendo ampla pesquisa com a finalidade de reconhecer experiências localizadas no interior da sociedade civil que apresentam alternativas às situações de insegurança dos jovens e garantia de direitos sociais. Em sua produção, encontramos o projeto "Segurança urbana e direitos sociais dos jovens", que data de 2001. Nele, o pesquisador envolveu cerca de setecentas famílias de jovens para que indiquem alternativas aos poderes públicos de superação das situações de violência que ocupam a cidade de Ribeirão Preto. As generalizações feitas pelos jovens sobre as formas de violência que as relações sociais contemporâneas assumem dizem respeito à formação de gangues nos bairros, grupos violentos em portas de escolas, a presença de tráfico de drogas nas ruas dos bairros onde vivem, e outros problemas. Segundo o pesquisador, "os jovens afirmam constância dessas práticas violentas que se sobrepõem a práticas de solidariedade, de cooperação pacífica, entre outras". A essas situações, "os jovens revelam sua capacidade de indicar alternativas para o desenvolvimento da segurança urbana em seus bairros", ainda que de "forma elementar". Dentre elas, a suspensão de bebidas alcoólicas para menores de idade, campanhas de conscientização, palestras educativas, oferta de empregos, mais educação, etc. (Caccia-Bava, 2004, p.59-60).

Para os jovens sem-terra, igualmente, a cidade é o lugar da insegurança, lugar de violência, de miséria, de degeneração da formação ética e moral do indivíduo. O assentamento Mário Lago é, para

esses jovens, a alternativa às situações mencionadas. A consciência do grupo emerge entre os jovens associada à vida conjugada com a terra e com seus iguais, à criação de condições materiais para a reprodução da existência física no presente e no futuro, à solidariedade, aos princípios políticos e organizativos do movimento de luta que integram, à participação política nas decisões sobre a comunidade, ao contato com e à discussão de temas até então desconhecidos ou obscurecidos pelos grupos e/ou instituições que tinham como referência (escola, meios de comunicação, grupos de amigos, entre outros).

O assentamento é o lugar dos limites éticos, onde a ordem comercial, mercantil, não é prioritária. Os jovens destacam elementos que, para eles, são os constrangimentos de viver na cidade. Constrangimentos que levam todo o grupo de jovens sem-terra que participaram de nossa pesquisa a optar pela vida no assentamento, afirmando sua importância como meio de superação da insegurança urbana, ou seja, dos aspectos que marcam a existência constrangida das classes subalternas nas periferias pobres das cidades:

> Aqui [no assentamento] a gente tem com quem contar para tudo. Não tem violência e tem terra pra gente plantar, pra gente viver sem passar fome.

> A vida no assentamento tem suas dificuldades, mas é uma vida boa para mim. Uma que você já se livra da cidade, aquele barulho de carro, aquela barulheira toda já não existe mais. Aqui você tem que começar a trabalhar e pensar no trabalho coletivo e tem que trabalhar na roça para tirar seu sustento, senão você não tem recurso para sobreviver ali, né?! Mas é uma vida muito boa, uma vida digna. Não tem ninguém para te mandar fazer nada, não tem ninguém te enchendo o saco para acordar de manhã para ir trabalhar, não. Você acaba tendo sua vida independente.

> Aqui você está num lugar que você tem reunião, que você tem um regimento para você cumprir, que se roubar, ou acontecer alguma coisa que prejudique o movimento, a pessoa é expulsa e aí não tem direito

de ficar aqui. E também não é só o direito pela terra, mas o direito que o cidadão tem hoje, tipo, direito de ter um país que ajude mais.

Na cidade a visão é outra. Quando eu morava na cidade eu não tinha essa visão que eu tenho hoje. Na cidade eu queria ser mais outra pessoa, ter as coisas que, hoje, se você for na cidade você tem vontade de ter, porque, hoje, viver na cidade é [...] não se vive na cidade sem dinheiro, né?! Tem que ter dinheiro para comprar as coisas que você necessita. Precisa de arroz, precisa disso, tudo que você tem na cidade, você tem que ter dinheiro para você ter. Aqui já é diferente. Você quer comer uma fruta, não precisa roubar, é só arrumar uma semente e plantar, vai crescer. Você pode esperar muito tempo, mas você vai ter aquela fruta e ainda vai ser orgânica. Igual, você vai na cidade, você compra e ainda compra transgênico. Isso eu estou aprendendo também. Isso é ruim para a sociedade, também.

Ah, na cidade a gente não se preocupa muito com esse negócio de política. É mais cada um no seu cantinho cuidando da sua vida. Aqui você já fica por dentro de alguns assuntos de política que eu não tinha nem noção que existia antes de morar aqui. Tipo, o Lula, o que ele faz, o que não faz; a questão do agronegócio; a cana.

Antes eu via esse monte de cana e não estava nem aí se tinha [cana] ou não. Hoje você fica já "meio assim", porque por todo lado que você passa é cana, sabe?! Aí o pessoal já fica preocupado.

Ah, aqui tem mais espaço, tem mais liberdade. Na cidade você é muito preso. Você não tem terra nem para plantar uma flor. Aqui não: você pode plantar flor, plantar árvore. Você vê o fruto daquilo ali. Agora, na cidade, não: você planta uma florzinha na calçada, vem a molecada e acaba com tudo. Aqui é melhor também por causa de sossego. Na cidade é muito bagunçado

A superação da fome, o rigor na conduta ética e moral, a solidariedade e a cooperação, a organização política e a luta por direitos coletivos/sociais, o lugar para trabalhar livremente, sem as amarras impostas pela lógica da produção do lucro são aspectos que, para esses jovens, diferenciam a vida no assentamento da vida na cidade, ou a vida no campo, tal como a constroem, da vida no espaço urbano.

Priscila Bagli tratou as categorias "rural" e "urbano" traçando marcos de distinção, pontos de junção e disjunção, contradições. Definiu, assim, os tempos e temporalidades de uma e outra. Para a autora, no espaço urbano, o cotidiano é construído sobre um tempo mecânico, descompassado das transformações naturais; seu ritmo é concatenado pelas relações sociais de produção de mercadoria. "O tempo é movimento no urbano, e é sobre esse constante movimento que são construídos referenciais, hábitos e costumes." Por isso, afirma que "trabalho, descanso, compras e lazer são cadenciados pelo compasso da lógica do capital de maneira mais efetiva". Diferentemente, embora não exclusivamente, no espaço rural, "as relações cotidianas são construídas sobre um tempo mais ligado a uma lógica territorial que se consolida por meio da intensa relação com a natureza [...] Existem outros tempos, outros horários. As pessoas estão imbuídas por uma outra lógica" (2006, p.83), o que não significa uma relação de dicotomia entre o espaço urbano e o espaço rural, mas alguns aspectos de um e outro *lugar* que demarcam parte de um conjunto de diferenças que podem ocupá-los.

No caso dos jovens sem-terra, as referências coletivas que ganham através da organização de luta somam-se aos aspectos constitutivos/estruturantes das novas relações sociais que estão construindo. Embora estejam política, cultural e geograficamente bastante próximos, estabelecendo amplas relações, quando veem a cidade a partir do assentamento, os jovens estabelecem importantes marcos de distinção entre uma e outro, delimitando, com isso, as *fronteiras* entre as experiências.

António Sousa Ribeiro faz importante reflexão sobre o conceito de fronteira, percorrendo tópicos da teoria estética para afirmar valores éticos e políticos. Para o pesquisador português, o conceito de fronteira só se torna operativo na medida em que está para além da delimitação territorial; estabelecer fronteiras é, ao mesmo tempo, construir o outro; "a fronteira começa por ser, antes do mais, a linha imaginária sobre a qual se projecta a noção de diferença e a partir da qual se torna possível a afirmação da identidade" (2002, p.481). Desse modo, os conceitos de cultura e de fronteira não podem ser separados.

O autor português se refere à fronteira como uma das três metáforas (junto com a do barroco e do Sul), definidas por Boaventura de Sousa Santos, que "configuram o modelo utópico de uma subjectividade emergente orientada em sentido crítico e emancipatório" (ibidem, p.482). Nesses termos, o conceito é entendido como *medium* de comunicação, espaço habitável no qual há partilha, hibridação, mestiçagem, como resultados do confronto travado no "encontro de culturas" (ibidem, p.484).

Assim, à medida que os jovens sem-terra estabelecem marcos de distinção entre a experiência do assentamento (tida como rural) e a experiência da cidade (ou urbana), confrontando-as no âmbito da consciência e de suas práticas sociais, estão, ao mesmo tempo, reconhecendo a existência de uma fronteira que deve ser ultrapassada. Em outros termos, estão identificando práticas, valores, debilidades, poderes, relações sociais que devem ser suplantadas na busca pela construção de uma sociedade mais digna e justa. Na cidade é o individualismo, a violência, a fome, genericamente, a falta de organização política e o desconhecimento dos direitos sociais, a falta de perspectivas para o futuro, a insegurança urbana. Situações que, para eles, são superadas na vida em movimento, ainda que sua condição material seja, pelo menos momentaneamente, precária, como expressam e, por vezes, difícil.

Por tal razão, esses jovens preferem viver no assentamento a viver nas cidades de onde vieram ou no centro urbano do município em que agora vivem, reafirmando aspectos das relações sociais que consideram positivos na vida debaixo da lona preta, como apontam os depoimentos que trazemos a seguir:

> Aqui [no assentamento] é melhor. Você começa a ter seus valores aqui. Você conhece seus direitos, do que você é capaz, você sabe por que você está fazendo isso, que é seu direito. Lá não. Você está na cidade, você é um cidadão tapado, você não sabe o que está acontecendo. Você vive do trabalho para a casa e dentro de casa trancado. Aqui não. Aqui você sabe dos seus direitos, de tudo que você tem direito.

> Sinceramente, eu prefiro morar aqui [no assentamento], porque eu acostumei a ficar longe das coisas ruins da cidade e não quero mais voltar, não. Aqui tem dificuldades, mas a gente é organizado e vai superar.

> Eu prefiro morar aqui [no assentamento], porque aqui é melhor para nós. Porque, se nós estivéssemos na cidade, a gente ia mexer com coisa errada, ia mexer com droga, porque muitas pessoas fazem a cabeça. Então é melhor a gente ficar aqui, porque aqui tudo tem norma. Se mexer com as coisas dos outros é expulso.

> Eu prefiro viver no assentamento, porque a cidade é uma "selva". Lá [na cidade] é cada um por si e eu acho que nem Deus está com todos.

> Ah, eu prefiro mais a roça que a cidade, porque a cidade é muito barulhenta. Aqui é mais silencioso. Lá é muito ruim. Na cidade, nós só ficávamos trancados dentro de casa, porque minha mãe trabalhava no "lixão", com reciclagem, e tinha medo de deixar nós sairmos. Então era muito ruim. Só ficava trancado dentro de casa. Aqui [no assentamento] é mais gostoso. Nós saímos, né?! Eu prefiro mais aqui que na cidade. Aqui a gente fica no meio dos bichos, anda de cavalo, tem um monte de coisa boa, apesar de faltar água e luz.

> Eu prefiro morar aqui. Mil vezes aqui. Até porque, na cidade, se você sai pra rua sem dinheiro, você fica passando humilhação. Aqui não. Aqui não precisa de dinheiro. Até mesmo as "baladinhas" que nós vamos é aqui mesmo. De vez em quando nós fazemos um forró lá na sede e é uma beleza. Então nem pra isso eu preciso mais da cidade. Porque lá, como as pessoas precisam muito de dinheiro, mais do que a gente, a violência acontece mais: roubo, assalto...

Na base de suas "preferências" estão os valores adquiridos na experiência comunitária mediada pelo MST. Nos termos de Maria de Fátima da Fonseca, esses jovens estão indicando o repertório ético de sua existência, os valores que produzem e reproduzem, a consciência dos direitos que possuem e que podem constituir através da organização de luta; a vida sob normas que proporcionam um padrão moral baseado no respeito a si mesmo e ao outro e na

igualdade social; a negação das práticas de violência presentes cotidianamente nos centros urbanos, entre outras que degradam a existência física e moral do indivíduo.

Quando indagamos sobre os valores que orientam sua existência, aparece uma diferenciação entre aqueles que integram os quadros dirigentes do movimento social, emergindo como intelectuais, e aqueles que vivem o cotidiano do assentamento Mário Lago.

Para os primeiros, a luta integra a ética de sua existência e, mesmo afastados de sua família, este é o grupo de referência que dá a dimensão coletiva imediata de seus esforços:

> A luta é o maior valor que alguém pobre como eu pode ter na vida. A luta, mas a luta só vale a pena se a gente pensa na nossa família, porque não adianta você lutar sozinho, conquistar as coisas e ver toda a sua família na mesma situação de antes. A gente não pode lutar só pela gente, mas tem que lutar por todos.

> O que me orienta é a luta; minha vida é a luta. Poder ajudar as outras pessoas para mim é importante, nessa caminhada que eu estou. Mas lutar sozinho é difícil. A gente tem que ter o apoio da nossa família, porque é por ela também que a gente luta.

Esses jovens revelaram-se para o MST através da mobilização de suas capacidades para a luta política; estão se tornando intelectuais do movimento; *descobriram* que a luta é capaz de elevar a sua condição, de sua família, de sua comunidade, quiçá de sua classe social. Por isso, a construção da vida, para esses jovens, é orientada, antes de mais nada, pelo movimento de luta.

Já para os demais jovens, a família é a referência maior de suas vidas, como mostram os exemplos a seguir:

> Minha família. Com certeza é minha família. A luta também é bom, mas a luta, eu acho, precisa de todo mundo, de uma família inteira.

> A família, né?! O pai, a mãe, os irmãos da gente a gente tem que valorizar sempre.

> É a família nossa, com certeza. Nós viemos juntos e vamos juntos para todo lado.
>
> Eu acho que é minha família, porque a gente ajuda muito um ao outro.
>
> A família é o maior valor. Porque a família é a base de tudo. Depois, a luta do movimento, a luta nossa, porque nós somos o movimento, sem a gente não existe o movimento.
>
> Eu acho que é minha família, minha mãe principalmente, porque ela é "demais". Além disso, tem a nossa luta, que junta a família, né?!
>
> O mais importante, na verdade mesmo, é a minha família e a saúde da gente. A luta que a gente faz todo dia também é importante.
>
> Ó, o mais importante na vida, em primeiro lugar, é minha família. A família sempre em primeiro lugar, né?! Eles são os pés, os braços e a cabeça da gente. Se a gente não valorizar a família, nós vamos valorizar quem?! Então, em primeiro lugar tem que valorizar a família. E depois tem que valorizar a luta, né?! Porque nós lutamos, né?!

A recuperação da família como valor fundamental está ligada à identidade desses jovens como lugar de proteção e apoio social, na medida em que constitui uma unidade mínima nos processos de luta pela terra, embora, por vezes, reproduza princípios rígidos ou autoritários que marcam a experiência do modelo familiar pequeno-burguês cristão. É junto com a família que integram a luta pela terra; é pela família que lutam pela terra e constroem sua existência no território conquistado coletivamente.

Ademais, outros valores emergem, na fala dos jovens, concatenados à experiência da vida comunitária gestada pela primazia do coletivo sobre o indivíduo: o companheirismo, a solidariedade, o aprendizado, o diálogo constante, a organização para a luta, o amor ao próximo, a amizade:

> Eu acho que é o companheirismo e a solidariedade das pessoas aqui e a luta.

> A gente tem vários valores. Eu vim para cá mais para aprender e estou aprendendo até hoje coisas que eu não sabia, com esses companheiros daqui, tipo esse motor [aponta para uma farinheira]. Meu pai me ensina muita coisa.
>
> Eu aprendi várias coisas aqui, mas uma das principais é dialogar com as pessoas. Uma coisa que na cidade não consegui fazer; dialogar, conversar com as pessoas. Qualquer "barraco" que você chega aqui as pessoas te recebem bem. Na cidade, não. Na cidade, o cara vem te atender no portão, do portão para fora. Aqui não, é do barraco para dentro. Você vai batendo palma e dizendo "estou entrando" (risos).
>
> A organização do movimento, o que o movimento, em si, quer fazer para o mundo, não só para as pessoas dele, porque o movimento tem um lado social, que ele quer sempre produzir, fazer esse lado social, para a população, de preservar. Pode ter plantação, pode ter tudo, mas a primeira preocupação para preservar, você pode ver, é a reserva ambiental.
>
> Aqui tem vários valores que eu guardo. O amor que se tem pelos companheiros. Esse é um dos grandes valores que eu aprendi. Aprendi a gostar dos companheiros e amar muito eles. Essa união. Uma coisa que une a gente. A amizade que tem... Não sei explicar.

Os jovens superam a noção comumente apresentada pela sociedade produtivista, consumista, interessada, da realização do indivíduo, à medida que se voltam para o outro, para o grupo. Direcionamento possibilitado pela adoção de valores e sentimentos que estão além das relações de mercado, da lógica de produção de mercadoria, como a luta, o grupo familiar, o companheirismo, a solidariedade, o amor ao próximo, a amizade, a união das pessoas, a preservação da natureza. Com isso, é possível afirmar que, para os jovens do assentamento Mário Lago, a construção de sua individualidade deve ter como base o bem-estar do outro, seja numa dimensão estreita, de seu grupo de referência e da comunidade em que vivem, seja numa dimensão maior, dos grupos e classes trabalhadoras. Além disso, cumpre destacar o significado da terra para os jovens.

A terra assume diferentes funções, conforme as relações que com ela são estabelecidas. Os hábitos se constroem nas relações terra/trabalho, terra/lazer, terra/divertimento, terra/cultura... No espaço rural, a terra "não é mero chão, mas a garantia de sobrevivência", como diz Priscila Bagli, definindo, genericamente, a relação homem/terra. Prossegue a autora:

> Há quem da terra dependa para retirar sua sobrevivência. Aquele que sobre ela e nela trabalha, semeando, colhendo, extraindo. Terra amansada com os braços, ou por meio de máquinas, onde se cultivam alimentos e se perpetuava a reprodução da vida. Nessa realidade, a base das relações cotidianas é edificada sobre a intensa ligação de troca estabelecida entre homem e terra. (2006, p.87)

Concretamente, a terra passou a ganhar significado para os jovens com sua chegada ao Movimento Sem Terra, no então acampamento Mário Lago, pois, até aquele momento, tinham vivido na cidade. Com isso, a terra é, antes, mudança de vida; significa o trabalho negado na cidade, o teto, ainda que precário, que não tiveram, a proteção do grupo, que desconheciam, a segurança que não experimentaram. A terra é conquista, o fruto da luta:

> A terra é tudo, né?! Mudança. Porque sem ela não tem comida, não tem nada. A terra é nossa mãe. Não tem preço.
>
> Ah, é mudança de vida, né?!
>
> Para mim, assim, agora que eu estou mexendo com a terra, vai ser meu ganha-pão que eu nunca tive. Significa muito para mim. Por exemplo, agora eu vou poder ter a terra para conquistar aquilo que eu quero.
>
> A terra pra mim é o que dá sustento pra todo mundo. Por exemplo, se você quiser uma manga, você não precisa ir no supermercado comprar, e nem sempre a gente tem dinheiro pra comprar. É só você andar um pouquinho e pegar a manga e comer, entendeu?! Ah, também você fica perto da natureza, fica longe da poluição, longe dos agrotóxicos, tudo isso.

> Significa produtividade, significa uma vida mais... várias coisas a terra significa, porque é da terra que vem tudo o que a gente consome. Assim, o que nós plantamos vem dela. Da terra é que vem uma sombra para você ficar embaixo, tipo agora. Então a gente necessita muito dela para viver. Significa vida também.
>
> Significa que ela que dá o nosso fruto, o nosso alimento, o nosso... não sei. Tudo que nós usamos, a maioria das coisas é da terra, tipo a árvore, o arroz, o feijão, é tudo da terra. A terra significa muitas coisas.
>
> A terra significa tudo. Tudo. Pensa: pra você se alimentar, vem de onde?! Da terra. Pra você criar uma criação, cria onde?! Na terra. Para construir sua casa, você constrói onde? Em cima da terra. Para buscar água, você busca onde? Embaixo da terra. Então, a terra é tudo. Sem a terra não vive.
>
> Sobrevivência. Significa moradia, significa, no nosso caso, segurança, porque dali você sabe que vai tirar seu sustento. É isso.
>
> A terra é uma conquista. Nós viemos para cá com a intenção de pegar a terra, né?! Construir a vida através da terra. Então, é uma conquista. Quando você chega e fala que a terra é sua, é uma conquista. Na cidade não tinha nem casa, era casa de aluguel. A vida era feia. Aqui é uma conquista: você lutou para ter isso, você conseguiu.
>
> Para mim significa um lar, que eu nunca pensei em ter como jovem; de estar ali, criar uma família, poder trabalhar nela, tirar meu sustento, isso é uma vitória grande. Conhecer, ter contato com outras pessoas, aprender.
>
> A terra é a vida, não tem outra... É um sinônimo de vida. Tem vários fatores, mas... Para mim é um modo de vida diferente que a gente busca construir.
>
> Agora, no momento, para mim significa de onde eu vou tirar o meu sustento. Eu falo assim: não é só terra de produzir, mas é onde eu vou viver.

No limite, para esses jovens, a terra sintetiza em significado o encontro com a dignidade que a sociedade brasileira lhes negou

ao longo de toda a sua história; o encontro com valores, referências e sentimentos que até então, em sua maior parte, não integravam seu repertório cotidiano nas relações que estabeleciam. Por essa razão, superam os constrangimentos de viver debaixo da lona preta. Pois, na terra, as necessidades e as dificuldades que experimentam têm causa: é a vida.

Sobre o lugar dos jovens: responsabilidades perante a família, o assentamento Mário Lago e a luta do MST

Os jovens do MST refletem a vida cotidiana no assentamento Mário Lago e expõem valores, referências e ausências comuns, muito embora seu lugar na família, na comunidade, no movimento de luta não seja comum, não seja idêntico. Se alguns se voltam para a militância política e, com isso, deixam de viver, cotidianamente, próximos de suas famílias e no território no qual despontaram para a luta política do MST, outros permanecem no assentamento.

Entre aqueles que vivem no assentamento Mário Lago, homens e mulheres possuem lugares distintos, indicados através do relato de seu cotidiano, das atividades que estruturam seu dia a dia. Com isso, mostram-nos seu lugar na família, no assentamento, na comunidade e/ou no movimento de luta do qual participam.

Os homens, basicamente, se dedicam ao trabalho no lote, e aqueles que possuem idade escolar voltam-se também para os estudos, a fim de concluírem o ensino fundamental e/ou médio:

> Primeira coisa, quando eu acordo, eu trato dos meus bichos. Depois vejo o que tem para fazer e "mando a madeira". Quando eu não estou trabalhando eu estou "biritando", porque nós gostamos de "tomar uma" de vez em quando. Nós gostamos também de pescar. Mas aqui é aquele negócio: não falta serviço aqui. Se você for ver mesmo o dia a dia da gente, serviço é o que não falta. Tem serviço de todo lado.

> Eu estudo de manhã, vou para a escola, aqui no bairro [Ribeirão Verde] e a tarde eu ajudo no serviço, quando tem coisa pra fazer, senão,

> eu fico andando aqui [no assentamento] mesmo. Às vezes tem reunião do teatro, aí eu vou. Às vezes tem alguma no Pau D'Alho [Centro de Formação Dom Hélder Câmara] aí eu vou. É isso.
>
> Ah, na época de plantar, assim, fico mais mexendo com planta, cuidando de bicho. À noite, às vezes, tem noite cultural, mas quando não tem eu fico em casa. Mas é mais trabalhando mesmo.
>
> Ah, eu acordo vou ver com a minha mãe o que tem que fazer, porque se não fizer as coisas ela não deixa sair. Vou catando lenha, vou trabalhar, bater a terra no fundo do lote, limpando o espaço. Porque eu trabalho duas horas por dia, de segunda a sexta. Sábado e domingo é livre. Como eu estudo de tarde, eu trabalho das sete às nove ou das oito às dez, a gente escolhe. Se eu não trabalhar segunda, desconta no sábado. E assim vai. Eu também participo do grupo de teatro, quando tem reunião. Essa é a rotina aqui. Aí, depois do almoço eu vou para a escola. De noite eu passeio aqui. Se tem noite cultural, eu vou, se não tem, eu só passeio mesmo. É isso.
>
> Olha, agora nós estamos com um projeto de horta, então, eu falei para o meu pai que eu vou investir minha força toda nisso. Então, eu acordo cedo e já desço para a horta para molhar e cuidar de lá. Eu inventei uma roda d´água lá, então, agora é bom. Então eu passo o dia trabalhando. De noite eu fico em casa, às vezes vou aqui nos vizinhos. É isso. Fico aqui [em casa] com o meu irmão também...

Outros três estão integrados ao curso técnico em Agroecologia, oferecido no Centro de Formação Dom Hélder Câmara; por isso, durante alguns meses por ano, se dedicam exclusivamente aos estudos, deixando o assentamento para se instalar no Sítio do Pau D'Alho:

> Eu ajudo meu pai e minha mãe aqui em casa, trabalhando, plantando, carpindo, tratando de bicho. É mais isso mesmo que eu faço todo dia. E no fim de semana a gente dá uma passeada, né?! Às vezes eu vou na cidade, mas é difícil, normalmente eu fico por aqui [no assentamento] mesmo. Quando está na época do curso de Agroecologia, eu fico lá no Pau D'Alho [Centro de Formação Dom Hélder Câmara].

> Meu dia a dia é trabalhar aqui no lote, junto com meu pai. Às vezes tem atividade cultural, no final de semana, aí eu vou, tipo, ver um filme, um forró que a gente faz, essas coisas. Mas meu negócio é trabalhar mesmo [...] A cada quatro meses eu passo dois lá no Centro de Formação, porque eu faço curso de Agroecologia.

> Eu acordo, vou trabalhar com meu pai, carpir alguma coisa, tratar dos bichos, e a noite eu fico por aqui, vou na casa de algum colega. [...] Eu faço o curso de Agroecologia, então, tem época que eu fico no sítio, no Pau D'Alho.

Entre aqueles que participaram de nossa pesquisa, dois desempenham atividades produtivas fora do assentamento, na cidade, sendo que um deles tem parte do tempo ocupado por um curso de profissionalização no ramo da indústria e outra parte dedicada ao ensino médio:

> Eu acordo de manhã, vou para o serviço. Trabalho até as onze horas, saio do serviço, vou para o Senai, faço curso de manutenção de máquina no Senai até a tarde. Venho e vou para a escola, às sete horas. Eu estou no segundo ano do ensino médio. Minha vida é isso. Aí chego tarde, chego meia-noite, vou dormir, porque tem que acordar no outro dia às cinco e meia.

> Eu já terminei o colegial, né?! Aí, no momento eu só trabalho. Eu trabalho num estacionamento, na cidade, eu lavo carro, sou manobrista, faço de tudo. Então, é de casa para o trabalho, do trabalho para casa, às vezes uma festinha aqui, ali, quando tem noite cultural. Quando tenho tempo eu mexo na terra, principalmente agora que é época de plantio. Fim de semana, sabadão, feriado, domingo de manhã eu dou uma força aqui [no lote], né?!

Dois jovens dedicados à militância política não possuem rotina no assentamento Mário Lago. Eles se voltam, integralmente, às lutas do movimento, mas um faz curso universitário em outro estado do país e fica alguns meses do ano na universidade. Quando retorna, fica à disposição do movimento, no Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara:

> É difícil falar do meu cotidiano, né?! Tem dia que eu estou aqui no Centro de Formação [Dom Hélder Câmara], tem dias que eu estou no assentamento [Mário Lago], aí eu viajo para alguma atividade. É sempre assim, meio irregular, entende?!
>
> Eu fico quatro meses por ano no Piauí, estudando, na universidade. Quando eu volto eu sempre tenho várias tarefas, porque eu sou do setor de comunicação. Aí eu fico por conta do movimento.

As jovens, em sua maioria, dedicam-se ao estudo e ao trabalho doméstico, junto com as mães ou suas referências maternas, como afirmam os exemplos a seguir:

> De manhã eu vou para a escola e à tarde eu ajudo minha mãe em casa. Só isso que eu faço.
>
> Eu acordo, limpo a casa e depois venho aqui para a frente [para a sede] sento aqui e fico aqui um pouco. Não faço nada mais do que isso não. Quando tem as reuniões do teatro eu também participo. Normalmente é só no final de semana, as reuniões, mas às vezes tem também durante a semana. É isso.
>
> Olha, o que eu faço é arrumar minha casa. Ajudo minha mãe a fazer almoço, às vezes meu pai, meu irmão a fazer uma galinha, assim. Aí depois, de tarde, se eu não tenho muito coisa para fazer, eu leio. Gosto de rever a matéria que a gente estuda no cursinho e ler. E a noite eu vou para o cursinho. Aí chego às 23h e vou dormir.
>
> Para falar a verdade, eu nunca peguei numa enxada. Nunca. Vou pegar a semana que vem, porque o matinho está nascendo e agora eu preciso ajudar meu pai; então, vamos ver como é que vai ser. Aqui eu só limpo a minha casa, ajudo minha mãe a fazer o serviço do dia a dia e só. Fico sentada. Não faço mais nada. Às vezes precisa ir buscar água lá no poço, aí eu vou. Pegar enxada, plantar, isso aí eu não sei o que é não. Vamos ver a partir da semana que vem eu vou dar uma ajudinha para o meu pai para "vencer" aquele matinho ali.
>
> Eu acordo, ajudo minha mãe a arrumar a casa. Quando minha mãe não está em casa eu arrumo sozinha. Depois eu vou na casa das minhas amigas. Eu também passeio no acampamento. Às vezes vou lá no Pau

D'Alho [no Centro de Formação Dom Hélder Câmara], se tem alguma atividade. Às vezes vou lá também com a minha mãe.

Cinco mulheres jovens, que participaram de nossa pesquisa integram o curso técnico de Agroecologia; assim, como alguns homens, também passam temporada no Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara:

> Eu participo do teatro, ajudo minha mãe a cuidar da casa, vou na escola. É isso que eu faço. Eu também faço o curso de Agroecologia.
>
> Eu fico por aqui [no assentamento] mesmo, cuidando da minha casa, junto com a minha mãe. E quando é época do curso [de técnico em Agroecologia], eu fico lá no Pau D'Alho estudando.
>
> Ah, no meu cotidiano, como você diz, eu estudo, ajudo minha mãe com a casa. [...] Às vezes, dois meses, eu fico lá no sítio [Centro de Formação] por causa do curso de técnico em Agroecologia.
>
> Eu ajudo minha mãe a fazer comida, limpar a casa, passar roupa, essas coisas. [...] Quando eu estou aqui [no assentamento] é isso que eu faço [...] Eu faço o curso de Agroecologia lá no Centro de Formação, então, tem época que eu só fico lá, também.
>
> Eu fico em casa, ajudo minha mãe com o serviço da casa e às vezes vou na sede, vou na ciranda ver as crianças. Trabalhar mesmo na roça eu não trabalho não, apesar de fazer o curso de Agroecologia. Mas como ainda está no começo [o curso] eu ainda vou trabalhar, né?!

Outras duas jovens são mães e vivem com os companheiros em seus lotes, e sua experiência já se aproxima à das outras mulheres adultas do assentamento Mário Lago:

> Eu cuido da casa, do meu filho e, quando eu posso, eu ajudo meu marido aqui no nosso lote, porque ele trabalha na cidade e quando chega do serviço tem que cuidar da nossa terrinha, porque por enquanto ainda não é possível tirar nosso sustento só da terra, né?!

> Ah, meu dia a dia é cuidar da casa, da minha filha que nasceu agora, do meu marido. Essas coisas. Às vezes eu vou em reunião de núcleo. Às vezes tem alguma outra atividade aqui [no assentamento], aí quando eu posso eu participo.

Sinteticamente, os jovens, homens e mulheres, ocupam lugar na família e no movimento de luta, trabalhando, estudando e militando.

Dois jovens cumprem papel no movimento de luta, dedicando-se à militância, uma vez que estão próximos dos quadros dirigentes do MST. Ao mesmo tempo, formam-se política, cultural e ideologicamente como quadros do MST.

Os demais, a grande maioria de jovens, cumprem importante papel na família no que diz respeito à reprodução material, seja trabalhando no lote familiar, no interior do assentamento, seja contribuindo para o aumento da produtividade do lote, seja através do salário que é trazido para o assentamento, resultado da força de trabalho vendida na cidade. Em alguns casos estudam.

As jovens também se dedicam ao trabalho, no entanto, o fazem em casa, criando condições para que os homens, pais, irmãos ou outros, sejam os provedores do lar, da família. No mais, dedicam-se aos estudos, vislumbrando o crescimento pessoal através da ampliação de sua educação/formação.

Para além das atividades de trabalho e estudo, esses jovens que vivem o cotidiano do assentamento Mário Lago voltam-se, esporadicamente, para alguma luta promovida pelo MST, quando de sua intervenção. Caso contrário, o tempo livre e produtivo dos jovens é fluido, solto, resultado da dinâmica de cada família.

É importante anotar que, no interior da família, homens e mulheres, mesmo jovens, distinguem-se, sobretudo nas atividades produtivas, ocupando lugares distintos segundo seu gênero.

A respeito das relações de gênero são poucos os trabalhos e pesquisas desenvolvidas no interior dos acampamentos e/ou assentamentos rurais do MST. Dentre eles, destaca-se a tese de doutoramento de Renata Cristina Gonçalves, que versou sobre as

experiências do Movimento Sem Terra na região do Pontal do Paranapanema. No trabalho, a autora enfatiza os momentos de participação das mulheres na luta pela terra, tanto na fase de acampamento quanto de assentamento e afirma que, conforme vai se constituindo o assentamento e emerge a luta pela sobrevivência no território conquistado, as *aprendizagens de gênero* tendem a perder sentido, acentuando a divisão sexual do trabalho e revigorando o machismo que, nessas condições, persiste no MST (cf. Gonçalves, 2005).

As lideranças do movimento em Ribeirão Preto conhecem essa distinção existente entre o lugar do jovem e da jovem, do homem e da mulher, na família. A propósito, Silas Nogueira chamou atenção para o reconhecimento feito pelas lideranças do MST da regional de Ribeirão Preto de que, na discussão sobre a cultura popular, particularmente da chamada cultura camponesa, estão presentes "muitos elementos retrógrados, machistas, reacionários mesmo e que, devido a isso, não pode ser simplesmente reproduzida, sem crítica, no interior de um movimento de transformação" (2005, p.252).

Para Kelli Mafort:

> O trabalho da juventude é muito de complementação da renda da família, então, a renda "grossa" do lote é como se fosse responsabilidade do pai ou da figura da família, um chefe da família. A mulher ou contribui com o trabalho, nunca é a principal, a não ser que a representante da família seja ela, ou contribui, fazendo a comida, cuidando dos filhos, proporcionando a estrutura para o homem trabalhar [...] (Mafort, 2008)

Nos anos de 1980 é criada no MST a Comissão Nacional de Mulheres. Junto com esta, inicia-se uma história no interior do movimento de ampliação da atuação das mulheres nas lutas políticas, nos acampamentos e nos assentamentos. Em Ribeirão Preto, no que se refere à participação das mulheres na luta do MST, um dado importante é que a maior parte da coordenação regional do movimento de luta é composta por mulheres, o que, porém, não re-

verbera no interior do assentamento, alterando as relações que estão no âmago da organização familiar, em sua dinâmica, nos valores por vezes machistas que a estruturam enquanto instituição tradicional.

Cabe ao MST ampliar a discussão sobre o lugar dos homens e das mulheres na estrutura familiar, pois a reprodução de relações desiguais tem início circunscrito; pelo menos, desde a juventude. Num horizonte de construção de relações mais justas e menos desiguais, o MST ainda deve dedicar esforços para a superação dessa realidade persistente entre seus integrantes. Por enquanto, o que os depoimentos dos jovens mostram é que, no assentamento Mário Lago, há divisão sexual do trabalho que, dialeticamente, tem implicações também na consciência dos jovens e das jovens sobre seu lugar na luta pela terra.

Para todos os jovens que participaram da pesquisa, a luta dos sem-terra é movida por toda família: crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, homens e mulheres; aqueles que estudam, aqueles que trabalham, aqueles que participam das atividades políticas e culturais promovidas pela organização do movimento de luta, aqueles que apenas vivem no assentamento; aqueles que dirigem a organização de luta e aqueles que cuidam da casa e dos demais integrantes da família:

> É o povo todo. Pai, mãe, filho, criança. Todo mundo tem um papel para cumprir.
>
> Eu acho que é todo mundo, a família inteira. Cada um tem o seu papel na luta.
>
> Todos nós. Eu, minha mãe, meu pai, meu sobrinho pequeno. Cada um tem o seu lugar na luta.
>
> Todo mundo faz a luta: das crianças até os jovens, os idosos; todo mundo que mora no assentamento.
>
> Eu falo nós, porque se eu falar eu, está errado, porque eu não faço a luta sozinho. O MST é um grupo, é um movimento, então todo mundo. Se você pegar lá em casa, por exemplo, todo mundo faz a luta. Por-

> que, olha, quando um vai pra luta, o outro tem que ficar em casa cuidando de tudo, das crianças, para o outro fazer a luta. Então, todo mundo faz a luta, porque se eu não olhar meus irmãos pequenos, de vez em quando, meu pai e minha mãe não podem fazer a luta. E tem mais: não é só o MST, porque tem muita gente que apoia nossa luta lá fora.
>
> Todo mundo. Na minha casa é todo mundo. Quando precisa sair, alguma coisa assim, se eu posso, eu vou com certeza. Meu irmãozinho também vai. Às vezes é meu pai que vai, quando é aqui dentro, por exemplo. A minha mãe, que nem, o lugar dela é dentro de casa. Meu pai também vai pra fora, mas se eu tiver tempo, saio eu. A gente se organiza.
>
> Teve uma vez, para você ver como é que é todo mundo, foi minha mãe e meus cinco irmãos para Brasília. Nessa eu não fui. Por isso é que eu falo, é todo mundo. Eles foram para o Congresso Nacional que teve em Brasília, em 2006. Foram as criancinhas, todo mundo. Em outras vezes, em ocupação, quem foi?! Eu fui, porque era uma atividade de alto risco.

Com isso, os jovens afirmam que sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa é contribuir com a luta do MST, a partir do lugar que ocupam no movimento e no assentamento. Dessa forma, os jovens não questionam quaisquer situações que possam, de nossa perspectiva, colocá-los em posição desigual, uns perante os outros, seja enquanto jovens, seja do ponto de vista das relações de gênero, enquanto homens e mulheres. A ideia de que "todos fazem a luta", cada qual em seu *lugar*, acaba, pois, por naturalizar relações, por vezes desiguais e autoritárias, entre os homens e as mulheres, entre os jovens e as jovens pertencentes à comunidade do assentamento Mário Lago.

Um "momento" de superação das cercas do gênero emerge quando os jovens e as jovens são mobilizados para a luta política, pela convocação para movimentos de ocupação de terras, junto com outros grupos, em outros lugares; atos, mobilizações, marchas ou outras ações. Ou seja, quando o movimento de luta intervém no seu cotidiano, elevando-os à condição de militantes, de sujeitos de

processos de disputa por frações do território ou demais conquistas para o avanço da luta e do movimento social.

De volta ao assentamento, os jovens voltam a ocupar o lugar definido pela dinâmica da instituição familiar.

Quando indagamos sobre sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa, os jovens que se destacam pela militância política perante os quadros adultos do MST mostram clareza de sua função e lugar no movimento social:

> Compor esse coletivo que está na organização do MST e continuar me desenvolvendo como militante, atuando na minha frente de luta.
>
> Minha responsabilidade é trabalhar com as pessoas, por meio da música, do teatro, poder me expressar. Porque eu faço parte do setor de cultura do movimento. Então, é isso, lutar junto com o movimento na minha frente de luta, que é a cultura.

Esses jovens são conscientes de seu *lugar* como militantes que se formam na luta social promovida pelo MST, pois os quadros dirigentes do movimento indicam caminhos, criam condições, delegam responsabilidades. Ou seja, uma vez considerados quadros/intelectuais orgânicos em formação, são conduzidos pelas instâncias ou setores em que escolheram militar e, nestes, têm tarefas a cumprir ao longo de todo o ano, seja a participação em mobilizações e lutas, seja a participação em cursos, encontros, reuniões, congressos ou outros compromissos internos do MST.

Para os demais, sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa é contribuir com o Movimento Sem Terra quando chamados a participar de atos, manifestações, mobilizações, ocupações de terra. Trata-se, pois, da intervenção disciplinar dada pelo movimento social do qual participam, qual seja, a de grupo de apoio, de agitação, grupo que engrossa suas bases no momento da radicalização do confronto. Em razão disso, afirmam, genericamente, que sua responsabilidade é "ajudar quando chamados" e/ou "contribuir com o que puderem", como aparece nos depoimentos que se seguem:

> É de ajudar quando eu sou chamada.
>
> Contribuir com o que eu posso. O que estiver ao meu alcance eu faço. Qualquer coisa: precisou, é para a melhoria das coisas, das pessoas, dos espaços, eu estou aí. Para o que o movimento chamar.
>
> Meu papel nessa luta é contribuir e ajudar o movimento naquilo que eles precisarem. Depois de tudo que a gente aprende aqui, seria até uma traição se a gente virasse as costas para o movimento e cada um fosse cuidar da sua vida, porque agora a gente já conhece a sociedade. Então, imagina se eu fosse embora, por exemplo, voltasse para cidade, sabendo de tudo o que eu sei hoje, o que seria?! Não seria traição?! Então é isso que a gente tem que fazer: a responsabilidade de cada um aqui é fazer luta com o movimento, estar pronto para quando o movimento chama a gente.
>
> A minha responsabilidade é contribuir com o movimento do jeito que eu puder. Aqui a gente não é obrigado a fazer nada. E nem pode ser assim. Mas a gente tem que ter responsabilidade. É obrigação. É a mesma coisa que fazer comida todo dia. Tem que ser uma obrigação, mas, assim, de responsabilidade, entende?! Então, a gente tem que ajudar quando eles chamam.
>
> Ajudar quando o movimento precisa da gente, tipo, vai fazer uma ocupação, vai fazer uma marcha, ocupar o Incra, essas coisas.
>
> Bom, eu tento ajudar. Tipo, quando tem atividade, eu sempre estou indo, quando precisa de ajudar em alguma outra coisa, a gente sempre está ajudando. Eu não sou, assim, tipo as outras pessoas que estão na frente, eu apenas ajudo.

Ademais, sua responsabilidade, concatenada às perspectivas apresentadas por suas lideranças adultas, é também garantir a produção e reprodução dos novos padrões sociais, éticos, políticos e culturais que, junto com o MST, constroem cotidianamente, como respeitar e proteger a natureza; contrapor o discurso preconceituoso e que criminaliza o movimento quando confrontado; primar pelo coletivo, integrando-se à ordem moral estabelecida pelo grupo:

> Olha, minha responsabilidade é não vender isso aqui por nada, não usar agrotóxico, proteger a natureza e mexer o mínimo possível no meio ambiente.
>
> É nossa função fazer um país socialista, porque o Brasil não é um país socialista. Todo mundo tem direitos iguais, por acaso?! Então não é um país socialista. Todo mundo sabe disso. Um juiz pode roubar e não vai preso. O pobre rouba alguma coisa e já pega logo seis meses de prisão. Está certo?!
>
> Primeira coisa que eu acho é que nós devemos pensar não só na gente, mas no nosso futuro, porque depois vai vir filhos, netos, bisnetos. Então, é pensar em menos poluição, melhorar a vida cada dia mais.
>
> É fazer os outros jovens, que estão lá na cidade, conhecerem o movimento; mudar o jeito que eles pensam sobre o movimento, porque tem muito preconceito lá fora. Eles falam que aqui só tem bandido, vagabundo, essas coisas. Então a gente tem que mudar isso através do teatro.
>
> O que eu posso fazer é orientar as pessoas e convidar para vir para o movimento também. A gente faz o trabalho de base da gente e aí também vai da pessoa: se ela quiser continuar sofrendo na cidade, na rua, fica. Para cada pessoa que você faz um trabalho de base com ela, ela vai ficar de "antena ligada nas coisas". A minha parte, o que eu posso fazer por uma pessoa, é conversar com alguém na rua.
>
> Me integrar nos padrões políticos do MST.

A participação política nas instâncias organizativas e diretivas do assentamento Mário Lago é pequena entre eles, para não dizer nenhuma. No cotidiano, as responsabilidades estão associadas à ordem familiar; uma disciplina dos jovens dada pela lógica de seu grupo familiar que não implica seu envolvimento político com o assentamento Mário Lago. Assim, se, perante a família, os jovens têm responsabilidades com o trabalho (seja no lote, no caso dos homens, seja no lar, no caso das mulheres, ou mesmo na cidade, vendendo a força de trabalho), com o estudo e a formação, diante da

organização política da vida em comunidade, da construção, proteção e conservação do território em que vivem, os jovens acabam por ficar à margem. A intervenção disciplinar oriunda do MST, que convoca os jovens para intervir na sociedade, também não implica seu envolvimento com as atividades políticas internas que, certamente, poderiam se constituir como um momento marcante de sua formação cultural.

Todos, em algum momento, integraram ou desenvolveram alguma atividade em algum setor ou instância de organização do assentamento. Em nenhum caso, os jovens mantiveram a responsabilidade da continuidade da ação:

> Eu participava das místicas, das atividades. Todas as atividades que tinham eu ia. Eu participava do EJA, dava aula aqui no EJA. Mas aí acabou... Aí eu parei. Se tivesse eu estava dando aula ainda. Mas foi parando um por um, aí acabou.

> Já participei em Getulina de uma ocupação. Já participei de ocupação aqui em Ribeirão, daquela fazenda lá perto de Serra Azul, agora há pouco tempo. Já participei de ocupação lá no Pontal do Paranapanema. Mas eu não estou em nenhum setor, não.

> Eu já fiz parte do [setor de] esporte, cultura e lazer. Hoje eu não participo mais.

> De setor, assim, eu não participo não.

> Eu participei de três ocupações. E participei também de uma marcha que a gente fez daqui [do assentamento] até o centro da cidade. Mas de setor eu não participo, não.

> Olha, hoje eu não entrei em nenhum setor, porque agora não dá mais tempo. Eu faço o curso de Agroecologia e tenho que ficar um tempão lá no Pau D'Alho.

> Eu sou do grupo de teatro, do Agitação e Propaganda. Eu também já fui do teatro da ciranda que teve aqui, já ajudei a cuidar das crianças na ciranda. Cuido, ainda, quando precisa. Mas não sou de nenhum setor, assim, não.

> Eu sou do Agitação e Propaganda, que a gente está lançando agora. Faço teatro também, mas de setor, tipo, saúde, educação, produção e tal, não.

As razões expostas para não participarem das instâncias político--organizativas do assentamento são falta de tempo, compromissos com o trabalho e com o estudo e a falta de compreensão dos processos de luta, além do medo de assumir responsabilidades:

> Eu tenho que trabalhar aqui no lote e, aí, não sobra muito tempo, né?!
>
> Eu não participo de nenhum setor, porque eu trabalho fora e estudo à noite, então, eu praticamente estou aqui o dia inteiro só de final de semana mesmo. Aí, eu dou uma "força" pro meu pai, né?!
>
> Nunca deu certo para eu ir. Eu estudo durante o dia e faço cursinho à noite, então, não dá tempo.
>
> Eu estudo de manhã e à tarde ajudo minha mãe, então, não dá tempo.
>
> Eu trabalho o dia inteiro, então, fica difícil, né?!
>
> Dá vontade de entrar num setor e tudo, mas dá medo a responsabilidade daquelas coisas que tem que fazer. E eu tenho medo de dar errado.
>
> A partir do momento que o jovem pega um setor, a responsabilidade dele cresce, então, ele tem que pegar um setor, tem que crescer junto com o movimento e ter responsabilidade. A partir do momento que ele pega um setor, a responsabilidade aumenta, porque ele não vai cuidar só dele, vai cuidar de um grupo. A partir do momento que o movimento cresce, ele também cresce. E isso é importante: criar responsabilidade dentro do MST. Eu não peguei nenhum setor porque eu estudo. Eu estudo de tarde e as reuniões que tem aqui do setor são de tarde. Mas eu estou no grupo do teatro.

Noutros termos, as atividades que desenvolvem em seu cotidiano estariam impedindo que os jovens se dediquem às atividades

coletivas da comunidade, como sua organização política, econômica ou cultural.

Igualmente, aqueles que se dedicam à militância, como já afirmamos, também não se voltam para a vida em comunidade no assentamento Mário Lago. Por isso, em termos gramscianos, esses jovens que emergem como células intelectuais, na célula econômica que é o assentamento, têm como sistemático, permanente, orgânico no seu processo de formação a luta política ampla do MST, que integra desde atividades de ocupação de frações do território nacional até atividades de organização interna do movimento social, em determinados setores como comunicação, cultura, esporte e lazer, produção, secretaria, entre outros.

Quando nos voltamos para a consciência dos jovens sobre seu papel no movimento social, aqueles que já se destacam por integrarem frentes de luta do MST, em determinados coletivos ou setores, revelam que se encontram em processo de formação:

> Eu acho que meu papel, inicialmente, é me formar no curso que eu estou fazendo e ajudar, colaborar a partir dessa formação acadêmica que o movimento me propiciou. É uma das coisas, assim, que eu posso colaborar. Além do trabalho cotidiano que a gente já faz, um trabalho aqui [no Centro de Formação] ou em uma ocupação, então, são várias coisas que a gente faz. A gente nunca faz uma coisa só, mas várias coisas ao mesmo tempo.

> Em poucas palavras, é se formar. Se formar mais. Se formar e se informar sobre o que está acontecendo e prosseguir na luta, cada um no espaço que ocupa, seja na [frente ou setor de] comunicação, seja na [frente ou setor de] produção, enfim...

Para esses jovens, a formação para a luta é o que está na base de sua experiência. Seu papel é dado pelo processo dialético constituído pela formação e pela luta, algo que os insere na atividade política ampla do movimento social.

Para os demais, aqueles que vivem o cotidiano do assentamento Mário Lago, seu papel é contribuir quando convocados pelo MST,

participar de quaisquer atividades políticas ou culturais do movimento, como integrar ocupações, atos públicos, mobilizações, entre outras atividades, levando sua *alegria*, sua *força*, sua *energia* jovem:

> É levar o movimento pra fora, entendeu?! Através do teatro, a gente conscientizar os jovens lá de fora, pra eles mudarem o que eles pensam da gente, esse negócio de preconceito e tal.
>
> É, assim, fazer mística, é se apresentar para fora. É fazer mística, o teatro.
>
> A força dos jovens, o jeito, a alegria, disponibilidade dos jovens na luta lá fora. Mas tem também que ter ordem.
>
> É ocupar os grandes latifúndios, agitar, fazer animação, essas coisas.
>
> Ajudar quando o movimento precisar de nós.
>
> Contribuir com o movimento quando ele chama a gente. Esse é meu papel no movimento.
>
> É dar continuidade ao que os mais velhos já começaram.
>
> Eu acho que o papel do jovem é aprender com os experientes para fazer a luta depois, quer dizer, fazer a luta agora e depois.
>
> Meu papel no movimento é lutar junto com todo mundo, quando o movimento precisar da gente.
>
> Eu acho que o papel dos jovens no MST é continuar a luta que os mais velhos já começaram. O movimento fala muito para a gente isso: que a gente é o futuro do assentamento, que, sem a gente, a luta acaba. Então, eu penso que nós temos que levar a luta do movimento para a frente, depois passar para as crianças de hoje.
>
> Ah, contribuir com a luta política e social do jeito que eu puder contribuir.

Como a atividade política não é um dado estruturante de seu cotidiano, embora participem da luta do MST, integrando suas bases, trata-se de outra dimensão de disciplina, de militância política

quando da intervenção do MST no cotidiano desses jovens, mobilizando para atividades políticas *fora* do assentamento. Kelli Mafort, na entrevista de maio de 2008, afirma que:

> Nas reuniões de núcleo do [assentamento] Mário Lago, a não ser que seja um tema muito extraordinário, quem participa mais são os homens, as mulheres, o que acaba trazendo muitas preocupações, e muitos homens, aquela ideia do chefe de família, reproduzindo aquele modelo. A gente percebeu também [...] que algumas ações que a gente fez, por exemplo, quando vai fazer marcha, quando vai fazer ocupação, mesmo em nível local, aí essa juventude aparece. Mas há um acordo interno da família também para poder definir [o lugar de seus integrantes no assentamento e na luta pela terra]: "Ó, vai ter reunião de núcleo, tem que ir alguém da família e vai discutir temas importantes quem vai?!". Vai o chefe da família. "Vai ter a luta, vai ter a ocupação. Quem vai?! Vai ter que ficar dois dias. Quem tem essa disponibilidade?!" Mais a juventude [...] Então tem também algumas decisões que se dão no âmbito da família que muitas vezes a gente não se dá conta. Lá no dia a dia da base, ao mesmo tempo que tem toda essa questão da participação, que melhorou muito, por outro lado, acho que tem aqueles jovens que são quase invisíveis, quer dizer, que estão lá, são extremamente importantes para a construção da vida material da comunidade, mas que não aparecem no processo.

Com isso, os jovens passam ocupar lugar na família, na sua reprodução física e seu desenvolvimento, no entanto, ocupam o *não-lugar* perante a realidade política do assentamento, sem assumir responsabilidades na organização do território em que vivem. O mesmo ocorre com aqueles que se dedicam à militância política, que acabam por distanciar-se da vida cotidiana da comunidade e do território que têm como referência coletiva.

Quando indagamos se os jovens têm voz no interior do movimento, eles afirmam que sim, desde que manifestem *interesse*, ou seja, despontem ou revelem capacidades e disposição para atuar em alguma frente de luta ou participar de alguma atividade política de organização do assentamento:

> Depende de cada jovem, porque tem várias realidades. Tem jovens que se interessam, aqueles que entram, que fazem, esses têm voz no movimento. Depende de cada jovem, da realidade de cada jovem. Porque a gente está no movimento, muitas coisas são parecidas, mas cada um pensa de uma maneira, cada um tem uma realidade e o processo de entendimento de cada um é diferente. Então não é fácil. Tem uns que vão, que querem participar e esses têm espaço para falarem. E os que querem participar, a organização "abraça".
>
> Aquele jovem que é interessado tem voz no movimento. E também a gente pode participar das reuniões do setor, do núcleo. Eles convidam a gente para participar, então quem quiser participar pode participar e aí tem voz sim.
>
> Vamos pôr, no caso, aqueles que estão no coletivo, no núcleo, que têm "aproveito", sim. Senão, não. Não adianta querer inventar coisa que não dá certo, né?
>
> O movimento chama a gente para participar, mas o "cara" tem que ter interesse também, né?!
>
> O jovem tem voz sim no movimento. Se ele demonstrar interesse, ele tem voz sim. A gente é ouvido nas reuniões de núcleo e até na coordenação, mas tem que ter interesse em participar dessas reuniões, porque oportunidade o movimento está dando, né?!

Uma jovem, no entanto, revela a necessidade de ser ouvida pelos dirigentes do movimento em outras instâncias que não as de organização tradicional dos assentamentos do MST, como reuniões de núcleos, de coordenação ou assembleias. Espaços de organização da comunidade que, como vimos, não conta com a presença de jovens.

> A gente tem as reuniões para poder falar. São as reuniões dos núcleos. Antigamente tinha a reunião da juventude, mas acabou. Mas eu acho que eles escutam a gente aqui, mas não escutam muito ainda. Eles podiam escutar mais a juventude, de uma outra forma. Igual, antes aqui, eles passavam filme sobre o Che, a Olga Benário para dar uma cultura a mais para os jovens. Agora parou. Não está fazendo mais nada,

> nada, nada. A única coisa que tem é o curso de teatro. No dia a dia não tem nada para fazer. Só quando eles chamam para alguma atividade no Pau D'Alho, uma palestra, um curso. Mas quando eles não chamam não tem nada. Você fica o dia inteiro parado. Então eles tinham que ouvir mais a juventude, igual você está fazendo aqui hoje comigo.

Tal situação não permite que os jovens sejam mobilizados para apresentar suas pautas, suas reivindicações e participar do processo de construção da própria comunidade. Aquilo que poderia se constituir em tarefa ou responsabilidade dos jovens perante sua comunidade fica relegado aos adultos.

Antonio Gramsci, em seus escritos entre os anos de 1914 e 1926, afirmou de forma contundente a negligência da esquerda para com a juventude:

> confessemos: os "adultos" não só se desinteressam, não só ignoram, mas em parte e deliberadamente têm em menor conta o movimento dos jovens. Na assembleia, eles são sempre poucos e tolerados e nas últimas discussões que se realizaram, na preparação do congresso e que em alguns momentos foram longas, vivas, até tempestuosas, não faltou quem insultasse o ardor e a impetuosidade juvenil, quase considerando-a como uma *claque*. Inútil lamentar: a organização dos jovens foi sempre ou quase sempre considerada um pouco à parte [...] (1971, p.410)

Mas a lição veio da direita, que não se omitiu perante a presença desses sujeitos jovens:

> aqueles jovens, vindos do socialismo não podiam fazer menos que tornarem-se, de imediato, os guias, os chefes. E uma viva onda desta energia destinada a se impor e a conquistar os primeiros postos de combate eram agora os fascistas juvenis. (Ibidem, p.409)

Parece latente a necessidade da constituição de fóruns permanentes para a manifestação da consciência dos jovens.

A consciência juvenil perante o MST e a luta pela terra: a formação ideológica

Dado o pouco ou quase nenhum envolvimento político dos jovens com as instâncias de organização da comunidade em que vivem, o MST passou a considerá-los como grupos que poderiam atuar *fora* do assentamento, potencializando suas capacidades para contribuir em processos como ocupação do território, mobilizações e atos políticos na cidade, marchas, por meio da criação do coletivo Agitação e Propaganda.

Na prática, os jovens são mobilizados para voltar-se ao "enfrentamento direto das forças hegemônicas", no dizer do MST. Assim, a ocupação de frações do território passa a ser a principal atividade política que os jovens desenvolvem no MST.

Essa dimensão pedagógica foi tratada por Roseli Caldart, que afirmou que "a ocupação [de terras] é, das vivências, [...] talvez a mais rica em significados socioculturais que formam o sujeito Sem-Terra", uma vez que tem a capacidade de promover rupturas fundamentais com determinados padrões culturais hegemônicos presentes nas sociedades capitalistas contemporâneas (2004, p.167), rearticulando todas as dimensões da vida social, como o trabalho, a educação e a cultura.

Todos os jovens já participaram de alguma manifestação, ato político, marcha ou ocupação de prédio público, de órgãos do governo, como Incra. Para aqueles que militam no movimento, são tarefas mais contínuas, embora nunca corriqueiras. Eles sabem da importância política da ocupação na conquista de território, publicização da questão agrária brasileira e avanço da luta; são conscientes de seus significados culturais, de seus aspectos simbólicos:

> A ocupação de terras para mim é para denunciar mesmo o que esses capitalistas, esses caras estão fazendo com a terra e também beneficiar as famílias que estão passando por dificuldades na cidade. Porque há uma concentração de terras na mão de poucos e um monte de gente passando fome na cidade e no campo. Esta é uma lógica que não entra

na minha cabeça, que tem que ser combatida. Quanto mais ocupações de terra tiverem, melhor, mais famílias para serem assentadas e beneficiadas pela reforma agrária que o Estado não faz.

É um dos movimentos que é simbólico para o movimento. Apesar do movimento estar crescendo bastante em outras áreas, na discussão de outras áreas, eu entendo que a ocupação não deixou de ser aquela coisa simbólica do movimento, que é quando as pessoas, naquele momento, iniciam seu sonho. A partir da ocupação [é] que elas vão começar a lutar por um assentamento, vão começar a lutar por um pedaço de chão e depois vão começar a lutar por saúde, educação. Tudo vem depois da ocupação. Antes você tem um contato com as pessoas no trabalho de base, quando você vai chamar as pessoas para lutar pela terra, mas nada é comparado com a ocupação. A ocupação unifica, porque sozinho ninguém faz uma situação.

Para os demais jovens, a ocupação é momento de muita euforia, alegria e até mesmo de *festa*. Trata-se do *não-cotidiano*. Todos se empolgam ao falarem das ocupações de terras que integraram, pois significa a participação política efetiva nos processos de luta. Na ocupação, como dizem, não são "quaisquer uns"; ao contrário, sentem-se sujeitos da luta, saem da invisibilidade das estatísticas dos órgãos públicos ou privados que poderiam integrar se estivessem na cidade e mesmo da invisibilidade que têm no assentamento Mário Lago. Ao menos no âmbito da história da qual participam, os jovens passam a ganhar relevância por meio do MST, quando mobilizados para suas lutas.

O significado do movimento de ocupação é dado pelos jovens. Para alguns, trata-se do momento da denúncia da necessidade de realização da reforma agrária no Brasil, da necessidade de criação de outro padrão de agricultura, que privilegie a produção de alimentos e a proteção dos recursos naturais:

A ocupação é a denúncia daquilo que está errado na sociedade, né?! Aquilo que está errado no campo, de uns fazendeiros terem muita terra e nós não termos nada.

> A ocupação é um meio de a gente mostrar que a gente não está brincando, entendeu?! É um meio de mostrar que a gente precisa de terra, que sem a terra não vai ter nada. Porque, se deixar como está, com esse negócio do agronegócio, daqui uns cinco anos todo mundo só vai comer cana, porque só vai ter cana.
>
> A ocupação para mim significa você estar ocupando um espaço que não está dando produtividade. Igual aqui [no assentamento], só era cana, para todo lado que a gente olhava só tinha cana. E ocupamos aqui e hoje é um espaço diferente, um espaço natural.
>
> A ocupação é um jeito do movimento de denunciar o grande latifúndio, porque "os caras" usam a fazenda sem pagar imposto e acham que vai ficar assim mesmo. Então, ocupação é isso. Tem que ter sem-terra pra fazer isso, porque está cheio de terra devoluta aí que o Incra não fala nada, não faz nada. Então nós temos que descobrir e ocupar pra denunciar.
>
> A ocupação é o jeito que o MST tem de mostrar a nossa situação de sem-terra, que precisa de terra para produzir, para trabalhar. Eu acho que é isso: o jeito nosso de falar "ó, nós precisamos da terra e eles [proprietários] não!".
>
> Na ocupação nós vamos chegando e já vamos passando o trator e arrancando a cana, já vai fazendo essas coisas. Já vai fazendo a ocupação e a mudança necessária para o lugar, né?!

Outros jovens afirmam o aspecto "catártico" do movimento de ocupação, a organização dos trabalhadores para lutar por direitos coletivos, o sentimento do tornar-se sujeito proporcionado pela luta, cujo impulso está na coragem de cada um deles para enfrentar as forças opressoras presentes na sociedade; a construção da liberdade para se expressarem e a formação da consciência política. Enfim, é a afirmação da identidade daqueles que lutam:

> Eu acho bom, viu?! Porque, assim, lá na ocupação a gente canta, sei lá, a gente consegue falar, a gente fala as coisas que a gente precisa, o que a gente acha. Eu falei bastante lá, porque antes eu não conseguia falar, sabe, o que eu estava pensando. É bom a gente expressar o que a

gente quer. E a ocupação, para mim, é isso, é mostrar que a gente não tem medo, que a gente não é o que eles falam, que a gente tem caráter. Eu acho que é isso, a gente mostrar o que a gente é, que a gente tem caráter.

É um negócio diferente: aquele pessoal tudo junto, organizado, entrando, cantando, cortando cerca. Uns montando barracos, outros montando cozinha. É demais. Mexe com a pessoa. Sei lá, é uma emoção que é uma coisa que é diferente. Não consigo explicar. Você vê todo mundo organizado, todo mundo lutando por um pedaço de terra, por igualdade.

Eu já participei de algumas ocupações. Mas eu fiz uma ocupação em Limeira que foi ali que a minha cabeça começou a pensar tudo. Lá eu entendi tudo o que eu ouvia no movimento. Deu muita força pra mim, muita força. Minha cabeça abriu, entende?!

Esses jovens estão, com isso, expressando sentimentos que só encontram na luta política. Sentimentos que revelam o sujeito *por inteiro*, com todos os aspectos de sua individualidade, seus sentidos, suas paixões, suas concepções políticas e ideológicas, pressupostos que estão na base da atividade política ampla do MST. São elementos da subjetividade dos jovens que, em termos gramscianos, poderiam ser desenvolvidos e difundidos entre esses sujeitos, tornando-se "um senso comum renovado com a coerência e o vigor das filosofias individuais" (Gramsci, 1999, p.101).

Antonio Gramsci voltou-se para a reflexão dos temas da formação política e ideológica, tratando da radicalização da luta de classes na Itália nos seus escritos entre 1921 e 1926. Para ele, o partido político, principal instrumento de organização da classe trabalhadora de sua época, deveria preocupar-se com seus quadros militantes, dedicando esforços tanto para sua organização política quanto para a elevação de seu nível intelectual e moral, pois concebia que:

a luta do proletariado contra o capitalismo se desenvolve em três frentes: a econômica, a política e a ideológica. A luta econômica tem três fases: de resistência contra o capitalismo, ou seja, a fase sindical ele-

> mentar; de ofensiva contra o capitalismo pelo controle operário da produção; de luta pela eliminação do capitalismo através da socialização. Também a luta política tem três fases principais: luta para limitar o poder da burguesia no Estado parlamentar, ou seja, para manter ou criar uma situação democrática de equilíbrio entre as classes [...] luta pela conquista do poder e pela criação do Estado operário, ou seja, uma ação política complexa através da qual o proletariado mobiliza em torno de si todas as forças sociais anticapitalistas (em primeiro lugar, a classe camponesa) [...] a fase da ditadura do proletariado organizado em classe dominante [...] A luta econômica não pode ser desligada da luta política e nenhuma das duas pode ser desligada da luta ideológica. (p.292-3)

Uma vez que sintetizava as três frentes de luta, o partido não poderia exigir que cada homem tivesse total compreensão, ou consciência "de toda a complexa função que sua classe está destinada a desempenhar no processo de desenvolvimento da humanidade", mas assim deveria ser com seus membros/quadros, pois ele deveria representar a consciência superior, no transcorrer das transformações da experiência de classe. Caso não o fizesse, não estaria à frente das massas, não as dirigiria. Por isso, o instrumento de organização da classe trabalhadora deve tornar sistemática e intensiva a atividade no campo ideológico, sobretudo quando reconhecia que a atividade teórica, a luta na frente ideológica, era negligenciada pelo movimento operário italiano.[1] Assim afirma:

> todos os membros do Partido, cada qual em seu ambiente, [devem ser] capazes de se orientar, de saber extrair da realidade os elementos para estabelecer uma diretriz, a fim de que a classe operária não se abata, mas sinta que continua sendo dirigida e ainda pode lutar. Portanto, a preparação ideológica de massa é uma necessidade da luta revolu-

1 Gramsci está se referindo ao movimento operário italiano. Ele dedica crítica contundente tanto à ausência e falta de difusão do marxismo pelo próprio Partido Socialista, que integrara antes da fundação do Partido Comunista Italiano, quanto à apropriação burguesa dos escritos de Marx (cf. Gramsci, 2004b, p.294-5).

cionária, uma das condições indispensáveis para a vitória. (Ibidem, p.297)

O Movimento Sem Terra não se omite perante a necessidade de formação ideológica de seus quadros, embora nem todos tenham consciência de sua "complexa função enquanto classe trabalhadora". Afinal, são jovens em processo de formação cultural, política e ideológica que ainda não possuem concepções consolidadas. No entanto, para os jovens *militantes* do MST, aqueles que se integram a suas frentes de luta, a atividade prática e teórica é frequente, por vezes densa, já que recebem oportunidades para participar de encontros, discussões, cursos de formação geral e política em todo o país e mesmo no exterior, cursos em nível de graduação, elevando seu nível cultural e intelectual para além dos limites do assentamento Mário Lago, do Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara e da regional do MST, em Ribeirão Preto.

Para os demais jovens, que vivem o cotidiano do assentamento Mário Lago, são as atividades políticas e culturais locais, cursos, minicursos, oficinas, fins de semana de estudos, por vezes encontros ou congressos em outras regiões, quando chamados a engrossar a base de mobilização do MST. Enfim, um conjunto descontínuo de atividades.

Alguns poucos concluem o ensino médio no próprio MST, integrando a formação geral e profissional fornecida pelo curso médio técnico em Agroecologia. Outros estudam na cidade, cursando ensino fundamental e médio ou mesmo cursinho preparatório para o vestibular, como é o caso de uma jovem. Há, ainda, sobretudo entre os homens, aqueles que se dedicam apenas às atividades produtivas, no assentamento ou na cidade.

Quando os jovens são indagados sobre questões relativas à luta pela terra, a transformação social e política do país constitui referência comum, embora a reflexão dos jovens se dê sobre bases distintas, demarcando o lugar que cada um ocupa no movimento de luta.

Aqueles jovens que vivem a luta política ao lado dos dirigentes do movimento social procuram expressar a luta política do MST em sua totalidade, afirmando a necessidade de realização da reforma agrária no país e, além desta, a urgência em torno da universalização de direitos sociais constituídos, como saúde, educação e cultura, criando, quiçá, uma via de socialismo no Brasil:

> Organizar as famílias, formar mais assentamentos, mais acampamentos, ocupar mais terras e contribuir para um efetivo processo de democratização de terras neste país. Quem sabe, criar uma via de construção de uma sociedade socialista, né?! Mas ninguém vive só de terra, né?! Então, a função do movimento é também atuar em frentes como educação, cultura, etc.
>
> O papel do MST é descortinar os olhos das pessoas daquilo que elas vivem na cidade e trazer para a terra, para lutar pela terra. E não só pela terra, mas lutar por uma vida mais justa, por dignidade, por uma vida diferente dessa que está aí, lutar por saúde, por educação, enfim, por direitos.

Outros jovens expressam, em termos gramscianos, sensações imediatas, oriundas das práticas de resistência que experimentam no MST e a apropriação de elementos do discurso transformador do movimento social do qual participam:

> Mostrar que o capitalismo não está com nada, nem o agronegócio, porque o pessoal fica achando que eles são bons, que estão querendo fazer alguma coisa por nós, entendeu?! Na verdade, eles não querem fazer nada. E o MST tenta mostrar isso: que eles não querem. Que a única coisa que eles querem é lucro, dinheiro e que não estão nem aí se a nossa gente come, se a nossa gente tem onde dormir.
>
> O papel deles é achar uma fazenda e a gente entrar em ação. Eu acho que esse é o papel. Fazer a reforma agrária, fazer ocupação.
>
> Eu acho que é fazer luta, lutar contra os transgênicos, ocupar, tirar as terras dos capitalistas. Acho que é isso.

É aquele negócio: ensinar a gente a viver com dignidade e a lutar pelos nossos direitos. Tem muitas pessoas que são cegas, que não enxergam nada além do que ela está vendo na frente dela.

Continuar lutando pelos ideais que o MST defende: a terra, a reforma agrária; continuar lutando por um país socialista, por um país que não seja capitalista, ocupando terra improdutiva.

Eu acho que é construir uma sociedade socialista. Socialista, assim, de todo mundo ter direitos iguais, né?! Um movimento coletivo, com bastante ocupação.

Ocupar. Ocupar lugar que está improdutivo, que está parado, que usa agrotóxico para contaminar a natureza. Está cheio de impurezas, aí. Aí para mudar nós estamos ocupando, mostrando nossa cara. É isso aí que o movimento tem que fazer.

Eu acho que o papel do MST é abrir a mente das pessoas. É levar para as pessoas novos valores, o que realmente importa para o ser humano para ele se formar, se transformar em um novo homem, uma nova mulher. É mostrar para as pessoas o que importa, às vezes, para as pessoas. Hoje as pessoas só pensam em ganhar dinheiro, pensar só em si, que para crescer tem que pisar no noutro, uma competição. É isso o que a sociedade está passando e esquece às vezes que tem outras coisas que é importante para as pessoas, para elas serem felizes. Eu acho que esse é o grande papel do MST: abrir a mente e mostrar tudo isso para o ser humano.

Eu acho que o papel do movimento é ocupar, tirar a muita terra de latifundiários que não usa para nada, tem de mais e não usa para nada e dar para quem precisa realmente de um lar e lugar para trabalhar.

"Formar consciências" sobre as desigualdades no campo, ocupar e socializar as terras no país, fazer reforma agrária, lutar contra os transgênicos, ensinar as pessoas a viver com dignidade, lutar por

direitos sociais e coletivos, construir uma sociedade socialista, criar um novo homem, para além das categorias da sociedade produtora de mercadoria, é, sinteticamente, um repertório que integra a atividade política ampla do MST, sua contribuição na luta pela criação e desenvolvimento de um país melhor, mais justo e igualitário.

Certamente, trata-se também de referências próprias de *militantes*, de sujeitos que lutam com um sentido progressista da história. Por isso, é possível afirmar, junto com Gramsci, que estamos diante do "núcleo sadio do senso comum, que poderia ser precisamente chamado de bom senso" (1999, p.98).

Noutros termos, a designação, na fala desses jovens, de noções e pré-noções sobre as desigualdades que estruturam as relações sociais no Brasil, a partir da realidade agrária do país, significa, ainda em linguagem gramsciana, o início da elaboração crítica da estrutura em superestrutura na consciência dos jovens, o início da passagem do objetivo ao subjetivo, configurando-os, certamente, como militantes. Por isso, "merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente" (ibidem, p.98), potencializado pela superação do traço marcadamente descontínuo de sua formação política e ideológica, dada pela participação esporádica desses jovens em processos de ocupação de território, outras mobilizações do MST e cursos de formação descontínuos.

O futuro dos jovens

Carmem Leccardi voltou-se para a reflexão das bases que os jovens encontram para a projeção de seu futuro nas sociedades ocidentais contemporâneas. Concebeu a juventude como "fase biográfica de preparação para a vida adulta" e indicou mediações para a discussão do tema. Para Leccardi, a capacidade juvenil em reprimir os "impulsos hedonísticos, [associada] à determinação de adiar para um tempo vindouro a satisfação possível que o tempo presente pode garantir, em vista dos benefícios que esse adiamento torna possíveis", é o que diferencia a projeção do futuro de uns e outros. Trata-se de um mecanismo chamado pela autora de *diferimento de recom-*

pensas: "aqui, o presente não é apenas uma ponte entre o passado e o futuro, mas a dimensão que 'prepara' o futuro" (Leccardi, 2005, p.35).

No entanto, afirma a autora:

> quando a mudança, como ocorre em nossos dias, é extraordinariamente acelerada, e o dinamismo e a capacidade de performance são imperativos, quando o imediatismo é um parâmetro para avaliar a qualidade de uma ação, investir num futuro a longo prazo acaba parecendo tão pouco sensato quanto adiar a satisfação. (Ibidem, p.35)

Recorrendo à proposta analítica de Ulrick Beck, a socióloga nos situa num tempo histórico denominado "segunda modernidade". Para seu autor de referência, a "primeira modernidade" foi inaugurada no início da modernidade industrial, percorrendo os séculos XVII, XVIII, XIX, até início do século XX, nos quais perdurou a realidade do Estado nacional e do progresso associado à ideia geral de *controle*. A "segunda modernidade", por sua vez, *modernidade contemporânea*, emerge governada pela intensificação dos processos econômicos e financeiros globais, pluralismo de valores e autoridades, individualismo institucionalizado, identidade compósita (que mescla elementos locais e globais), caracterizando-se

> por uma dimensão de riscos globais: crise ambiental, terrorismo internacional, ameaças econômicas (mas também, por exemplo, sanitárias) de tipo planetário, novas modalidades de desigualdade social, a partir do empobrecimento crescente de áreas cada vez mais devastadas do planeta, e, associadas a essa última, novas formas de subocupação com reflexos devastadores no plano existencial. Nesse cenário, há cada vez menos espaço para dimensões como segurança, controle, certeza [...] Se o futuro que a primeira modernidade observara era o *futuro aberto*, o futuro da modernidade contemporânea é o *futuro indeterminado e indeterminável*, governado pelo risco. (Ibidem, p.43, grifos da autora)

Nesses termos, a ideia de projeto estaria, pois, posta em xeque, para não dizer esgotada. Por isso, a incerteza quanto ao futuro seria

o fenômeno contemporâneo presente na vida dos grupos sociais distintos, especialmente na vida daqueles sujeitos integrados à categoria social dos jovens, que se encontram em fase de preparação para a vida adulta.

A juventude, para Carmem Leccardi, possui dupla conexão com o tempo: por um lado, é considerada uma condição provisória, por outro, é chamada pela sociedade para construir "formas positivas" de relação com o seu tempo de vida e o tempo da sociedade. Até poucos decênios, prossegue a socióloga, essa relação, para os jovens do sexo masculino, "substanciava-se [...] em fases biográficas lineares e bem reconhecíveis", quais sejam: primeiro, a preparação para o trabalho, através da formação escolar; segundo, o exercício do trabalho remunerado; terceiro e último, a aposentadoria. "Hoje, essa trajetória biográfica, capaz de garantir um percurso previsível para o ingresso na vida adulta, constitui não mais a regra, mas a exceção." Com tais afirmações, Leccardi não está afirmando seu desaparecimento por completo, mas o desaparecimento tanto de sua "ordem e irreversibilidade" quanto da "moldura social" que garantia seu sentido global. Mais elucidativamente, afirma:

> As instituições sociais continuam a cadenciar os tempos do cotidiano, mas desapareceu sua capacidade de garantir aos sujeitos uma dimensão fundamental na construção da individualidade: o sentido da continuidade biográfica. [...] na sociedade do "risco mundial", uma trajetória socialmente normalizada em direção à idade adulta deixou de existir. (Ibidem, p.49)

Augusto Caccia-Bava, apoiado pelo sociólogo mexicano Pablo González Casanova, tratou de um aspecto marcante das formas cotidianas de existência afirmando que:

> A eliminação das referências históricas do passado de luta, de tradição, de princípios de autoridades, todos constituídos no confronto entre grupos de distintas classes que se antagonizam, acaba por produzir as chamadas "opções políticas focalizadas", que "alteram categorias inteiras, como as de classe ou nação". Além disso, "desintegram

> as categorias sociais e políticas", transformando-as nos chamados "interesses particulares", que cria obstáculos ao esforço de "conceber--expressar-atuar das classes ou da nação". É claro que essa política e essa ideologia dominantes se realizam em consequência de estratégias formuladas no âmbito do capital financeiro, com vistas a ampliar os espaços de liberdade para sua realização. (2006, p.60)

Em outros termos, se os *riscos globais* obstacularizam a capacidade de projeção de futuro, marcando fortemente a experiência juvenil, as instituições públicas ou privadas, responsáveis pela elaboração de "políticas focalizadas", atuam, fundamentalmente, gerindo riscos, corroborando, então, a capacidade de reprodução do capital, hoje hegemonicamente financeiro, antes de amparar o sujeito contemporâneo.

Os jovens sem-terra do assentamento Mário Lago confrontam o passado recente e a vida presente na comunidade daqueles que lutam pela posse da terra na autodenominada "capital nacional do agronegócio". Por essa razão, é em *movimento*, na luta política, na vida em comunidade no assentamento Mário Lago que recuperam a noção de projeto e falam do futuro.

Para aqueles jovens que integram frentes de luta do movimento, formando-se como *intelectuais* do MST, a luta política, valor maior que cultivam, é seu presente e futuro:

> Eu já milito no movimento e pretendo continuar militando. Esse é meu futuro. Eu não quero me afastar da luta nunca. É por causa da luta que eu estou estudando, fazendo faculdade, me formando justamente para contribuir com o movimento depois de formado.

> Eu faço um monte de cursos, participo das lutas junto com o movimento em vários lugares, vou em encontros de jovens, congressos, pra quê? É para contribuir com o movimento hoje, mas é também para aprender para poder continuar contribuindo sempre.

Os demais jovens expressam as oportunidades que têm por integrar a comunidade do assentamento Mário Lago, por ter con-

quistado um pedaço de terra, junto com seus pais, através da luta do movimento, diferentemente do que experimentaram nas cidades, onde viveram desamparados, desassistidos pelo Estado, sem efetivação de direitos fundamentais, como demonstram algumas das falas seguintes:

> Aqui [no assentamento] nós temos oportunidades. [...] Acho que lá [na cidade], se eu estivesse lá, eu não sei o que seria. Acho que até parado de estudar eu tinha, porque lá eu já nem queria mais estudar.
>
> Aqui [no assentamento] a gente tem um futuro. Na cidade a gente não sabe o que vai acontecer hoje, muito menos amanhã. Lá [na cidade] eu não sabia nem se ia ter almoço ou não.
>
> Aqui [no assentamento] é possível planejar as coisas, sabe?! Aqui eu penso em estudar, penso no que eu posso fazer no futuro. Na cidade também pensava nisso, mas era mais sonho, entendeu?!
>
> No movimento eu tenho onde morar, tenho serviço, tenho o que comer, tenho terra. O que eu tinha na cidade? Nada. Nem casa pra morar a gente tinha direito. Lá eu tinha que pensar no dia seguinte. Aqui [no assentamento] eu posso pensar mais longe, entendeu?!
>
> Aqui [no assentamento] dá pra pensar no futuro, né?! Eu penso sempre nisso, porque aqui a gente tem uma coisa nossa que se a gente cuidar vai ser meu futuro e até dos meus filhos, se um dia eu tiver filhos.
>
> Eu tenho um namorado, sabe, e eu penso em casar, ter filhos, mas, depois que eu estudar, porque eu tenho uma terrinha pra construir minha vida, diferente de quando eu morava na cidade, que eu não tinha nada e também não tinha vontade de fazer nada.
>
> Na cidade eu não ia na escola, não trabalhava, não fazia nada. Aqui, pelo menos, eu trabalho, faço curso no Pau D'Alho [Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara] quando tem e, assim, já vou pensando no meu futuro.

Assim, seja com lideranças políticas do movimento social, seja com sua família ou outros grupos de referência no interior do assentamento Mário Lago, os jovens do MST passam a conhecer,

descobrir, construir um projeto de futuro. Por isso, quando perguntados se deixarão o assentamento Mário Lago, todos os jovens que participaram de nossa pesquisa disseram "não!". As razões são explicitadas nos depoimentos a seguir:

> Não, porque eu gosto daqui. Eu pretendo viajar, conhecer muitos lugares com o movimento, mas ir embora daqui não, porque isso aqui é meu futuro.
>
> Eu pretendo ficar, porque eu gosto daqui. É um lugar maravilhoso para a gente ficar, diferente de tudo que eu já vivi, porque aqui eu tenho futuro, né?!
>
> Eu não quero ir embora porque aqui é meu futuro.
>
> Eu pretendo trabalhar aqui mesmo. Teve uma época que nós estávamos trabalhando de vender verdura, eu e meus irmãos. Nós vendíamos aqui nesse bairro aqui [no Ribeirão Verde] e nós ganhávamos bastante. Na cidade, a gente não ganhava nada. Ia fazer o quê?
>
> Claro que eu vou ficar aqui. A gente lutou e luta tanto, pra quê?! Isso aqui é meu futuro. É da terra que eu vou viver pra sempre.
>
> Eu quero ter minha horta, criar minhas galinhas, dar um futuro para mim mesmo, por isso eu não vou embora daqui, não.
>
> Ir embora?! De jeito nenhum. Tem problemas aqui? Tem. Falta muita coisa? Falta. Mas aos poucos a gente vai construindo, né?!
>
> Eu quero ficar por causa da luta que a gente fez. Agora que eu ganhei minha terra, eu tenho uma coisa minha, vou mexer com o que eu quero mexer, eu vou ser meu patrão mesmo, não vou ter ninguém dizendo o horário que eu tenho que fazer as coisas. Na hora que eu quiser eu faço as coisas no meu horário.
>
> Mas meu primeiro plano é esse: ficar aqui, viver da terra, porque a vida é melhor, você tem sua vida, entende?! Não tem patrão, tem suas coisas, trabalha no seu negócio, sem ninguém para mandar. Sem falar na qualidade de vida, que nem se compara com a cidade, né?!
>
> Porque eu faço parte disso daqui. Eu estou ajudando a construir isso daqui.

> É claro que eu quero ficar aqui. Meu pai e minha mãe, às vezes, brincam: "quando eu ganhar a terra você vai embora!". Eu falei assim: "de jeito nenhum, não vou embora não". Porque, a partir do momento que você luta por uma coisa, essa coisa, depois, com o tempo, você olha pra ela e vê sua marca lá. Quando eu olhar pra essas terras aqui eu vou lembrar de quando eu era pequeno, que eu lutei pra isso aqui com meu pai e minha mãe.

Além da *segurança* que o assentamento pode oferecer, base para que os jovens construam suas vidas, esses sujeitos estabeleceram uma relação afetiva com o território em que constroem sua experiência; uma relação afetiva com o grupo, com o movimento, com a luta dos sem-terra. "Libertaram-se" das amarras impostas pelas relações que estabeleciam nas cidades em que viviam das situações informais, em muitos casos ilícitas, que experimentaram. Eles valorizam o resultado de todo esforço do movimento de luta que integram, pois se reconhecem no produto dessa luta. Estudam, trabalham, formam-se cultural, social e politicamente, de acordo com aquilo que sonham para as suas vidas, de acordo com o lugar que ocupam no movimento, na família, segundo as condições que possuem.

Os jovens integrantes de frentes de luta política do movimento, aqueles que estão próximos dos quadros dirigentes do MST, não perdem o assentamento Mário Lago de seus horizontes. Eles precisam da referência sólida em que se tornou o assentamento Mário Lago, embora vejam seus futuros na atividade política e distantes de uma vida cotidiana associada ao assentamento e ao trabalho na agricultura. Dedicam-se, por isso, às atividades práticas da luta pela terra, à formação política, cultural e ideológica ampla, vislumbrando o futuro nas frentes dirigentes do MST:

> Quero me formar daqui a quatro anos e meio e quero muito ser assentada. Não quero sair da militância [...] Eu acho que o sonho de todo militante é, na verdade, ser assentado e conseguir tirar uma renda para continuar militando.
>
> Meu projeto futuro é também trabalhar mais com essa questão da juventude, como você trabalha, mas estudar mais também, como eu

tenho feito. Eu pretendo ficar no Mário Lago, mas não só lá, mas também no Estado de São Paulo, contribuindo com outras questões no movimento. Mas aí a luta vai me mostrar o caminho.

Os demais jovens projetam o futuro na construção de uma vida cotidiana no assentamento Mário Lago, embora, entre homens e mulheres jovens, existam algumas diferenças marcantes.

Os jovens, diferentemente das jovens, expressam a necessidade de continuar os esforços dos pais, cotidianamente, dando prosseguimento ao trabalho na roça. Assim, projetam um futuro arraigado ao trabalho na terra, com a exceção de três jovens que sonham em avançar nos estudos, alcançando a formação universitária, a fim de contribuir com o assentamento como um todo:

> Olha, eu penso em fazer engenheira agrônoma, para mexer com planta, animal aqui no assentamento.

> Eu quero estudar Veterinária, para ajudar os companheiros aqui. Porque às vezes tem bicho doente e acaba morrendo, porque não tem ninguém para cuidar, né?!

> Eu penso em estudar, tem que terminar os estudos, né?! Não abandonando a parte de roça, de agropecuária aqui, mas eu penso em estudar. Eu gosto de História. Eu queria ser historiador. Mas num queria ser bem professor, assim, de escola, mas passar para "rapaziada" daqui mesmo as coisas que eu sei. E também trabalhar na terra. Não quero deixar de trabalhar na terra.

> Eu penso em conseguir um pedaço de terra, produzir aqui, porque já, já meus pais estão velhos, ajudar eles, e sobreviver daqui, não exatamente na agricultura, mas na criação de porco, criação de galinha.

> Rapaz, eu gosto muito de mexer com porco e galinha. Eu tenho vontade de fazer tipo um negócio para mexer com porco e com galinha. Mas não só com isso, mas também com uma plantação, porque se você tiver um porco e uma galinha e não tiver plantação para cuidar deles, não tem como cuidar deles.

> Olha, aqui mesmo é mexer com galinha caipira. Eu tinha mesmo vontade era de mexer com agricultura, mas aqui não "rola" por causa

> da [falta de] água. Mas é por enquanto. Então, enquanto não "rolar" eu vou mexer com galinha, aí bem mais pra frente eu vou mexer com horta.
>
> Eu tenho vários projetos. Fruticultura, horta, rapadura. Tudo que eu puder mexer aqui [no assentamento] eu vou fazer, como eu já estou fazendo, de acordo com as possibilidades.
>
> Eu quero continuar trabalhando, junto com a minha mãe, fabricando rapadura, tendo uma "criação", de repente plantar também.
>
> Olha, eu quero mesmo é plantar arroz, feijão, mandioca, comida para o povo, né?!
>
> Eu quero trabalhar aqui com o que a gente já faz, né?! Criando um porco, uma galinha, plantando mandioca, fazendo farinha. É isso que eu quero.

Eles estão aderindo à lógica da família e do MST, que os prepara no presente para assumirem as atividades produtivas que hoje ainda estão sob a responsabilidade dos pais. Atividades produtivas na terra, seja através da agricultura, da agropecuária, seja através de outras inúmeras formas de aplicação da força de trabalho. Vale ressaltar que esses jovens nunca tinham desempenhado tais funções e que, no futuro, já como adultos, deverão garantir uma forma positiva de reproduzir sua existência, construir novas relações.

As jovens projetam seu futuro distanciando-se do trabalho na agricultura ou na agropecuária, no interior de seus lotes, tal como o fazem, hoje, dominantemente, seus pais, irmãos, referências masculinas de modo geral. Além disso, as atividades presentes em seu cotidiano como mulheres também não figuram em seu repertório quando projetam suas vidas, como cuidar do lar para que as referências masculinas com as quais venham a viver ou já vivem (como é o caso de duas jovens) possam provê-las. Essas jovens, na grande maioria dos casos, vislumbram a formação universitária a fim de contribuir com as atividades produtivas do assentamento Mário Lago como um todo:

Eu estou fazendo o curso de Agroecologia, porque eu pretendo ser técnica em Agroecologia para eu poder ajudar todo mundo que tiver precisando aqui e não só aqui, mas em qualquer lugar, poder ajudar todo mundo do movimento. Quero me formar também em Agronomia para ajudar meus companheiros aqui [no assentamento].

Eu quero ser técnica em Agroecologia e contribuir para o desenvolvimento do assentamento Mário Lago, junto com meus companheiros, naquilo que eu puder fazer.

Eu queria ser advogada para o acampamento mesmo ou para o MST.

Eu planejo acabar meu curso de Agroecologia. Eu pretendo fazer faculdade de Veterinária ou de Enfermagem, quando eu acabar.

Olha, eu quero ser engenheira agrônoma, para mexer com planta, animal aqui no assentamento.

Eu quero ficar aqui no assentamento, eu não vou embora não. Quero continuar estudando, alguma coisa para ajudar aqui [no assentamento], mas ainda não sei o quê. Mas trabalhar, assim, de plantar e tal eu não quero não.

Eu queria continuar estudando, o que eu ainda não sei, mas estudar, aprender a mexer com a terra, porque é a terra que vai me dar o sustento pra mim e pra minha família.

Meu sonho é estudar. Não ficar só mexendo com terra. Eu queria fazer um curso dentro do movimento, de Comunicação.

Meu projeto de futuro é continuar no movimento, ter como ajudar o assentamento no futuro com o curso que eu estou fazendo, que é em técnico em Agroecologia.

Eu não quero trabalhar na agricultura, mas cuidando dos animais, porque eu quero estudar Veterinária.

Em dois casos, as jovens já constituíram família e são mães e esposas. Com isso, já assumem as responsabilidades de cuidar da casa, do lote que conquistaram, dentre outras que poderiam ser consideradas de adultos. No entanto, também não abandonam o

sonho de estudar, a fim de elevar as condições materiais e culturais da reprodução de sua existência e de sua família:

> Viver bastante aqui [no assentamento] e estudar assim que possível, porque é muito diferente. Tem que reflorestar, porque foi bastante devastado, plantar muitos alimentos, mas quero ter minha casa bonita, viver com meu marido, minha filha, minha mãe. Mas pra isso falta muita luta ainda.
>
> Eu penso em terminar meus estudos e dar uma vida melhor para o meu filho, trabalhando no meu lote, junto com meu marido.

Destarte, as jovens projetam sua elevação intelectual, mas sem afastar-se da comunidade do Mário Lago. Ao mesmo tempo, apresentam capacidades de elevação de sua condição como mulher ao se distanciar, prospectivamente, do lugar que ocupam na divisão sexual do trabalho, ou seja, da reprodução do papel que hoje é de suas mães ou referências maternas ou femininas no assentamento; apresentam capacidades de elevação das próprias condições de trabalho em que hoje estão no assentamento, quando projetam a necessidade de estudar, integrando-se a cursos de graduação. Por isso, estão mais presentes em cursos de formação do MST, como o curso integrado médio técnico em Agroecologia e/ou no ensino médio formal em escolas públicas e mesmo cursinho preparatório para o vestibular, como é o caso de uma jovem.

Quando os jovens sem-terra, dos sexos masculino e feminino, percebem o olhar dos dirigentes do MST dirigido a eles, avaliam que a organização os enxerga como o futuro do assentamento; como sujeitos que estão se preparando, no presente, segundo referências históricas coletivas para, na fase adulta, dirigir o território que conquistaram através da luta. Assim, em sua consciência, a finalidade última de todo processo de formação cultural que vivem é tornar-se sujeitos capazes de cuidar do território que conquistaram, da comunidade que estão construindo, como se vê em alguns destes depoimentos:

A gente é o futuro do assentamento; a gente tem que continuar a luta, senão tudo isso que eles [os adultos] estão construindo vai se perder. Eu acho que é isso.

Eu acho que eles estão preparando os jovens, conscientizando os jovens que é isso mesmo, que daqui para frente vão ser eles que vão tocar o assentamento.

Como o futuro, porque daqui uns anos quem vai tomar conta disso aqui somos nós, os filhos dos assentados mais velhos. Porque eles não vão "ficar aqui para semente", cuidando do assentamento para nós. Nós temos que aprender com eles, como é que nós vamos administrar o assentamento lá na frente. Porque senão, daqui uns anos, a "molecada" que não tem interesse na terra vai querer vender a terra, negociar, largar, abandonar. Porque isso aqui não é uma coisa que vai ficar só para mim, vai ficar para os meus netos, bisnetos e tudo mais.

Para o MST, nós somos o futuro do assentamento, nós que vamos cuidar disso aqui quando assumirmos o lote.

[O MST] Tem esperança de que os jovens continuem a luta aqui no Mário Lago e que não desistam.

O pessoal do movimento diz que a gente é que vai levar o assentamento para a frente, passando para os nossos filhos, netos e tudo. É isso que eles pensam.

Os jovens são o futuro do assentamento, né?! Se a gente não ficar aqui [no assentamento], quem vai tocar isso aqui mais tarde?!

O MST olha pra gente como o futuro do assentamento, porque nossos pais lutam, a gente luta com eles, aprendendo para, um dia, assumir nosso lote.

Nós que vamos assumir o lote um dia, né?! Vamos casar, ter filhos e vamos cuidar do nosso lote, do nosso assentamento.

Aqueles cujo envolvimento com atividades políticas e culturais do movimento é maior, mais denso, *intelectuais em formação*, estão preocupados, junto com a frente dirigente do movimento, com a continuidade do MST, da luta pela terra no Brasil e afirmam que,

para o MST, os jovens são o futuro do próprio movimento de luta, ou seja, aqueles sujeitos que um dia deverão assumir as responsabilidades de dirigi-lo. Assim, estão sendo preparados para tanto:

> O movimento vê os jovens com olhar de "vocês são o futuro dessa organização; vocês vão tocar isso para frente; vocês que vão lutar, os filhos de vocês, vocês que não vão fazer o movimento parar". Essa a visão do Movimento Sem Terra. Para não parar a organização.
>
> Como uma grande ajuda, uma grande importância. Porque os jovens vão ser o futuro do MST, o futuro da luta, porque, se acabar a luta, no futuro as coisas vão ser ainda pior. Com o agronegócio agitando, fazendo propaganda, e se a gente não tiver futuros militantes, futuros dirigentes do MST, o MST não anda, não vai para frente.

Esses jovens não vivem o cotidiano do assentamento. Vivem o cotidiano do movimento de luta, do MST. Não estão aprendendo a manejar a terra. Estão sendo preparados para, mais tarde, atuar à frente do movimento social, em sua organização política, na qualidade de intelectuais do grupo que serão, ou seja, como aqueles que darão forma, conteúdo e direção para os enfrentamentos futuros, na disputa pela hegemonia do projeto popular-democrático que o MST tem para o país.

Num caso ou no outro, os jovens que integraram nossa pesquisa correspondem às expectativas e, sobretudo, às necessidades do movimento de luta.

É certo que o MST precisa renovar-se, formar novos militantes, futuros quadros dirigentes, que compreendam e vivam a luta política para que sobreviva, se reproduza e cresça na disputa política de um projeto popular-democrático de desenvolvimento do campo brasileiro. Igualmente, é necessário que outros sujeitos permaneçam nos assentamentos, construindo a vida em comunidade e efetivando cotidianamente, em cada fração conquistada do território, princípios, valores, relações. Construção esta que implica a opção feita pelos jovens de viver no assentamento e na presença, a ser avolumada, do MST em seu cotidiano.

Os jovens sonham, criam utopias que, nos termos já definidos por Moisés Augusto Gonçalves, devem ser vistas como "construção possível [...] [um] 'horizonte de sentido', a partir da ação coletiva. [Algo que] sinaliza 'outros mundos', perseguidos na práxis" (2005, p.36).

Pois, como disse Alder Júlio Calado, "felizmente, sonhar faz parte da condição humana!". Afinal,

> Como vamos ousar enfrentar e vencer as agruras do cotidiano de barbárie que esse sistema não cessa de espalhar, se não ousarmos o "inédito viável"? Mais: pensar Utopia não significa entregar-nos, passivos, a uma longa e tediosa e inútil espera. Trata-se de, no que está ao nosso alcance, antecipar essa Utopia, tratando de vivê-la já, da forma que podemos, ainda que seja em termos moleculares, mantendo a tensão blochiana (Ernst Bloch) entre o "Já" e o "Ainda não". (2008, p.47)

Longe de encerrar, o processo de formação cultural dos jovens do assentamento Mário Lago inaugura desafios ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Considerações finais: alguns horizontes e desafios do MST perante os jovens

Neste livro, procuramos refletir o processo de formação cultural de jovens que integram as bases da luta pela terra organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no município de Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo, autodenominado "capital nacional do agronegócio", buscando, com isso, as experiências das novas gerações em seu grupo familiar, no assentamento Mário Lago e no movimento social do qual participam.

Objetivamos compreender as formas de participação dos jovens nas instâncias político-organizativas do MST, no assentamento Mário Lago e no movimento social, enquanto organização política que dirige os processos de luta travados naquele município; analisamos também as formas de manifestação dos jovens e os conteúdos que integram, bem como a consciência presente desses sujeitos acerca da reprodução de sua existência e a capacidade de projeção de futuro derivada da experiência concreta no MST.

Metodicamente, consideramos a história concreta de grupos sociais integrantes das classes trabalhadoras nos seus aspectos contraditórios como produto e negação das relações sociais impulsionadas pelas forças motrizes do capitalismo. Por isso, recuperamos aspectos por nós considerados fundamentais da história brasileira, nos quais grupos de trabalhadores emergem, ora como sujeitos de

processos de exclusão, oriundos do avanço de relações capitalistas singularizadas pelo problema agrário não solucionado, ora como protagonistas de movimentos de resistência perante a hegemonia do capital privado.

Movimentos descontínuos, irregulares, expressos de distintas maneiras até, pelo menos, fins da década de 1970, quando ganham unidade e expressão nacional com o surgimento do MST, que, contando com o apoio de setores progressistas da Igreja Católica e forças políticas partidárias situadas no campo da esquerda, se consolida no contexto da globalização da vida social, das relações produtivas do campo e da cidade. Diante da solidificação do complexo internacional do agronegócio, da amplificação da especulação financeira e da especulação imobiliária, do desemprego estrutural, da insegurança urbana, dos riscos ambientais, dos campos vazios de gente e da derrocada das experiências socialistas, disputa um projeto popular-democrático de desenvolvimento do espaço agrário brasileiro.

Movido pela luta pela terra, por reforma agrária e pela transformação radical da vida social – objetivos gerais aprovados quando do surgimento do movimento –, o MST se espacializou, promovendo ampla guerra de posições e, ao mesmo tempo, a territorialização de famílias de trabalhadores. Nesse processo, em fins da década de 1980, chega ao município de Ribeirão Preto e, com as dificuldades inerentes à luta pela terra no Brasil, passa a promover um debate contemporâneo sobre temas da questão agrária no país, renovando esperanças e sonhos de grupos distintos, dominantemente trabalhadores da cidade com origens no campo, de criar formas mais solidárias de manifestação da vida. Já em 2003 – mesmo quando a esperança fora enterrada por aqueles que, num dia bem distante de sua chegada ao poder, através da disputa partidária, disseram defender interesses de outros trabalhadores –, conquista a Fazenda da Barra, construindo o assentamento Mário Lago.

Movimento contínuo de trabalhadores em luta, o MST conforma a prática da formação cultural das novas gerações, como emanações de sua lógica política, dada através daquilo que os sujeitos

experimentam e tratam no âmbito da consciência, enquanto categorias sociais distintas presentes em seu interior.

Assim, consolidou-se o processo de formação cultural dos jovens do assentamento Mário Lago que, ora se revelaram através da militância política junto com lideranças e quadros do MST, ora através de manifestações políticas e culturais de formas de viver que protestam contra a negligência da sociedade brasileira, de norte a sul, de leste a oeste, da direita à esquerda, para com esses jovens, filhos da classe trabalhadora, sua fração sobrante, encontrada às margens do processo político hegemônico e, por essa razão, degradada, esterilizada pela lógica mercantil engendrada sob a égide do capital.

Jovens que, ao se integrarem à luta pela terra, dominantemente ao lado de seus familiares, inauguraram uma realidade política marcada pela diversidade, no que toca ao lugar que passaram a ocupar na família, no assentamento Mário Lago ou no MST: jovens que vivem com pais, tios, tias, avôs, avós, irmãos, irmãs, outros jovens, cuja atividade principal é o trabalho – no assentamento ou na cidade – ou o estudo; jovens que militam no MST e, por isso, se afastam da família para trilhar os caminhos da luta política; jovens que se unem na radicalização da luta pela terra, quando chamados a engrossar as bases do movimento social, participando de processos de ocupação de terras, marchas, mobilizações, atos públicos, sendo, por isso, reconhecidos pela coragem, força e resistência.

São esses sujeitos que encontram bases comuns para a reflexão da vida em movimento e expressam, enquanto grupo, referências e valores coletivos que poderíamos considerar como capazes de elevar a condição humana a um padrão ético de defesa da integridade física e moral, política e cultural de homens e mulheres, adultos e idosos, crianças, adolescentes e dos próprios jovens, ainda que a vida debaixo da lona preta carregue constrangimentos, limitações, precariedade nos aspectos materiais da reprodução da existência.

Nas suas expressões conscientes, um repertório de utopias, construído sobre bases afetivas, culturais e políticas de transição entre formas espontâneas de consciência para a condição de reco-

nhecimento ético-político, da necessidade de construção de novas relações sociais ou, pelo menos, relações cujo epicentro não está em categorias centrais da sociedade capitalista, como o trabalho assalariado, a produção e o consumo de mercadorias. Construção possível através de formas distintas de ser e estar na sociedade, marcadas pela proteção, pela superação da violência, do individualismo, do interesse pessoal, através do rigor na conduta ética, através da solidariedade, da cooperação pacífica.

Os jovens reconhecem a luta por direitos sociais constituídos, ou outros a se constituir, como aspecto marcante de sua experiência no assentamento Mário Lago. Esses sujeitos afirmam gostar do assentamento, ainda que vivam constrangimentos, motivados pela falta de infraestrutura, expressa pela ausência de água, de boas condições de moradia e de energia elétrica, demarcando posições políticas tanto no interior do assentamento quanto perante a cidade e as relações que nela estabeleceram antes da chegada ao então acampamento Mário Lago e ainda estabelecem, seja para aquisição de bens que o assentamento não é capaz de oferecer para a sobrevivência desses grupos ou outros bens conspícuos que integram o mundo repleto de mercadorias que habita as sociedades contemporâneas; seja, ainda, para vender a força de trabalho, a fim de contribuir com a reprodução de toda a família que vive no assentamento, num momento em que, dado o processo de transição entre a condição de acampamento e assentamento, o território ainda não oferece boas condições para a produção da vida material.

Por essa razão, em termos gramscianos, os jovens produzem "bases de ações vitais", "elementos de coordenação de uma ordem moral" que inauguram horizontes. Horizontes que por vezes se deparam com limites objetivos e subjetivos do MST, os quais passamos a expor, como contribuição ao desenvolvimento das experiências de formação cultural dos jovens do assentamento Mário Lago.

No estudo sobre a formação cultural dos jovens do MST, a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto, revela que a presença desses sujeitos na luta do MST é maior na fase de

acampamento, quando chegam para se juntar aos pais ou outras referências adultas que participaram do processo de ocupação do território.

Nessa fase do processo de luta, marcada por grande efervescência política e cultural, os jovens têm suas capacidades mobilizadas para a construção do projeto político, coletivo, popular-democrático do MST, voltando-se tanto para dentro da comunidade, na organização política interna do acampamento, sobretudo no que diz respeito a sua vida cultural, quanto para fora, intervindo na sociedade junto com o movimento social, em processos de despejos, novas ocupações, atos públicos, marchas e outras manifestações que integram o repertório do MST na disputa por frações do território.

Alguns jovens se destacam pela participação mais aguerrida na luta do movimento, revelando-se para o MST como militantes. Com isso, passam a receber atenção especial, sendo, então, progressivamente aproximados dos quadros dirigentes do movimento. Outros jovens vivem a luta de forma mais estrita, permanecendo próximos de seus pais ou referências com as quais foram para o acampamento.

O avanço da luta significa a construção do assentamento rural. A euforia dá lugar à normalidade; a agitação à morosidade e a novidade aos constrangimentos da vida debaixo da lona preta. Aqueles que despontaram como militantes tendem a se afastar da vida cotidiana do acampamento/assentamento, como é o caso de dois jovens que participaram de nossa pesquisa, e vão viver outras lutas, em outros lugares, criando vínculos orgânicos com o MST. Enquanto outros jovens, a grande maioria, passam a ser mobilizados esporadicamente, o que configura um aspecto marcadamente descontínuo, irregular de sua formação cultural.

Se, para alguns jovens, o MST é a instância de disciplina do cotidiano, para outros, é a instituição familiar. Se, no primeiro caso, a disciplina dos jovens está associada a sua intensa participação política nas frentes de luta do movimento, no segundo caso, a disciplina da família não implica seu envolvimento político no assentamento Mário Lago ou no movimento social.

Tanto no caso dos primeiros quanto dos demais, os jovens assumem clara posição em favor do assentamento perante a cidade, definindo marcos daquilo que consideram inaceitável na sociedade brasileira no contexto das cidades, como a exploração, a fome, o desemprego, a falta de acesso aos bens de cidadania, a privação dos direitos sociais historicamente constituídos, as situações de violência, física e moral, e quaisquer práticas de degradação da condição humana. A essas situações, os jovens respondem com a amizade, o companheirismo, a solidariedade, a luta por direitos sociais, a cooperação pacífica, a mobilização de capacidades para o confronto político de disputa de territórios, enfim, através do envolvimento afetivo com seus iguais, seus companheiros, o território conquistado, a luta do MST.

Além disso, esses sujeitos afirmam que sua responsabilidade, para além do momento em que são convocados pelo MST para participar de algumas lutas, é produzir uma sociabilidade apoiada pelos valores e princípios que integram o repertório filosófico do MST; por isso, devem ser considerados sujeitos capazes de intervir na construção de seu assentamento, através das responsabilidades que podem assumir na comunidade da qual fazem parte.

Disso decorre, primeiro, que o MST deve intervir permanentemente no cotidiano dos jovens do assentamento Mário Lago, em seu tempo livre e em seu tempo produtivo, destacando a consciência do dever, que precisa estar associada à defesa do território em que vivem, por seu envolvimento com práticas de recuperação da degradação registrada no lugar, pela defesa do aquífero Guarani, pela criação de espaços educativos, voltados para práticas de formação das novas gerações, crianças e adolescentes, e de jovens e adultos, pela criação, proteção e zelo dos lugares nos quais dedicam seu tempo livre e por todos os espaços destinados às atividades políticas e culturais coletivas da comunidade. Nesse caso, os jovens destacados pela militância, que deixam de viver o cotidiano do assentamento Mário Lago, poderiam atuar como elo entre os demais jovens e o movimento social, atuando como seus interlocutores. Com isso, o MST estaria, ao mesmo tempo, rea-

proximando esses jovens militantes do território que os revelou para a luta política.

Segundo, a consciência dos jovens deve encontrar acolhida pela criação de fóruns específicos para sua manifestação, dada a incapacidade de instâncias consultivas e deliberativas de organização política do assentamento e do MST para congregar a vontade dos jovens.

Uma vez considerados como forças políticas capazes de protagonizar ocupações de frações do território, os jovens com mais experiências, aqueles que integram setores de organização do movimento social e aqueles que vivem o cotidiano do assentamento Mário Lago, podem atuar na formação cultural das novas gerações, crianças, adolescentes e outros jovens que chegam pela primeira vez a um acampamento do MST, operando como intelectuais do movimento social, voltando-se sobretudo para atividades culturais.

Igualmente, o tempo produtivo também deve se constituir em momento da formação cultural dos jovens, em razão de sua importância nas condições de existência desses sujeitos no assentamento Mário Lago. Assim, o trabalho deve ser desenvolvido junto com seus pais, com outros jovens ou mesmo com outras famílias e grupos ao lado dos quais escolherem viver, pois, para os jovens, a família é a base da mobilização da luta pela terra. Além disso, para eles, a terra significa trabalho, sobrevivência, a elevação ética das relações que travaram até o momento de sua chegada ao MST, inclusive na busca pela superação das amarras impostas às relações de gênero, que, fundamentalmente, definem o lugar dos jovens associado ao trabalho no lote familiar e o das jovens no trabalho do lar. Os jovens podem, com isso, contribuir para a superação da divisão sexual do trabalho e, ao mesmo tempo, dos possíveis sentidos autoritários, por vezes presentes na instituição familiar.

Cada momento da formação cultural dos jovens deve ter como premissa a preservação dos valores, sentimentos, sonhos e utopias, ainda que em termos elementares, por eles construídos ao longo de sua experiência e a partir dela, desenvolvendo-os pela elevação de seu nível intelectual e moral, pela difusão de uma con-

cepção política e ideológica unitária e coerente. Pois, à medida que o MST assim o fizer, estará, em termos gramscianos, atuando como escola, formando as novas gerações para o futuro.

Por fim, queremos lembrar, mais uma vez, os escritos de Antonio Gramsci. Para ele, hegemonia não é igual a dominação e não se identifica somente com a reorganização das formas produtivas e com a socialização da riqueza material socialmente produzida. Antes, diz respeito ao conjunto das relações, operando no interior da estrutura econômica e política, no modo de pensar, na consolidação ideológica e no modo de ser de cada um no interior da sociedade. Por isso, a formação das novas gerações deve ocupar lugar destacado entre aqueles que disputam consciências na sociedade.

Nesse novo período de lutas que se inaugura, quando da comemoração dos 25 anos de existência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 2009, impulsionar o movimento dos jovens conflagrados em seu interior ou se omitir perante essas vozes que ecoam em seus acampamentos e assentamentos é projetar bases para o amanhã ou sucumbir diante dos próprios desafios.

Referências bibliográficas

ADORNO, S. Adolescentes, crime e violência. In: ABRAMO, H. W.; FREITAS, M. V.; SPÓSITO, M. P. (Org.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.

ANDERSON, P. Modernidade e revolução. In: *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, p.103-33, 2002.

ANDRADE, M. R. de O. *A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do MST*. Campinas, 1998. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). *Cidade e campo*: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BERTERO, J. F. Sobre a proposta de reforma agrária do MST. *Revista Estudos de Sociologia*. (*Araraquara)*, v.11, n.20, p.53-78, 1º sem. 2006.

BRECHT, B. *Poemas*: 1913-1956. Sel., trad. e posf. Paulo Cesar Souza. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CACCIA-BAVA, A. Sobre as políticas locais de segurança para os jovens. *Política & Sociedade. Revista de Sociologia Política. (Florianópolis)*, Cidade Futura, 2006.

CACCIA-BAVA, A. Direito civil dos jovens e insegurança urbana. *Revista Estudos de Sociologia (Araraquara)*, v.9, n.17, p.41-64, 2º sem. 2004a.

_____. Os desafios da formação cultural para o trabalho: práxis formadora e formação profissional. In: _____. *A formação cultural dos jovens para o trabalho:* "pra que isso?". Campinas, 1995. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

_____; CACCIA-BAVA, M. do C. G. G. As meninas na idade da menarca e a desassistência pública continuada. *Cadernos de Formação Cultural*: experiências e teorias *(Ribeirão Preto)*, ano 1, n.1, 1º trim. 2007.

_____; COSTA, D. I. P. da. O lugar dos jovens na história brasileira. In: _____. (Org.). *Jovens na América Latina*. Trad. de Carlos Feixe Pàmpols, Yanko Gonzáles Cangas. São Paulo: Escrituras, p.63-114, 2004.

CALADO, A. J. Movimentos sociais rumo a uma nova sociedade: do consenso ideológico ao dissenso alternativo. In: GONÇALVES, M. A.; MAGELA de FÁTIMA, G. (Org.). *Outros olhares – debates contemporâneos*. v.I. Belo Horizonte: Leiditathi, 2008.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra.* 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CANCLINI, N. G. Gramsci e as culturas populares na América Latina. In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). *Gramsci e a América Latina*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

CARIA, T. H. Introdução: a construção etnográfica do conhecimento em ciências sociais: reflexividade e fronteiras. In: CARIA, T. H. (Org.). *Experiência etnográfica em ciências sociais.* Porto: Afrontamento, p.9-18, 2003. (Coleção Biblioteca das Ciências do Homem – Antropologia 7).

_____. A reflexividade e a objectivação do olhar sociológico na investigação etnográfica. *Revista Crítica de Ciências Sociais (Coimbra)*, n.55, p.5-36, 1999.

CARVALHO, P.; VILELA, R. A. T.; ZAGO, N. *Itinerários de pesquisa*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

CONCRAB. Novas formas de assentamentos de reforma agrária: a experiência da Comuna da Terra. *Caderno de Cooperação Agrícola (Brasília)*, n.15, 2004.

COUTINHO, C. N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). *Gramsci e a América Latina.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Gramsci*. Porto Alegre: L & PM, 1981 (Fontes do pensamento político, v.2).

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DAGNINO, E. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

DOMINGUES, P. *Uma história não contada*: negro, racismo e branqueamento em São Paulo. São Paulo: Senac Nacional, 2004.

FABRINI, J. E. A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa. *Revista de Geografia (Presidente Prudente)*, v.13, n.2, p.116-38, jul.-dez. 2004. Disponível em <http://www2prudente.unesp.br/dgeo/nera/Produção%20-NERA/texto.pdf>. Acesso em 10/1/2007.

FEFFERMANN, M. *Vidas arriscadas*: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis: Vozes, 2006.

FERNANDES, B. M. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da nossa época, v.92).

_____; STÉDILE, J. P. *Brava gente*: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 1.ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

_____. *MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*: formação e territorialização em São Paulo. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, L. Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: as facetas da escrita etnográfica. In: CARIA, T. H. (Org.).

Experiência etnográfica em ciências sociais. Porto: Afrontamento, p.23-40, 2002. (Coleção Biblioteca das Ciências do Homem – Antropologia 7).

FIRMIANO, F. D. *Movimentos sociais e cidadania*: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2004, 115f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Comunicação Social) – Centro Universitário Moura Lacerda.

_____; LAIATE, A. L. R. Cursinhos populares e o CUCA. *Cadernos de Formação Cultural*: experiências e teorias, ano I, n.3, p.15-48, 3º trim. 2007.

FONSECA, M. de F. *Jovens urbanos dos povos da Amazônia na cidade de Belém/PA*. Araraquara, 2006, 190f. Tese (doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

GERALDO, S. *O cotidiano no assentamento da Fazenda Boa Sorte em Restinga (SP)*: reflexões sobre as lutas cotidianas, a comunicação e as manifestações culturais populares. São Paulo, 2002. Relatório de Pesquisa (Pós-doutorado em Ciências da Comunicação) – Centro de Estudos Latino-Americanos em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, M. A. *Brados retumbantes*: repertórios de dominação, resistências e utopias na terra-brasilis. Belo Horizonte: Metropolitana; Leiditathi, 2006.

_____. Repertório de lutas e utopias. In: *Cidadania no horizonte do trabalho.* João Pessoa; Caruaru: Ideia; Edições Fafica, 2005.

GONÇALVES, R. C. *"Vamos acampar?"* A luta pela terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema. Campinas, 2005. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, v.2. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho; coed. Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. *Escritos políticos*, v.2. Org. e trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

______. *Cadernos do cárcere*. v.3. Ed. e trad. Luiz Sérgio Henriques; coed. Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

______. *Cadernos do cárcere*, v.1. Ed. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

______. *A questão meridional*. Sel. e introd. Franco de Felice, Valentino Parlato; trad. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

______. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.

______. *Concepção dialética da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

______. *A per la estória degli intellecttuali* (1932). Turim: Einaudi, 1977.

______. *Scritti politici. A cura di Paolo Spriano*. Roma: Riuniti, 1971.

GUEVARA, E. *O que deve ser um jovem comunista*. Conferência pronunciada na União de Jovens Comunistas em 20 de outubro de 1962 e publicado em *Verde Olivo*, ano 3, n.43, 28 out. 1962. Disponível em <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3986>. Acesso em 6/2/2009.

GULLAR, F. *Dentro da noite veloz & Poema sujo*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

IGLECIAS, Wr. O empresariado do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política – as batalhas do açúcar e do algodão na OMC. *Revista de Sociologia Política (Curitiba)*, n.28, 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22/7/2008.

JORNAL SEM TERRA. Ano XXVI, n.282. São Paulo, maio 2008.

LECCARDI, C. Para um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. *Tempo Social (São Paulo)*, v.17, n.2, nov. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200003&lng=

en&nrm=iso>. Acesso em 16/12/2008. doi: 10.1590/S0103-20702005000200003.

LEÓN, O. D. Adolescência e juventude: das noções às abordagens In: FREITAS, M. V. (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil*: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

_____; SOTO, F. G.; SOTO, C. M. *Los desheredados*: trayectorias de vida y nuevas condiciones juveniles. 2.ed. Valparaíso (Chile): CIDPA, , 2006.

MALIN, M. Agricultura e reforma agrária. In: LAMOUNIER, B.; FIGUEIREDO, R. (Org.). *FHC*: a era FHC. um balanço. São Paulo: Cultura, 2002.

MARTINS, J. de S. *O poder do atraso*: ensaios de sociologia da história lenta. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997. (Coleção Temas de atualidade).

_____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *O cativeiro da terra.* 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MATOS, M. S. e. *Teorias e práticas da formação*: contributos para a reabilitação do trabalho pedagógico. Lisboa: ASA, 1999.

MEDEIROS, L. S. de. *Reforma agrária no Brasil*: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

MILITÃO, M. do S. R. *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra*: observações sobre a reforma intelectual e moral gramsciana. Araraquara, 2008, 257f. Tese (doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

MORAES, D. de. A tirania do fugaz: mercantilização cultural e saturação midiática. In: MORAES, D. de (Org.). *Sociedade midiatizada*. Trad. Carlos Frederico Moura da Silva, Maria Inês Coimbra Guedes, Lucio Pimentel. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

NOGUEIRA, S. Prefácio: América Latina – História, transformação política e perspectivas no continente. In: FERREIRA, M.

N. (Org.). *Cultura e comunicação*: perspectivas para a América Latina. São Paulo: Celacc; ECA; USP, p.9-22, 2007.

_____. *Movimentos sociais, cultura, comunicação e participação política*. São Paulo, 2005, 282f. Tese (doutorado em Ciências da Comunicação) – Centro de Estudos Latino-Americanos em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

_____. Cidade ameaçada: aspectos da violência infanto-juvenil em Ribeirão Preto. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1998.

NOSELLA, P. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

NOVAES, J. R. P. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. *Revista Estudos Avançados*, v.21, n.59, p.167-77, set.-dez. 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Revista Estudos Avançados*, v.15, n.43, p.185-206, set.-dez. 2001.

OLIVEIRA, F. O momento Lênin. *Novos Estudos Cebrap (São Paulo)*, n.75, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25/2/2008.

_____. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Org.). *Os sentidos da democracia*: políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis; Brasília: Vozes; Nedic, 1999.

_____. *Os direitos do antivalor*: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PINASSI, M. O. O MST e a completude destrutiva do capital. *Margem Esquerda – Ensaios Marxistas (São Paulo)*, n.6, p.105-20, setembro de 2005.

PINTO, L. S. G. *Ribeirão Preto*: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930. Araraquara, 2000. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

PIZETTA, A. J. A formação política no MST: um processo em construção. *Revista OSAL (Buenos Aires),* ano VIII, n.22, set. 2007. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/EMS22Pizetta.pdf>. Acesso em 1º/12/2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. *Revista OSAL (Buenos Aires),* out. 2005. Analisis de casos – Reforma agraria y lucha por la tierra em América Latina. p.1-16. Disponível em <http://osal.clacso.org/dev/IMG/_article_PDF/article_109.pdf>. Acesso em 12/2/2007.

RAPOSO, P. A construção antropológica de um terreno: *performances* culturais. In: CARIA, T. H. (Org.). *Experiência etnográfica em ciências sociais*. Porto: Afrontamento, 2003. (Coleção Biblioteca das Ciências do Homem – Antropologia 7).

RIBEIRO, A. S. A retórica dos limites: notas sobre o conceito de fronteira. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). *Cidade e campo*: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SALGADO, S. *Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SANTOS, E. L. Juventude, formação política e identificação no MST. *Revista do Serviço Social Libertas on line.* Edição especial, p.62-75, fev. 2007. Disponível em <http://www.revistalibertas.ufjf.br/artigos/edicao_especial/04_esmeraldo.doc>. Acesso em 7/2/2007.

SIGAUD, L. As condições de possibilidade das ocupações de terra *Revista Tempo Social (São Paulo),* v.17, n.1, 2005.

SILVA, J. G. da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária In: STÉDILE, J. P.; GORENDER,

J. et al. (Coord.). *A questão agrária na década de 90*. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.137-43, 2004.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Revista Estudos Avançados*, v.15, n.43, p.37-50, set.-dez. 2001.

SILVA, M. A. M. *A luta pela terra*: experiências e memória. São Paulo: Editora UNESP, 2004. (Coleção Paradidáticos; Série Poder).

_____. Experiência e memória na bagagem dos caminhantes da terra. *Teoria & Pesquisa*, n.49, jul.-dez. 2006.

SILVA, M. C. Trajecto e estratégia de pesquisa em meio rural. In: CARIA, T. H. (Org.). *Experiência etnográfica em ciências sociais*. Porto: Afrontamento, p.167-83, 2002. (Coleção Biblioteca das Ciências do Homem – Antropologia 7).

SILVA, R. A. da. Assentamentos rurais na Fazenda Pirituba: capital social, parcerias, resistências e desenvolvimento. Araraquara, 2005. Tese (doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

SILVEIRA, U. *Igreja e conflito agrário:* a Comissão Pastoral da Terra na região de Ribeirão Preto. Franca: UNESP, 1998. (Estudos, 2).

SORJ, B. *Estado e classes na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. A reforma agrária em tempos de democracia e globalização. *Novos Estudos Cebrap (São Paulo)*, n.50, p.23-40, mar. 1998.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TURATTI, M. C. M. *Os filhos da lona preta*: identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005.

WALKER, T.; BARBOSA, A. de S. *Dos coronéis à metrópole, fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

WELCH, C.; GERALDO, S. *Lutas camponesas no interior paulista*: memórias de Irineu Luiz de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Documentos consultados

BRASIL/MDA. II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural, 2004. Disponível em <http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em 26/2/2008.

BRASIL/MJ. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci: versão final. Brasília, 2007. Disponível em <http://www.mj.gov.br/pronasci/>. Acesso em 20/6/2008.

BRASIL/PLANEJAMENTO/IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios (2002-2005), n.22. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/pibmunic2005.pdf>. Acesso em 21/7/2008.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2005. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n.17. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2005/indic_sociais2005.pdf>. Acesso em 14/3/2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Preliminar (Assentamento Mário Lago). Ribeirão Preto, p.5, 2007. [mimeo.].

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA/REGIONAL RIBEIRÃO PRETO. Anotações sobre conjuntura: a Califórnia Brasileira. Ribeirão Preto, p.14, 2008a. [mimeo.].

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Dossiê MST Escola. Documentos e Estudos 1990-2001. Caderno de Educação n.13. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Proposta de Curso Médio Técnico Integrado à Agroecologia para famílias assentadas na reforma agrária. Ribeirão Preto, p.16, 2008b. [mimeo.].

SEADE. IVJ – Evolução do Índice de Vulnerabilidade Juvenil: 2000-2005. São Paulo, 2007. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/ivj/ivj_2000_05.pdf>. Acesso em 15/7/2008.

SEADE. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – O município de Ribeirão Preto. s.d. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/analises/ribeiraopreto.pdf>. Acesso em 20/7/2008.

ÚNICA. Produção de cana-de-açúcar do Brasil das safras 1990/91 a 2006/07. Disponível em <http://www.unica.com.br/userFiles/estatisticas/produção%20Brasil%203.xls>. Acesso em 18/7/2008.

Entrevistas

Botelho, Paulo. Entrevista de Neuza Paviato Botelho Lima, Paulo Botelho e Silas Nogueira concedida ao autor em 1º de novembro de 2008.

Goulart, Marcelo Pedroso. Entrevista concedida ao autor em 31 de julho de 2008.

Lavratti, Edvar. Entrevista concedida a Silas Nogueira em junho de 2004. O autor participou do encontro.

Lima, Neuza Paviato Botelho. Entrevista de Neuza Paviato Botelho Lima, Paulo Botelho e Silas Nogueira concedida ao autor em 1º de novembro de 2008.

Lopes, Helenito (Hemes). Entrevista concedida ao autor em outubro de 2004.

Mafort, Kelli. Entrevista concedida ao autor em 6 de maio de 2008.

Miranda, Gláucia Tavares. Entrevista concedida ao autor em 10 de outubro de 2008.

Moreira, Sirlei. Entrevista concedida ao autor em 5 de maio de 2008.

Nogueira, Silas. Entrevista de Neuza Paviato Botelho Lima, Paulo Botelho e Silas Nogueira concedida ao autor em 1º de novembro de 2008.

Oliveira, Gladys Cristina de. Entrevista concedida ao autor em 23 de agosto de 2008.

Santos, Felinto Procópio dos. Entrevista concedida a Nilton Viana em 2007. Disponível em http://www.brasildefato.com.br/v01/impresso/anteriores/jornal.2007-12-12.6871258434/editoria.2007-12-19.5803797467/materia.2007-12-20.5395969578. Acesso em 13/11/2008.

Silva, Ronaldo Raimundo da. Entrevista concedida a Silas Nogueira, em agosto de 2005. O autor estava presente.

Sites eletrônicos visitados

www.anvb.org.br
www.brasildefato.com.br
www.ibge.gov.br
www.midiaindependente.org
www.mst.org.br.
www.seade.gov.br
www.unica.com.br
www.viacampesina.org

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm
Mancha: 23, 7 x 42,10 paicas
Tipologia: Horley Old Style 10,5/14
2009

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral
Tulio Kawata